UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

FRANCISCO DE ASSIS SILVA

**Educomunicação no sertão do São Francisco:
o papel do Acervo Dom José Rodrigues de Souza em Juazeiro da Bahia**

**São Paulo
2020**

FRANCISCO DE ASSIS SILVA

**Educomunicação no sertão do São Francisco:
o papel do Acervo Dom José Rodrigues de Souza em Juazeiro da Bahia**

Versão Corrigida (versão original disponível na Biblioteca da ECA/USP)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação, na área de concentração Interfaces Sociais da Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Ismar de Oliveira Soares

São Paulo
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicação e Artes de São Paulo
Dados inseridos pelo autor

SILVA, Francisco de Assis

Educomunicação no sertão do São Francisco: o papel do
Acervo Dom José Rodrigues de Souza em Juazeiro da Bahia /
Francisco de Assis Silva; orientador, Prof. Dr. Ismar de
Oliveira Soares. – São Paulo, 2020.

234 p. il.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências
Da Comunicação – Escola de Comunicação e Artes / Universidade
de São Paulo.

Bibliografia

Versão Corrigida

1. Comunicação 2. Educação 3. Educomunicação 4. Acervo
5. Igreja Católica I. Soares, Prof. Ismar de Oliveira. II. Título

CDD 21.ed. – 302.2

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado – CRB-8/6194

Nome: Francisco de Assis Silva

Título: Educomunicação no sertão do São Francisco: o papel do Acervo Dom José Rodrigues de Souza em Juazeiro da Bahia

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação, na área de concentração Interfaces Sociais da Comunicação.

Aprovado em: 17 de junho de 2020

BANCA EXAMINADORA

Presidente Professor Dr. Ismar de Oliveira Soares

Instituição: Universidade de São Paulo (USP) Assinatura_____

Prof. Dr. Josemar da Silva Martins Instituição: Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Julgamento_____ Assinatura_____

Profa. Dra. Lucilene Cury Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento_____ Assinatura_____

Prof. Dr. Marcos Luiz Mucheroni Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento_____ Assinatura_____

Profa. Dra. Marília da Silva Franco Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento_____ Assinatura_____

Profa. Dra. Helena Corazza Instituição: Instituto São Paulo de Estudos Superiores (ITESP)

Julgamento_____ Assinatura_____

À minha mãe, Osvalda Maria da Silva, que com simplicidade me fez crescer aprendendo a ser a cada dia uma pessoa melhor, sempre com Deus no coração.

Agradecimento

À Deus Pai e todo poderoso pela vida, saúde e inspiração.

À minha mãe, Osvalda Maria da Silva, mulher e guerreira, sem a qual eu não existiria; a minha esposa, Claudia Cristina Santos Silva e filhos: Guilherme Marcos Valério Silva e Gustavo Marcos Valério Silva, pelo apoio e paciência, em todo o percurso que estou trilhando.

Aos professores: Prof. Dr. Eneus Trindade Barreto Filho; Profa. Dra. Roseli Aparecida Fígaro Paulino; Prof. Dr. Adilson Odair Citelli; Dr. Leandro Leonardo Batista; Dra. Maria Immacolata Vassallo de Lopes, pelas contribuições por meio das disciplinas, cursos, seminários e outras atividades, que até aqui engrandeceram a minha formação.

Ao prof. Dr. Ismar de Oliveira Soares, por oferecer um trabalho de orientação de excelência, dando todo o apoio ao dividir os seus conhecimentos nos encaminhamentos de ações de cunho metodológico, bibliográfico, normativo e das experiências práticas vivenciadas ao longo de sua formação e vida acadêmica.

A Escola de Comunicação e Artes da USP, pela atenção e apoio durante todo esse processo de formação. Pela recepção, cordialidade e ajuda de todos que a compõe e estão sempre dispostos a ajudar.

A Universidade do Estado da Bahia por, sensivelmente, junto com a Universidade de São Paulo terem firmado o projeto de cooperação e implantado o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e Artes da USP (PPGCOM-USP), DINTER – Doutorado Institucional em Ciências da Comunicação (USP/UNEB).

Educomunicação designa um campo de ação emergente na interface entre os tradicionais campos da educação e da comunicação, apresenta-se, hoje, como um excelente caminho de renovação das práticas sociais que objetivam ampliar as condições de expressão de todos os segmentos humanos. (SOARES, 2011).

RESUMO

SILVA, Francisco de Assis. Educomunicação no sertão do São Francisco: o papel do Acervo Dom José Rodrigues de Souza em Juazeiro da Bahia. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação – Escola de Comunicação e Artes – Universidade de São Paulo), São Paulo, 2020.

As múltiplas interfaces sociais da comunicação podem nos levar a caminhos nos quais a educação e a comunicação estão entrelaçadas por meio da educomunicação. É o que identificamos no texto do documento intitulado Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil, aprovado, em 2014, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, onde o termo “educomunicação” foi inserido. Reconhecendo a singularidade desse fato, nossa pesquisa busca identificar a pré-existência de práticas que tenham levado a Igreja a reconhecer a especificidade do conceito da Educomunicação, adotando-o em um documento que orientará a prática pastoral no âmbito da relação entre comunicação e educação. Limitamos nosso estudo à pré-existência de sinais que identifiquem perspectivas educacionais no agir da comunidade católica no sertão do Nordeste, e mais especificamente na Diocese de Juazeiro, às margens do rio São Francisco, na Bahia. Nesta linha de pensamento, o projeto de pesquisa que apresentamos tem como foco a ação de uma das mais reconhecidas lideranças religiosas da recente história da Igreja Católica: o bispo Dom José Rodrigues de Souza, reconhecido, em todo o país, com o título de “o bispo dos excluídos”. No caso, tomaremos como objeto de estudo as ações comunicativas com intencionalidade educativa presentes em três ações específicas do programa desenvolvido por Dom José, quais sejam: a Política de Educação Popular, o Projeto de Comunicação Social e a construção do Acervo Bibliográfico da Diocese de Juazeiro, hoje denominado como Acervo Dom José Rodrigues de Souza, em poder da Universidade Estadual da Bahia.

Palavras – chave: Comunicação; Educação; Educomunicação; Igreja; Acervo.

ABSTRACT

SILVA. Francisco de Assis. Educommunication in the São Francisco sertão: The role of the Dom José Rodrigues de Souza Collection in Juazeiro da Bahia. Thesis (Doctorate in Communication Sciences - School of Communication and Arts - University of São Paulo), São Paulo, 2020.

The multiple social interfaces of communication can lead us to paths in which education and communication are intertwined through the "educommunication". This can be identified on the text from the document entitled Directory of Communication of the Church in Brazil, approved in 2014 by the National Conference of Bishops of Brazil, where the term "educommunication" was inserted. Recognizing the uniqueness of this fact, our research seeks to identify the pre-existence of practices that have led the Church to recognize the specificity of the concept of Educommunication, adopting it in a document that will guide the pastoral practice in the context of the relationship between communication and education. We limit our study to the pre-existence of signs that identify educative perspectives in the action of the Catholic community in the Northeast hinterland, and more specifically in the Diocese of Juazeiro, on the banks of the São Francisco River, in Bahia. As from this line of thought, the research project we are presenting focuses on the action of one of the most recognized religious leaders in the recent history of the Catholic Church: Bishop Dom José Rodrigues de Souza, recognized throughout the country, with the title "The bishop of the excluded". In this case, we will take as an object of study the communicative actions with educational intent present in three specific actions of the program developed by Dom José, named: the Popular Education Policy, the Social Communication Project and the construction of the Bibliographic Collection of the Diocese of Juazeiro, now known as the Dom José Rodrigues de Souza Collection, held by the State University of Bahia.

Keywords: Communication; Education; Educommunication; Church; Collection.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALER	Associação Latino Americana de Educação Radiofônica
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CECUP	Centro de Educação Popular
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CELAM	Conferência Geral Episcopal Latino Americana
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DCH	Departamento de Ciências Humanas
ECA	Escola de Comunicação e Artes
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agricultura Apropriada
LCC	Leitura Crítica da Comunicação
MCP	Movimento de Cultura Popular
MCS	Meios de Comunicação Social
MEB	Movimento de Educação de Base
MINTER	Ministério do Interior
NCE	Núcleo de Comunicação e Educação
PASCOM	Pastoral das comunicações
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular
PMM	Pastoral da Mulher Marginalizada
PNAN	Pesquisa Nacional de Amparo por Domicílio
PPGCOM	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação
PUC	Pontifícia Universidade Católica

RESAB	Rede de Educação do Semiárido Brasileiro
SEDICA	Setor Diocesano de Comunicação e Audiovisual
SOSE	Sociedade das Obras Sociais e Educativas
SUVALE	Superintendência do Vale do São Francisco
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UCBC	União Cristã Brasileira de Comunicação
UCLAP	União Católica Latino Americana de Imprensa
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNDA	Associação Católica Internacional para o Rádio e para a Televisão
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIVASF	Universidade do Vale do São Francisco
UPE	Universidade de Pernambuco
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Barragem e usina de Sobradinho.....	32
Figura 2 - Anotação de Dom José sobre estímulo Paulo Freire.....	53
Figura 3 - Biblioteca da Diocese.....	54
Figura 4 - Certificado de reconhecimento da biblioteca.....	54
Figura 5 - Registro de visita da equipe de Paulo Freire 1983.....	55
Figura 6 - Registro sobre Cadernos de Educação Popular.....	56
Figura 7 - Livros de autores regionais.....	58
Figura 8 - Boletim Caminhar Juntos.....	59
Figura 9 - Pastas com recortes de jornais.....	60
Figura 10 - Ofício do Instituto Cajamar.....	61
Figura 11 - Modelo de termo usado na doação da biblioteca.....	66
Figura 12 - Resolução de Comissão.....	67
Figura 13 - Comissão visitando a biblioteca da Diocese.....	68
Figura 14 - Diário Oficial da Bahia / Doação do Acervo	68
Figura 15 - Acervo instalado na UNEB.....	69
Figura 16 - Curso de Higienização de Acervo Bibliográfico.....	70
Figura 17 - Higienização das obras do acervo.....	70
Figura 18 - Curso de noção de classificação e seleção de acervo.....	71
Figura 19 - Seleção e Classificação de Acervo.....	71
Figura 20 - Foto da reinauguração do Acervo Dom José Rodrigues.....	72
Figura 21 - Exposição itinerante do Acervo Dom José.....	73
Figura 22 - Roda de conversa / professor Ismar Soares no Acervo.....	74
Figura 23 - Livros da UCBC.....	86
Figura 24 - Dom José e a pichação difamatória.....	90
Figura 25 - Boletim Caminhar Juntos.....	93
Figura 26 - Materiais sobre Comunicação Popular.....	94
Figura 27 - Pichação ao lado da Catedral de Juazeiro.....	105
Figura 28 - Livro da biografia.....	106
Figura 29 - Livro homenagem da Câmara dos Deputados.....	107
Figura 30 - Paulo Freire e Dom José em Juazeiro.....	108
Figura 31 - Cartilha Política: a luta de um povo.....	109

Figura 32 - Paulo Freire: formação em Juazeiro.....	110
Figura 33 - Palestra de Paulo Freire em Juazeiro.....	110
Figura 34 - Paulo Freire no centro de treinamento da Diocese.....	111
Figura 35 - Livros de Paulo Freire e seus seguidores.....	113
Figura 36 - Correspondentes Populares da Diocese de Juazeiro.....	117
Figura 37 - Formação de jovens comunicadores.....	119

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Região Nordeste no mapa do Brasil.....	23
Mapa 2 - Semiárido brasileiro.....	25
Mapa 3 - Bacia hidrográfica do rio São Francisco.....	28
Mapa 4 - Divisão da bacia do São Francisco.....	30
Mapa 5 - Juazeiro no mapa da Bahia.....	31
Mapa 6 - Diocese de Juazeiro.....	35
Mapa 7 - Rede de comunicadores populares.....	116
Mapa 8 - Equipes paroquiais de comunicação.....	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Obras do Acervo / Classificação Decimal de Dewey.....	62
Tabela 2 - Lista do mobiliário da biblioteca.....	64
Tabela 3 - Foco – A comunicação e sua relação com as subculturas.....	86
Tabela 4 - Foco – A comunicação e a recepção crítica.....	87
Tabela 5 - Foco – A opção por uma comunicação libertadora.....	88
Tabela 6 - Equipes paroquiais de comunicação em 1995.....	121

INTRODUÇÃO.....	15
1 CONTEXTO TERRITORIAL.....	23
1.1 O Nordeste brasileiro.....	23
1.2 O Semiárido brasileiro.....	25
1.3 O vale do São Francisco.....	28
1.3.1 Apresentando o Vale.....	28
1.3.2 Regiões fisiográficas do Vale.....	29
1.4 Juazeiro da Bahia.....	30
1.5 A barragem de Sobradinho no vale do São Francisco.....	31
1.6 A Diocese de Juazeiro da Bahia.....	33
2 A SISTEMATIZAÇÃO DA EDUCOMUNICAÇÃO NO BRASIL E NA IGREJA..	36
2.1 A Educomunicação: um novo campo de intervenção social.....	36
2.2 Os indicadores de um processo educ comunicativo.....	41
2.3 A Educomunicação e seus indicadores no Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil: sistematizando práticas vivências.....	46
3 DA BIBLIOTECA DIOCESANA AO ACERVO DOM JOSÉ RODRIGUES.....	53
3.1 A Biblioteca da Diocese de Juazeiro.....	54
3.2 O Acervo Dom José Rodrigues de Souza.....	66
3.3 O Acervo Dom José Rodrigues: suporte para estudos e projetos.....	72
4 A COMUNICAÇÃO NA IGREJA DA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL.....	76
4.1 Uma nova fase na relação Comunicação e Igreja.....	76
4.2 Documentos da Igreja: passos evolutivos na comunicação católica.....	79
4.3 A contribuição da União Cristã Brasileira de Comunicação Social – UCBC.....	82
4.4 Caminhos da Igreja no viés da resistência e subversão em tempos de repressão.....	89
4.5 A comunicação da Igreja no contexto da redemocratização do país.....	95
5 A INSERÇÃO POLÍTICA DE DOM JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA.....	98
5.1 Dom José Rodrigues: o bispo dos excluídos no semiárido nordestino.....	98
5.2 Uma comunicação articulada com as transformações sociais.....	100
5.3 A Política de Educação Popular à luz de Paulo Freire.....	108
5.4 Um Projeto de Comunicação Social.....	114
5.4.1 A Rede de Correspondentes Populares da Diocese de Juazeiro.....	116
5.4.2 As Equipes Paroquiais de Comunicação.....	119

6 A OBRA DE DOM JOSÉ RODRIGUES A PARTIR DOS INDICADORES DE PRÁTICAS EDUCOMUNICATIVAS: O TESTEMUNHO DE SEUS CONTEMPORÂNEOS.....	123
6.1 As concepções das testemunhas históricas das práticas educomunicativas.....	123
6.2 O suporte oferecido pela biblioteca às práticas educomunicativas da Diocese.....	137
6.3 Dom José Rodrigues: um precursor da educomunicação.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
REFERÊNCIAS.....	156
ANEXOS.....	166

INTRODUÇÃO

As múltiplas interfaces sociais da comunicação podem nos levar a caminhos nos quais a educação e as comunicações estão entrelaçadas por meio da Educomunicação. O Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/USP) realizou uma pesquisa, entre os anos de 1997 e 1999 e identificou, segundo o professor Soares (2011, p.10), “uma prática mais abrangente no seio da sociedade civil, que tomava a comunicação com um eixo transversal das atividades de transformação social”. A partir da constatação do conjunto dessas ações o NCE/USP ressemantizou, em 1999, o termo Educomunicação, como sendo:

Um campo de ação emergente na interface entre os tradicionais campos da educação e da comunicação, apresenta-se, hoje, como um excelente caminho de renovação das práticas sociais que objetivam ampliar as condições de expressão de todos os segmentos humanos, especialmente da infância e da juventude (SOARES, 2011, p. 15).

Ao publicar, em 2014, o documento de número 99, intitulado Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) adotou o conceito da Educomunicação, no âmbito da comunicação religiosa. Esta foi tema de estudo, em 2018, que culminou com a publicação da tese: A Educomunicação no Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil: aprendizagem em perspectiva, de autoria do pesquisador: Mauricio Nascimento Cruz Filho, pela Escola de Comunicação e Artes (ECA/ USP).

Na introdução do documento 99 da CNBB é expressado que “o Diretório aponta para a importância de se adotar procedimentos educacionais que favoreçam às novas gerações uma aproximação aos meios e recursos da informação a partir de uma perspectiva crítica, construtiva, autoral e cristã” (CNBB, 2014, p. 14).

No entanto, na Igreja, práticas no âmbito da interface educação e comunicação, na perspectiva hoje denominada como educacional, foram vivenciadas, antes da publicação do Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil e merecem ser o objeto de estudo. É o que pretendemos demonstrar com a presente tese.

Objeto de estudo da presente tese

Na Bahia, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) recebeu, no ano de 2013, o Acervo bibliográfico Dom José Rodrigues de Souza. O Acervo é composto por aproximadamente 35.000 exemplares de livros e documentos sobre diversas temáticas,

envolvendo teologia, filosofia, sociologia, política, educação, comunicação, entre outros. A coleção foi montada a partir de orientação dada pelo professor Paulo Freire, quando da implantação de uma Política de Educação Popular no âmbito da Diocese de Juazeiro, na década de 1980. Serviu, também, de fonte para um Projeto de Comunicação Popular, ao possibilitar levantamento de informações para o desenvolvimento de formações pelas pastorais sociais e pelas comunidades eclesiais em geral.

Partimos, no presente trabalho, da constatação de que Dom José Rodrigues de Souza utilizou o material que compunha o acervo bibliográfico de sua Diocese, tendo implementado expressamente práticas que viriam a ser sistematizadas sob o conceito de Educomunicação, décadas depois, pelo Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil (2014). O fato nos leva a pressupor que o bispo de Juazeiro pode ser considerado um autêntico precursor da Educomunicação, no espaço da comunicação popular. É o que tentaremos demonstrar nos capítulos subsequentes.

Nesse sentido, o objetivo geral desta tese é compreender os vínculos teóricos e metodológicos que aproximam, de um lado, os indicadores de Educomunicação legitimados e introduzidos no Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil e, de outro, os possíveis indicadores encontrados no Acervo Dom José Rodrigues bem como nos relatos testemunhais sobre práticas de comunicação popular implementados na Diocese de Juazeiro da Bahia à época de sua instalação.

Hipótese

Em decorrência do anunciado, a pergunta que se coloca para a presente investigação é: O que hoje é colocado como indicadores de Educomunicação no texto do Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil já estariam, de fato, presente na instituição através da obra e práticas promovidas por Dom José Rodrigues de Souza no sertão do São Francisco?

A hipótese - levantada a partir de uma análise exploratória dos materiais que compõem o Acervo Bibliográfico da Diocese de Juazeiro - vai justamente na direção de afirmar que, efetivamente, já existiam, nos inícios da segunda metade do século XX, vivências de comunicação popular na Igreja Católica convergentes com os indicadores de ações educacionais, hoje legitimadas no documento 99 da CNBB, em coerência com o que havia sido proposto, como referencial para o conceito da Educomunicação, pelo NCE/USP, em 1999.

Referenciais teóricos da pesquisa

Como aporte teórico para construir nosso quadro de referência, articulamos:

a) Para discutir Educomunicação:

Mário Kaplún (1998): *Uma pedagogia de la Comunicación*. Propõe discutir a partir dos tipos de educação e suas concepções as práticas de comunicação correspondentes. Busca entender como a comunicação se faz presente nos espaços educativos.

Martín-Barbero (2014): *A comunicação na educação*. Dialogando com outros autores, debate vários conceitos, pensando a comunicação e a educação a partir das transformações que se passam pelo mundo contemporâneo.

Paulo Freire (1981): *Pedagogia do Oprimido*. Discute a educação como prática dialética com a realidade, em contraposição à por ele denominada educação bancária, tecnicista e alienante. A dialogicidade é apresentada como essência da educação como prática da liberdade. Destacou-se por seu trabalho na área da educação popular, voltada tanto para a escolarização como para a formação da consciência política.

Ismar Soares (2011): *Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação*. Apresenta como se deu a ressemantização, em 1999, após pesquisa realizada junto a uma amostragem latino-americana, do neologismo Educomunicação para designar um campo emergente de intervenção social na interface comunicação/educação.

b) Para discutir a Comunicação Católica:

Joana Puntel (2010): *Comunicação, diálogos dos saberes na cultura midiática*. Recupera na obra o pensamento da Igreja Católica sobre a comunicação.

Helena Corazza (2016): *Educomunicação, formação pastoral na cultura digital*. Discuti a Educomunicação na interface educação e comunicação, com ênfase na formação pastoral.

Ismar Soares (1988), *Do Santo Ofício à Libertação*. Analisa mais profundamente o discurso e a prática da Igreja Católica no campo da Comunicação.

Pedro Gilberto Gomes (1995), *A comunicação cristã em tempo de repressão*. Discorre sobre: comunicação cristã, eclesial, social. Teceu estudos sobre a história da UCBC - União Cristã Brasileira de Comunicação Social.

Frei Romeu Dale (1973): *Igreja e Comunicação Social*. Coloca em evidência um conjunto de documentos da Igreja Católica a respeito dos meios de comunicação social.

Abordagem metodológica

No enfoque metodológico, o tipo de estudo utilizado em pesquisas acadêmicas que melhor se enquadrou no atendimento às necessidades de nossa proposta foi o de abordagem qualitativa, levando em conta que

a abordagem qualitativa apresenta inúmeros usos, tais como: compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais; permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das peculiaridades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos (SOARES, 2003, p. 48).

Utilizamos tanto a pesquisa bibliográfica quanto a documental como forma de atender aos nossos objetivos. De acordo com Koche (2015, p. 122), “a pesquisa bibliográfica é a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres”. Já no entendimento de Duarte e Barros (2005, p. 269-270), “o documento representa o fio da meada, a indispensável referência para o correto registro histórico”. [...] o recurso da análise documental costuma ser utilizado no resgate da história de meios de comunicação, personagens ou períodos. As fontes mais comuns são os acervos de impressos (jornais, revistas, catálogos, almanaques). Mas também serve com expediente a consulta de documentos oficiais, técnicos ou pessoais (Duarte e Barros, 2005, p. 269 - 270).

A pesquisa documental trabalhou com duas categorias de fontes primárias: uma amostragem significativa de textos disponíveis no Acervo, de um lado, e um contato direto com testemunhas históricas relacionadas aos fatos que envolveram a atuação do bispo de Juazeiro.

Quanto aos Documentos, foi examinada uma série de papéis arquivados no Acervo, a saber: cartas, ofícios, jornais, anotações, atas e o boletim Caminhar Juntos (1970 a 2003), e, também, livros do próprio Acervo, categorizados por títulos e por autores envolvidos com o tema em estudo, além do recém-lançado Diretório de Comunicação da Igreja Católica no Brasil (2014).

Quanto às testemunhas, foram entrevistadas 12 pessoas (agentes pastorais, leigos, padres, jovens e adultos) que vivenciaram a montagem e utilização do Acervo bibliográfico

para atividades diversas e estiveram envolvidas nas práticas da Política de Educação Popular e no Projeto de Comunicação Popular implementadas na época pela Diocese de Juazeiro.

Coleta de dados

Para efetivar a pesquisa qualitativa, utilizamos, pois, cinco instrumentos de coleta de dados, devidamente integrados: a Observação exploratória com anotações para a elaboração de uma descrição; a Entrevista Semiestruturada com os 12 sujeitos envolvidos na nossa fonte de pesquisa, a Análise Bibliográfica e Documental realizada no Diretório de Comunicação, no Acervo e nos registros da Política de Educação Popular e do Projeto de Comunicação Popular e o Registro Fotográfico, que teve como função o apoio à descrição, fornecendo dados para essa tese.

A observação exploratória teve como função fornecer informações e dados relevantes para construção das descrições e das primeiras impressões do que constam no Acervo Bibliográfico Dom José Rodrigues de Souza e os indícios de aproximações com o tema e o problema levantados e estudados.

Bunge, citado por Coutinho (2004, p. 95), diz que:

A observação propriamente dita caracteriza-se por uma percepção intencionada e ilustrada: intencionada porque se faz com um objetivo determinado; ilustrada porque se guia de algum modo por um corpo de conhecimento. O objeto da observação é um fato do mundo externo ou interno do observador (COUTINHO, 2004, p. 95).

O ato de descrever o Acervo foi um produto da fase de observação exploratória, sendo, assim, uma leitura técnica do que se viu e interpretou. Para Bunge, citado por Coutinho (2004, p. 98), uma consequência da observação é a “descrição daquilo que provocou a percepção e a interpretação, ou seja, descrição do que foi lido mediante a observação...”. Essas observações e descrições, no entanto, foram auxiliadas ainda pelo registro fotográfico.

Ainda sobre observação, Barros e Duarte (2005, p. 33), enfatiza que:

Os fatos só existem a partir de nossa observação. E toda observação é orientada por um conjunto de representações e de esquemas, por intermédio dos quais os seres humanos percebem, interpretam, classificam, dividem, compreendem os fenômenos que têm diante de si (DUARTE E BARROS, 2005, p.33).

Na técnica da entrevista com questionário semiestruturado, foram utilizadas tanto as perguntas previamente formuladas como as livremente propostas na ocasião da entrevista,

procedimento por meio do qual obtivemos os informes contidos na fala dos atores sociais, como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objetos da pesquisa que vivenciaram uma determinada realidade que foi focalizada.

Koning, citado por Coutinho (2004, p.107), define a entrevista como uma técnica de investigação e um meio de comunicação. Ele diz que, por entrevista, como instrumento de investigação “entende-se um procedimento metódico com a finalidade científica, mediante o qual o entrevistado deve proporcionar informações verbais por meio de uma série de perguntas intencionais ou de estímulos comunicados”.

Good e Hatt, também citados por Coutinho (2004, p.107), dizem que “a entrevista consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de um certo ato social comum à conversação”. Os roteiros das entrevistas foram organizados para atender ao que pretendíamos levantar com cada categoria de atores sociais. As entrevistas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas e sistematizadas por tipo de dados fornecidos pelo entrevistado.

As descrições foram auxiliadas ainda pelo registro fotográfico, que serviu de apoio à descrição e fortaleceu os dados apresentados na tese.

O registro iconográfico “refere-se a documentos bidimensionais de obra de arte, fotografia, desenho técnico, diapositivos, material estereográfico, transparência, cartaz, entre outros” (KOCHE, 2015, p. 164).

Sistematização dos dados

Na sistematização dos dados levantados em livros e documentos pesquisados, foram adotadas as normas da ABNT. Foram realizados os fichamentos do Diretório de Comunicação da Igreja Católica no Brasil, dos Boletins “Caminhar Juntos” da Diocese de Juazeiro da Bahia das décadas de 70, 80, 90, do século XX e 2000, 2001 e 2002 e, também, de outros livros, que complementaram a fundamentação e o tema da pesquisa.

A sistematização dos dados das entrevistas ocorreu com a identificação e utilização das categorias: planejamento, participação, democracia, gestão de recurso e processos da comunicação, pedagogia de projetos, formação de liderança, cidadania, transformações sociais e pessoais e construção de conhecimento, nas falas apresentadas pelos atores sociais.

A análise dos dados foi fruto das articulações que ocorreram entre os dados coletados nas observações, descrições, documentos analisados, entrevistas e os referenciais teóricos da pesquisa. Essas articulações levaram em consideração que o discurso é uma construção social,

não individual, e que deve ser analisado, considerando seu contexto histórico-social, suas condições de produção e que o discurso reflete uma visão de mundo determinada, vinculada à dos seus autores e à sociedade em que vivem.

Ainda, segundo Coutinho (2004, p.103), “as análises qualitativas, a partir da análise compreensiva das categorias, possibilitam o aprofundamento na interpretação da dinâmica do fenômeno estudado”. Todo esse processo procurou responder à questão da pesquisa e atingir os objetivos que foram propostos inicialmente.

Sequência dos Capítulos

O primeiro capítulo apresenta o contexto geopolítico de Juazeiro da Bahia. Situa geograficamente a cidade e a Diocese de Juazeiro no Nordeste, no Semiárido e no vale do São Francisco. Evidencia como foi constituída a Diocese de Juazeiro da Bahia, campo de estudo deste trabalho. Por último, explicita a obra da construção da barragem de Sobradinho no Rio São Francisco, palco de muitas das manifestações e do próprio trabalho pastoral de Dom José Rodrigues.

O segundo capítulo coloca em pauta a sistematização da Educomunicação no Brasil. Descreve a concepção de Educomunicação e a apresenta em seguida como um novo campo de intervenção social que tem expandido a sua atuação. Descreve indicadores presentes em um processo educamunicativo. E, ainda, evidencia a Educomunicação e seus indicadores no Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil.

O terceiro capítulo apresenta o Acervo Bibliográfico Dom José Rodrigues. Nele descrevemos como foi a organização do mesmo por parte de Dom José Rodrigues, a composição com o tombamento das obras, a adoção pela UNEB (Universidade do Estado da Bahia) e todo o seu processo de arrumação, higienização e desenvolvimento de projetos.

O quarto capítulo aborda a comunicação na Igreja na América Latina. Apresenta uma nova fase na relação Comunicação e Igreja a partir do final da década de 50. Descreve os documentos de Puebla e Medellín como passos evolutivos na Comunicação da Igreja. A contribuição da União Cristã Brasileira de Comunicação Social – UCBC. Os caminhos da comunicação na Igreja como resistência e subversão em tempos de repressão. A comunicação da Igreja no contexto da redemocratização do País.

O quinto capítulo trata da inserção política de Dom José Rodrigues de Souza. Apresenta o prelado como o “bispo dos excluídos” como assim eram classificados os moradores no semiárido nordestino, e sua atuação como comunicador, no exercício de uma

comunicação articulada com as transformações sociais do sertão baiano. Relata, por outro lado, como ocorreram a Política de Educação Popular e o Projeto de Comunicação Popular, com duas linhas de ações: a Rede de Correspondentes Populares e as Equipes Paroquiais de Comunicação.

O sexto capítulo sistematiza a obra de Dom José Rodrigues através dos testemunhos históricos sobre possíveis práticas educomunicativas, ocorridas no sertão do São Francisco. Já as considerações finais apresentam as conclusões e proposições sintonizadas com o problema, os objetivos e as hipóteses do que foram propostos para este estudo.

A pertinência científica da pesquisa pauta-se na contribuição que o trabalho possa vir a oferecer ao avanço das discussões em torno da interface Comunicação/Educação e na abertura de novas possibilidades de estudos sobre as interfaces sociais da comunicação, envolvendo as questões da comunicação e educação especialmente a Educomunicação no âmbito religioso.

1 O CONTEXTO TERRITORIAL

A Diocese de Juazeiro da Bahia localiza-se no bioma do semiárido, na Região Nordeste do Brasil. Ocupa uma área, que tem o rio São Francisco como epicentro, marcando os acontecimentos que conformam grande parte de sua história.

O cenário é marcado por períodos intercalados de pouca umidade e de seca extrema, determinando uma história cujas dificuldades sociais e econômicas podem ser medidas pela proximidade ou afastamento das margens do rio.

Com a chegada do progresso, o modelo de desenvolvimento, que se instalou e predomina nos dias atuais, se alicerça na produção de energia elétrica, através de grandes barragens a exemplo de Sobradinho, bem como nas agriculturas irrigada e de subsistência. Para a população cabe o processo de aprendizagem de como conviver no semiárido, tema, aliás, próximo à atuação de Dom José Rodrigues quando fundou o IRPAA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada.

1.1 O Nordeste brasileiro

O Nordeste é uma das cinco macrorregiões do Brasil, possuindo, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), uma grande densidade populacional, ficando atrás, nesse aspecto, apenas da região Sudeste. Os estados que compõem são: Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Piauí.

Mapa 1 - Nordeste no mapa do Brasil

Fonte: IBGE (2018)

Segundo o IBGE (2018), o Nordeste possui uma superfície de 1.556.001 km², ocupando 20% de todo o território nacional. A região tem uma população de aproximadamente 56 milhões de pessoas, ou seja, 27% da população brasileira.

O professor e historiador Manoel Correia de Andrade, em seu livro: *O Nordeste: a reforma agrária ainda é necessária?* (1981), ao falar sobre a realidade do Nordeste e sua gente, no final da década de 1970 e início da década de 1980, apontava para a indigência de sua economia, obrigando parte de sua população a migrar para outras regiões do país. Afirmou o autor:

A função econômica do Nordeste de exportador de mão-de-obra deve-se ao fraco desempenho de sua economia freada por uma organização tradicional de ocupação e exploração do espaço, e pelo consequente baixo nível de renda de sua população. Embora façamos sérias reservas à utilização do critério de “renda per capita” como indicador de nível de desenvolvimento, é conveniente salientar que em 1979 a renda per capita no Nordeste foi calculada em US\$ 681,00, enquanto a nacional foi superior a US\$ 1.700,00, sendo assim duas vezes e meia inferior a do país (ANDRADE, 1981, p. 66).

Passadas praticamente três décadas, a situação melhorou pouco. Foi o que constatou o IBGE ao analisar os valores dos rendimentos domiciliares *per capita* referentes a 2018 no Brasil, calculados com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), registrando que, no Brasil, o valor médio de renda familiar era da ordem de 1373 reais, enquanto, no Nordeste, não passava de 815 reais:

Outra característica que, historicamente, influencia na vida do povo do Nordeste é a divisão das terras, que acaba por acentuar as desigualdades, tornando-se tema de grandes debates na região. É o que explica ANDRADE,

A concentração da propriedade fundiária nas mãos de grupos de elite contribui para que estes exerçam um forte poder de pressão e tenham uma grande influência no governo, tanto a nível local, de município, como no estadual e até federal; neste, compondo-se, naturalmente com os grupos econômicos ligados a indústria, ao comércio de exportação e aos bancos (ANDRADE, 1981, p.68).

Os grandes latifúndios do Nordeste impactam também nas relações de emprego e renda das pessoas que trabalham em áreas que têm a agricultura irrigada como principal impulsionador econômico, definindo um perfil populacional:

O trabalhador, quase sempre residente nas cidades e povoações, já foi expropriado dos meios de produção e vende a sua força de trabalho às empresas, por um preço que oscila de acordo com a lei de oferta e de procura. Nos períodos de colheita, por exemplo, quando é maior a demanda de mão-de-obra, os salários sobem, mas nos

períodos de plantio e de crescimento das lavouras, na chamada entressafra, a demanda de mão-de-obra cai e os trabalhadores ficam sem trabalho ou têm que se sujeitar a salários muito baixos (ANDRADE, 1981, p. 69).

Outra referência geopolítica da região onde está inserida a diocese de Juazeiro é a vigência dos elementos constitutivos do semiárido brasileiro.

1.2 O semiárido brasileiro

O território do semiárido estende-se por duas regiões do Brasil, constituindo-se numa extensa faixa de terra compartilhada por dez estados, sendo nove localizados no Nordeste (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia) e um, no Sudeste (mais especificamente, no Vale do Jequitinhonha, norte de Minas Gerais).

Mapa 2 - Semiárido brasileiro

Fonte: (IBGE, 2019).

Os dados da área territorial e da densidade demográfica do semiárido mostram a grandiosidade desse pedaço do Brasil, no qual o aspecto climático é o que se ressalta em primeiro plano, mesmo essa não sendo a sua única característica.

O semiárido brasileiro, com quase um milhão de km², é, entre as regiões áridas e semiáridas do mundo, uma das mais populosas, com mais de 28 milhões de habitantes. Uma razão para isso é que a chuva média anual, entre 500 mm e 800 mm, possibilita o crescimento de uma vegetação perene e rica em espécies – a caatinga –, e a existência de rios que, embora intermitentes e sem água na estação

seca, possuem descargas apreciáveis nos meses chuvosos (NASCIMENTO; CAGNIN In: QUINTIERRE, 2010, p. 65).

O documento *Projeto São Francisco: a integração das águas do semiárido* (1998) retrata a configuração, que caracteriza essa região, destacando:

A escassez de água é agravada pelo déficit hídrico crônico do balanço de umidade, envolvendo a pluviosidade e a evaporação. O clima tropical com elevada temperatura e alta insolação, causa grande taxa de evaporação. Mesmo chovendo 750 milímetros em média, a elevada evaporação, de 2200 milímetros ao longo do ano, leva sempre a uma situação de déficit hídrico crônico (BRASIL, 1998, p. 17).

O fato de o território receber grande luminosidade, ao longo de todo o ano, contribui decisivamente para o prolongamento dos períodos de seca, responsáveis pela falta de água especialmente nas áreas afastadas do rio. No entanto, quando essas mesmas áreas passam por processos de irrigação planejada, convertem-se em território extremamente propício para a produção agrícola, como lembra o pesquisador João Suassuna, em seu livro *Transposição do São Francisco*:

O nosso semiárido é o único no mundo localizado em uma região tropical, significando dizer que não temos a ocorrência de neve nos invernos. Este aspecto, alinhado a intensa insolação e com técnicas avançadas de irrigação, possibilita até três colheitas por ano. A uva é um exemplo de produção nas margens do São Francisco (SUASSUNA, 2010, p. 21).

A fartura dos espaços irrigados, beneficiando grandes companhias recentemente instaladas no território, traduz uma realidade nova e excepcional, não conseguindo, ainda, reverter o cenário de desolação próprio da maior parte do semiárido, especialmente das zonas mais afastadas das margens do rio São Francisco, onde predomina uma situação de baixa produtividade, justamente pelos curtos períodos de chuva.

A instabilidade climática da região é severa e torna a produção de grãos uma verdadeira loteria. Estudos da Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária atestam que as colheitas seguras, nos limites do semiárido, ocorrem em apenas 20% dos casos. Em 10 anos agrícolas, apenas 2 apresentam colheitas com sucesso (SUASSUNA, 2010, p.23-24).

Outro aspecto a ser ressaltado na construção do cenário do ecossistema geopolítico do Semiárido nordestino é fator humano:

A diversidade étnico-cultural dos povos do Semiárido constituiu uma plasticidade de populações que compõem as suas diferentes paisagens, revelando nelas suas

territorialidades conforme a própria trama diversa que marca esse território, formado por chapadas, vales e planaltos, serras, dunas e brejos. Os diferentes geoambientes definem-se, de forma peculiar, pela pluralidade histórica, cultural, econômica, social, política e ambiental e marcam a trama da construção histórico-geográfica do semiárido brasileiro (CARVALHO; REIS; NÓBREGA, 2011, p.51).

Os pesquisadores Luzineide Carvalho e Harold Schistek, no livro *Educação e convivência com o semiárido* (2011), publicado pelo selo RESAB – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro garantem, contudo, que mudanças vêm ocorrendo na compreensão do bioma do Semiárido:

A área territorial do Semiárido Brasileiro vem sendo revista desde as primeiras décadas do século XX e a cada delimitação surge uma nova compreensão do que é esse território, sua natureza, bem como os diferentes interesses econômicos e políticos envolvidos que contribuem para as escolhas dos municípios pertencentes a essa região (CARVALHO; SCHISTEK, 2013, p. 15).

Novas resoluções do Conselho Deliberativo da SUDENE de nº 107, de 27/07/2017 e de nº 115, de 23/11/2017, definem que o Semiárido Brasileiro é composto por 1.262 municípios, dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. Os critérios para delimitação do Semiárido são: Precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; Índice de Aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50; Percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano.

Tais processos de mudanças foram antevistos por Dom José Rodrigues, ao colocar em pauta o debate sobre a necessidade de se aprender a conviver com o território do semiárido. Ressaltava o bispo a existência das adversidades do território, mas garantia, de igual forma, que seria possível construir alternativas que viabilizassem a vida na região. Foi nesse contexto que ajudou a fundar e tornou-se presidente da ONG conhecida como IRPAA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada, com sede em Juazeiro da Bahia, destacando que:

Viver com o semiárido é saber reconhecer o seu valor. É preciso descobrir que o semiárido brasileiro tem muitos recursos e possibilidades e que é uma região diferente das outras do Brasil, onde para viver bem, é preciso aprender, primeiramente, a conviver com a sua diversidade climática: as chuvas irregulares, os períodos longos de estiagens; as condições do solo, entre outros fatores (IRPAA, 1992).

Para melhor compreender as transformações pelas quais passa o Semiárido nordestino, dedicamos o próximo item à análise do espaço geográfico, que, de forma marcante, ocupou a atenção de Dom José: o Vale do São Francisco.

1.3 O vale do São Francisco

O Vale do São Francisco com suas transformações, ocorridas nas últimas décadas, impacta social, cultural e economicamente uma importante área do Brasil.

1.3.1 Apresentando o Vale

A bacia hidrográfica do São Francisco abrange 640 km², distribuídos em cerca de 450 municípios, representando 7% do território nacional. Da nascente em Minas Gerais, no município de São Roque de Minas, à foz, entre municípios de Piaçabuçu (Alagoas) e Brejo Grande (Sergipe), o rio gera a base de sobrevivência e as atividades econômicas fundamentais de seu povo. É com esses dados que Dom Flávio Cappio, bispo da diocese de Barra na Bahia, sintetiza a dimensão da bacia quando escreveu o texto *Rio São Francisco: pai e mãe de um povo*, no ano 2000.

Mapa 3 - Bacia hidrográfica do rio São Francisco

Fonte: IBGE (2019).

Economicamente, o vale do São Francisco caracterizou-se pelo seu vínculo à criação de gado e à agricultura de pequeno porte, principalmente nas áreas próximas ao rio. É justamente o que descreve Prado Junior em seu livro *História econômica do Brasil* (1990), ao

mostrar que “a ocupação dessa região foi orientada pelo caráter extensivo do criatório de bovino de corte, resultando em aglomerados humanos pouco expressivos, em que a agricultura era praticada apenas com o intuito de abastecer as fazendas de gado” (PRADO JUNIOR In: AZEVEDO, 2011, p. 23).

Nesse contexto de expansão da pecuária, observa-se que foram vários os assentamentos humanos que surgiram a partir de caminhos de bois nas margens do rio São Francisco, caminhos que se dirigiam para os litorais Baiano e Pernambucano (AZEVEDO, 2011, p.23).

A partir da década de 1940, o Semiárido passou a ser objeto de diferentes ações do governo federal, no intuito de promover mudanças na região compreendida pela bacia do rio São Francisco, como ocorreu com o Ministério do Interior – MINTER, como atesta o documento intitulado “*Plano Diretor para o desenvolvimento do Vale do São Francisco*” (1986), onde se registra:

As primeiras ações governamentais para aproveitamento da bacia do rio São Francisco, segundo uma concepção ampla de desenvolvimento, datam de 1948, a partir da criação da Comissão do Vale do São Francisco – CVSF, órgão executivo multisetorial da administração federal. Desde então, uma série de programas e projetos foram executados na região pela CVSF e órgãos que a sucederam com o mesmo caráter multifuncional: a Superintendência do Vale do São Francisco – SUVALE (autarquia federal), criada em 1967, e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF (empresa pública federal), instituída em 1974 (BRASIL, 1986).

Como parte desse esforço, foi construída, na década de 1970, uma barragem em Sobradinho, a 40 km de Juazeiro, e que possibilitou, em decorrência, o início da implantação dos primeiros projetos de agricultura irrigada no vale, ampliados com rapidez nas décadas seguintes.

1.3.2 Regiões fisiográficas do Vale

A bacia hidrográfica do rio São Francisco é dividida em quatro regiões fisiográficas, a saber: o alto, o médio, o submédio e o baixo São Francisco.

O alto São Francisco estende-se das nascentes até Pirapora, em Minas Gerais; o médio São Francisco, por sua vez, compreende o trecho da bacia situado entre Pirapora e Remanso, na Bahia; o submédio São Francisco compreende áreas da Bahia e Pernambuco situadas entre os municípios de Remanso e Paulo Afonso, na Bahia. Finalmente, o baixo São Francisco estende-se desde Paulo Afonso até o mar (BRASIL, 1986, p. 13-14).

Mapa 4 - Divisão da bacia do São Francisco

Fonte: CODEVASF (2019).

O submédio São Francisco, principalmente a área do polo Juazeiro-BA/Petrolina-PE, tornou-se, nas últimas quatro décadas, uma conhecida área agrícola do Nordeste e do Brasil.

A agricultura irrigada voltada para a produção de frutas, legumes e hortaliças, vem sendo realizada com sucesso nas áreas do submédio São Francisco. A disponibilidade de água às margens do São Francisco e seus afluentes, a insolação, a possibilidade de correção dos solos mediante o emprego de tecnologias já conhecidas, vem permitindo o desenvolvimento de uma agricultura moderna com elevada produtividade e com perspectivas claras de expansão (BRASIL, 1995, p.68).

Tais mudanças permitiram que Juazeiro se transformasse no principal polo de desenvolvimento do norte da Bahia, em meio ao semiárido nordestino.

1.4 Juazeiro da Bahia

É na margem direita do vale do São Francisco que está localizada a cidade de Juazeiro da Bahia. Situa-se a 500 km da capital do estado, a cidade de Salvador. Limita-se ao Norte com a cidade de Petrolina-PE; ao Nordeste com o Município de Curaçá - BA; ao Sudeste com Jaguarari - BA; ao Sudoeste com Sobradinho-BA.

O nome de “Juazeiro” deu-se em referência a uma árvore, que servia de local de repouso para as pessoas que por ali passavam como relata Duarte (1978, p.4): “Os que, por interesses comerciais, tinham que chegar ao recôncavo baiano e consequentemente à velha metrópole de Salvador, abrigava-se à sombra de um frondoso juazeiro, local, portanto, das primeiras comunicações nestas paragens”.

Segundo Garcez (1992, p. 84), o local chamado de “passagem de Juazeiro” tornou-se cidade através da lei nº 1814, de 15 de julho de 1878, sancionada pelo Presidente da Província da Bahia, Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo.

Mapa 5 - Juazeiro no mapa da Bahia

Fonte: IBGE (2019)

A cidadã juazeirense Maria de Lourdes Duarte, ao publicar o texto “*Juazeiro 100 anos – um pouco de sua história*” (1978), ressaltou um fato marcante na solenidade da instalação da cidade:

A instalação solene verificou-se no dia 8 de setembro do mesmo ano, dia dedicado à Nossa Senhora das Grotas. Providencialmente foi escolhido, por ser sem dúvida o maior do calendário da terra, quando se celebra a festa da excelsa padroeira (DUARTE, In: MAGALHÃES, 1978, p. 4).

A cidade de Juazeiro e toda a região foram fortemente impactadas pela construção da barragem de Sobradinho.

1.5 A barragem de Sobradinho no vale do São Francisco

O processo que envolveu as obras e a inauguração da represa e da usina hidroelétrica de Sobradinho durou cerca de 10 anos. Dados da CHESF (2019) deixam claros que o início das obras da construção da barragem ocorreu em 26 de junho de 1973 e da usina em 08 de junho de 1974, sendo que a barragem foi inaugurada em 28 de maio de 1978 e a usina em 25 de setembro de 1979; em 03 de março de 1982, a última das seis unidades geradoras de

Sobradinho entra em operação, totalizando a capacidade de geração de 1050 milhões watts de potência, concluindo o projeto de construção.

Figura 1 - Barragem e usina de Sobradinho

Fonte: CHESF (2019)

Segundo CHESF (2019), o empreendimento fica localizado no município de Sobradinho na Bahia, distando 40 km das cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), sendo que a usina de Sobradinho fica localizada a 748 km da foz, na bacia hidrográfica do rio São Francisco, que tem 640 000 km² e extensão de 3200 km.

A construção da barragem de Sobradinho no Norte da Bahia impactou a região e, em especial, a população, que teve as suas vidas diretamente influenciadas devido à dimensão da obra. Para os envolvidos,

O grande desafio era a um só tempo o deslocamento de aproximadamente 70000 pessoas na região a ser inundada e a desapropriação de 4500 km² que se transformariam no maior lago artificial da América do Sul. Essa área abrangia sete municípios baianos (Juazeiro, Sento-Sé, Xique-Xique, Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado e Barra), inundando quatro cidades (Sento-Sé, Casa Nova, Remanso e Pilão Arcado), dez sedes distritais, inúmeros povoados e pequenos aglomerados rurais (JUCÁ, 1982, p.200).

Todo o trabalho de execução das obras da barragem de Sobradinho ocasionou inúmeras dificuldades, que foram aparecendo devido à complexidade da obra. Para Jucá (1982, p.200) “problemas outros se escreveram com grande magnitude: o reassentamento da população atingida, as restrições à navegação pelo rio, à reconstrução de toda a infraestrutura regional”.

O objetivo era tornar realidade uma estrutura gigantesca de armazenamento de água em pleno semiárido nordestino com dimensões que mudaram de vez a paisagem da região. Os

dados da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF descrevem que o empreendimento:

O reservatório de Sobradinho tem cerca de 320 km de extensão, com uma superfície de espelho d'água de 4214 km² e uma capacidade de armazenamento de 34,1 bilhões de metros cúbicos em sua cota nominal de 392,50 m, constituindo um dos maiores lagos artificiais do mundo, garantindo, assim, uma vazão de 2060 m³/s. nos períodos de estiagem, permitindo a operação de todas as usinas da CHESF situadas ao longo do rio São Francisco (CHESF, 2019).

A obra garantiu a reserva de água para a geração de energia e para a viabilidade de projetos socioeconômicos, que, no vale do São Francisco, estão fortemente ligados à produção de fruticultura irrigada, sendo que o reservatório opera também o controle das águas para evitar as cheias.

A polêmica em torno das obras do reservatório e da usina de Sobradinho divide opiniões sobre os pontos positivos e negativos e as formas como foram mitigados os impactos gerados.

A perspectiva de análise varia de acordo com a ótica do observador. Assim aquela que reflete, prioritariamente, sobre questões econômicas responsáveis pela geração de progresso colide com a do estudioso preocupado com a situação do homem e com as alterações, para melhor ou pior, na sua condição de vida (GARCEZ, 1992, p.292).

Quatro décadas depois, as obras de Sobradinhos e seus desdobramentos, ainda, são objeto de muitas discussões e análises por parte dos vários setores da sociedade civil organizada e órgãos governamentais, impactando na elaboração de novos projetos do setor hidroelétrico e na elaboração de novas leis, principalmente, no âmbito socioambiental.

É nesse contexto que está inserida a Diocese de Juazeiro da Bahia e as ações de educação e comunicação popular, incentivadas por Dom José Rodrigues, que se deram a partir das formações realizadas por Paulo Freire e sua equipe nas décadas de 80 e 90 do século XX, na região do semiárido do vale do rio São Francisco, no Nordeste do Brasil.

1.6 A Diocese de Juazeiro da Bahia

Os registros dos primeiros missionários que se instalaram em Juazeiro da Bahia, ainda conhecida com o nome de Passagens de Juazeiro, são datados de 1706, quando a primeira missão franciscana resolve desenvolver um trabalho com o aldeamento dos índios, que já moravam nas terras. No entanto, missionários jesuítas e capuchinhos já haviam passado por

essa região, tendo o padre francês Bernard de Nantes como exemplo de um dos primeiros missionários, que passaram por essa terra no ano de 1682.

Um fato marcante para a Diocese de Juazeiro foi o encontro da imagem de Nossa Senhora das Grotas, no ano de 1710. Segundo Ribeiro (1968), “a imagem foi encontrada em uma gruta do rio São Francisco por um índio, que repassou a imagem a um vaqueiro; posteriormente, foi entregue a um missionário. Logo Nossa Senhora das Grotas é elevada à padroeira da Igreja local”.

Durante décadas, os frades franciscanos desenvolveram seus trabalhos nas comunidades às margens do rio São Francisco, no submédio São Francisco. O pesquisador Ermi Ferrari Magalhães, na revista *Juazeiro 100: terra e povo num canto de amor* (1978), afirma que:

Em março do ano de 1840 a Igreja de Nossa Senhora das Grotas foi elevada à categoria de Igreja-Matriz, ficando vinculada à Arquidiocese de São Salvador da Bahia, sendo que, para assumir a paróquia chegou a Juazeiro o padre Caetano de Araújo Mato Grosso, que desenvolveu as suas atividades na paróquia por 44 anos, ainda dando início, em 1854, às obras de construção da segunda igreja de Juazeiro, que foi inaugurada catorze anos depois, no ano de 1868 (DUARTE, 1978; In: MAGALHÃES, 1978, p. 10).

Outro importante fato aconteceu no ano de 1915, quando, com a criação da Diocese de Barra e a posse de seu primeiro bispo, a paróquia de Juazeiro foi desligada da Arquidiocese de São Salvador, passando a pertencer à recém-criada diocese.

Em 21 de julho de 1962, o então papa João XXIII, nos termos da bula *Christi Ecclesiae*, cria a Diocese de Juazeiro, que, inicialmente, tinha uma cobertura geográfica, que compreendia seis municípios baianos, sendo eles: Juazeiro, Sento Sé e Curaçá do lado direito da margem do rio São Francisco e Casa Nova, Remanso e Pilão Arcado do lado esquerdo da margem do mesmo rio.

A nova diocese passou a ter seus limites com as dioceses de Petrolina (PE), São Raimundo Nonato (PI), Senhor do Bonfim, Paulo Afonso e Barra, estas últimas três na Bahia. O trabalho da Diocese de Juazeiro tem suas ações com reflexo, também, nas dioceses que a cercam, as quais acabam fazendo parcerias e trocas de experiências, inclusive, por serem de uma mesma regional do Nordeste.

Mapa 6 - Diocese de Juazeiro

Fonte: Arquivo Diocese de Juazeiro (2019).

Dessa forma, a paróquia de Nossa Senhora das Grotas foi elevada à categoria de catedral e a cidade de Juazeiro, na Bahia, torna-se a sede episcopal da recém-fundada Diocese. No mesmo ano (1962), no mês de outubro, foi nomeado Dom Tomás Guilherme Murphy, padre redentorista, como primeiro bispo. Começava, a partir daquele ano, um trabalho desenvolvido pelo bispo, o qual durou 12 anos.

Uma das primeiras ações de Dom Tomás Guilherme Murphy foi a criação da SOSE – Sociedade das Obras Sociais e Educativas, em 15 de fevereiro de 1963, com o objetivo de desenvolver atividades sociais e educativas na área da Diocese de Juazeiro, uma entidade jurídica, mas sem fins lucrativos, registrada no Conselho Nacional de Serviço Social a qual é reconhecida como entidade filantrópica.

Em 1975, assume a diocese de Juazeiro o redentorista Dom José Rodrigues de Souza, cujo trabalho pastoral esteve ligado aos problemas sociais presentes em seu território, principalmente aqueles associados à construção da barragem e da usina de Sobradinho.

No próximo capítulo, é apresentada a fundamentação teórica da educomunicação como campo de intervenção social a partir da ressemantização do conceito pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo – NCE/USP. Os indicadores de educomunicação são discutidos e apresentados como uma forma de mensurar e/ou identificar a sua real existência em ações e práticas planejadas e desenvolvidas. São apresentados os indicadores da educomunicação incorporados no documento 99 da CNBB, o Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil.

2 A SISTEMATIZAÇÃO DA EDUCOMUNICAÇÃO NO BRASIL E NA IGREJA

Descreve a concepção de Educomunicação e a apresenta em seguida como um novo campo de intervenção social que tem expandido a sua atuação. Expõe os indicadores presentes em um processo educ comunicativo e, ainda, evidencia a Educomunicação e seus indicadores no Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil.

2.1 A Educomunicação: um novo campo de intervenção social

O campo de prática e intervenção social denominado Educomunicação tem um alicerce histórico, construído antes de seu conceito ser ressemantizado pelo NCE/USP, em 1999. Segundo o professor Ismar de Oliveira Soares, em seu livro *Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação*:

A palavra educomunicação já tem história. Foi referendada por muitos gestores culturais, sob os auspícios da UNESCO, a partir dos anos de 1980, para designar uma prática genericamente definida na Europa como Media Education (educação para a recepção crítica dos meios de comunicação) (SOARES, 2011, p. 33).

A educomunicação foi estruturada a partir de experiências vinculadas às práticas sociais, que se desenvolveram e consolidaram - se na América Latina, principalmente na segunda metade do século XX. Soares afirma que

No Brasil, a experiência de maior repercussão, no mesmo período, foi o projeto LCC – Leitura Crítica da Comunicação, desenvolvida pela União Cristã Brasileira de Comunicação (UCBC), contando com a colaboração de pesquisadores da ECA-USP e do Instituto Metodista de Ensino Superior de São Bernardo do Campo.[...] A partir de 1984, o projeto passou a adotar uma perspectiva dialética, de influência freiriana, momento em que a leitura construída com os cursistas já não se voltava precipuamente para a produção da mídia, mas, sobretudo, para a relação que as pessoas estabeleciam com os meios de informação. A versão final da LDB, de origem do senado, deixou de contemplar o termo (leitura crítica da comunicação), mas abriu espaços para que os Parâmetros Curriculares Nacionais contemplassem o estudo da comunicação e suas linguagens (SOARES, 2011, p.33).

Ainda sobre a frequência dessas práticas que envolvem processos comunicativos, que serviram de base para o estudo da interface entre comunicação e educação, Soares diz que:

Diferentemente do que ocorreu em outros continentes, o maior volume da prática deu-se, na América Latina, no contexto do movimento denominado “educação popular”, “comunicação popular”, “comunicação alternativa”, “comunicação

popular e alternativa”, com a adoção de uma perspectiva dialética (SOARES, 2011, p. 34).

A necessidade de articulação das práticas e experiências dos processos comunicacionais desenvolvidos na América Latina em torno de um referencial teórico se deu a partir de uma pesquisa da USP:

Entre 1997 e 1999, o Núcleo de Comunicação e Educação da USP realizou uma pesquisa, com o fomento da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, junto a 176 especialistas de 12 países da América Latina, identificando a vigência de uma prática mais abrangente no seio da sociedade civil, que tomava a comunicação como eixo transversal das atividades de transformação social (SOARES, 2011, p.11).

As experiências e práticas levaram o NCE/USP a ressemantizar o conceito da educomunicação como um campo de interface entre a educação, em seu sentido mais amplo, e a comunicação, com seus vários processos, sempre buscando um diálogo entre esses dois campos, que, naturalmente, se cruzam. Sobre isso, diz Ismar Soares:

Partimos da premissa de que a educomunicação, conceito que – no entendimento do Núcleo de Comunicação e Educação da USP – designa um campo de ação emergente na interface entre os tradicionais campos da educação e da comunicação, apresenta-se, hoje, como um excelente caminho de renovação das práticas sociais que subjetivam ampliar as condições de expressão de todos os seguimentos humanos, especialmente da infância e da juventude (SOARES, 2011, p.15).

A educomunicação está respaldada em contribuições de teóricos, que dão sustentação a tudo que se propõe nesse novo campo de intervenção social. Esses referenciais teóricos foram essenciais para a ressemantização do termo educomunicação.

A comunicação no contexto da educomunicação tem em Paulo Freire um dos seus pensadores. Para ele, segundo Aparici (2014, p.34), “no processo de comunicação, não há uma divisão entre emissores e receptores. Todos são sujeitos ativos no ato comunicativo”. Como complementa o próprio Freire (1971, p. 67): “Comunicar é comunicar-se em torno de um significado signifiicante. Dessa forma, na comunicação, não há sujeitos passivos”.

O entendimento de educação incorporado pela educomunicação está expresso nas ideias de Paulo Freire (1971, p.12), que “assinala que a educação compreendida em sua perspectiva verdadeira, que não é outra senão a de humanizar o homem na ação consciente que este deve fazer para transformar o mundo”.

Ainda sobre educação, Paulo Freire (1971, p. 69) diz que “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas o encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”.

Mario Kaplún (1998), ao falar das práticas sociais, oferece uma das suas contribuições teóricas ao relatar que

Identifica as práticas sociais de construção do conhecimento sob a ótica de uma visão processual geradora de sentidos. No campo dos discursos, passa a vigorar o apelo à “leitura crítica dos meios”, inicialmente de cunho ideológico, assumindo aos poucos uma abordagem mais dialética que põe ênfase não exatamente no conteúdo ou na forma, mas nas razões de uso do processo de recepção. Já na área da prática educativa, projeta-se o paradigma de um sistema participativo e autônomo que inclui todas as modalidades possíveis de comunicação dialógica. (KAPLÚN apud SOARES, 2009, p. 12-13)

As contribuições de Francisco Sierra (2000) firmam esforços em analisar as diferentes visões da inter-relação Comunicação e Educação sobre o paradigma socioprático denominado como aquele “que leva a educação para fora dos muros da escola formal”, e em suas reflexões, Sierra (apud Soares, 2009, p. 15) diz que “deve ser superado o enfoque bidimensional da compreensão deste campo de pesquisa (aquela centrada exclusivamente na relação Mídia e Educação), para pensá-lo de forma integrada”.

A educomunicação tem como uma de suas características criar ecossistemas comunicativos. Para Martín-Barbero (2002),

O ecossistema comunicativo constitui, na verdade, o entorno que nos envolve, caracterizado por ser difuso e descentrado. Tal ecossistema é difuso porque é formado por uma mistura de linguagens e de saberes que circulam por diversos dispositivos midiáticos intrinsecamente interconectados; e descentrado porque os dispositivos midiáticos que o conformam vão além dos meios de que tradicionalmente vêm servindo à educação, a saber: escola e livros (MARTÍN-BARBERO, 2002, apud SOARES, 2011, p. 43).

Segundo Soares (2011, p. 45), “todas as formas de relacionamento com regras determinadas e rigorosamente seguidas acabam por conformar um tipo de ecossistema comunicativo”. Destaca, ainda, que:

A educomunicação, como uma maneira própria de relacionamento, faz sua opção pela construção de modalidades abertas e criativas de relacionamento, contribuindo, desta maneira, para que as normas que regem o convívio passem a reconhecer a legitimidade do diálogo como metodologia de ensino, aprendizagem e convivência (SOARES, 2011, p. 45).

Os ecossistemas comunicativos surgem como elemento na definição de educomunicação, quando esta é definida por Soares (2011, p. 44) como sendo “um conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos”.

Os teóricos José Luiz Braga e Regina Calazans, no livro: *Comunicação e Educação*, publicado em 2001, versam sobre as ações na interface da educação e comunicação. Eles afirmam que estes são

Campos de abrangência, com tendências avassaladoras sobre variadíssimos aspectos do mundo social e físico. No entanto, para além de buscar as pontes entre esses dois campos, torna-se imprescindível identificar o quanto se interpenetram: o interfaciamento, em vez de apenas gerar um campo específico na fronteira, tendencialmente penetra os dois campos, solicitando reconsiderações em largas proporções de suas práticas e conceitos (BRAGA e CALAZANS apud SOARES, 2009, p. 15).

Outra contribuição para o campo da educomunicação é o entendimento sobre a autonomia da palavra, que rompe com a restrição de um pensamento unilateral ou restrito, sendo para isso necessário:

Avançar na direção de uma determinada autonomia que possibilite instruir um campo para a palavra, uma palavra livre que libere o fluxo das representações, e pronuncie um mundo que não se apoie em nenhuma representação dada, senão em um sonho comum. Trata-se de uma autonomia impossível fora de uma política que saiba que não existe sociedade autônoma sem mulheres e homens autônomos. (HUERGO apud SOARES, 2009, p. 18)

Esses são alguns dos autores que contribuem para alicerçar os pilares, que fundamentam o campo da educomunicação, dando a ele um lastro teórico que o fundamenta e lhe proporciona uma identidade própria, dando possibilidade de ampliação da sua atuação.

Ao falar das perspectivas de atuação do campo, Soares (2011, p.38) diz que a Educomunicação está ganhando espaço, inclusive como política pública, por meio da concretização de projetos como o Educom.Rádio - Educomunicação pelas Ondas do Rádio, que foi um projeto de parceria entre o Núcleo de Comunicação e Educação da USP e a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, entre 2001 e 2004, que trabalharam em uma visão interdisciplinar por meio da Pedagogia de Projetos.

Ainda sobre as pretensões junto ao NCE/USP, no que se refere à contribuição da educomunicação enquanto política pública, Ismar Soares expõe:

Em coerência com a história do conceito da educomunicação e com os princípios que a sustentam, propomos, pois, que esse novo campo seja pensado como uma

opção conceitual a ser discutida pelo poder público e assumida na reforma do Ensino Médio no Brasil (SOARES, 2011, p. 41).

A Educomunicação como campo de estudo em constante processo de consolidação é fortalecida por meio das pesquisas acadêmicas que são desenvolvidas fora e dentro do Brasil. Ela ocorre na interface comunicação e educação e transversaliza diversos temas, o que garante uma ampla possibilidade de estudos e ações.

Um mapeamento bibliométrico feito no banco digital de teses da USP, em outubro de 2019, disponibilizado no site da Universidade, mostra de 2007 e 2018 doze teses com o termo “educomunicação” no seu título: *Educom.rádio - uma política pública em educomunicação* (ALVES, 2007); *Educação pelos meios de comunicação: produção coletiva de comunicação na perspectiva da educomunicação* (LIMA, 2009); *Pelos caminhos de Alice: vivências na educomunicação e a dialogicidade no Educom.TV* (MACHADO, 2009); *Educomunicação e escola: o cinema como mediação possível (desafios, práticas e proposta)* (MOGADOURO, 2011); *Interface comunicação-aprendizagem: condições para a gestão da educomunicação* (MONTEIRO, 2012); *A educomunicação nos centros de pesquisa do país: um mapeamento da produção acadêmica com ênfase à contribuição da ECA/USP na construção do campo* (PINHEIRO, 2013); *Educomunicação: caminhos e perspectivas na formação pastoral. A experiência do Serviço à Pastoral da Comunicação (SEPAC)* (CORAZZA, 2015); *Novas mediações na interface comunicação e educação: a educomunicação como proposta para uma educação ambiental transformadora* (GATTÁS, 2015); *Educomunicação e as práticas pedagógico-comunicacionais da avaliação formativa no ensino básico* (MELLO, 2016); *A epistemologia da educomunicação em aferição: por uma configuração do habitus do paradigma educacional* (MESSIAS 2017); *Educomunicação e políticas públicas: estudo comparativo de educação midiática entre as redes municipais de ensino do Rio de Janeiro e de São Paulo* (COSTA, 2018); *A Educomunicação no Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil: aprendizagem em perspectiva* (CRUZ FILHO, 2018).

O professor Ismar Soares, ao fazer a introdução à edição brasileira do livro *Educomunicação Para além do 2.0*, organizado por Roberto Aparici e publicado pela Editora Paulinas em 2014, destaca que o debate sobre educomunicação chegou à Europa e tem conseguido espaço, também, em países latino-americanos.

Notícias que chegam dos vizinhos latino-americanos dão conta de trabalhos acadêmicos definidos em países como a Argentina, o Uruguai, o Paraguai, o Peru, a Colômbia, o Equador e a Venezuela. Nos últimos anos, estudos e pesquisas semelhantes, que registram a perspectiva defendida pelo NCE/USP, passaram a ser

desenvolvidos também na Europa, especialmente na Itália e na Inglaterra (SOARES In: APARICI, 2014, p. 21).

Portanto, todo esse processo fundamenta a existência da educomunicação como um campo emergente, que contribui para o rompimento da dicotomia entre educação e comunicação e constrói uma nova realidade nessa interface.

As discussões sobre educomunicação ganham amplitude e geram desdobramentos quando se busca refletir sobre os indicadores do processo educocomunicativo. É sobre isso que vamos tratar a partir de agora.

2.2 Os indicadores de um processo educocomunicativo

A educomunicação tem muitas fontes teóricas que alicerçam o seu conceito, trazendo uma fundamentação que esclarece as pretensões desse campo de estudo e interações na interface educação e comunicação.

O entendimento desses fundamentos conceituais, no entanto, pode ser complementado para aqueles que buscam a conceituação da educomunicação a partir dos indicadores desse campo de intervenção social.

Os indicadores são aqueles elementos que, ao se fazerem presentes, atestam que, de fato, aquela atividade, ação ou projeto pode ser caracterizado como de cunho educocomunicativo, contribuindo, assim, para um maior cuidado na sua elaboração, desenvolvimento e avaliação.

Entre esses indicadores, destacamos: planejamento, ecossistema comunicativo, diálogo, participação, democracia, cidadania, pedagogia de projetos, gestão de processos, construção de conhecimento e transformação pessoal ou social, avaliação permanente.

A educomunicação é vista como uma ação intencional, auxiliada, entre outras coisas, pelo planejamento e pela avaliação, sendo que esses elementos aparecem como indicadores na conceituação ressemantizada estabelecida pelo Núcleo de Comunicação e Educação da USP, em 1999, quando designa educomunicação como sendo:

O conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos com intencionalidade educativa, destinada a fortalecer ecossistemas comunicativos abertos e criativos, sob a perspectiva da gestão compartilhada e democrática dos recursos da informação (SOARES, 2009, p. 161-162).

O planejamento é uma atividade importante para a concretização da práxis educacional. No entanto, a ação de planejar precisa atender a uma lógica participativa e democrática. Ismar Soares esclarece que:

O planejamento é ascendente ou participativo quando leva à elaboração de planos, programas e projetos que, atendendo a necessidade e aos objetivos de comunidades, são desenhados com a observação de normas que facultam a intervenção dos próprios usuários ou beneficiários do produto final (SOARES, In: COSTA, 2009, p.47).

Para Ilca Viana, na relação do planejamento com a participação, deve ser observado que,

É considerado ideal o planejamento que envolve as pessoas como sujeitos a partir de sua elaboração, e com presença constante na execução e avaliação, não apenas como indivíduos, mas sujeitos de um processo que os envolve como grupo, visando o desenvolvimento individual e comunitário (VIANA, 1986, p. 27).

Ainda segundo o professor Ismar de Oliveira Soares, em seu artigo *Planejamento de projetos de gestão comunicativa*: “O planejamento participativo exige a adoção de uma metodologia sobre a qual todos os elementos envolvidos nos processos necessitam manter permanente vigilância: a democratização dos modos e formas de conduzir as diversas fases do processo” (SOARES, In: COSTA, 2009, p. 47).

O ecossistema comunicativo é um importante indicador. Por isso, as ações devem ser desenvolvidas no chamado “ecossistema comunicativo”, já existente ou construído a partir da perspectiva de uma proposta educacional a ser concebida. O entendimento sobre o ecossistema comunicativo está, segundo afirma Soares,

Em torno do conceito que define o equilíbrio entre os elementos que constituem um determinado espaço físico e de convivência em permanente mutação, fato que nos permite entender a natureza relacional e dialética do convívio humano em determinado espaço. Assim, entendemos que, como meio físico, existem tanto sistemas áridos e fechados quanto sistemas abertos e ricos de vitalidade. Nesse sentido, as “pessoas em relação” numa escola, num centro de cultura, ou mesmo no espaço cibernético, se deparam com modelos de ecossistemas. Passam a conviver sob regras que se estabelecem, conformando uma dada cultura comunicativa. Todas as maneiras de relacionamento com regras determinadas e rigorosamente seguidas constituem, em consequência, um tipo definido de ecossistema comunicativo (SOARES, 2009, p. 21).

Outro importante indicador que não pode deixar de estar presente em toda e qualquer ação educacional é o diálogo, que busca romper com a concepção que apresenta a comunicação em uma relação unilateral na qual se aproxima mais de um monólogo. Assim,

mais um conceito coloca-se a serviço da educomunicação no sentido expresso por Freire (1986, p.122-123) ao dizer:

Penso que deveríamos entender o “diálogo” não como uma técnica apenas que podemos usar para conseguir obter alguns resultados. (...) o diálogo deve ser entendido como algo que faz parte da própria natureza histórica dos seres humanos. É parte de nosso progresso histórico, do caminho para nos tornarmos seres humanos. Está claro este pensamento? Isto é, o diálogo é uma espécie de postura necessária, na medida em que os seres humanos se transformam cada vez mais em seres criticamente comunicativos. O diálogo é o momento em que os homens se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e re-fazem (FREIRE, 1986, p. 122 -123).

Essa conceituação, para referenciar o diálogo, tem uma relação direta com o entendimento de comunicação adotado nas ações educacionais, descrita por Freire (1973);

Comunicação é a co-participação dos sujeitos no ato de pensar... Implica em uma reciprocidade que não pode ser rompida. O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se é que ela é diálogo, assim como diálogo é comunicativo. A educação é comunicação, o diálogo é comunicativo. A educação é comunicação, e diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados (FREIRE, 1973, In: LIMA, 1981).

As práticas educacionais têm como um dos seus indicadores a participação, sendo essa um elemento imprescindível para que, de fato, possamos vivenciar a educação de forma, que os envolvidos no ecossistema comunicativo sejam atores sociais em todas as fases do processo. Esclarece Heloísa Luck que:

A participação, em seu sentido pleno, caracteriza-se por uma forma de atuação consciente, pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade social, de sua cultura e de seus resultados, poder esse resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir em torno da questão que lhe são afetadas (LUCK, 2007, p. 18-19).

No âmbito da educação deve ser levado em consideração o processo democrático, que coloca os envolvidos em igual condição de participação, tendo como objetivo o bem comum, em especial no direito ao acesso à comunicação e sua gestão.

Democracia autêntica é aquela que os indivíduos, no respeito à dignidade de cada um e de todos, não são objetos dos que detêm o poder, mas co-participantes e corresponsáveis desse poder para um melhor desenvolvimento político e social da comunidade onde estão inseridos (JORGE, 1981, p. 12).

A educomunicação adota, como indicador, a cidadania, na concepção de que ser cidadão é ter, em suas mãos, a possibilidade de decidir sobre muitos dos seus destinos. Para Pedro Demo:

A cidadania é um processo histórico de conquista popular, através do qual a sociedade adquire progressivamente condições de torna-se sujeito histórico, consciente e organizado, com capacidade de conhecer e efetivar projetos próprios (DEMO, 1992, p. 17).

A opção pela utilização da “pedagogia de projetos”, no âmbito do desenvolvimento da educomunicação, justifica-se pelas possibilidades inovadoras que podem ser alcançadas nas práticas a partir de sua implementação, segundo Soares (2009, p.7), “permitindo que o novo (a experimentação das novas linguagens, acompanhada pelo rompimento das relações hierárquicas da distribuição do saber) convivesse com o antigo (a prática vigente de uma comunicação verticalizada tradicional)”.

A pedagogia de projetos tem sido utilizada nas atividades educacionais dos movimentos sociais: quilombolas, indígenas, assentamentos rurais, escolas rurais e urbanas. Ela é um dos elementos que estão nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que relatam:

O projeto é uma estratégia de trabalho em equipe que favorece a articulação entre os diferentes conteúdos de uma área com outras áreas do conhecimento. Conceitos, procedimentos e valores apreendidos durante o desenvolvimento dos estudos das diferentes áreas podem ser aplicados e conectados, ao mesmo tempo em que novos conceitos, procedimentos e valores se desenvolvem (BRASIL, 2001, p.126).

A educomunicação trata da perspectiva da gestão comunicativa, colocando-a como um dos seus indicadores, buscando entendê-la como sendo, segundo Soares:

O domínio das ações que venham mobilizar comunicadores/educadores e comunicadores/educandos para o desenvolvimento de uma produção processual, aberta e rica da comunicação do interior dos próprios processos educativos e nas relações desses com o sistema de meios de comunicação e com a própria sociedade (SOARES, 2009, p. 42).

Esse entendimento, preservando a sua essência, pode ser refletido em vários ecossistemas comunicativos, uma vez que a área da gestão da comunicação, segundo Soares (2009),

Caracteriza-se pelo planejamento, pela execução e realização de programas e projetos que se articulam no âmbito da Comunicação/Educação, criando e implementando ecossistemas comunicacionais caracterizados pelo livre fluxo da

informação e pela gestão democrática de seus recursos (SOARES, 2009, p. 173, IN: COSTA, 2009).

A ação educacional deve favorecer as mais diversas relações do homem com a realidade do mundo que o rodeia, de forma que seja possível a construção de conhecimentos a partir da assimilação desencadeada no contato com teorias e experiências práticas. Freire (1981, p.49), diz que:

A análise dessas relações começa a aclarar o movimento dialético que há entre os produtos que os seres humanos criam ao transformarem o mundo e o condicionamento que esses produtos exercem sobre eles. Começa a aclarar, igualmente, o papel da prática na constituição do conhecimento e, conseqüentemente, o rol da reflexão crítica sobre a prática. A unidade entre prática e teoria, ação e reflexão, subjetividade e objetividade, vai sendo compreendida, em termos corretos, na análise daquelas relações antes mencionadas (FREIRE, 1981, p. 49).

Essa relação entre a comunicação e a construção de conhecimento é também ressaltada por Mário Kaplún (2014, p. 72), ao dizer que:

Aprender e comunicar são componentes de um mesmo processo cognitivo, componentes simultâneos que se penetram e se necessitam reciprocamente. Se nossa ação educativa aspira a que os estudantes tenham uma real apropriação do conhecimento, teremos maior certeza de consegui-lo se soubermos oferecer-lhes e abrir-lhes instâncias de comunicação. Educar-se é envolver-se e participar de uma rede de múltiplas interações comunicativas (KAPLÚN, 2014, p. 72).

A educação possibilita a formação de pessoas para que estas contribuam na transformação pessoal e social, sendo esse um dos indicadores que deve estar sempre presente, pois, segundo Soares,

Trata-se de produzir mudanças que respondam aos desafios apresentados pela sociedade atual, mobilizada por graves questões relacionadas à vida, à ética, ao planeta, ao trabalho, à convivência entre diferentes, à dignidade humana, entre outros temas. Mudanças que levem em conta um contexto mundial globalizado e de velocidade acelerada, com enorme impacto sobre as estratégias de aprendizagem e de construção de conhecimento (LEVY, 1993 apud SOARES, 2011, p. 53).

A avaliação é um indicador que aparece na educação com a característica de processo contínuo, devendo, portanto, estar presente em todos os momentos do desenvolvimento da práxis educacional. Dentro desse entendimento:

A avaliação consistirá em estabelecer uma comparação do que foi alcançado com o que se pretende atingir. Estaremos avaliando quando estivermos examinando o que

queremos, o que estamos construindo e o que conseguimos, analisando a sua validade e eficiência (SANT'ANNA, 1995, p. 23).

Portanto, um caminho para o conhecimento de como na práxis da educomunicação efetiva-se passa pelo entendimento de seus indicadores, como elementos que facilitam um olhar mensurável de análise e avaliação sobre como se constitui o processo sem perder a sua essência teórica, que justifica as pertinências social e científica da sua existência e aplicabilidade.

O Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil ao inserir no seu texto o uso da práxis educamunicativa, inclui naturalmente os indicadores comunicativos.

2.3 A Educomunicação e seus indicadores no diretório de comunicação da Igreja no Brasil: sistematizando práticas e vivências

O Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil foi construído por muitas mãos: clérigos, leigos, jornalistas, educadores e outros colaboradores em um percurso de muitas discussões, adequações e consensos. O produto é um documento que é o resultado de teorias, práticas, vivências, que já vinham sendo desenvolvidas na Igreja Católica, mas que não tinham uma sistematização em um documento de referência, que servisse de base para o trabalho comunicacional da instituição nas suas arquidioceses, dioceses, paróquias, comunidades, etc.

A Igreja no Brasil vem realizando um esforço de reflexão sobre a ação evangelizadora como prática de comunicação. Testemunho disso são a vivência e o exercício da comunicação presentes na vida das comunidades, nas ações pastorais dos organismos especializados e nos documentos produzidos ao longo das últimas décadas (CNBB, 2014, p. 9-10).

É possível identificar práticas em algumas dioceses, a exemplo da política de educação popular e do projeto de comunicação popular da Diocese de Juazeiro da Bahia, nas quais são identificados fortes indícios de práticas e vivências do que hoje é proposto no Diretório de Comunicação da Igreja.

A construção coletiva do Diretório é um dos seus pontos fortes, que faz desse documento um material feito a partir de muitos olhares, o que favorece a possibilidade de sua abrangência e o alcance de uma comunicação mais ampla. Ao descrever o processo de elaboração do Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil, Puntel relata que,

Quando o desfecho de uma batalha tem o sabor de conquista, a alegria brota, também, no silêncio e na recordação de caminhos percorridos por mais de dez anos pelas equipes envolvidas, compostas de pesquisadores, agentes de pastoral, gente que ama a Igreja e que disponibiliza o seu tempo para que a luta por uma causa se torne realidade (PUNTEL, 2015, p. 157).

Na busca da sistematização de uma política de comunicação, após muitos esforços, foi aprovado o texto final do documento 99 da CNBB, em 13 de março de 2014, na 83ª Reunião Ordinária do Conselho Permanente da CNBB, que tem como título *Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil*. O objetivo geral apresentado nesse documento apresenta uma nova perspectiva de comunicação para a Igreja, com vistas a,

Motivá-la a atualizar e aprofundar os conhecimentos e referências, tanto de seus pastores quanto de seus fiéis sobre a natureza e a importância da comunicação para a vida da comunidade eclesial, nos processos de evangelização e no diálogo com a sociedade, tendo presentes as mudanças pelas quais o mundo vem passando, entre as quais se encontra o avanço acelerado das tecnologias (CNBB, 2014, p.10).

O Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil tem grande parte de sua base nas orientações que já vinham de decretos e documentos específicos, que buscaram traçar caminhos para a comunicação da Igreja.

Pode-se destacar a publicação, em 04 de dezembro de 1963, do documento da Igreja Católica sobre Comunicação Social, o decreto Inter Mirifica, do Concílio Vaticano II, que traz um conjunto de normas e preceitos responsáveis pela evolução, naquele momento, das interpretações dos fenômenos comunicacionais feitas pelas autoridades eclesiásticas.

Em 1971, não menos importante que o decreto Inter Mirifica, foi promulgada instrução pastoral *Communio et Progressio* da Comissão Pontifícia para os Meios de Comunicação, no qual “a comunhão e o progresso da convivência humana são os fins primordiais da comunicação social e dos meios que se emprega, como sejam: a imprensa, o cinema, o rádio e a televisão” (DALE, 1973, p. 237).

Em 1979, o documento de Puebla destacou a necessidade de avanços nos processos de comunicação da Igreja, indicando mais avanços se comparado esse documento com o de Medellín, em 1968.

A Instrução Pastoral *Aetatis Novae* (1992), também, foi um documento, que ressalta a questão do direito de acesso ao diálogo e à informação dentro da própria Igreja.

Todos esses documentos, que antecederam o documento número 99 da CNBB comprovam, que o Diretório nasceu de uma construção, que levou em consideração muitas normas e orientações, que já vinham sendo levantadas, discutidas e praticadas na Igreja. Eles são citados no Diretório:

O documento Inter Mirifica (1963) definiu o direito de informação como um bem social e uma conquista da humanidade. Por meio da instrução pastoral *Communio et Progressio*, procurou-se integrar o conceito da comunicação ao amplo universo do desenvolvimento humano. A comunicação passava a ser um elemento articulador de qualquer atividade da Igreja. O documento de Puebla (1979) afirmou que a comunicação não pode identificar-se exclusivamente com os meios massivos de informação (CNBB, 2014, p. 157-158).

A participação de membros do clérigo e de leigos de diversas áreas das ciências sociais e humanas fez com que o texto do Diretório trouxesse contribuições que servem de referência para a práxis da comunicação da Igreja, que vai muito além dos conhecimentos teológicos, que são, sem desconsiderar os outros, os principais conhecimentos que regem o desenvolvimento das ações do mundo eclesial.

O texto reúne e disponibiliza referenciais comunicacionais, sociológicos, éticos, políticos, teológicos e pastorais, destinados à reflexão das lideranças da comunidade eclesial e civil, na promoção de uma gestão da comunicação compatível com as necessidades das comunidades e de sua missão evangelizadora (CNBB, 2014, p. 11).

O Diretório propõe uma comunicação mais dinâmica, dialógica e interativa na Igreja. Ele propõe a implantação de suas propostas em práticas com a contribuição de todos que fazem parte da Instituição. Apresenta, para isso, orientações em dez capítulos:

Comunicação e Igreja no mundo em mudanças; Teologia da comunicação; Comunicação e vivência da fé; Ética e comunicação; O protagonismo dos leigos na comunicação evangelizadora; A Igreja e a mídia; Igreja e mídia digitais; Políticas de comunicação; Educar para a comunicação; Comunicação na Igreja: a atuação da Pascom (CNBB, 2014, p.3).

No texto do Diretório, está em evidência um claro entendimento sobre o conceito de comunicação, que deve ser adotado pela Igreja, assim descrito:

A comunicação é entendida como um processo social, a serviço das relações entre homens e mulheres, favorecendo a comunhão e a cooperação entre as pessoas. Tanto os tradicionais meios de comunicação social quanto as novidades trazidas pelo emergente mundo da internet devem colocar seu protagonismo a serviço da promoção de uma cultura de respeito, diálogo e amizade (CNBB, 2014, p. 12).

O Diretório evidencia o tema educação, seus procedimentos e sua importância. Ela recebe destaque no capítulo nove do documento, que, ao tratar do assunto, diz:

A educação das novas gerações para uma adequada convivência com o mundo da comunicação e de suas tecnologias é essencial para o entendimento das novas

condições civilizatórias, propiciando a formação de cidadãos para atuar criativamente no contexto da cultura midiática (CNBB, 2014, p. 12).

A partir da aplicação da educação como uma política, que pode colaborar com o projeto de comunicação, ao qual pretende estar direcionadas as suas ações, são estabelecidas algumas metas no Diretório para a educação:

1. Promover a formação para os processos dialógicos de relacionamento; 2. Favorecer procedimentos de análise crítica ante os meios de comunicação; 3. Oferecer formulação para o uso adequado dos recursos da informação a serviço do bem comum (CNBB, 2014, p. 168).

Na perspectiva da concretização de uma política de comunicação dentro dos parâmetros do diálogo, da participação, da democracia, que faça com que a Igreja possa acompanhar o desenvolvimento comunicacional pelo qual passa o país, é imprescindível a adoção de um constante processo de formação. Isso fica claro quando o Diretório diz que:

A Igreja no Brasil vem procurando acompanhar o desenvolvimento do processo comunicacional a fim de atualizar a sua missão no mundo. Essa tarefa, para ser eficaz, deve ser acompanhada de um processo de sensibilização e formação dos leigos para o exercício da comunicação (CNBB, 2014, p. 100).

No documento 99 da CNBB fala-se da necessidade de que a formação oferecida atenda a todos os membros da Igreja, destacando, em alguns momentos, a interface Educação/ Comunicação, explicitando que:

Faz-se necessário que a Igreja promova, sistematicamente, para os bispos, presbíteros, diáconos, religiosos, lideranças e comunidades, uma formação que: a) propicie o entendimento dos fundamentos que orientam as relações de comunicação na sociedade e no interior da comunidade eclesial, atualizando as informações sobre o papel da mídia no mundo contemporâneo, e b) facilite a implementação de uma política de ação no campo da comunicação, nos diferentes níveis da prática evangelizadora. É o que se denomina, de forma abrangente, como Educação para a Comunicação (CNBB, 2014, p. 168).

Essa formação deve ter um objetivo claro para atender aos anseios da Igreja no Brasil, que é expresso pela CNBB (2014, p. 195), ao dizer que: “a formação tem por objetivo a qualificação das lideranças e agentes de pastoral para que desenvolvam e executem projetos teoricamente embasados, tecnicamente atualizados e eticamente comprometidos”.

O projeto de comunicação da Igreja apresenta-se atrelado ao campo da educação, e adota a Educomunicação como um novo campo em evolução, que se apresenta como uma

possibilidade real e experimentada, que tem gerado muitos resultados positivos. “O Diretório aponta para a importância de se adotarem procedimentos educacionais que favoreçam às novas gerações uma aproximação dos meios e recursos da informação a partir de uma perspectiva crítica, construtiva, autoral e cristã” (CNBB, 2014, p.14).

Uma possibilidade que, hoje, se apresenta para o aproveitamento positivo das mídias é a prática educacional, que vem produzindo profunda renovação nos métodos de ensino nas escolas e centros de educação de todo o país, e que pode também ser aplicada à catequese (CNBB, 2014, p. 63).

O mesmo documento, ainda, destaca sobre a metodologia da educação que,

No desenvolvimento de práticas eficientes de educação para a comunicação nas escolas, ganha reconhecimento e se expande junto aos sistemas de ensino públicos e privados a metodologia da educação. Em contrapartida ao sistema midiático tradicional, baseado em uma ordem vertical de produção, a metodologia educacional inclui o emprego compartilhado dos instrumentos de informação, mediante uma gestão solidária de seus recursos, tendo como meta a permanente prática da cidadania (CNBB, 2014, p. 176).

Entre os vários conceitos que compõem a proposta da educação, aparece o de ecossistemas comunicativos, que também está presente no Diretório, quando o mesmo trata da ambiência comunicativa e ética, na qual deve estar inserida a política de comunicação da Igreja no Brasil. O Diretório descreve que:

O processo de comunicação é uma teia vasta e complexa de relações entre as pessoas e seus ambientes natural e tecnológico, formando um ecossistema no qual tudo se conecta e se integra. Essa ambiência exige atitude ética, pois comunicar é estar em relação contínua e em comunhão (CNBB, 2014, p.83-84).

Ainda sobre ecossistemas comunicativos, o Diretório cita, novamente, o entendimento sobre esse conceito quando, no item 131: a comunicação nas comunidades, diz que:

A comunidade, no seu sentido tradicional, é vista como um conjunto de pessoas geograficamente situadas e organizadas em estruturas de relação familiar, de bairros, de grupos e de agremiações, sendo sustentados socialmente por vínculos afetivos e sentido de pertença. É nesse espaço que se insere a comunidade eclesial na qual as pessoas se encontram para rezar, cantar, celebrar a fé por meio da Palavra, da Eucaristia, da devoção popular, do engajamento sociopolítico. Nesse ecossistema comunicativo, a criança, o jovem, a mulher, o pai, a mãe, todos são agentes da comunicação (CNBB, 2014, p.103).

O desenvolvimento de uma política de comunicação no âmbito da Igreja deverá acontecer em várias frentes. O Diretório aponta a criação e/ou fortalecimento da Pastoral das

Comunicações como uma questão importante e necessária para o planejamento, a aplicação e a avaliação da política de comunicação da Igreja no Brasil, com vistas a uma postura comunicacional, que deverá ser vivenciada por todos os setores da igreja, de forma mais próxima da realidade da sociedade.

Diante da necessidade de articular as diversas iniciativas comunicacionais, a CNBB, desde o seu início, foi estruturando sua comunicação em vista da evangelização e do diálogo com a sociedade. A Comissão Episcopal Pastoral para a Comunicação tem como tarefa animar e articular a Pastoral da Comunicação (Pascom), os processos e meios comunicativos da igreja no Brasil (CNBB, 2014, p. 187).

Ainda sobre a Pastoral das Comunicações Sociais, o Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil, publicado em 2014, pela CNBB, diz:

A existência dessa pastoral só é possível graças à colaboração dos leigos presentes nas comunidades que assumem as várias atividades da comunicação, desde o planejamento e gestão, até ações específicas como a acolhida dos fiéis, a redação de notícias para boletins, o cuidado com os murais, a atualização contínua dos sites, a realização de cursos de comunicação para as comunidades, entre outras atividades relativas à comunicação na Igreja (CNBB, 2014, p. 107).

No ponto que trata da questão do planejamento e ações da Igreja no contexto da comunicação, a proposta expressa no documento 99 da CNBB, também traz semelhanças com o que defende a educomunicação em termos de uma construção coletiva e em forma de projetos, ao dizer que:

Os agentes da comunicação, nas diferentes realidades, leigos, ministros ordenados e consagrados, precisam desenvolver projetos e trabalhos conjuntos de comunicação, a partir de uma cultura do planejamento e da avaliação das ações comunitárias. É de vital importância promover políticas de sinergia e convergência de comunicação que envolvam todas as pessoas que trabalham com a comunicação na Igreja, em um processo que valorize sempre mais a ação comunitária sobre as ações individuais (CNBB, 2014, p. 106).

Um ponto ressaltado no Diretório é a construção da cultura do encontro, no qual o Papa Francisco, em 2014, acreditava como sendo um caminho para ajudar a construir um mundo melhor, com mais justiça e fraternidade. Sobre essa cultura, destacou-se no Diretório que o desafio é:

Descobrir e transmitir a mística de viver juntos, misturar-nos, encontrar-nos, dar o braço, apoiar-nos, participar desta maré um pouco caótica que pode transformar-se em uma verdadeira experiência de fraternidade, em uma caravana solidária, em uma peregrinação sagrada (CNBB, 2014, p.29).

Ao propor, por meio do campo da comunicação, enxergar as mudanças no mundo, especificamente no Brasil, vivenciando a fé e colocando os leigos como protagonistas, com a definição de uma política de comunicação alicerçada também no campo da educomunicação, percebe-se que a Igreja pode trilhar novos caminhos que fortaleçam ainda mais a responsabilidade da instituição com a sociedade.

Diante disso, o Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil, construído a partir de experiências vivenciadas na igreja, torna-se um elemento importante, de resgate e de pretensões possíveis, de uma política de comunicação, que pode fazer a diferença diante da realidade com a qual nos deparamos nos dias atuais.

No próximo capítulo, apresentamos o Acervo Bibliográfico Dom José Rodrigues. Nele descrevemos como foi a sua organização do mesmo por parte de Dom José Rodrigues, a composição com o tombamento das obras, a adoção pela UNEB (Universidade do Estado da Bahia) e todo o seu processo de arrumação, higienização e desenvolvimento de projetos.

3 DA BIBLIOTECA DIOCESANA AO ACERVO DOM JOSÉ RODRIGUES

A biblioteca da diocese de Juazeiro foi fundada em 19 de março de 1975 e inscrita no Instituto Nacional do Livro com o nº 17.752 em 30 de outubro do mesmo ano. Foi idealizada e organizada por Dom José Rodrigues, tendo o estímulo de Paulo Freire na composição do acervo bibliográfico que serviu de apoio a projetos de educação e comunicação populares desenvolvidos pela diocese (ver anexo F).

Figura 2 - Anotação de Dom José sobre estímulo Paulo Freire

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues (2019).

Durante 38 anos, a biblioteca ficou sob a administração diocesana, que resolveu fazer a doação do acervo e da mobília para a Universidade do Estado da Bahia. Esta o recebeu, fez os investimentos e reorganizou todo o material.

Atualmente, a UNEB tem desenvolvido projetos a partir da referida doação, instalando o material no salão da biblioteca do Campus III, em Juazeiro, identificando-o como Acervo Dom José Rodrigues de Souza. Todo o conjunto está disponível para consultas por parte dos públicos interno e externo, nos horários de funcionamento das bibliotecas do Campus.

Figura 3: Biblioteca da Diocese

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues (2019).

3.1 A Biblioteca da Diocese de Juazeiro

Quando Dom José Rodrigues chegou a Juazeiro, no ano de 1975, percebeu que era necessário desenvolver algumas ações que favorecessem mudanças nas condições de vida do povo, sendo uma das suas primeiras ações a constituição de um acervo bibliográfico de acesso público.

Figura 4: Certificado de reconhecimento da biblioteca

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues (2019).

A composição da biblioteca teve como intuito inicial atender as demandas dos projetos da Diocese. Foi nesse sentido que os primeiros livros adquiridos para compor o acervo

voltavam-se para o tema da educação popular, incluindo importantes obras de Paulo Freire, tais como: *Pedagogia do Oprimido* (1981), *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido* (1992), *Extensão ou comunicação?* (1971), *Educação e Mudança* (1982), *Ação cultural para a liberdade* (1981), *A importância do ato de ler* (1985), *Conscientização* (1980), ao que se somaram obras de outros autores, como Moacir Gadotti, Carlos Rodrigues Brandão, Sérgio Guimarães, Adriano Nogueira e Débora Mazza, que contribuíram para formação inicial e continuada dos educadores ajudando-os a desenvolver um processo de educação tendo como base as ideias progressistas que buscavam mitigar o analfabetismo técnico e político.

Essa composição de obras e seus autores presentes na biblioteca foram essenciais para o desenvolvimento das formações do projeto de educação popular promovido pela diocese, do qual, inicialmente, participaram Paulo Freire, Ladislau Dowbor e Elza Freire, que pautaram o tema economia popular utilizando o método de Paulo Freire (ver anexo G).

Figura 5 - Registro de visita da equipe de Paulo Freire 1983

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues.

Essas formações tiveram o suporte do acervo da biblioteca, na qual continha os Cadernos de Educação Popular (1984 - 1989) do Centro de Educação e Cultura Popular

(CECUP), entidade sediada em Salvador - BA e os Cadernos de Educação Popular (1981), Editora Vozes / NOVA. Essas são obras complementares que contribuíram com o trabalho desenvolvido em Juazeiro e que estão disponíveis para consultas.

Figura 6 - Registro sobre Cadernos de Educação Popular

Juazeiro, 29/07/86.

Beatriz Costa
Equipe da "NOVA"
Rua Barão do Flamengo - 22/803
22.222 - Rio de Janeiro - RJ

Prezada Beatriz :

Saudações cordiais no Cristo Libertador

Acabo de receber os seguintes números atrasados dos "Cadernos de Educação Popular" : 2 ex. do Nº 2; 2 ex. do Nº 3; 2 ex. do Nº 4; 2 ex. do Nº 5; 2 ex. do Nº 6; 2 ex. do Nº 7 e um ex. do Nº 8. ^{2 ex do Nº 4} 1 do Nº 8 e 2 do Nº 9 e 2 ex de Educação Popular II - Suplemento 22 - CEI

Venho agradecer-lhe, cordialmente. Como lhe escrevi, temos na Diocese a "Educação Popular", segundo o "Método de Paulo Freire". Temos um núcleo na cidade de Juazeiro e outro na cidade de Remanso e outro em Pilão Arcado. Assim estes exemplares serão distribuídos para esses 3 núcleos.

Desejando-lhes muito êxito na edição dos "Cadernos de Educação Popular", vão minhas saudações e um grande abraço para toda a Equipe da "NOVA",

D. José Rodrigues de Souza
Bispo de Juazeiro - BA

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues.

Obras de vários autores mais ligados à formação pedagógica também são encontradas na biblioteca. Entre elas, evidenciamos: *Práticas Interdisciplinares na Escola* (1994), de Ivani Fazenda; *Estória de quem gosta de ensinar* (1989), de Rubem Alves; *Filosofia da Educação* (1994), de Cipriano Carlos Luckesi; *Democratização da escola pública* (1986), de José Carlos Libâneo. Essas outras obras da área pedagógica foram utilizadas nas atividades da diocese e hoje contribuem na formação de futuros educadores na UNEB.

Para atender o projeto de comunicação popular, outra linha de ação da diocese, o acervo recebeu obras como: *Igreja e Comunicação Social* (1973), de Frei Romeu Dale; *Do Santo Ofício à Libertação* (1988), de Ismar de Oliveira Soares; que trazem a análises de documentos e práticas da Igreja Católica.

Encontramos, também, obras da UCBC, a saber: *A comunicação na construção da paz* (1987), de Ismar de O. Soares e João M. Mota (orgs.); *Comunicação e Consciência Crítica* (1979), de Clarêncio Neotti; *Política de comunicação* (1988), de Pedro G. Gomes e Marcia Cruz (orgs.); *Segurança do povo: desafio à comunicação* (1984), de Ismar de O. Soares e Joana Puntel (orgs.), além de outras. Essas obras contribuíram com as formações do projeto de comunicação da diocese e são referências para novos estudos e projetos (ver anexo M).

O acervo possui outras obras que podem oferecer contribuições para os estudos na área da comunicação, como: *Meios de Comunicação de Massa* (1972), de Charles S. Steinberg (org.); *Os meios de comunicação* (1979), de Marshall McLuhan; *A era da comunicação* (1989), de Pierre Babin. Essas obras possibilitam o aprofundamento de estudos no campo da comunicação, contextualizando-a fora e dentro do universo católico.

Autores e obras ligados à teologia da libertação são facilmente encontrados na biblioteca, a exemplo de *Nova evangelização: perspectiva dos oprimidos* (1990), de Leonardo Boff; *Teologia pé no chão* (1984), de Clodovis Boff; *Instruções sobre a Teologia da Libertação* (1986), da CNBB. O estudo da Teologia da Libertação contribui no entendimento do caminho teológico trilhado por parte da Igreja, principalmente, na América Latina, inclusive, nos direcionamentos da política de comunicação.

No campo das minorias sociais existem muitas obras que tratam das temáticas inerentes aos desafios e vitórias desses grupos. Podemos citar, entre elas: *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* (1978), de Abdias Nascimento; *Dois anos em um: a realidade do cotidiano feminino* (1998), de Lúcia Marisy Souza R. Oliveira; *Reinventando a Sociedade na América Latina: culturas política, gênero, exclusão e capital social* (2001), de Marcello Baquero (org.).

São obras que ajudam nas reflexões e construções de ações e políticas, que contribuem com a diminuição das desigualdades as quais membros da sociedade estão submetidos. Era nessa linha que atuava a diocese, por meio do trabalho das pastorais sociais, que tinham no acervo o apoio teórico para o desenvolvimento de suas formações e ações.

A biblioteca da diocese contribuiu, igualmente, como fonte de pesquisas, a exemplo do que ocorreu com a dissertação de mestrado de Rubem Alfredo de Siqueira, intitulada *Do que as águas não cobriram: um estudo sobre o movimento dos camponeses atingidos pela*

barragem de Sobradinho (1992); e, da mesma forma, com a pesquisadora Germana Alves de Menezes, com o trabalho *Percepções dos trabalhadores rurais acerca da escola pública: entre as lembranças do passado e a precariedade do presente – o caso de Campo Alegre de Lourdes – BA (1997)*; ou com a pesquisadora Aurilene Rodrigues Lima, autora da obra: *Memórias dos Lameiros do Velho Chico: História da população transplantada para Quixaba - Sento Sé (2004)*, que também utilizou o acervo nas suas pesquisas de mestrado.

Entre as obras dos autores regionais que destacam os aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos do vale do São Francisco e região, merecem referência: *Navegação no Rio São Francisco: da canoa ao último vapor (2009)*, de Ermi Ferrari Magalhães; *Juazeiro da Bahia à luz da história (1995)*, de Walter de Castro Dourado; *Canudos: a maldição dos excluídos (1997)* José Américo de Lima; *O homem no vale do São Francisco (1972)*, de Donald Pierson.

Figura 7 - Livros de autores regionais

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues (2019).

O boletim *Caminhar Juntos*, por sua parte, é um dos destaques do acervo, por sua proximidade direta com o bispo da diocese, levando em conta que era produzido sob a supervisão editorial do próprio Dom José. O material foi publicado entre 1976 e 2003, com edições mensais, difundindo um conteúdo que tratava de questões religiosas, sociais, políticas, econômicas e culturais, principalmente, da região do vale do São Francisco. No boletim, é possível encontrar registros que demonstram como a diocese de Juazeiro desenvolveu seus projetos de educação e comunicação populares, apresentando relatos que descrevem as dificuldades, as lutas e as vitórias que fazem parte da geopolítica do povo do

sertão nordestino, como constatou a pesquisa de mestrado de Ismar de Oliveira SOARES (*A morfologia e o conteúdo dos boletins diocesanos católicos*. ECA/USP, 1980). A partir desta pesquisa de SOARES, Pedro Vicente da Costa SOBRINHO (UFRN) identificou a produção de parte dos boletins diocesanos católicos, produzidos nas décadas de 1970 e 1980 e comprometidos com as questões sociais (entre os quais *Caminhar Juntos*), como manifestações da “imprensa alternativa”, no Brasil, ao lado de grandes títulos como *Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*.¹

Figura 8 - Boletim Caminhar Juntos

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues (2019).

Encontra-se disponível, também, uma grande quantidade de arquivos, reunindo recortes de jornais com os mais variados temas, tais como: comunicação, educação, jornalismo, igreja, antropologia e política, envolvendo especialmente questões relacionadas aos índios, às mulheres, aos negros, organizados em 160 pastas. Trata-se de um precioso

¹ Acesso ao texto de SOBRINHO: [file:///C:/Users/ismar/Downloads/11320-Texto%20do%20artigo-32704-1-10-20170216%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/ismar/Downloads/11320-Texto%20do%20artigo-32704-1-10-20170216%20(1).pdf). Sobre as reflexões de SOARES, ver igualmente o artigo: “A Comunicação dos Bispos”, in *Comunicação e Sociedade*, SBC, ano 4, no. 12, 1984, p. 29-42.

material de pesquisa, pois favorece ao estudioso ter acesso a uma mesma temática sob a ótica de diversas fontes, em recortes escritos em diferentes períodos de tempo. Esse material era muito utilizado para o desenvolvimento das pautas dos programas de rádio ou como suprimento para organização de materiais utilizados nas formações dos agentes pastorais. Fora de qualquer dúvida, tal material representa, hoje, um importante subsídio para o resgate histórico de informações que contextualizam o pensamento de Dom José Rodrigues em sua relação com seu tempo e seu espaço geopolítico-religioso.

Figura 9 - Pastas com recortes de jornais

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues.

O fato de a biblioteca possuir um acervo expressivo fez com que o Instituto Cajamar tendo em 1987, no seu conselho deliberativo, o professor Paulo Freire e Frei Beto, que conheciam o acervo constituído por Dom José Rodrigues de Souza solicitasse a colaboração do mesmo para a montagem de uma biblioteca para atender as demandas de formação do movimento sindical e político, em São Paulo.

Figura 10 - Ofício do Instituto Cajamar

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues (2019).

Outro fato que ressalta a importância da biblioteca foi que ela serviu de modelo para a montagem de outra com o mesmo nome, contendo aproximadamente 15 mil títulos, na Paróquia de Santo Antônio de Pilão Arcado que pertence à diocese de Juazeiro, na qual os projetos de Educação popular, à luz do método Paulo Freire, foram desenvolvidos com bastante êxito.

O acervo bibliográfico conta com uma diversidade de temas e obras que apresentamos conforme a Classificação Decimal de Dewey. Essa classificação foi desenvolvida pelo bibliotecário americano Melvil Dewey, em 1876, sendo utilizada em todo o mundo pelos centros documentais e bibliotecas. Dessa forma, na tabela abaixo, temos na primeira coluna o código de referência de cada tema; na segunda encontram-se os temas principais em azul e, abaixo destes, os temas secundários; e a terceira coluna apresenta a quantidade de obras.

Tabela 1 - Obras do Acervo / Classificação Decimal de Dewey

CÓDIGO	TEMA	QUANTIDADE DE OBRAS
000	TEMAS GERAIS	
016	Código de Trânsito	54
030	Enciclopédias	603
050	Jornais	230
050	Boletim Caminhar Juntos	189
050	Revistas religiosas	3066
050	Revistas (Veja, Isto É, Época, Time, Bordo, Newsweek, entre outras)	4496
050	Revistas regionais	274
080	Coleções gerais (Primeiros passos; Como se faz, entre outras))	263
100	FILOSOFIA	
100	Diversos autores	148
130	PARAPSICOLOGIA	
130	Diversos autores	184
150	PSICOLOGIA	
150	Diversos autores	350
200	RELIGIÃO	
200	Diversos autores	2000
220	Estudos da Bíblia	754
230	Teologia	891
230	Vida religiosa	451
230	Cristianismo	566
231	Espiritualidade	875
262	Papas	100
264	Liturgia	1022
265	Sacerdócio	200
268	Catequese	700
291	Grandes religiões	626
272	História/Inquisição	165
282	Vaticano	158
300	CIÊNCIAS SOCIAIS	
304	Aborto	160
305	Homens e Mulheres	216
305	Crianças e adolescentes	158
305	Juventude	586
305	Grupos sociais	653

302	Comunicações sociais	416
306	Casamento, prostituição.	500
320	CIÊNCIAS POLÍTICAS	
320	Marxismo, Comunismo	311
323	Direitos civis e políticos	820
323	Direitos civis: política do idoso	73
342	Constituição Brasileira	150
359	Direito Militar	77
330	ECONOMIA	
330	Capitalismo	200
370	EDUCAÇÃO	
370	Diversos autores	859
371	Livros didáticos	701
378	Vestibular / módulos	56
398	Folclore	100
469	Português	810
500	CIÊNCIAS PURAS	
500	Diversos autores	246
510	Matemática	58
530	Física	78
540	Química	76
560	Paleontologia, Antropologia	130
570	Biologia	86
577	Ecologia	269
600	CIÊNCIAS APICADAS	
615	Farmacologia	513
620	Engenharia	12
630	Agricultura / Irrigação	106
658	Administração	257
700	ARTES	194
711	Cidades Brasileiras – Petrópolis – PE	80
711	Cidades Brasileiras – Juazeiro – BA	111
791	Cinema, rádio, TV	225
796	Esportes	98
800	LITERATURA	
800	Diversos autores	945

808	Coleção cartas, documentos, discurso, etc.	524
869	Literatura brasileira	1054
869	Literatura brasileira: escritores nordestinos	277
890	Outras literaturas: escritores regionais	148
890	Literatura infantil brasileira	338
890	Outras literaturas: temas regionais	104
900	HISTÓRIA E GEOGRAFIA	
907	História geral	803
910	Geografia geral e do Brasil	319
910	Geografia do Brasil: Rio São Francisco	91
918	Nordeste	239
918	Seca / semiárido	200
920	Grupos étnicos, raciais	554
921	Biografias: pensadores	137
923	Biografias: personagens da história	174
981	História do Brasil	1724
981	Bahia	804
TOTAL		36185

Fonte: Biblioteca da Diocese (2012).

Além do acervo, a biblioteca contava com um mobiliário adequado para a realização de suas atividades, a conhecer:

Tabela 2 - Lista do Mobiliário da Biblioteca

MOBILIÁRIO	QUANTIDADE
Mesa de leitura 1.20 x 3.00 m	1
Mesa de leitura 1.00 x 2.00 m	1
Mesas 0.60 x 0.60	4
Mesas 0.71 x 0.71	2
Mesas 0.72 x 1.10	4
Mesas para computador	3
Mesas 1.10 x 1.10	2
Cadeiras	50

Birôs	3
Estantes para livros	40
Expositores para revistas	6

Fonte: Biblioteca da Diocese (2019).

O funcionamento da biblioteca ocorria no horário comercial e contava com três atendentes que eram funcionárias administrativas da diocese. Elas eram as responsáveis pelo atendimento ao público, arrumação e higienização das obras, que eram organizadas por grandes áreas temáticas. A biblioteca contava com a assinatura de alguns periódicos e jornais que contribuía com a atualização das informações que ela disponibilizava.

Uma agente pastoral da diocese mostra em seu depoimento a importância da biblioteca como suporte na construção de conhecimento para a sociedade e o quanto ela era requisitada.

A gente trabalhava na biblioteca e, às vezes, era obrigada a fazer a fila, não cabia todo mundo. Eles chegavam: “a gente não acha isso aqui em outro lugar, só é aqui que tem”. Então a questão da atualização, a preocupação dele de manter o acervo atualizado com revistas, com periódicos, causava um grande diferencial sim, porque ela era muito procurada por conta disso, porque o pessoal sabia que o que não achasse em outra biblioteca, lá eles achavam a informação que queriam (RODRIGUES, 2019).

Toda essa estrutura da biblioteca e a atividade de suporte oferecida aos agentes pastorais e a sociedade em geral deixaram de fazer parte das políticas diocesanas de Juazeiro, abrindo espaço para a doação do acervo. Diante disso, em 4 de junho de 2013, o bispo de Juazeiro Dom José Geraldo da Cruz publicou uma nota no site da diocese de Juazeiro sobre a biblioteca da diocese, na qual dizia:

Foi constituída uma comissão de estudos que refletiu sobre o assunto [a biblioteca]. E, tendo consultado os Conselhos Presbiteral e de Pastoral, concluímos que chegou a hora de se dar um novo passo. Se a diocese sozinha não tinha a condição de realizar todas as transformações necessárias, deveríamos fazer parceria com um órgão público. Foi quando surgiu o interesse da UNEB, que abriu as suas portas para o diálogo e se dispôs a acolher a Biblioteca, colocando-a a disposição de quem quiser consultá-la. Foi assinado um termo de doação e a biblioteca terá o seu lugar de destaque, mantendo o seu nome: Biblioteca Dom José Rodrigues (DIOCESE, 2013).

A UNEB em Juazeiro foi escolhida para receber a biblioteca da diocese por oferecer cursos de Comunicação Social, Pedagogia, Agronomia, Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia e o curso semipresencial de Administração e Direito, além das Pós-Graduações em Educação, Cultura e Territórios Semiárido; em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental e em Agronomia: Horticultura Irrigada. Esses são cursos com uma

característica de construção de conhecimentos que possuem afinidades com o teor oferecido pelo acervo da biblioteca da diocese, inclusive, sendo esta fonte de pesquisa dos professores, alunos e pesquisadores, quando ela estava ainda, sob a gestão da Igreja.

Um novo capítulo na história passa a ser inscrito a partir do momento que a UNEB resolve assumir e fazer a gestão pública da biblioteca da diocese, que passou a ser chamada de Acervo Dom José Rodrigues.

3.2 O Acervo Dom José Rodrigues de Souza

O Acervo Dom José Rodrigues foi oferecido como doação ao Departamento de Ciências Humanas da UNEB em Juazeiro, que em reunião do conselho departamental decidiu por aceitar, receber e administrar todo o material bibliográfico, sendo renomeado como Acervo Dom José Rodrigues.

Figura 11 - Modelo de termo usado na doação da biblioteca

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues de Souza (2019).

Diante dessa decisão foram tomadas as primeiras providências no intuito de criar as condições para que a concretização da transferência da biblioteca com todo o seu acervo para as dependências da UNEB, campus III, em Juazeiro.

Nesse processo, o primeiro passo foi a criação, pela resolução nº 735/2012, de uma comissão para planejar e organizar a doação da Biblioteca da Diocese de Juazeiro, sendo composta por Cosme Batista dos Santos (presidente), Ana Lilian dos Reis, Gerlucé Guimarães Lustosa, Francisco de Assis Silva e Aurilene Rodrigues Lima.

Figura 12 - Resolução de Comissão

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues (2019).

Para viabilizar a transferência do acervo bibliográfico, a comissão fez uma visita de reconhecimento à biblioteca, quando em reunião com o bispo Dom José Geraldo, discutiram quais seriam as primeiras providências para concretizar a doação.

Figura 13 - Comissão visitando a biblioteca da diocese

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues (2019).

No dia 20 de maio de 2013, o acervo da biblioteca da diocese foi doado à UNEB, como foi publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia, no dia 31 de julho de 2013. Essa doação foi feita pela diocese em caráter definitivo e gratuito.

Figura 14 - Diário Oficial da Bahia / Doação do Acervo

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues.

Para a instalação do Acervo foi feito um projeto junto à UNEB, para obtenção de recursos, com a finalidade de realizar a adequação física do espaço de forma que o Acervo ficasse no mesmo salão da biblioteca já existente, mas em separado. Foram instaladas divisórias, reformadas as prateleiras e o mobiliário, confeccionadas as placas de sinalização e realizadas todas as montagens de estruturas para o recebimento das obras que compõem o acervo.

Em meio a esse processo, o acervo passou por uma vistoria feita por bibliotecárias da UNEB e, entre outras recomendações, foi sugerido um trabalho de higienização, seleção e até descarte de alguns documentos, além de substituição de parte do mobiliário. Para atender as recomendações, foi submetido um novo projeto à Pró-Reitoria de Extensão para novo levantamento de recurso com o qual foi adquirido todo o material para um curso e as atividades de realização da higienização do acervo.

Figura 15 - Acervo instalado na UNEB

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues (2019).

Então, diante do estabelecido, foi realizado o curso de higienização de acervo para um grupo de 20 pessoas, sendo essas das comunidades interna e externa à UNEB. Nesse curso, os participantes tiveram a oportunidade de aprender, inicialmente, na teoria, técnicas de limpeza física de livros.

Figura 16 - Curso de Higienização de Acervo Bibliográfico

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues (2019).

Posteriormente, as mesmas pessoas contribuíram com a realização de um grande trabalho de higienização e início da arrumação de todo o material, respeitando a classificação adotada pelas bibliotecas da UNEB.

Figura 17 - Higienização das obras do acervo

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues (2019).

Ainda, foram realizados vários mutirões para que se pudesse deixar o acervo em uma condição definitiva de visitação e consulta. No entanto, era preciso reorganizar as obras de acordo com um sistema de catalogação que atendesse a normas técnicas da ABNT, colocando o acervo em sintonia com a catalogação utilizada pelo sistema de bibliotecas da UNEB. Foi então, organizado um Curso de Noção de Seleção e Classificação de Acervo. A atividade foi

ministrada pela bibliotecária Gerluce Guimaraes Lustosa, com duração de 20 horas, aberta para a comunidade interna e externa.

Figura 18 - Curso de noção de classificação e seleção de acervo

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues (2019).

Após receberem dez horas de teoria, os participantes desenvolveram dez horas de atividades práticas na biblioteca da UNEB com o material do acervo Dom José Rodrigues, contribuindo com a organização do material bibliográfico.

Figura 19 - Seleção e Classificação de Acervo

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues (2019).

Após a realização de diversas ações promovidas pela UNEB, campus Juazeiro, o Acervo Dom José Rodrigues foi oficialmente reaberto, no dia 12 de dezembro de 2018. Com isso, a comunidade acadêmica e a sociedade em geral passaram a dispor de todo o material bibliográfico para a realização de estudos e pesquisas.

Figura 20 - Foto da reinauguração do Acervo Dom José Rodrigues

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues (2019).

Participaram da reinauguração do acervo representantes dos professores e alunos da UNEB em Juazeiro, da Igreja católica, de ONG's e da sociedade civil.

Com a reinauguração começou uma nova fase de projetos e trabalhos a serem desenvolvidos no intuito de fazer com que o material do acervo e o seu espaço tornem-se um suporte na construção de conhecimentos.

3.3 O Acervo Dom José Rodrigues: suporte para estudos e projetos

A UNEB identifica no acervo um potencial para novos estudos, pesquisas e projetos. Foi com essa filosofia que, mesmo durante o período em que o material bibliográfico esteve em processos de higienização e classificação, foi garantido o acesso do material ao público, de forma controlada, e projetos já começaram a serem desenvolvidos.

Um dos primeiros projetos que foram desenvolvidos a partir de 2016 foi “Acervo Dom José Rodrigues: Para além dos muros da UNEB”. Ele tinha como objetivo desenvolver ações de divulgação e estímulo a consultas, evidenciando a valorização do patrimônio e da memória cultural. Justificava-se por levar em consideração que o material que compõe o acervo tem relevância cultural, política e valor inestimável. Sendo, portanto, ímpar a divulgação do material na promoção da visibilidade do acervo, contribuindo com o estreitamento das relações da comunidade com a UNEB (ver anexo N).

Figura 21 - Exposição itinerante do Acervo Dom José

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues (2019).

Como estratégia, foi utilizada a exposição itinerante. Para isso, foram utilizados banners, fotos e cópias coloridas de textos e publicações que compõem o acervo, tendo como base um tema que servia de referência para a exposição itinerante em espaços internos e externos à UNEB, inclusive visitando cidades vizinhas a Juazeiro - BA. O projeto realizava, também, atividades de visitação com grupos que tinham interesse em conhecer o Acervo.

Outro projeto que está sendo desenvolvido no espaço do acervo é o “Rodas de Conversa”, que são realizadas a partir de temas que sejam de interesse coletivo dos professores, alunos, pesquisadores e da comunidade em geral. O objetivo é fazer com que o debate ocorra no espaço, provocando a visita ao acervo, o conhecimento de suas obras e a sua utilização. Para a realização do evento são convidadas pessoas que dominem o assunto, podendo ser um pesquisador ou mesmo uma pessoa com o devido conhecimento reconhecido.

Quanto à metodologia, as rodas de conversas são momentos nos quais é aberto um espaço de diálogo mediado por um coordenador que instiga a participação de todos que estão participando do evento, sendo as pessoas organizadas em cadeiras, formando uma roda. Durante o evento é feita a exposição de obras que tenham afinidade com o tema do evento.

Figura 22 - Roda de conversa / professor Ismar Soares no Acervo

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues (2019).

Além desses, o acervo tem favorecido o desenvolvimento de atividades ligadas a outros projetos, a exemplo do projeto História e Memória do Sertão do São Francisco, por meio do qual os alunos do curso de comunicação estão pesquisando e escrevendo artigos a partir de obras que pertencem ao acervo. O último foi publicado com o tema: A filosofia da solidariedade no jornal Caminhar Juntos (2019), por Jônatas Pereira.

Essas atividades, associadas à importância que sempre teve o acervo, despertaram o interesse jornalístico e ele foi por duas vezes objeto de matéria exibida pelo Projeto Web TV Caatinga, uma plataforma digital educativa (www.rtvcaatinga.univasf.edu.br), pertencente à Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF). No programa Memórias do Sertão, foi produzida uma matéria sobre o Acervo Dom José Rodrigues², no qual relata a história do acervo. Outra matéria foi produzida pela TV Caatinga e veiculada no TVE Revista e no TVE Notícia do espaço #TVEColaborativo³. Esta última apresenta, também, informações e dados sobre o Acervo.

Os meios de comunicação regionais divulgam constantemente matérias com o que é desenvolvido a partir do acervo, que hoje possui uma visibilidade cada vez maior, e um reconhecimento da importância de suas obras colocada em evidência.

²Disponível no endereço: <http://www.rtvcaatinga.univasf.edu.br/video/V8Y5uZarqsQ>

³Disponível no endereço: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=2344425328975712&id=384199374998327.

A biblioteca da diocese que hoje recebe o nome de Acervo Dom José Rodrigues é a concretização de uma linha de pensamento sobre a comunicação, em forma de ações, que já vinham sendo disseminado pela Igreja Católica, por meio dos documentos elaborados nas Conferências Latino Americana da Igreja Católica, principalmente as de Medellín e Puebla. É justamente sobre a comunicação da Igreja na América Latina e no Brasil que iremos nos aprofundar.

No próximo capítulo trataremos da comunicação na Igreja da América Latina e no Brasil, no qual apresentamos um resgate histórico, em que ressaltamos momentos importantes, que influenciaram a construção de uma política de comunicação para a Igreja Católica no Brasil.

4 A COMUNICAÇÃO NA IGREJA DA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

A comunicação na Igreja na América Latina e no Brasil apresenta uma nova fase na relação Comunicação e Igreja a partir do final da década de 50. Nesse processo são importantes os documentos de Puebla e Medellín como passos evolutivos na Comunicação da Igreja. Ressaltamos a contribuição da União Cristã Brasileira de Comunicação Social – UCBC e os caminhos da comunicação na Igreja como resistência e subversão em tempos de repressão e no contexto da redemocratização do País.

4.1 Uma nova fase na relação Comunicação e Igreja

No final da década de 50 e início dos anos 60 do século XX, existiu um forte movimento, no Brasil e na América Latina, no intuito de superar as teorias liberais sobre a comunicação e a informação, que serviam de base, quase sempre incontestável, para o trabalho que envolvia essas questões no âmbito da igreja. Esse fato foi assunto em estudo no livro **Do Santo Ofício à Libertação**, no qual Soares ressalta que,

O interesse pelo tema em estudo cresce, quando se observa que boa parte da responsabilidade pela evolução do pensamento oficial da Igreja coube ao laicato, principalmente ao laicato jovem, a partir de dado momento da história do Brasil - final dos anos 50 e início da década de 60; e a uma parte pouco numerosa, mas aguerrida, do próprio episcopado, comprometida com a luta por mudanças estruturais na sociedade brasileira, ao que vem se somando a decisiva contribuição das práticas horizontais de comunicação das Comunidades Eclesiais de Base, constituídas principalmente por membros das classes subalternas, já nos meados da década de 70 (SOARES, 1988, p17).

Esse é o contexto a partir do qual se percebe que parte da Igreja e da sociedade civil vinha pensando em novas políticas de comunicação, que se colocavam como necessárias frente à realidade social e política pela qual passava a sociedade brasileira. Ao estudar esse período histórico, relacionando-o à comunicação social e à Igreja, foram ressaltadas cinco questões por Soares:

1ª A questão da relação entre igreja e sociedade civil na definição das políticas de comunicação adotadas nos vários períodos da história analisados; 2ª A questão da afirmação de doutrinas sobre o controle de produção cultural como decorrência de alianças nos processos de luta de classes em desenvolvimento nos vários momentos da história; 3ª a questão da relação entre o Vaticano, a Igreja Católica no Brasil e a sociedade civil brasileira no que diz respeito ao controle sobre a produção e o consumo de bens culturais;

4º A questão da evolução das doutrinas e dos processos de utilização dos recursos da comunicação para fins pastorais por parte da igreja, tanto no Vaticano, como no Brasil; 5º A contribuição efetiva dos vários segmentos da igreja – principalmente o laicato – nas transformações operadas no discurso e na prática da própria Igreja no campo da comunicação, principalmente na América Latina e no Brasil (SOARES, 1988, p. 18).

Outro destaque do período foi a formação de uma nova Teoria Cristã da Comunicação Social, a partir dos anos 60 do século passado. Soares (1988, p. 23) defendeu como hipótese, em suas pesquisas, o surgimento dessa Teoria sob a responsabilidade de leigos aliados a grupos de eclesiásticos que, tanto no Brasil como na América Latina, estavam preocupados com o maior envolvimento da Igreja Católica nas transformações pelas quais passava a sociedade. Quando se trata especificamente do discurso da Igreja Católica no Brasil, entende

(...) que a emergência de um novo pensamento e de uma nova prática só foi possível graças à associação de grupos de intelectuais católicos a elementos das classes subalternas organizadas ou articuladas em projetos culturais específicos, como a alfabetização e educação de base, ou ainda o de constituição das Comunidades Eclesiais de Base (SOARES, 1988, p. 24).

Ainda segundo Soares (1988, p. 217 - 218), a criação da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), em 1952, foi um divisor de águas na forma como passou a ser gerida a Igreja Católica no Brasil, uma vez que essa instituição assumiu a liderança sobre toda a Igreja, desenvolvendo objetivos comuns a serem seguidos pelos bispos e suas dioceses. A CNBB, o Núncio Apostólico D. Armando Lombardi e o Secretário Geral, Dom Hélder Câmara, propunham, sob as orientações de João XXIII, apoiar a ala progressista da Igreja, nomeando bispos comprometidos com o espírito de mudança, inclusive nas políticas de comunicação. Esse fato fica claro nas colocações de Soares,

A consolidação da liderança da CNBB sobre toda a Igreja a partir dos meados da década de 50 e, já no início dos anos 60, a formulação explícita, entre os bispos, de objetivos comuns através de planos de pastoral de conjunto, somando ao avanço da organização do laicato dentro dos embates gerados nas lutas civis, definirão um novo quadro nas relações intra-ecclesiais e extra-ecclesiais. As novas relações condicionarão um ou mais discursos e novas políticas de comunicação (SOARES, 1988, p. 224).

Ainda nesse período, nas décadas de 50 e 60 do século XX, a Igreja Católica fez uma forte investida no âmbito da comunicação, buscando adquirir concessões de emissoras de rádio. Soares (1988) revela essa tendência, ao citar que:

Já em 1960, segundo estatísticas que circulavam durante o I Congresso Católico Latino Americano de Rádio e Televisão, promovido pela UNDA – Associação Internacional para a Rádio e Televisão e realizado no Rio de Janeiro, de 15 a 20 de agosto, das 800 emissoras de rádio no Brasil, 48 eram católicas, estando previstas, para breve, a inauguração de 16, correndo, ainda, processos para a concessão de mais 7 emissoras. No conjunto das demais nações latino-americanas existiam apenas 24 emissoras católicas. No final da década o número das emissoras da Igreja será elevado para 120 (SOARES, 1988, p. 256).

Paulo Freire com as suas propostas pedagógicas encaixavam-se com os ideais que tinham parte dos clérigos e leigos da igreja no que se refere a uma possibilidade de intervir na conjuntura social, mediante um processo educacional, utilizando o rádio como ferramenta de comunicação. Segundo Soares:

O projeto pedagógico de Paulo Freire, umas das principais expressões do catolicismo social no final dos anos 50 e inícios da década de 60, foi vivenciado principalmente na região Nordeste do país, tanto por grupos de universitários, artistas e intelectuais do Recife que formavam, em 1960, o MCP – Movimento de Cultura Popular, quanto, em parte, pelo MEB – Movimento de Educação de Base, organização com sustentação da Igreja, criada com o apoio do Governo Federal em 1961, com trabalho centrado num sistema de rádio-escolas que se utilizavam de emissoras da igreja e era mantido em nível local por pessoal treinado (SOARES, 1988, p. 322 - 323).

Dentro das ações de comunicação da Igreja, à luz de uma nova Teoria Cristã da Comunicação, era importante que o diálogo estivesse presente em todo o processo, para que se pudesse garantir que não seria mais um projeto verticalizado, que iria de encontro às propostas de uma nova prática de comunicação social. Nessa linha de pensamento, pode-se destacar que

O educador Paulo Freire surge como o grande inspirador de toda essa corrente de estudiosos latino-americanos que pensam criticamente a comunicação do continente. A teoria da comunicação dialógica e libertadora proposta pelo educador brasileiro como superação do modelo de “educação bancária” se impõe como a grande chave para o entendimento e construção de um novo modelo de comunicação. Um modelo baseado no diálogo e na participação (SOARES, 1994, p. 4).

O diálogo e sua importância são ressaltados, também, por Soares (1988), que o sustenta como elemento indispensável em um processo de comunicação social. Ele afirma que:

Na defesa do diálogo como prática pedagógica para superar a compreensão mágica ou ingênua de mundo e na reserva quanto aos processos de comunicação vertical e autoritário da burguesia, da Igreja ou dos grupos revolucionários cupulistas estão as chaves para o entendimento de uma nova postura teórica cristã frente à cultura e ao fenômeno da Comunidade social (SOARES, 1988, p. 331 e 332).

A produção intelectual de Paulo Freire contribuiu nas reflexões sobre comunicação social, servindo de base para o entendimento de como deve ser a realização de um processo de comunicação e compreensão entre o sujeito e o diálogo. Para Freire, a comunicação é vista:

Como relação social, ou seja, como processo de interação entre sujeito em diálogo. A comunicação é encarada como a tradução do princípio do diálogo ao ato de conhecer, ao plano social. Uma vez que o verdadeiro conhecimento é sempre elaborado mediante relações de transformação entre o homem e o mundo, isto implica tanto reflexão como ação (FREIRE, 1967, p. 118).

Esse é um contexto que demonstra mudanças nos rumos da comunicação eclesial. Diante disso, a Igreja Católica realizou conferências e encontros nos quais formalizou documentos que serviram de referências para uma nova política de comunicação a ser desenvolvida na Instituição. Esses documentos nortearam os caminhos seguidos pela Igreja no Brasil no que se refere à Comunicação Social.

4.2 Documentos da Igreja: passos evolutivos na comunicação católica

A Igreja Católica buscou construir documentos que orientassem a instituição como um todo sobre os caminhos e demandas de comunicação que deveria seguir.

Um fato marcante, nesse período, foi a publicação, em 04 de dezembro de 1963, do documento da Igreja Católica sobre comunicação Social, o decreto Inter Mirifica, pelo Concílio Vaticano II, que traz um conjunto de normas e preceitos responsáveis pela evolução, naquele momento, das interpretações dos fenômenos comunicacionais feitas pelas autoridades eclesiais.

Foi registrado por Soares (1988, p. 105 - 107) que o Decreto possui: “24 artigos, que compõem a constituição conciliar (2 artigos para introdução, 10 destinados à doutrina, 10 à ação pastoral e 2 à conclusão).”

Os avanços apresentados pelo decreto Inter Mirifica contribuíram para que o tema comunicação tenha ganhado espaço na Igreja, inclusive motivando muitos episcopados a movimentarem-se na direção de iniciar a constituição das pastorais dos meios de comunicação. Puntel destaca que:

O Decreto Inter Mirifica assinala a primeira vez que o concílio geral da Igreja se volta para o problema da comunicação. Pela primeira vez, um documento universal da Igreja assegura a obrigação e o direito de ela utilizar os instrumentos de comunicação social. Além disso, o Inter Mirifica também apresenta a primeira

orientação geral para o clero e para os leigos sobre o emprego dos meios de comunicação social. Havia agora uma posição oficial da Igreja Católica Romana sobre o assunto (PUNTEL, 2010, p. 39 - 40).

A Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em 1968, teve como tema: “A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio”. O evento resultou na publicação, pelo CELAM, do documento de Medellín que deu prosseguimento ao caminho de evolução da política dos Meios Comunicação Social e apresenta esses em seu texto da seguinte forma:

Os Meios de Comunicação Social (MCS) abrangem a pessoa na sua totalidade. Plasman o homem e a sociedade e tomam cada vez mais seu tempo livre. Forjam uma nova cultura, produto da civilização audiovisual que, se por um lado tende a massificar o homem, por outro favorece sua personalização. Esta nova cultura, pela primeira vez, se põe ao alcance de todos, alfabetizados ou não, fato que não acontecia com a cultura tradicional, que favorecia apenas uma minoria (CELAM, 1968, p. 74).

Entre as contribuições de Medellín, no campo dos Meios de Comunicação Social, destaca-se o fenômeno de socialização dos homens, fazendo com que eles possam romper com um estado de consciência ingênua e avancem para outro estado, o da consciência crítica frente aos desafios que lhe são impostos pela realidade vivenciada. Sobre isso, ressalta-se que:

Na América Latina os MCS representam um dos fatores que mais têm contribuído e contribuem para despertar a consciência das grandes massas sobre suas condições de vida, suscitando aspirações e exigências de transformações radicais. Ainda que de forma incipiente, vêm atuando, também, como agentes positivos de mudança através da educação de base, programas de formação e opinião pública etc. (CELAM, 1968, p. 74).

As reflexões do Documento de Medellín trazem, em seu texto, a necessidade da Igreja acolher os Meios de Comunicação Social com o intuito de contribuir com as transformações na América-Latina. Sobre essa postura, o documento relata que “(...) também na América Latina a Igreja recebe com prazer a ajuda providencial destes meios, com a firme esperança de que contribuirão cada vez mais para a promoção humana e cristã do continente” (CELAM, 1968, p.71).

Em 1971, não menos importante que o decreto Inter Mirifica, foi promulgada a instrução pastoral *Communio et Progressio* pela Comissão Pontifícia para os Meios de Comunicação.

Foi mais um documento que marcou a evolução da Igreja Católica frente à questão da Comunicação, trazendo influência direta sobre as práticas desenvolvidas principalmente por parte de eclesiásticos, que enxergavam a necessidade de refletir sobre a comunicação, seus meios e usos. Assim, são apontadas as características do *Communio et Progressio*:

1ª amplia as conquistas do Inter Mirifica; 2ª procura auscultar a sociedade, levantando questionamento sobre a presença dos modernos instrumentos de comunicação no mundo moderno; 3ª leva em consideração dados sobre a natureza do fenômeno da Comunicação Social, as peculiaridades de cada veículo e a situação psicossocial dos usuários na elaboração dos projetos de comunicação para a Igreja e, finalmente; 4ª Insere a Comunicação Social como elemento articulador de qualquer pastoral, ao reconhecer a necessidade e a legitimidade de formação de opinião dentro da Igreja (SOARES, 1988, p. 108).

Os avanços nos processos de comunicação da Igreja apareceram, mais uma vez, expostos pelo documento de Puebla de 1979, resultado da Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, sob o tema: “Evangelificação no presente e no futuro da América Latina”, que indicou progressos se comparado ao documento de Medellín.

Em relação aos destaques trazidos pelo documento de Puebla em comparação ao de Medellín, 1968, Melo (1981, p.13) ressalta que: “o documento de Puebla traduz a certeza de que a opção pelos pobres, assumida pela hierarquia eclesiástica e respaldada pela prática libertadora das comunidades eclesiais de base, não importam atitudes conciliatórias frente às classes dominantes”.

O fato de o documento de Puebla de 1979 fazer a inter-relação entre os meios de comunicação e a realidade sociocultural foi um avanço significativo para o que já havia sido declarado anteriormente. Isso estava claro para Melo que relata:

A partir dessa constatação é que o documento de Puebla dá um passo além do de Medellín (...). Não há mais aquela ilusão sobre a possibilidade de a presença cristã nos meios burgueses de comunicação vir a representar um fator de convencimento junto aos detentores do capital, sensibilizando-os para a humanização do processo desenvolvimentista. Há ao contrário, uma compreensão do monopólio exercido pelos centros de poder, que manipulam os meios de comunicação de acordo com os princípios que não são absolutamente os da justiça e os do bem comum, mas os do arbítrio e dos interesses imperialistas (MELO, 1981, p. 14-15).

Dom Luciano Metzinger, ao escrever o texto *Puebla e a Comunicação Social* (1981), diz que: “Puebla não se limita a repetir o que já foi dito; oferece-nos, antes, uma visão nova da Comunicação Social, visão de que se deriva uma aplicação renovada à evangelização e à ação pastoral da Igreja em geral” (NEOTTI, 1981, p. 13).

A mudança de postura da Igreja Católica, a partir da proposta de um trabalho tendo como referência uma comunicação social, envolvendo as Comunidades Eclesiais de Base e movimentos como o MEB, levou a Igreja a adotar o que foi chamado por Marcelo Azevedo de evangelização inculturada, termo que difere de enculturação ou aculturação, assim, definidas pelo autor:

Por enculturação entende-se o processo pelo qual uma pessoa é introduzida a sua própria cultura. A aculturação significa as transformações que se verificam pelo contato de um indivíduo ou grupo com uma cultura que não é a sua ou pela interação de duas ou mais culturas distintas. Quanto ao conceito de inculturação foi precedido pelo de adaptação que queria indicar o necessário esforço de aproximação e abordagem do não-católico pelo missionário (AZEVEDO, 1985, p. 43).

Essa é mais uma constatação das mudanças pelas quais passou a igreja e a sua relação com a comunicação, que se tornou um elemento indispensável na nova caminhada à qual se propunha a igreja frente às demandas que lhe eram, naquele momento, impostas pela sociedade, reconhecidamente expressas em seus documentos eclesiais.

No entanto, não foi um processo de aceitação unânime, pois encontrou as resistências que precisaram ser superadas por meio de muita luta e organização daqueles que acreditavam na nova postura comunicacional adotada pela Igreja no Brasil e na América Latina. Entre essas organizações e entidades, ressaltamos o papel da UCBC – União Cristã Brasileira de Comunicação Social, que desempenhou um importante papel em um momento de dura repressão política em nosso país.

4.3 A contribuição da União Cristã Brasileira de Comunicação Social – UCBC

No momento em que o Brasil passava por um processo delicado de repressão militar, nasceram entidades que se opunham ao regime na busca de lutar pelo direito à democracia, que havia sido suprimida do povo. Entre essas entidades, surgiu a UCBC - União Cristã Brasileira de Comunicação Social, em 18 de julho de 1969, criada pelos brasileiros que participaram do IV Congresso da União Católica Latino-Americana de Imprensa – UCLAP que, entre outras coisas, lutavam pela democratização da comunicação no País em um contexto complexo, que envolvia mudanças de rumos na Igreja Católica, em meio a um turbilhão de acontecimentos, assim descritos por Gomes:

O Brasil vivia uma fase de recrudescimento do regime militar, implantado no país em 1964. Portanto, era um período de extrema repressão, de cerceamento das

liberdades individuais. No campo da cultura, imperavam a censura à liberdade de imprensa, as proibições de filmes e obras teatrais. Ao mesmo tempo, o País apreciava um extremo desenvolvimento nas técnicas de comunicação. No âmbito religioso, a Igreja Católica havia saído de uma Conferência Geral Episcopal Latino-Americana, realizada em Medellín, Colômbia, que tivera enorme repercussão nas comunidades eclesiais. Ao mesmo tempo, iniciava-se as Comunidades Eclesiais de Base, efetivando uma real organização nas bases da Igreja (GOMES, 1995, 18-19).

Dessa forma, fica claro que a UCBC foi mais uma entidade que surgiu a partir da situação de agravamento da censura e perseguição à imprensa e aos jornalistas e, também, no momento em que a Igreja começava a colher os desdobramentos, que foram frutos do Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, que propunha, entre outras coisas, a necessidade de criação de organizações, que se preocupassem com a comunicação em vários países. Ao falar sobre as influências geradas pelas conclusões do Concílio Vaticano II, Moura (1978, p. 191) diz que “todo pensamento católico e as ideias dos católicos, após o Vaticano II, sofreram, direta ou indiretamente, a influência desse Concílio”. Dentro desse contexto, a UCBC é, assim, definida:

A UCBC – União Cristã Brasileira de Comunicação Social, é uma entidade ecumênica que nasceu da utopia vivida por aproximadamente quinze jornalistas, durante o Congresso Latino-americano de Jornalistas Católicos, realizado em julho de 1969, na PUC de São Paulo. Jornalistas que, fossem como pesquisadores, ou mesmo como padres da Igreja Católica, trabalhavam em emissoras de rádio ou jornais. Eles se propuseram a colocar em prática o apelo do então recém-terminado Concílio Vaticano II (PUNTEL, 2010, p. 254).

Ao descrever a trajetória da UCBC, Pedro Gilberto Gomes cita as três primeiras fases de desenvolvimento das atividades da UCBC, a partir da evolução dos seus objetivos e ações, que foram sendo estabelecidas a partir das demandas e da necessidade de um maior envolvimento com os temas e problemáticas, que se faziam urgentes de serem discutidos, refletidos e enfrentados com atividades, que levassem à possibilidade de mudanças na sociedade:

Na primeira fase, a preocupação principal da UCBC foi a centralização da comunicação social no Brasil e suas implicações na descentralização da cultura nacional. A sociedade vivia em um clima de repressão política por parte do governo militar. A segunda fase se desenvolveu já nos sabores da abertura política. A UCBC deu um passo a diante. Por isso, preocupou-se em estudar as relações entre comunicação e recepção crítica, iniciando os cursos de leitura crítica como um serviço aos educadores e aos agentes de pastoral. A terceira fase figura-se como a mais rica em realizações. Nela, a discussão sobre o processo de comunicação tomou um perfil muito claro: a comunicação libertadora. Onde mais se avançou teoricamente foi nos cursos de leitura crítica da comunicação e nos encontros de Comunicação e Teologia. Ao mesmo tempo a UCBC ampliou os seus contatos com

a sociedade civil, engajando-se definitivamente na luta pela democratização da sociedade (GOMES, 1995, p.19).

No ano de 1970, na cidade do Rio de Janeiro, a UCBC realizou seu primeiro Congresso, que culminou com a divulgação por partes dos comunicadores de um manifesto no qual propunha um programa de política de comunicação para o desenvolvimento de uma sociedade democrática. Segundo os estudos de Soares, a “Declaração do Rio de Janeiro” da UCBC tem, em seu contexto, aproximações com as ideias de Paulo Freire no que tange à defesa de “uma Teoria da Comunicação que respeitasse a capacidade criadora de cultura das comunidades brasileiras” (SOARES, 1988, p. 275).

Em 1978, em mais um congresso promovido pela UCBC, a entidade demonstra o seu compromisso com a comunicação e a consciência crítica, que deve ser uma preocupação coletiva, principalmente dos cristãos envolvidos diretamente com o mundo da comunicação social. Sobre esse evento, Soares descreve:

“Comunicação e Consciência Crítica” foi o tema do VII Congresso Brasileiro de Comunicação realizado, entre os dias 7 a 10 de setembro do presente ano, nas Faculdades Franciscanas, na cidade de Bragança Paulista (SP). A importância do tema e o alto conceito que vem merecendo a União Cristã Brasileira de Comunicação Social - UCBC -, instituição ecumênica que promoveu o encontro, puderam ser provados pela numerosa afluência de profissionais, pesquisadores e alunos de comunicação: 200 pessoas, provenientes de Estados da Federação, representantes de 58 instituições, entre jornais, revistas, estações de rádio e de televisão, universidades, agências noticiosas e assessorias de imprensa participaram do encontro (SOARES, 1978, p.1).

Na década de 80 do século XX, a UCBC organizou congressos com a intenção de colocar em pauta questões relevantes, sempre destacando as temáticas que eram mais importantes para o momento e precisavam ser objeto de reflexão e possíveis ações comunicacionais, sendo, dessa forma, uma entidade presente e sintonizada com as mudanças e os desafios colocados em evidência pela sociedade. Puntel lembra que:

As temáticas dos anos 1980 e 1984 concentraram-se na comunicação e na defesa dos direitos humanos, nos vários setores de atividade. Assim os congressos, como principal atividade da UCBC para a reflexão na época, tornavam-se espaço para a discussão sobre Comunicação e Cultura Popular (1980, São Bernardo do Campo – SP); Comunicação, Juventude e Participação (1981, Florianópolis, SC); Comunicação e Direitos Humanos (1982, PUC / SP); Comunicação e Segurança Nacional (1983, Recife – PE); Comunicação, Igreja e Estado na América Latina (1984) (PUNTEL, 2010, p. 256).

Os trabalhos desenvolvidos pela UCBC acabaram por gerar desdobramentos que se fizeram necessários diante da demanda de tantas questões, que foram aparecendo. Entre as linhas de ações, pode-se citar a criação do Projeto Leitura Crítica da Comunicação – LCC, em 1979, com uma clara intenção por parte dos membros da UCBC de colocar em evidência as questões da consciência e do senso crítico frente aos meios de comunicação social. A contribuição da UCBC é lembrada por Gomes, ao dizer que:

Com relação à Igreja no Brasil, o trabalho da UCBC, nos seus congressos e, principalmente, através do Projeto de Leitura Crítica da Comunicação, contribuiu de forma decisiva para a mudança da perspectiva da comunicação. Ajudou a compreender o processo de comunicação, também dentro da Igreja, para depois discutir os grandes meios. Mais ainda, foi elemento decisivo para que a preocupação com a formação do senso crítico dos receptores (sempre presentes nas pastorais da Igreja) se transformasse em preocupação com a educação para a comunicação. Muito mais que um jogo de palavras, esta mudança significou uma virada ideológica. Pois implicou reconhecer que ninguém dá senso crítico para ninguém; ninguém educa ninguém; ninguém é mais consciente que ninguém, implicou, também, aceitar que todos têm uma palavra a dizer e que o trabalho no campo da comunicação deve dirigir-se a criar condições para que essa palavra possa ser ouvida no concreto da sociedade (GOMES, 1995, p.14).

Ao falar da criação da LCC, Puntel faz o seguinte relato, descrevendo as circunstâncias e os envolvidos nesse processo:

A LCC surge em 1979, dentro da UCBC. O projeto situa-se no âmbito educacional e apresenta-se como sugestão de trabalho para os comunicadores, os líderes de movimento populares e agentes de pastoral das Igrejas Cristãs. Com a participação de José Marques de Melo, Romeu Dale e Ismar de Oliveira Soares, organizou-se o primeiro curso da série LCC, cuja sigla foi proposta pelo presidente da entidade, José Marques de Melo, e pelo sócio Attílio I. Hartmann (PUNTEL, 2010, 257).

Para Puntel (2010, p. 257), “havia um objetivo claro: ajudar os comunicadores a ter uma ação prática na desmistificação da comunicação social, da comunicação de massa”. A UCBC buscava desenvolver um trabalho, que tinha como pano de fundo a luta constante pelo processo de democratização, sendo que, dentro dele, realizava uma luta particular pela democratização das políticas de comunicação, sempre buscando chegar a um ponto em que a entidade passasse do estágio de reflexão para a efetiva ação, intervindo mais contundentemente nos rumos da comunicação, inclusive no universo eclesial. Assim, José Marques de Melo ressalta esse avanço na existência da UCBC: “Aí foi possível correlacionar igreja e comunicação, intelectuais e povo, teoria e prática, conduzindo a UCBC à parceria efetiva com os movimentos populares e depois a uma atuação proeminente na luta nacional pelas políticas democráticas de comunicação” (GOMES, 1995, p.11).

Figura 23 - Livros da UCBC

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues (2018)

Um quadro demonstrativo dos congressos realizados pela UCBC nas décadas de 70 e 80, do século passado, mostram os temas que vinham sendo discutidos, principalmente no Sul, Sudeste e Nordeste, no que se refere às questões ligadas à comunicação. Esses congressos refletem parte do papel da UCBC, explicitado por Gomes ao dizer que:

A União Católica Brasileira vem desempenhando um papel muito importante na reflexão e ação sobre comunicação social, tanto no âmbito da sociedade brasileira quanto das Igrejas Cristãs (notadamente da Igreja Católica). Com seus trabalhos e encontros, ela ajudou a clarificar e expressar melhor a compreensão de comunicação e o uso dos meios de comunicação das igrejas Cristãs, notadamente a Igreja Católica (GOMES, 1995, p.13).

Na primeira fase, desenvolveram-se vários Congressos de 1970 a 1976, com forte atuação da UCBC em discussões, que se faziam necessárias naquele momento.

Tabela 3 - Foco - A Comunicação e sua relação com as subculturas

CONGRESSO	TEMA
Rio de Janeiro - RJ – 1970	Comunicação Social e Educação
Guaratinguetá -SP – 1972	Comunicação Regional e Cultura Popular no Brasil
Belo Horizonte - MG – 1974	Comunicação Popular e Regional no Brasil
Campinas - SP – 1975	A Incomunicação Social
Rio de Janeiro - RJ – 1976	Comunicação de Massa e Descaracterização da Cultura Brasileira

Fonte: (GOMES, 1995, p. 53-75)

A avaliação do professor Pedro Gilberto Gomes feita sobre essa primeira fase de atuação da UCBC é positiva. Isso fica claro quando ele faz uma colocação em seu livro, que é fruto da tese de seu doutorado, no qual diz:

Concluindo esta primeira fase do desenvolvimento da UCBC, podemos dizer que, pelos congressos realizados, pelas declarações, cursos e encontros dos quais participou e/ou organizou, ela teve uma participação ativa na vida da sociedade em geral e das Igrejas em particular. Num momento em que se exigia intensa mobilização de setores da sociedade civil, amordaçados por uma ditadura asfixiante, os membros da nova entidade não se furtaram ao seu compromisso. Conscientes de que numa entidade organizada haveria melhores condições de atuação, utilizaram-se do guarda-chuva da UCBC para realizar seus encontros e para criar uma intensa rede de discussão e conscientização que, a longo prazo, se firmou como de resistência (GOMES, 1995, p.91-92).

Na segunda fase, foram realizados congressos de 1977 a 1979, com mais contribuições efetivas e reflexos diretos na sociedade.

Tabela 4 - Foco - A Comunicação e Recepção Crítica

CONGRESSO	TEMA
São Leopoldo – RS – 1977	Comunicação e Participação na sociedade
Bragança Paulista – SP – 1978	Comunicação e Consciência Crítica
Natal – RN -1979	Comunicação e Ideologia

Fonte: (GOMES, 1995, p. 93-115)

Ao concluir-se essa segunda fase de atuação da UCBC, percebemos que novos passos foram dados, fazendo com que a entidade firmasse, ainda mais, a sua importância, como afirma Gomes:

Nesse período, a UCBC aumentou consideravelmente as suas intervenções no campo das comunicações sociais. Com isso, a entidade marcou a sua presença na sua sociedade civil. Ao mesmo tempo, continuou a sua prestação de serviços à sociedade, agora com nova dimensão dos cursos sobre comunicação, consubstanciados na leitura crítica da comunicação (GOMES, 1995, p. 135).

No período de 1980 a 1983, ocorreu a terceira fase com mais congressos e com temas relevantes para um momento em que o país caminhava para a redemocratização.

Tabela 5 - Foco - A opção por uma comunicação libertadora

CONGRESSO	TEMA
São Bernardo do Campo – SP -1980	Comunicação e Educação Popular
Florianópolis - SC- 1981	Comunicação, Juventude e Participação
São Paulo – SP – 1982	Comunicação e Direitos Humanos
Recife – PE – 1983	Comunicação, Segurança e Sociedade

Fonte: (GOMES, 1995, p. 150-171)

A terceira fase demonstrou ser uma fase de muitos avanços; aconteceu durante a segunda presidência de Frei Clarêncio Neotti (1976 - 1980) e no período das duas presidências de professor Ismar de Oliveira Soares (1980-1988). Os avanços dessa fase, também, foram descritas por Gomes (1995, p. 201):

Deste modo, o avanço fundamental deste período com relação aos anteriores situa-se no âmbito da ação concreta. A UCBC passou a atuar na sociedade de forma mais organizada e mais constante. A entidade não mais vinha a público somente nos congressos, mas tomava a iniciativa em ações que evidenciavam um compromisso concreto com a mudança. A opção por uma comunicação libertadora não ficou restrita às discussões da academia realizadas nos congressos. A UCBC projetou ações concretas que visavam ao estabelecimento de um projeto comunicativo identificado com os fundamentos de uma comunicação libertadora. Isso aparece nos congressos, no projeto de leitura crítica, nos encontros de teologia e comunicação, na luta pelos direitos humanos, na participação da criação da Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação (GOMES, 1995, p. 201).

Nas décadas que seguem esse recorte, registrado no estudo do professor Pedro Gilberto Gomes em sua tese de doutoramento: *“Para uma história da UCBC”*, em 1991, a UCBC continuou a sua trajetória, participando da história do país e influenciando os seus rumos, atuando sempre em sintonia com a sua premissa de compromisso com uma sociedade na qual a democratização das comunicações fosse uma realidade vivenciada por todos. Dando seguimento as suas ações,

No período de 1984 a 1986, a grande preocupação foi o estudo de caminhos que conduzissem a entidade para uma prática coerente com sua missão de congregar comunicadores cristãos e suas entidades, numa ação pautada com base em reflexões promovidas nos últimos anos. No período de 1987 a 1990, num contexto de redemocratização do País, a UCBC procurou definir o seu lugar dentro da sociedade civil. A preocupação teórica que norteou suas ações foi o aprofundamento das relações com outros organismos e aumentar a compreensão de sua identidade cristã. No limiar do terceiro milênio sua preocupação era discernir os desafios que a sociedade estava colocando à comunicação social. Os sócios da UCBC chamaram a entidade a agilizar a sua atividade para corresponder aos desafios propostos à comunicação cristã no limiar do ano 2000 (GOMES, 1995, p. 213).

Em publicação de Puntel é relatado que, em 2004, quando a UCBC completou 35 anos de fundação, já existia um considerável quantitativo das ações que a entidade desenvolveu, mostrando a sua atuação e importância:

A UCBC, com seus 35 anos de caminhada, registra em seu quadro de atuação as mais diversas atividades, dentre as quais a realização de 21 congressos nacionais, 3 internacionais, além de programas de capacitação profissional, seminários, edição de 72 livros e produção de vídeos (PUNTEL, 2010, p. 255).

Dessa forma, fica evidenciada a importância da UCBC em uma conjuntura, que passou por mudanças de ordem social, política, econômica e cultural, sempre atuando e deixando a sua marca com diversas contribuições teóricas e práticas, que, ainda hoje, servem de referência e/ou parâmetro para o estabelecimento de novas políticas de comunicação, em particular, da comunicação cristã.

4.4 Caminhos da Igreja no viés da resistência e subversão em tempos de repressão

Na década de 70 do século XX, muitas pessoas buscavam na Igreja a possibilidade de um caminho de resistência ao sistema político vigente, que era ligado ao regime militar e acusava a Igreja de desenvolver atividades que comprometiam a estabilidade da “ordem social” pregada como o melhor caminho para a sociedade brasileira. Soares (1988, p. 265) afirma que “o confronto entre a Igreja e o Estado nunca havia chegado, nem mesmo no final do Império, a níveis tão tensos”.

Havia dentro da Igreja, no final da década de 60 e início da década de 70 do século passado, setores de eclesiásticos que questionavam as concepções e rumos da Igreja, diante da linha política e social a ser seguida, divergindo do posicionamento de seu episcopado mais conservador, fato esse que fica evidente em diversos momentos em que os clérigos tiveram a oportunidade de debater ou colocar em pauta as suas posições como, em 1973, quando um grupo de treze bispos assinou a declaração “*Ouvi os clamores de meu Povo*”, na qual deixava explícita a sua posição na relação entre a política, o clero e as questões sociais. Segundo Soares, assim se expressaram os bispos:

A classe dominada não tem outra saída para se libertar senão seguir o longo e difícil caminho, já iniciado, que conduz a propriedade social dos meios de produção. Nele está o fundamento principal de um gigantesco projeto histórico de transformação global da sociedade atual numa sociedade nova, na qual se torne possível criar as condições objetivas que foram despojadas, fazer cair as cadeias do seu sofrimento,

vencer o antagonismo de classe e, enfim, conquistar a liberdade (SOARES, 1988, p. 316).

Como alternativa, Segundo Soares (1988, p. 265), “no campo político, numerosos segmentos da classe média e classes pobres viam na Igreja, mais que em épocas passadas, um abrigo frente a um Estado cada vez mais arbitrário e repressor”. O posicionamento da Igreja ao lado do povo gerou insatisfação do regime político ditatorial no Brasil:

O Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI, do Rio de Janeiro, a pedido da CNBB realizou, em início de 1980, um minucioso levantamento sobre a perseguição à igreja no Brasil, constatando que o Regime organizou ampla campanha difamatória contra leigos, padres e bispos, fazendo uso de conceitos estereotipados para acusá-los indiscriminadamente de “subversivos”, “comunistas”, “esquerdistas”, “marxistas”, “inocentes úteis”, etc. Muitas sedes episcopais, paróquias e comunidades foram invadidas (SOARES, 1988, p. 270).

A Igreja sofreu censura no tocante a seus pronunciamentos, fossem eles nas suas sedes episcopais ou realizados nos veículos de comunicação de sua propriedade: jornais, revistas, emissoras de rádio ou de qualquer outro formato.

Figura 24 - Dom José e a pichação difamatória

Fonte: Acervo da Diocese de Juazeiro (2018)

Em sintonia com o que defendia a ala do episcopado progressista, Dom Lucas Moreira Neves já havia se posicionado quando estava na coordenação do Setor de Comunicação Social da CNBB. Ele fez um discurso alusivo ao Dia Mundial das Comunicações, em 1972, quando proferiu algumas ideias sobre os Meios de Comunicação Social a serviço da verdade, dizendo:

Não podem servir a verdade os meios de comunicação cerceados em sua liberdade. Quando a Igreja, em todos os seus documentos sobre os MCS insiste infatigavelmente em defender-lhes a liberdade e não somente porque a seus olhos uma imprensa livre é um dos principais sintomas do crescimento de um povo e um teste decisivo da autenticidade e força moral dos governos. É também porque uma imprensa vigiada, coibida e amedrontada, torna-se instrumento a serviço de pessoas, grupos e sistemas, ideologias, movimentos e facções. É impossível servir a verdade. Termina sempre servindo a hipocrisia, acobertando o crime e criminosos, facilitando injustiças (SOARES, 1988, p. 277).

Para a Igreja e seus membros existiam razões para a defesa dos meios de comunicação social, que superavam o mundo de interesses individualistas ou de grupos e representavam as ideias dos que, historicamente, detinham o poder e o domínio dos meios de comunicação e faziam deles objeto de fortalecimento de seus interesses de classe em detrimento dos interesses da maioria da população. Dom Lucas Moreira Neves, assim, definiu quais deviam ser as verdadeiras razões:

Duas razões somente balizam sua atividade, no pensamento da Igreja: o da dignidade da pessoa humana (valores morais, cultura, integridade, intimidade, reputação) a preservar e a promover e a do Bem Comum a defender e a fomentar. Essas duas manejadas sem interesses próprios, com extremo cuidado (NEVES, 1972, apud SOARES, 1988, p. 278).

A adoção pelos Católicos progressistas dos meios de comunicação social, à luz do que propunha o documento de Medellín de 1968, gerou avanços dentro da própria Igreja no sentido de que novas políticas de comunicação, que tinham um perfil mais dialógico e participativo, puderam ser desenvolvidas.

Era possível enxergar essa nova política de comunicação adotada pelas bases da Igreja, nas paróquias, comunidades, movimentos e dioceses, com a denominação de “comunicação popular” ou “comunicação comunitária”.

Em sua tese de doutoramento, ao definir “comunicação Popular” CORAZZA (2015, p. 258), lembra que:

A comunicação popular representa uma forma alternativa de comunicação e tem sua origem nos movimentos populares dos anos de 1970 e 1980, no Brasil e na América Latina como um todo. O foco da comunicação popular é o processo de comunicação realizada de forma participativa, que emerge da ação dos grupos populares, com caráter coletivo e mobilizador como os movimentos e organizações populares e pode ter expressões em publicações nas diferentes linguagens, sobretudo jornais e rádios.

Segundo Soares (1988, p. 284), o tema comunicação popular “foi objeto de discussão durante a IX Semana de Estudos de Jornalismo promovida pelo Departamento de Jornalismo

e Editoração da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, em 1978”. Ao tempo que Melo dizia que a imprensa religiosa,

(...) nas condições em que é produzida em nosso país, não passa de uma atividade comunicativa com objetivos doutrinadores, refletindo muito mais os altos escalões das hierarquias eclesiásticas e quase nunca sendo escoadouros dos anseios dos fiéis, esses considerados simplesmente como receptores passivos das mensagens ali disseminadas (MELO, 1981, p.55, apud SOARES, 1988, p.284).

A partir da metade da década de 70 do século passado, em diante, observa-se o estabelecimento de metas a serem alcançadas pela Pastoral dos Meios de Comunicação da Igreja Católica, com a organização e evolução das Comunidades Eclesiais de Base, apresentando forte participação popular. Sobre isso, ressalta Gomes que o leigo,

ao descobrir-se com coragem para dizer a sua palavra dentro da comunidade, o leigo começou a descobrir-se como pessoa que tem algo a dizer para si e para os outros; começou a descobrir-se como alguém com uma experiência de vida digna de ser participativa (GOMES, 1982, p. 83, apud SOARES, 1988, p. 352).

O Arcebispo da Paraíba, entre 1965 e 1995, Dom José Maria Pires, cita três formatos comunicacionais da Igreja, que foram impactados pela nova linguagem das Comunidades Eclesiais de Base, principalmente na década de 70 do século passado:

As cartas pastorais (que abandonaram o estilo abstrato e rebuscado e adotaram um estilo direto e concreto); os boletins diocesanos (que se multiplicaram a partir de Medellín e diversificaram o seu público, voltando-se muitos deles para as causas do povo) e a liturgia (onde se processaram modificações de linguagem mais profundas e sensíveis). Lembra ainda dos relatórios das reuniões preparatórias dos três Encontros Intereclesiais de CEBs (1975, 1976, 1978), como escritos e documentos produzidos pelo próprio povo (NEOTTI, 1980, apud SOARES, 1988, p. 352).

Entre os vários eventos promovidos na América Latina, o VIII Encontro Nacional da Pastoral das Comunicações Sociais, realizado em 1978 em Brasília, para Soares destaca-se, devido ao fato de que esse acontecimento,

(...) teve particular importância para o Brasil, pois representou um verdadeiro exame de comportamento da Igreja no campo, propondo fundamentos para o planejamento mais realista, dentro já de uma linha que, tendo seus inícios com as teorias de Paulo Freire, iriam desembocar no compromisso de usar a Comunicação Social como meio adequado de diálogo e participação (SOARES, 1988, p. 353).

Com essa perspectiva e a partir das avaliações do encontro, nasceram algumas propostas, entre elas, Neotti (1981, p. 288) destaca que a Igreja “aumente a abertura para uma

participação ampla de todos os seus membros, buscando, assim, uma descentralização crescente do poder de decisão”.

A análise de 123 boletins diocesanos produzidos na década de 70, nos anos de 1977, 1978 e 1979, por Soares (1980, p.18), professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, o levou à constatação de que a maioria dos boletins eram produzidos com o intuito de divulgar as ideias e concepções sociológicas, epistemológicas e políticas defendidas pela Igreja ou pelo seu clérigo. Mas, chegou também à conclusão de que existiam cerca de 30% desses mesmos boletins que tinham no povo o seu público alvo, sendo que uma pequena parte era redigida por membros da comunidade. Sobre esses boletins da Igreja, Soares, ainda, fez a seguinte colocação:

O conteúdo temático sobre Igreja no Brasil, incluindo as matérias sobre a Igreja local, a CNBB e o noticiário sobre as diversas circunstâncias eclesiais, reúne 90% do texto. Os boletins que mais prestigiam as comunidades cristãs são os que maior espaço reservava para o debate dos conflitos e problemas sociais (SOARES, 1980, p. 218 - 219).

Figura 25 - Boletim Caminhar Juntos

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues (2018)

As análises de conteúdos realizadas nos boletins de várias dioceses pelo professor Ismar de Oliveira Soares em sua dissertação sobre a *“Morfologia e conteúdo dos Boletins Diocesanos”*, em 1980, mostram que eles estavam em sintonia com as ideias apresentadas por parte da Igreja Católica no mesmo período, sobre os quais relata o professor:

Constatamos, antes de tudo, que os boletins diocesanos funcionavam e continuam funcionando como órgãos de informação do “projeto jornalístico popular” da Igreja católica... Nesse sentido, os boletins diocesanos constroem uma mensagem que visa,

em primeiro lugar, a análise da micro sociedade e, em concomitantemente, ou em segundo lugar, denunciar as injustiças praticadas contra a comunidade de fiéis pelos poderes políticos ou econômicos da macros sociedade (SOARES, 1988, p. 288).

Os bispos tinham as suas linhas ideológicas, que alicerçavam os seus trabalhos eclesiais e com base nelas, é que eram estabelecidos os caminhos a serem seguidos pelas publicações das dioceses. Em Soares observa-se essa autonomia do bispo nas atividades da diocese, que tinha as conferências nacionais dos bispos como referências, mas não como algo a ser seguido na íntegra, conforme percebemos a seguir:

A autonomia das Igrejas particulares se reflete principalmente no exercício do “múnus” pastoral. Somente o bispo – quer como prelado, quer como bispo diocesano ou arcebispo – decide sobre o que deve ser feito em termos de pastorais dentro do território de sua circunscrição, não só pelo seu clero, mas também pelos leigos que participam da ação evangelizadora. Nem mesmo as decisões das Conferências nacionais dos bispos têm poder sobre as diretrizes emanadas pela autoridade episcopal local, apesar da importância que as conferências episcopais vêm adquirindo na América Latina (SOARES, 1980, p. 270).

Em algumas dioceses, as pastorais sociais ou mesmo o setor de comunicação eram orientados no sentido de produzirem materiais como panfletos e cartilhas com orientações e uma linguagem mais acessível aos leigos que estavam na base das comunidades, sendo esses materiais, muitas vezes, produzidos pela própria comunidade. Um desses momentos era na época da realização das Campanhas da Fraternidade.

Figura 26 - Materiais sobre Comunicação Popular

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues (2018)

Os estudos de Soares (1989, p. 37) dão conta de que um evento importante da Igreja no Brasil é a realização da Campanha da Fraternidade, que surgiu como ideia e começou a ser realizada a partir de 1962, sendo, de fato, assumida pela CNBB em 1964. É um trabalho desenvolvido pela CNBB, que envolve a produção de diversos formatos de comunicação para a divulgação do tema com o seu lema e as ideias a serem desenvolvidas ao longo da campanha. A Campanha da Fraternidade oportuniza à Igreja a possibilidade de pensar sobre assuntos que envolvem questões sociais, políticas e econômicas, muitas das quais a Igreja não pode se esquivar de discutir e estabelecer posição.

Ao aproximar-se do fim do período de repressão, até então, estabelecido pela ditadura militar, a Igreja necessita de posicionamentos que a coloquem como coadjuvante de um novo momento social, político, econômico e cultural.

4.5 A comunicação da Igreja no contexto da redemocratização do país

Nos anos que antecederam e precederam a redemocratização do Brasil a partir da década de 80 do século XX, a Igreja continuou a envolver-se em discussões que colocavam em foco a questão da comunicação social.

Na década de 80, é importante ressaltar, na América Latina, o documento de Quito, no Equador e de Embu, em São Paulo, fruto do trabalho da UNESCO, da CNBB e entidades católicas de comunicação como no caso de Embu, buscando promover espaços de discussões que perpassavam pela questão da comunicação, conforme cita, em sua tese, Helena Corazza (2015):

Esta proposta em favor a democratização da comunicação e da informação foi assumida por pesquisadores e pelas igrejas cristãs, o que resultou em muitos trabalhos na América Latina e no Brasil, entre eles: o “Documento de Quito”, resultado do seminário realizado de 29 de abril a 2 de maio de 1982, na cidade de Quito, Equador, e o “Documento de Embu”, resultado do seminário realizado na cidade de Embu das Artes, SP, de 8 a 12 de outubro de 1982 (CORAZZA, 2015, p.27).

Para Puntel (1992, p. 160 - 161), um dos maiores temas, que foram desenvolvidos no Documento de Quito, foi, justamente, a proposta que tinha como ideia o pressuposto de que a comunicação alternativa poderia, a partir daquele momento, ser um ponto de saída para a construção de uma nova ordem no mundo da comunicação. Por isso, o seminário de Quito, no Equador, construiu um documento no qual a proposta está baseada na questão de que existe uma concepção de comunicação muito clara quando se fala de comunicação alternativa,

por encorajar o diálogo e ter a possibilidade de tornar-se um instrumento por meio do qual são estreitados os vínculos entre a comunidade e a participação social democrática.

Ao fazer uma análise sobre o que teria sido o Seminário de Embu - SP, em outubro de 1982, Puntel (1992, p. 162 - 163) esclarece que tudo começa “a partir da ideia de uma comunicação mais justa e humana”. E evolui quando representantes das Igrejas que desenvolveram um trabalho com comunicação, procuraram se reunir para avaliarem e tomarem algumas decisões sobre política de comunicação na América Latina, discutindo, em Embu, as funções e responsabilidades da Igreja Católica na busca de estabelecer o que poderia ser uma nova ordem para a comunicação.

O seminário de Embu – SP foi considerado um encontro importante da Igreja Católica, pela participação ativa dos presentes na busca de implantação de um documento que, até hoje, representa um grande momento da Igreja Latino-Americana no contexto das comunicações.

Na década seguinte, o CELAM encarregou-se de organizar a IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano de Santo Domingo, que aconteceu de 12 a 28 de outubro de 1992, com o tema: "Nova evangelização, Promoção humana, Cultura cristã", sob o lema: "Jesus Cristo ontem, hoje e sempre" (Hb 13,8). Buscou estabelecer a tarefa da Igreja de conhecer as verdades sobre o homem e penetrar ainda mais profundamente em todos os segmentos da sociedade na busca de transformar, mediante uma ação evangelizadora, todos os latino-americanos. O CELAM estabeleceu que

Nas suas deliberações e conclusões, esta Conferência deverá saber conjugar os três elementos doutrinários e pastorais, que constituem como as três coordenadas da nova evangelização: *Cristologia, Ecclesiologia e Antropologia*. Contando com uma profunda e adequada Cristologia, e baseados numa sábia antropologia e com uma clara e reta visão eclesiológica, deveis enfrentar os desafios que se apresentam hoje à ação evangelizadora da Igreja na América (CELAM, 1992).

A Conferência de Santo Domingo foi um momento de muitas reflexões sobre a comunicação em seus vários contextos, entre eles o que desperta para o fato de que a comunicação, se não for desenvolvida na concepção de comunicação social, pode tornar-se instrumento de manipulação nas mãos de poucos e, assim, impor seus desejos à sociedade.

Damo-nos conta do desenvolvimento da indústria da comunicação na América Latina e Caribe que mostra o crescimento de grupos econômicos e políticos que concentram cada vez mais em poucas mãos e com enorme poder a propriedade dos diferentes meios e chegam a manipular a comunicação, impondo uma cultura que estimula o hedonismo e o consumismo e atropela nossas culturas com os seus valores e identidades (CELAM, 1992).

No período de 13 a 31 de maio de 2007, em Aparecida, São Paulo, mais um momento marcou a história da Igreja Católica, principalmente Latino-Americana e Caribenha, com a realização da V Conferência do Episcopado Latino-Americano e do Caribe com tema: “Discípulos e Missionários de Jesus Cristo, para que nele nossos povos tenham vida”, com o lema: “Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida” (Jo 14,6). No documento de Aparecida, fica bem clara a importância da realização dessa Conferência e o propósito de retomar as discussões da Igreja e propor novos caminhos.

A V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e Caribenho é um novo passo no caminho da Igreja, especialmente desde o Concílio Ecumênico Vaticano II. Ela dá continuidade e, ao mesmo tempo, recapitula o caminho de fidelidade, renovação e evangelização da Igreja latino-americana a serviço de seus povos, que se expressou oportunamente nas Conferências Gerais anteriores do Episcopado (Rio, 1955; Medellín, 1968; Puebla, 1979; Santo Domingo, 1992) (CELAM, 2007).

Na parte em que Aparecida trata em seu documento sobre a Pastoral da Comunicação Social, a Igreja define em qual conjuntura está inserida e a preocupação de acompanhar os avanços dos meios de comunicação de forma a poder desenvolver um processo de comunicação social que atenda às diretrizes estabelecidas na Instituição Católica para a América Latina e Caribe.

A revolução tecnológica e os processos de globalização formatam o mundo atual como uma grande cultura midiática. Isto envolve uma capacidade para reconhecer as novas linguagens, que podem favorecer uma maior humanização global. Estas novas linguagens configuram um elemento articulador das mudanças na sociedade. Nosso século tem sido influenciado pelos meios de comunicação social, por isso, não podem prescindir desses meios (CELAM, 2007).

Nas últimas décadas do século XX, a Igreja passou a desenvolver as suas políticas de comunicação no Brasil sob uma nova conjuntura social e política com o viés democrático, que tem sua marca maior na promulgação da nova Constituição Federal de 1988.

No próximo capítulo tratamos da inserção política de Dom José Rodrigues de Souza e a sua atuação comunicadora, no exercício de uma comunicação articulada com as transformações sociais do sertão baiano. Relata, por outro lado, como ocorreram a Política de Educação Popular e o Projeto de Comunicação Popular, com duas linhas de ações: a Rede de Correspondentes Populares e as Equipes Paroquiais de Comunicação.

5 A INSERÇÃO POLÍTICA DE DOM JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA

O adolescente José Rodrigues de Souza saiu do Rio de Janeiro quando convidado para estudar na ordem dos Redentoristas, tendo sido ordenado padre na cidade de Tietê - SP, em 1950. Ganhou visibilidade mais tarde na cidade de Juazeiro da Bahia, já na década de 1970, no contexto de transformações culturais e pastorais pelas quais o Brasil passou, na segunda metade do século XX.

Foi em 1975 que o padre José Rodrigues de Souza tornou-se o segundo bispo da Diocese de Juazeiro, convertendo-se, em poucos anos, no internacionalmente conhecido *Bispo dos excluídos*. A razão do cognome esteve ligada à sua atuação pastoral que partia de uma opção radical por uma comunicação estrategicamente articulada com as transformações sociais, no sertão do São Francisco, no Nordeste do país.

O bispo desenvolveu, na Diocese de Juazeiro, uma Política de educação popular, à luz das orientações do educador Paulo Freire e sua equipe. Ele também investiu em um Projeto de comunicação popular, que tinha duas fortes linhas de ação: a Rede de correspondentes populares e as Equipes paroquiais de comunicação.

Dom José montou, igualmente, uma biblioteca diocesana, com o estímulo de Paulo Freire, que serviu de apoio às atividades das pastorais sociais, especialmente as relacionadas à Educação popular e à Comunicação social.

5.1 Dom José Rodrigues: o bispo dos excluídos no semiárido nordestino

Nosso personagem demonstrava uma coragem que contrastava com seu porte físico franzino. Traduzia, enfim, uma alma disposta a colocar a sua vida a serviço de um povo que estava sofrendo profundamente devido às diferenças sociais que lhe impunham uma realidade sofrida.

E para descrever de onde vem a figura paradigmática de Dom José Rodrigues e conhecer sua trajetória, recorreremos ao Acervo que leva seu nome, hoje pertencente à Universidade do Estado da Bahia, Campus de Juazeiro.

Ao apresentar sucinta biografia desse religioso, Menezes (2012, p.16) informa que o bispo nasceu no dia 25 de março de 1926, na cidade de Paraíba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro, filho de Josino Rodrigues de Souza e de dona Maria Geralda de Souza.

Quando ele ainda era uma criança, foi morar com seus pais na cidade de Serra Azul, no Estado de São Paulo. Lá realizou os seus estudos primários, o que, hoje, equivale ao Ensino Fundamental I, na organização de nosso atual sistema de ensino.

O Padre Victor Coelho de Almeida, missionário redentorista, fez o convite a José Rodrigues, que tinha, aproximadamente, doze anos e, com o consentimento de seus pais, foi levado para o convento de Santo Afonso, em Aparecida, São Paulo.

O jovem seminarista fez noviciado e profissão religiosa na cidade vizinha de Pindamonhangaba, sendo ordenado padre em Tietê –SP, no dia 27 de dezembro de 1950. Nos primeiros dois anos de seu sacerdócio (1950 a 1952), atuou nas Santas Missões de sua congregação Redentorista.

Como padre, trabalhou por quatorze anos (1952 a 1966), na função de professor de português no Seminário de Aparecida, sendo enviado, na sequência, pelos seus superiores à Europa, precisamente a Bruxelas, na Bélgica, entre 1967 e 1968, para a realização de um Curso de Catequese e Pastoral, que o ajudou, no retorno ao Brasil, a desenvolver trabalhos pastorais confiados à sua congregação religiosa.

No ano de 1969, mudou-se, mais uma vez, indo morar na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás, onde foi eleito Vice-Provincial dos Redentoristas, exercendo a função entre 1970 e 1974. Na sua gestão, comprou a Rádio Difusora de Goiânia, que, hoje, integra a Rede Católica de Rádio.

No dia 12 de dezembro do ano de 1974, o Papa Paulo VI o nomeou bispo da Diocese de Juazeiro, como sucessor de D. Tomás Guilherme Murphy. A sua trajetória à frente desta diocese ocorreu no período de fevereiro de 1975 a junho de 2003. Foram 28 longos anos de atuação sacerdotal.

Em 2003, o *bispo dos excluídos* aposentou-se e passou a residir no Santuário Divino Pai Eterno, em Trindade – GO, vindo a falecer, na mesma cidade, em 09 de setembro de 2012.

O *Jornal Gazeta* apresentou, na sua edição de setembro de 2012, uma coluna, assinada pelo bispo emérito de Petrolina (PE), Dom Paulo Cardoso, em homenagem a Dom José, garantindo que este havia sido *um arauto, que acreditava numa vida plena para todos, a voz profética que na esperança se apoiou*” (CORRÊA, 2012, p.9).

Outros depoimentos, anotados por CORRÊA:

- Desde o início de seu episcopado, baseado no seu lema: “Eu vim para evangelizar os pobres” assumiu esse compromisso de tal forma que colocou a sua vida à disposição dos pobres. Um homem que via na dignidade humana a presença de Deus (do vigário geral da Diocese de Juazeiro, Padre Josemar Mota) (Idem).

- O seu tempo foi de fundamental importância porque, naquela época, toda essa região era abandonada. Na construção da barragem de Sobradinho, não havia outra voz que levantasse a favor do povo a não ser a de Dom José Rodrigues. O legado é o da justiça, de um homem que lutou pelo bem da comunidade (do padre Amâncio Viana de Sena) (Idem).

- É nosso dever lembrar os pastores fiéis e os profetas destemidos que souberam estar sempre ao lado dos fracos e perseguidos, sem temor e sem subterfúgios. Era pequeno de porte, mas um gigante de espírito (do teólogo Leonardo Boff) (Idem).

- Um homem que empenhou a vida para que a justiça acontecesse no Brasil e na região semiárida. Todas as boas causas ele se empenhou: a luta pela democracia, a superação da fome, a superação da sede, a defesa do Rio São Francisco e, sobretudo, a defesa das populações mais empobrecidas da nossa região. Esse legado é imortal (do filósofo, músico e escritor, integrante da Pastoral da Terra - CPT (Roberto Malvezzi, Gogó) (Idem).

Os testemunhos comprovam que Dom José Rodrigues estava sendo reconhecido por haver trabalhado em sintonia com os documentos da Igreja, articulando o trabalho das pastorais sociais com as transformações pelas quais passa a sociedade de seu tempo.

5.2 Uma comunicação articulada com as transformações sociais

A Conferência de Medellín (1968), sobre “A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio”, e a de Puebla (1979), com o tema “Evangelização no presente e no futuro da América Latina”, serviram efetivamente de base para o trabalho de Dom José.

Medellín e Puebla são, efetivamente, dois marcos, dois pontos de referência para toda reflexão que se queira fazer sobre a presença da Igreja na realidade sociopolítica, econômica e cultural da América Latina... O conjunto da reflexão eclesial latino-americana indica – indiscutivelmente – uma tensão no sentido de converter-se, de refortalar-se, de redescobrir-se como sinal da libertação... (AZEVEDO apud NEOTTI, 1981, p. 72).

A Igreja latino-americana proclamou, no ano de 1979, em Puebla, México, sua “opção preferencial pelos pobres”, na linha do que os grupos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) já haviam explicitado, quando afirmavam que “os pobres são nossos mestres e nossos

doutores, pois, ao serem evangelizados, evangelizam toda a Igreja” (SOARES, 1988, p. 314, apud DIOCESE DE LINS, 1976, p. 4).

É importante lembrar que as ações da diocese de Juazeiro sempre mantiveram uma forte relação com o movimento das Comunidades Eclesiais de Base, como lembrou o próprio Dom José Rodrigues:

A diocese de Juazeiro segue no seu trabalho a orientação do documento de Puebla: que é a nossa obrigação ajudar o povo a se organizar, para que ele possa viver a sua fé e ganhar forças para reivindicar seus direitos. Para isso a meta de nosso trabalho é fundar comunidades de base, para ali ouvir a palavra de Deus e com base nela discutir os problemas individuais e da comunidade (SIEGFRIED, 1992, p.101).

Para desenvolver o seu trabalho, Dom José não dispunha, contudo, do número desejado de religiosos (padres e freiras) para cobrir as necessidades pastorais de sua diocese, fato que o levou a privilegiar a organização dos fiéis, optando pelas CEBs, que se constituíram na grande ferramenta que deu sustentação ao desenvolvimento de seus projetos sociais, levados adiante por meios das lideranças populares. Tratava-se, na verdade – segundo Ismar SOARES - da inserção da diocese de Juazeiro num espaço de ação pastoral onde se dava uma disputa política a partir da afirmação de um lugar social para a prática do Evangelho:

O estímulo ou rejeição as Comunidades Eclesiais de Base ou ainda a cautela em acolhê-las, como nova maneira de ser Igreja, passava pela disputa ideológica e teológica que marcou os anos 60 e 70 entre o clero “progressista” e o “conservador”. Por um lado, havia os que afirmavam a eclesialidade das CEBs, a partir da fé e da comunhão na fé, e, por outro, aqueles que ressaltavam a necessidade absoluta de vinculação à hierarquia e o acatamento, sem ressalvas, de suas ordens, com a exigência de renunciar a qualquer pretensão de executar, enquanto comunidade religiosa, qualquer papel de agente de transformação social (SOARES, 1988, p. 315).

Um estudo dissertativo de Iraci Maria Didoné, desenvolvido na ECA/USP, ao trabalhar o tema *Cadernos das CEBs: espaços de participação?* Concluiu que:

Com o surgimento das CEBs, as classes populares encontram na Igreja um espaço de atuação social semelhante aos demais movimentos sociais, partidos políticos de oposição, associações de bairro, entre outros. Se considerarmos a atuação da Igreja Católica no Brasil e sua ininterrupta aliança com o poder político, veremos que o surgimento das CEBs se constitui num grande avanço eclesial, que favorece a classe trabalhadora (DIDONÉ, 1989, p. 166).

Foi justamente o que ocorreu na Diocese de Juazeiro na Bahia. É o que informa Sena (2012, p. 20) ao descrever a ação eclesialística do bispo no início de seu trabalho:

Em 1975, chega e toma posse o segundo Bispo, D. José Rodrigues, que fez uma caminhada profética estimulando a organização das CEBs como alternativa na busca da libertação. As CEBs incomodavam os grandes poderosos com a derrubada dos currais eleitorais, com o fim da submissão aos coronéis do sistema econômico e político (SENA, 2012, p. 20).

Dom José deu continuidade ao seu trabalho com o mesmo empenho, ao longo de seu bispado, ampliando tal política ao dar atenção especial às Pastorais Sociais, que tinham, basicamente, três áreas de atuação que fundamentavam o que, então, era identificado como “Doutrina Social da Igreja”: (1) assistência; (2) promoção; e (3) libertação.

O primeiro passo dado pelas Pastorais Sociais guardava um caráter assistencialista: ajudar as pessoas necessitadas, oferecendo comida, remédios, passagens, roupas, agasalhos e outros tipos de apoios que pudessem amenizar os efeitos da pobreza pelos quais eram atingidos muitos dos excluídos dos direitos mínimos, que deveriam ser oferecidos pelo Estado.

O segundo passo era representado pelo esforço de se oferecer uma efetiva “promoção social”, mediante a potencialização das competências e das habilidades que cada um tinha, despertando possibilidades que habilitassem o indivíduo a sair da condição desfavorável na qual se encontrava. Sobre isso, o boletim da diocese deixou como testemunho:

(O bispo) viu a necessidade de promover as pessoas, ajudando-as a desenvolver suas boas qualidades e carismas. Daí os slogans: “Não dar o peixe, mas o anzol”, “Não dar a sopa ao pobre, mas dar a enxada, o instrumento de trabalho, para que ele possa trabalhar e assim manter-se”. Nesse sentido, entram todos os cursos e encontros que a Diocese, realiza com jovens, boias-frias e prostitutas (Caminhar Juntos, 1990, p.7).

O terceiro passo representava o que a teologia que sustentava a ação da Igreja denominava como “prática libertadora”. Em outras palavras, entendia-se que os pobres precisam ser sujeitos e autores de sua própria autonomia. Essa meta passou a ser perseguida a partir do momento em que a Igreja percebeu que o povo é pobre, não porque é preguiçoso ou não quer trabalhar, mas porque é empobrecido, todos os dias, pelas estruturas injustas de nossa sociedade, como afirmou o papa João Paulo II na abertura da Conferência de Puebla, em 1979: “A pobreza desumana que campeia na América Latina é produto de determinadas situações e estruturas sociais, econômicas e políticas que criam ricos cada vez mais ricos à custa de pobres cada vez mais pobres”.

Nessa perspectiva, as Pastorais Sociais da Diocese de Juazeiro apareceram como um conjunto de ações em diferentes áreas que, por meio do envolvimento do clero e dos fiéis, buscavam apresentarem-se como pastorais efetivamente libertadoras.

O surgimento das Pastorais Sociais na Diocese, na década de 70, esteve, pois, associado às carências e necessidades constatadas na própria realidade vivida pelo povo. Nesse sentido, um dos problemas de todos os centros urbanos, a prostituição, levou a diocese a criar a Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM), que tinha como objetivos:

Presença gratuita prolongando o amor preferencial de Cristo pela mulher marginalizada; participar, conviver e compreender os problemas da mulher prostituída e todo o contexto social, tentando buscar soluções juntamente com elas; incentivar a formação da consciência crítica, do espírito de solidariedade e de luta pelos seus direitos (CAMINHAR JUNTOS, 1996, p.8).

Esses objetivos foram buscados mediante a oferta de formação profissionalizante destinada a capacitar as mulheres para que pudessem buscar o seu próprio sustento, desenvolvendo atividades autônomas ou que as habilitassem à inserção no mercado de trabalho.

A pastoral também dispunha de uma creche, que servia como um elo inicial entre a pastoral e as mulheres prostituídas, que eram a sua maior clientela. Outra estrutura oferecida por essa pastoral foi a casa de emergência ou acolhimento, criada com o objetivo de acolher as mulheres com necessidades mais urgentes, dando-lhes a possibilidade de buscar um novo meio de sobrevivência, recebendo um serviço de acompanhamento e orientações.

Dom José Rodrigues precisava enfrentar vários problemas, principalmente de ordem social, espalhados por todo o território de sua Diocese. Existia o analfabetismo, passando pelo inadequado atendimento na saúde e, ainda, questões que envolviam a terra e o barragemamento para acúmulo de água para a hidrelétrica de Sobradinho na Bahia, que acabou por impactar também o ecossistema e os pescadores.

Além desses problemas, existia um vácuo de assistência social às crianças, jovens, idosos e presidiários. Era necessária uma política de desenvolvimento integral da criança, e os jovens, também, precisavam ser vistos, pois eram vítimas da violência crescente e do êxodo rural. Da mesma forma, os idosos e presidiários precisavam receber atenção especialmente para cuidar dos assuntos relacionados a eles.

Diante disso, foram organizadas as pastorais sociais para trabalhar com cada um desses segmentos. Entre elas, a Pastoral das Comunicações recebia do bispo uma atenção

especial. Essa surgiu com o intuito de dar visibilidade a todo o trabalho que era realizado pelas demais pastorais e, também, estabelecer uma política de comunicação para a Diocese. A leiga Marina Rocha relata que:

O analfabetismo era assustador. De forma pioneira paróquias da diocese implantaram uma campanha popular de alfabetização, embrião da Pastoral da Educação. A igreja implantou iniciativas de primeiros socorros, que deu início a Pastoral da Saúde. Em 1975, foi criada a Pastoral da Terra, para apoiar as comunidades na luta pelos seus direitos ameaçados. Com o fechamento do lago de Sobradinho, o território pesqueiro estava ameaçado e nesse contexto nasce a Pastoral da Pesca. Um trabalho direcionado aos jovens criou a Pastoral da Juventude do Meio Popular. Para trabalhar o desenvolvimento integral da criança nasceu a Pastoral da Criança. No trabalho junto aos presidiários e seus familiares, surgiu a Pastoral Carcerária. Os idosos receberam especial atenção através da Pastoral do Idoso. Para dar visibilidade as problemáticas e as lutas destas populações, surgiu o Setor Diocesano de Comunicação, substituído pela Pastoral da Comunicação (ROCHA, 2012, p. 21).

Para atender às pastorais de sua Diocese, Dom José criou, em 1976, o boletim “Caminhar Juntos”. Este veículo de comunicação esteve entre os objetos de análise da dissertação de mestrado do Professor Ismar de Oliveira Soares, defendida em 1980, e que, em sua página 55, o descreve como um recurso eficiente para o intercâmbio entre as paróquias e as comunidades da diocese, distinguindo-se dentro do universo representado pelos boletins e jornais diocesanos publicados no Brasil, no período, por ter sido um instrumento de comunicação expressamente comprometido com as transformações sociais.

Esse trabalho desenvolvido na diocese recebia apoios e, também, retaliações, existindo, inclusive, o registro dos ataques que buscavam amedrontar o bispo. Foi o que constatou Siegfried Pater, ao apresentar a biografia do bispo, afirmando, textualmente:

Eu nunca vou esquecer o quanto fiquei impressionado ao encontrar, no ano de 1982, a catedral e a casa episcopal, como também outras casas e muros, com frases difamatórias contra Dom José. Foi o auge de uma campanha contra o bispo, que tinha começado em 1980, com o arrombamento da sua casa (PATER, 1996, p.98).

Em entrevista ao autor, afirmou Dom José sobre o episódio:

Um dia antes da minha volta de uma visita que fiz ao Papa, em Roma, minha casa foi arrombada e tudo foi revirado, dos documentos até as minhas roupas. A Igreja, a casa episcopal, as casas e os muros estão pichados com frases; “O bispo é comunista”, “Abaixo o clero vermelho”, “Morte aos padres vermelhos”. O domínio de poucos sobre um povo inteiro é chamado de “paz social”, mas se você quer esclarecer esse domínio para o povo, dizem que é “iniciar a luta de classes” (PATER, 1996, p.99 - 100).

Figura 27 - Pichação ao lado da Catedral de Juazeiro

Fonte: Arquivo da Diocese (2019)

Como bispo e comunicador, deixou muito claro, nos textos que escreveu, nas suas falas nas homílias e nos programas de rádios da diocese, que estava do lado dos menos favorecidos. Tal posição não agradava a todos os diocesanos, como constatou o professor Moisés Almeida, da Universidade de Pernambuco (UPE), ex-coordenador da PASCOM da Diocese de Juazeiro, ao explicar:

A homília, em alguns momentos, era muito política. Os fiéis mais conservadores viam aquele discurso como comunista. Você tem parte da elite de Juazeiro vindo no discurso de Dom José algo que não condiz com a realidade eclesial. Eles diziam “eu quero ir à missa para rezar, para rezar o terço, para ouvir falar de Jesus e Maria, não para ouvir discurso político” (GAZETA, 2012, p. 9).

O Mons. João Moreira Lima, nas comemorações da ordenação sacerdotal de Dom Avelar Brandão Vilela, em 25 de outubro de 1985, em Salvador na Bahia, disse: “Encontrei-me com o pequeno gigante – o bispo de Juazeiro da Bahia”, e acrescentou:

A Igreja, no Brasil, tem o Bispo certo no lugar certo. Quanto mais sofrido for um povo, tem a diocese um pastor solidário com o sofrimento do povo. Um pastor que corresponde aos anseios da população de maioria pobre e responde ao evangelho e desafio do “bom samaritano”. O bom pastor deixa o altar de vistas para socorrer as inúmeras ovelhas perdidas pela fome, pela falta de saúde e saber como voltar para “os verdes prados”. Dom José Rodrigues “caminha junto” com o seu povo na espiritualidade da justiça, síntese do Antigo Testamento e do amor, última palavra do Novo Testamento (Caminhar Juntos, 1986, p. 15).

A Comissão Pastoral da Terra - CPT, quando da morte de seu co-fundador Dom José Rodrigues, em 9 de setembro de 2012, divulgou uma nota de pesar em sua memória, apresentando a importância do seu trabalho para além da Diocese de Juazeiro:

A todas as demandas do povo sertanejo, multiplicadas e prementes, sua sensibilidade humana e pastoral soube responder, ao criar (ou reforçar) outras sete pastorais sociais (juventude do meio popular, pescadores, mulher marginalizada, saúde, reassentados, carcerária, criança), “círculos de cultura” (com Paulo Freire), um setor diocesano de comunicação, uma biblioteca de 45 mil volumes, uma campanha pioneira pelas cisternas familiares de água de chuva, pilar da Convivência com o Semiárido, e uma destinação social ao patrimônio da diocese em terras na cidade de Juazeiro. Por uma Igreja una e nordestina, atuou sempre articulado com as dioceses e bispos vizinhos: Senhor do Bonfim (D. Jairo), Rui Barbosa (D. Matthias e D. André), Paulo Afonso (D. Mário e D. Esmeraldo), Petrolina-PE (D. Paulo) e Propriá - SE (D. José Brandão, redentorista como ele). Favoreceu a articulação sindical de todo o vale do São Francisco, que se reunia no centro de encontros da diocese, em Carnaúba do Sertão. Em tempos de silenciamento, foi porta-voz dos pobres nas igrejas e capelas, no rádio, no boletim mensal da diocese (“*Caminhar Juntos*”), na Assembleia Legislativa, na Câmara Federal e em viagens pela Europa (CPT, 2012).

A atuação política do religioso foi igualmente motivo de várias homenagens, que ficaram registradas em jornais, boletins diocesanos e livros:

Figura 28 - Livro da biografia

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues (2019).

O trabalho de pesquisa das jornalistas Celane Rosa e Edizia Santos, em 2012, gerou como resultado do mestrado em Jornalismo pela DCH/UNEB, o documentário “*Nunca Traí os Pobres*”, no qual apresenta a atuação de Dom José Rodrigues. Na sinopse diz:

Um bispo que não se restringiu às paredes da igreja, nem às homilias proferidas no altar. Preferiu despir-se da solenidade que sua função exigia para se colocar ao lado dos pobres. Ignorou a elite, desafiou a Ditadura Militar, enfrentou os poderosos e exaltou os humildes (SANTOS, 2012).

Figura 29 - Livro homenagem da Câmara dos Deputados

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues (2019).

O *bispo dos excluídos* participou, ativamente, de diversos momentos políticos. O *Jornal Gazeta* relata essa sua disposição de atuação:

O religioso prestou depoimento a Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), inclusive, sobre a grilagem na Bahia em 1977; na Comissão da Bacia do São Francisco em 1978, quando falou nos problemas causados pela construção da Barragem de Sobradinho. Também participou de debates sobre a seca e a fome no Nordeste (GAZETA, 2012, p.9).

Entre os anos de 1972 e 1979, foi executada, na região do Vale do São Francisco, no norte da Bahia, a grande obra da construção da barragem de Sobradinho. Sobre o evento diz Siegfried Peter (1996, p. 72) que, “em 1977, as comportas da barragem foram fechadas e a inundação atingiu quatro cidades: Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova, Sento Sé, além de vários lugarejos e pequenas vilas. Mais de 70.000 pessoas tiveram que abandonar suas terras”. Então entra em cena Dom José, que deu visibilidade aos problemas gerados pela obra e organizou os relocados por conta da construção da barragem. O professor Moisés Almeida, da UPE, relatou:

Era o auge da ditadura militar e as pessoas não tinham a quem recorrer. Os sindicatos não atuavam, ou não existiam, não existia uma instituição que falasse pelo o povo. Dom José, assim, enquanto dirigente da Igreja, assumiu a responsabilidade de falar pelo povo, de reivindicar melhor moradia, indenização melhor, de denunciar a falta de indenização (GAZETA, 2012, p. 8-9).

A cada ação que se conhece ou depoimento que se toma conhecimento, fica mais evidenciada a importância do trabalho desenvolvido nos 28 anos de episcopado. Entre as ações, uma Política de educação popular foi desenvolvida com apoio material do Acervo bibliográfico da diocese. Essa é a temática que passamos a discutir.

5.3 A Política de Educação Popular à luz de Paulo Freire

Na diocese de Juazeiro, Dom José Rodrigues de Souza planejava e executava ações com o objetivo de desenvolver uma vida eclesial de luta junto de seus leigos. A iniciativa de prosseguir com uma política de educação popular, que já acontecia na diocese, de forma mais incisiva, foi mais uma de suas realizações.

Figura 30 - Paulo Freire e Dom José em Juazeiro

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues

Dessa forma, o bispo abriu mais uma frente de ação social e política, que tinha afinidade com a entidade física da Diocese de Juazeiro registrada como SOSE – Sociedade das Obras Sociais e Educativas. Assumiu, a partir de 1980, o compromisso de desenvolver um trabalho permanente de educação política, inclusive, com a ajuda de Paulo Freire, registrada em seus escritos

Em 1980, em Assembleia Diocesana, assumimos a “Educação Política”, permanente e não-partidária, como uma de nossas prioridades pastorais. Em 1981, publicamos a Cartilha “Política: a luta de um povo”, que teve repercussão por todo o Brasil. Tendo Paulo Freire voltado do exílio em 1979, surgiu a ideia de trazê-lo à Diocese de Juazeiro para treinar monitores para a Educação Popular. Paulo Freire, que já ouvira falar da pastoral da Diocese, aceitou vir em 1983, passando uma semana conosco. Voltou, depois, em maio de 1984 e em abril de 1986 (RODRIGUES, 2002).

Imagem 31- Cartilha Política: a luta de um povo

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues (20019)

Todo esse processo, que culminou com a realização do Programa de educação popular na Diocese, foi fruto de uma construção de entendimentos e negociações com os que estiveram envolvidos em todo o processo, o que já demonstrava o posicionamento dialógico e democrático, que norteou toda a proposta.

Figura 32 - Paulo Freire: formação em Juazeiro

Fonte: Arquivo da Diocese (2019).

Ainda em 1982, D. José formalizou o convite aos professores Paulo Freire e Ladislau Dowbor, envolvendo, também, a educadora Fátima Freire. Assim registrado:

Conforme entendimento, iniciados pessoalmente com o prof. Paulo Freire, em fim de outubro do corrente ano, e continuados com a presença de Fátima Freire, na Assembleia Geral Diocesana, de 19 a 21 de novembro [de 1982], venho convidar ao Prof. Paulo Freire e ao Prof. Ladislau Dowbor para os primeiros passos de treinamento de monitores, a partir de 16 de abril de 1983, quando retornarei de São Paulo, após a Assembleia dos Bispos, em Itaici – SP (RODRIGUES, 1982, p.1).

Imagem 33 - Palestra de Paulo Freire em Juazeiro

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues (2019).

O clérigo escreveu sobre a vinda de Paulo Freire e sua esposa Elza Freire, em abril de 1983, para treinamento de 25 monitores para a Campanha de educação popular, tecendo algumas considerações:

A Diocese tem procurado enfrentar as situações numa “opção decidida pelos pobres”, procurando suscitar “Comunidades Eclesiais de Bases”, onde o povo se reúne para viver e celebrar sua Fé e ter força de reivindicar seus direitos. Depois de alguns anos chegamos a duas conclusões: a) Necessidade de melhorar a situação econômica do povo. Enquanto não melhorarem as condições de produção, de trabalho, o nosso povo não terá condições de se libertar; b) Necessidade da alfabetização para o povo poder aproveitar dos materiais escritos, preparados pela Diocese. Diante de tudo isso é que convidamos o prof. Paulo Freire e sua equipe para colaborar conosco numa Campanha de Educação Popular, em nível diocesano, que abrangesse não só a alfabetização, mas também a economia popular. É isso que o prof. Paulo Freire e sua esposa, dona Elza, começaram a fazer, neste treinamento (RODRIGUES, 1983, p.1).

Sobre a sua visita à região em uma entrevista que aconteceu na Rádio Juazeiro, concedida à jornalista Marta Luz, no dia 24 de abril de 1983, e posteriormente publicada na *Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos* (2014), com transcrição de Joaquim Ribeiro de Araújo, Paulo Freire diz: “Eu só pediria que guardassem esse papo, porque acho que, no fundo, eu fico contente de saber que eu estou vivo, eu estarei vivo em Juazeiro, mesmo depois de morto, com essa voz que fica aqui” (ARAÚJO, 2014, p. 8).

Figura 34 - Paulo Freire no centro de treinamento da Diocese

Fonte: Arquivo da Diocese de Juazeiro (2019).

No dia 25 de maio de 1984, o professor Paulo Freire fez a sua segunda visita à Diocese, para continuar a desenvolver a formação dos monitores, que colocaram em prática,

por meio dos círculos de cultura, o projeto de educação popular, que já tinha segundo Rodrigues (1984), “11 Círculos de Cultura: 3 na periferia de Juazeiro e 8 no interior da Diocese” (ver anexos D).

Nessa visita, professor Paulo Freire, entre outras ações, proferiu uma palestra para os agentes de pastorais, devidamente registrada por Dom José, que cita, entre os pontos fortes da fala, a parte na qual Freire mostra a importância de se desenvolver um trabalho educacional, que também é formação política e social, ao expressar que,

O povo é proibido de saber como é oprimido e como criar coisa nova. Desnudar a realidade e aprender a ler a palavra e a escrever a palavra e ler a palavra. Leitura de mundo igual ao desnudamento da realidade. Revolução do mundo se faz pela leitura reta da palavra. O povo faz a revolução, toma a história nas mãos. Quando se lava as mãos diante do opressor, fica-se do lado do opressor (FREIRE apud RODRIGUES, 1984, p.1).

Em 1986, professor Paulo Freire voltou à Juazeiro para continuar a formação dos monitores da educação popular e participar de atividades planejadas pela equipe que conduzia os trabalhos na Diocese (ver anexo E):

Desta vez, fez treinamento de monitores de Educação Popular, em Carnaíba, nos dias 18 e 19 de abril, distrito de Juazeiro da Bahia, onde fica o Centro de Formação da Diocese. No dia 19, estive no Centro Catequético, na cidade de Juazeiro para proferir palestra para o povo, principalmente para professores e alunos. No dia 21, deu entrevistas, por telefone, a rádio Juazeiro, gravou um programa “Semeando a Verdade” e deu as últimas orientações as equipes de Educação Popular da Diocese (CAMINHAR JUNTOS, 1986, p. 1).

A posição diocesana de priorizar a educação popular como uma linha de ação pastoral, a partir das orientações de Paulo Freire, deixou as convicções de que “1. Educação é diálogo entre educador e educando; 2. Educação é um ato comunitário; 3. Educação não é uma etapa da vida, mas é um processo permanente; 4. Educação é um ato de liberdade e para a liberdade; 5. Educação se faz na ação e na reflexão” (RODRIGUES, 2002, p.1).

Além das convicções, a iniciativa de desenvolver uma política de educação com o envolvimento da Igreja deixou marcas, que podem ser vistas nos registros e na própria caminhada da Diocese. O Acervo Bibliográfico Dom José Rodrigues é parte do legado desse Projeto de educação popular, como descreve (ver anexo F):

O que ficou da doutrina de Paulo Freire: modo democrático de dirigir a Diocese. Mais uma vez tenho ouvido de agentes pastorais: “o senhor nos dá liberdade para trabalhar”. Viva, pois, Paulo Freire! Com o estímulo de Paulo Freire, fui montando a Biblioteca da Diocesana, hoje com 45 mil volumes, onde está a obra completa de

Paulo Freire e de seus discípulos: Carlos Rodrigues Brandão e Moacir Gadotti (RODRIGUES, 2002, p.1).

Figura 35 - Livros de Paulo Freire e seus seguidores

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues (2019)

A intensidade do trabalho de educação popular gerou repercussão em outras cúrias, e, em fevereiro de 1984, membros da Diocese de Petrópolis – RJ escreveram para a Diocese de Juazeiro expressando o interesse em conhecer a experiência, que estava sendo desenvolvida:

Tomamos conhecimento através do boletim diocesano “Caminhar Juntos”, da Revista SEDOC e da Editora “Todos Irmãos” (SP), da experiência em andamento em sua diocese, de alfabetização de adultos de acordo com o Método Paulo Freire de Alfabetização de Adultos. Temos interesse de, neste ano de 1984, iniciar em âmbito paroquial uma caminhada neste sentido. Sabemos o quanto é valiosa essa vivência: de uma educação-conscientizada que procura valorizar a experiência de vida das pessoas que dela participam, que procuram eliminar a barreira educador educando, e que leva os educandos a, uma vez alfabetizados, serem aqueles que serão os alfabetizadores dos companheiros (MILAN, 1984, p.1) .

Ao falar sobre o trabalho desenvolvido durante décadas na Diocese, em 1984, D. José Rodrigues, ao responder ao padre Francisco Milan da Diocese de Petrópolis – RJ, diz que “a diocese de Juazeiro possui 11 círculos de cultura”. Em 1986, em carta a Beatriz Costa, da editora Nova, ao falar do recebimento dos cadernos de educação popular, cita a existência de dois núcleos de educação popular, sendo um deles já com 16 círculos de cultura. Em 1993, em carta ao Comitê Nobel Noruego, D. José Rodrigues diz que “a Diocese tem 30 círculos de cultura”. E o boletim “*Caminhar Juntos*”, de 1996, relata a existência de 33 círculos de cultura, com quase 600 alfabetizando (ver anexos I, J e L).

Toda essa evolução demonstra a importância e a continuidade de um trabalho, que, de fato, consolidou-se como uma Política de educação popular desenvolvida a partir do apoio episcopal e das orientações do Professor Paulo Freire e sua equipe (ver anexo H).

Dom José deu seguimento ao seu trabalho com o desenvolvimento de um Projeto de comunicação social no âmbito da Diocese.

5.4 Um Projeto de Comunicação Social

Após o desenvolvimento da Política de educação popular, foi implantado na diocese o Projeto de comunicação, com a montagem da Pastoral das Comunicações Sociais, aproveitando a estrutura do SEDICA – Setor Diocesano de Comunicação e Audiovisuais, que passou a ser a própria PASCOM.

Esse outro passo tem início quando a diocese deu ao padre espiritano José Carlos de Oliveira, a missão de assumir a pastoral das comunicações e esse percebeu a necessidade de desenvolver um trabalho de comunicação popular de forma mais profissional. Para isso, ele conseguiu, junto ao bispo, a aprovação para montar uma equipe com profissionais da área da comunicação que pudessem ajudar a diocese de Juazeiro a desenvolver projetos de comunicação popular.

No início de suas atividades o SEDICA não constituía propriamente uma Pastoral, estava a serviço das Pastorais Sociais da Diocese para confecção de panfletos, boletins, gravação de programas de rádio, almoxarifado. Em 1991, passou por uma reformulação da equipe executiva e planejou seus trabalhos para a montagem da “Pastoral das Comunicações Sociais” na Diocese (CAMINHAR JUNTOS, 1995, p.14).

O estudo dissertativo de Roberto Joaquim de Oliveira, realizado pela Universidade Metodista de São Paulo em 2008, com o título “*Comunicação e cidadania às margens do São Francisco: a rede de correspondentes da Diocese de Juazeiro da Bahia*” traz a seguinte consideração sobre o setor de comunicações e suas transformações: “O SEDICA ganha novos contornos a partir de 1991, quando a diocese contrata um coordenador para o setor de comunicação e os trabalhos passam a ser organizados pensando em estruturar uma pastoral das comunicações na diocese” (OLIVEIRA, 2008, p. 111). Ele estava falando da contratação do professor e radialista Moisés Diniz de Almeida, responsável pela organização da equipe, que compôs a Pastoral das Comunicações, estando à frente dos projetos desenvolvidos no âmbito da diocese de Juazeiro, após a morte, em acidente, do padre José Carlos.

Para dar prosseguimento à organização da PASCOM, como a igreja não dispunha de profissionais o suficiente para atender à demanda de trabalho na área da comunicação, foi montada uma equipe de trabalho, assim composta: Moisés Almeida (coordenação e assessoria); Josenaldo Rodrigues (produção, apresentação e assessoria); Irmã Brígida Barbosa (produção, apresentação e assessoria); Adelma Siqueira (auxiliar administrativa); Francisco de Assis e Ailton Nery (filmagens e edição).

Para o desenvolvimento dos trabalhos foi estabelecido pela Pastoral das Comunicações Sociais da Diocese como objetivo geral:

Dar vez e voz às camadas mais sofridas da sociedade: pescadores, assalariados, trabalhadores, mulheres e desempregados, através da participação destes, ativamente, nos diversos formatos de comunicação (programas de rádio, alto-falantes, vídeos e boletins), para que sejam veiculadas as denúncias de opressão, as reivindicações, os direitos sociais e a valorização às expressões culturais e a organização popular como instrumentos de luta e despertar do senso crítico (CAMINHAR JUNTOS, 1995, p. 14).

Em uma nova linha de ação pastoral, a comunicação popular teve um amplo campo de atuação dentro da Diocese, envolvendo as demais pastorais, as paróquias, o clérigo e os leigos engajados, principalmente os jovens, que foram os mais envolvidos nas principais ações, que o SEDICA desenvolveu, reforçando o trabalho da política de educação popular, que era uma realidade.

Os objetivos específicos, que foram elencados pela Pastoral das Comunicações Sociais, mostrava, claramente, o caráter dialógico, participativo e democrático de como se dava todo esse trabalho, estando em sintonia com o que era orientado no desenvolvimento das ações de formação social e política, por meio da Política de educação popular, sob a orientação de teóricos como o professor Paulo Freire, Moacir Gadotti, Leonardo Boff, Fátima Freire, Elza Freire, Ladislau Dowbor e muitos outros. Dentro desse perfil, os objetivos específicos das PASCOM propunham:

Criar espaços de comunicação popular em Centros Comunitários e bairros de periferia e Igrejas das comunidades; Capacitar pessoas das comunidades para assumirem o trabalho como correspondentes populares nos diversos programas radiofônicos; Produzir e apresentar programas nas rádios locais, utilizando matérias enviadas pelos correspondentes populares e afins; Apoiar as diversas equipes de comunicação com informações e fontes de pesquisa a serem utilizadas em suas atividades; Produzir documentários sobre a realidade do povo do Vale do São Francisco, seus problemas, suas organizações e buscas de alternativas e sobrevivência; Assessorar e apoiar diversas equipes de comunicação, planejando, acompanhando e avaliando junto com eles os trabalhos realizados. (CAMINHAR JUNTOS, 1995, p. 14)

Nesse universo da pastoral das comunicações, destaca-se um forte trabalho de comunicação popular, em duas linhas de ação: A Rede de Correspondentes Populares e as Equipes Paróquias de Comunicação, de que trataremos a seguir.

5.4.1 A Rede de Correspondentes Populares da Diocese de Juazeiro

A Diocese desenvolveu um projeto para fazer com que PASCOM ampliasse a sua atuação, tornando-se uma pastoral ativa e estratégica no fortalecimento das atividades desenvolvidas pela Instituição. Como parte do trabalho, nasceu a Rede de correspondentes populares, no ano de 1992, como relata Moisés Almeida:

A experiência da Rede de correspondentes populares estava por vir. E, em fevereiro (1992), tivemos o primeiro treinamento com representantes das paróquias de Remanso, Pilão Arcado, Campo Alegre de Lourdes, Juazeiro e Sobradinho. Iniciava assim a Rede de correspondentes populares, que assumiu o Programa “A Voz do Velho Chico”, veiculado na emissora Rural de Petrolina-PE, aos domingos às 06:30 (Caminhar Juntos, 1993, p. 13).

Mapa 7 - Rede de Correspondentes Populares

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues (2019)

A rede era formada por uma equipe de comunicadores populares da própria Pastoral das comunicações sociais, que tinha como uma de suas funções ser um elo de comunicação entre as outras pastorais sociais.

Figura 36 - Correspondentes Populares da Diocese de Juazeiro

Fonte: Arquivo da Diocese de Juazeiro (2019).

Na concretização dos objetivos direcionados a essa rede, destacava-se o auxílio na produção de programas de rádios apresentados a partir de entrevistas, notícias e informações vindas dos diversos municípios, trazendo, assim, a realidade vivida e experienciada pelos diversos grupos organizados e pela comunidade em geral.

O trabalho cresceu e vários programas de rádio eram produzidos e apresentados pela PASCUM, que contavam com a participação dos correspondentes populares. Entre eles destacamos os programas:

Participação e Comunhão: Rádio Juazeiro, de segunda a sábado, de 06:45h. às 7:00h; Semeando a Verdade, terças e sextas, de 17:30h. às 18:00h.; A Voz do Velho Chico, domingo, de 06:30h. às 07:30h., esses dois últimos na Emissora Rural em Petrolina-PE, cidade vizinha a Juazeiro-BA (CAMINHAR JUNTOS, 1995, p. 14).

O trabalho de comunicação popular contava inicialmente com quinze jovens, que participavam de treinamentos periódicos a cada três meses. Nas formações oferecidas pela pastoral das comunicações, eram desenvolvidas temáticas como: entrevista e notícia; dicção; locução e criatividade; neoliberalismo; legislação; entre outros, além da realização de encontros de planejamento e avaliação.

É notório que no processo de formação dos jovens, assim como nas atividades de produção de formatos para a divulgação, o Acervo Dom José Rodrigues aparece como uma fonte de dados e informações para o enriquecimento dos temas trabalhados, por possuir, em

seus materiais, autores, títulos e temas, a possibilidade de poder colaborar com as questões colocadas em pauta.

O trabalho da rede de comunicadores populares, com seus canais de comunicação alternativos, imbuídos no processo das lutas pela liberdade de expressão e na ampliação dos direitos da cidadania, era fruto de todo um processo de planejamento, que se dava desde a articulação entre entidades até a formação da rede de comunicadores.

Com esse intuito Dom José Rodrigues buscou entidades, que poderiam financiar os trabalhos da PASCOM. Foram consultadas duas instituições: a MISEREOR, que é uma Obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento, que há mais de 50 anos, está comprometida com a luta contra a pobreza na África, Ásia e América Latina; e a CARITAS, que é uma confederação de organizações humanitárias da Igreja Católica. Dessa forma ele conseguiu, por meio de projetos, o levantamento de financiamentos para a estruturação e o desenvolvimento das atividades de comunicação popular.

Os recursos levantados possibilitaram à pastoral das comunicações disponibilizar para os correspondentes populares equipamentos como: gravadores, microfones, fones de ouvido, credenciais de identificação, além da cobertura dos custos de transporte, alimentação e hospedagem nos treinamentos oferecidos.

Todo o trabalho desenvolvido pela pastoral primava por um processo democrático, de forma que todas as atividades eram planejadas e desenvolvidas a partir de discussões, que envolviam os jovens repórteres populares, a equipe executiva do SEDICA/PASCOM e as demais pastorais.

Existia, portanto, o alicerce de uma estrutura, que dava condições de desenvolver um trabalho de suma importância para a prática de uma comunicação que favorecesse a ampliação do direito à cidadania de parte uma população do Nordeste brasileiro, que passou a dar eco aos seus anseios, às reivindicações e à sua cultura, tornando-se, assim, uma população com uma visibilidade, da qual não dispunha.

Dessa forma, a rede de correspondentes populares desenvolvia as múltiplas possibilidades de produção e difusão da informação, utilizada como canais de comunicação alternativos, preenchendo, assim, um espaço vazio de comunicação, que não era atendido pelos veículos de comunicação com atuação comercial.

O trabalho de comunicação dos correspondentes foi reforçado com a criação das equipes paroquiais de comunicação.

5.4.2 As Equipes Paroquiais de Comunicação

O trabalho do SEDICA/PASCOM foi ampliado com a implantação de mais uma ação de formação e desenvolvimento com foco na comunicação, mediante a criação das equipes paroquiais de comunicação.

Figura 37 - Formação de jovens comunicadores

Fonte: Arquivo da diocese (2019).

Essas novas equipes de comunicadores desenvolviam as suas atividades mais no âmbito das paróquias e das comunidades por meio da produção de programas de rádios comunitárias de alto-falantes, confecções de murais, boletins, etc., elaborados a partir da coleta de entrevistas, notícias e informações, vindas dos diversos grupos da Igreja e da comunidade.

Mapa 8 - Equipes paroquiais de comunicação

Fonte: Acervo Dom José Rodrigues

Para desenvolver as atividades foram criados oito grupos de comunicadores compostos inicialmente por 36 jovens, que eram convocados e selecionados pelas paróquias e participavam, periodicamente, de formações. Esse trabalho foi registrado no boletim *Caminhar Juntos*, o qual relata que:

Para melhor aproveitamento dos meios de comunicação que são acessíveis às comunidades, foram criadas as Equipes Paroquiais de Comunicação, que estão utilizando os espaços dos alto-falantes das torres das igrejas. Estas equipes foram criadas dentro do plano anual do SEDICA em 1993/1994. A equipe executiva do SEDICA acompanha com assessoria e informações de seu banco de dados, preparado especialmente para esse fim (Caminhar Juntos, 1995, p. 14).

Nos treinamentos de formação social, política e técnica, desenvolvidos pela pastoral das comunicações, os comunicadores populares eram levados a estudar e treinar, em uma metodologia a partir da prática com temáticas como: entrevista e notícia; dicção; locução e formatos de comunicação; política; educação; sendo, a cada encontro reiterado, o planejamento anual e a avaliação das ações desenvolvidas, em um processo contínuo, com uma grande avaliação ao final de cada ano. Entre os eventos de formação o boletim *Caminhar Juntos*, destacou:

Visando à integração de todas as Equipes Paroquiais, realiza-se, no mês de julho, o Encontro Diocesano de Rádios Comunitárias. Para este ano, o tema foi: dicção, locução e criatividade, realizando-se de 12 a 16 de julho, no Centro de Treinamento Palmeiras de Elim - Pilão Arcado - BA (Caminhar Juntos, 1996, p. 11).

Os comunicadores também participavam de outros eventos em nível regional e nacional como os mutirões de comunicação, realizados pela Regional Nordeste da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. No ano de 2002,

A cidade de Aracaju – SE, tornou-se a capital da comunicação. Cerca de 200 comunicadores entre estudantes, agentes comunitários da pastoral das comunicações e profissionais da imprensa falada e escrita dos Estados da Bahia e Sergipe estiveram compartilhando experiências e adquirindo novos conhecimentos no 1º Mutirão Regional de Comunicação. O 1º Mutirão foi uma preparação para o 3º Mutirão Nacional de Comunicação realizado em Salvador, capital da Bahia (CAMINHAR JUNTOS, 2002, p. 1).

As equipes paroquiais com seus canais de comunicação buscavam em sintonia com o objetivo geral da PASCOM, dar vez e voz aos membros das paróquias e comunidades, garantindo liberdade de expressão e o exercício da cidadania por meio do acesso aos meios de comunicação alternativos, sendo tudo isso fruto de todo um processo de troca de experiências.

Os trabalhos desenvolvidos tinham a mesma fonte de recursos da rede de correspondentes populares, principalmente a MISEREOR e a CARITAS, entidades que financiavam os projetos para a estruturação e o desenvolvimento de atividades.

Para o desenvolvimento das ações por parte dos comunicadores, o SEDICA/PASCOM e as paróquias ofereciam uma estrutura mínima de equipamentos e materiais, possibilitando o desenvolvimento do trabalho sempre com a assessoria do SEDICA, que negociava os termos de funcionamento das equipes em cada paróquia e/ou comunidade. Era, assim, um trabalho de cooperação e responsabilidade mútua entre a pastoral e as paróquias. Em 1995, existiam seis grupos em plena atuação.

Tabela 6 - Equipes Paróquias de Comunicação em 1995

EQUIPE	PROGRAMA	HORÁRIO
Equipe Paroquial de Pilão Arcado	Alerta Povo	Sábados: 08:00 às 09:00h.
Equipe Paroquial de Remanso	A Voz do Lago	Sexta-feira: 17:30 h. às 18:00 h.
Equipe Paroquial de Santo Antônio (Juazeiro-BA)	Rádio Popular Revolução	Sábado: 09:00 h. às 10:00 h.
Equipe Paroquial de Sobradinho	A Voz do Sertão	Segunda a Sábado: 17:30 h. às 18:00 h.
Equipe Paroquial de Campo Alegre de Lourdes	Água Viva	Sexta-feira: 17:30 h. às 18:00 h.
Equipe Paroquial de Santa Terezinha	A Voz do Povo	Domingo: 08:00 h. às 09:00h.

Fonte: Boletim Caminhar Juntos (1995)

Portanto, as equipes ao utilizarem os canais de comunicação alternativos, desenvolviam um trabalho de comunicação para a comunidade que, além de informação, favorecia a formação educacional, social e política de todos os envolvidos direta e indiretamente nesse projeto.

Como parte desse processo comunicacional, Dom José Rodrigues montou uma biblioteca na Diocese, que foi um importante instrumento de apoio à Política de educação popular e ao Projeto de comunicação popular.

O próximo capítulo sistematiza a obra de Dom José Rodrigues através dos testemunhos históricos sobre as práticas educomunicativas, ocorridas no sertão do São Francisco. Mostra de que forma ocorreu o suporte oferecido pela biblioteca a essas práticas. E

conclui destacando os argumentos que comprovam que Dom José Rodrigues foi um precursor da educomunicação no vale do São Francisco.

6 A OBRA DE DOM JOSÉ RODRIGUES A PARTIR DOS INDICADORES DE PRÁTICAS EDUCOMUNICATIVAS: O TESTEMUNHO DE SEUS CONTEMPORÂNEOS

As falas dos atores sociais foram cruzadas com o referencial teórico e, mais especificamente, com os dados bibliográficos levantados do Diretório de Comunicação da Igreja Católica no Brasil. Assim, conseguimos entender como as práticas educomunicativas foram desenvolvidas, o papel da biblioteca da Diocese de Juazeiro, renomeada como Acervo Dom José Rodrigues, nas atividades educacionais e comunicacionais e, por fim, as evidências de que se trata de uma ação precursora do campo da Educomunicação por parte do bispo Dom José Rodrigues de Souza.

O nosso trabalho de levantamento de dados foi desenvolvido dentro de um formato qualitativo e valeu-se, também, de entrevistas, que envolveu quatro categorias de atores sociais ou testemunhas históricas, como preferimos qualificar: Gestores/Educadores (GE); Gestores/Comunicadores (GC) e Jovens/Comunicadores (JC) e Jovens/Educadores (JE), seguido do número ordinal de cada categoria e, ainda, acrescentamos antes de cada uma a letra (D) para identificar que se trata de um depoimento.

6.1 As concepções das testemunhas históricas das práticas educomunicativas

Uma análise prévia dos elementos que alicerçaram as vivências de Dom José na administração da Diocese de Juazeiro permite defender a hipótese de que estamos efetivamente diante de um conjunto de ações que se enquadram no universo do que, hoje, as pesquisas do NCE/USP e o Diretório da CNBB classificam como Educomunicação.

Alimenta tal hipótese a existência de diversos indicadores, tais como: o planejamento participativo; a dialogicidade nos processos de tomada de decisões; a participação colaborativa das pessoas envolvidas nas ações; a democracia nos relacionamentos; a gestão compartilhada de recursos e processos; a pedagogia de projetos; a construção coletiva do conhecimento; a prioridade na formação de lideranças; as transformações sociais e pessoais decorrentes. Tais indicadores – se confirmados – caracterizariam, com justeza, a existência de uma experiência precursora do campo identificado cientificamente, no presente momento, como Educomunicação.

Entre esses indicadores identificamos o planejamento, que foi importante para que o Projeto de Comunicação da Diocese de Juazeiro acontecesse e os êxitos fossem alcançados. O

planejamento precisava ser coordenado, mas sempre coletivo, para que o desenvolvimento do projeto fosse democrático desde o seu nascedouro, uma vez que uma das intenções era democratizar a gestão da comunicação.

Esse trabalho surgiu a partir dessa ideia de Dom José Rodrigues, de Educação e Comunicação Populares. Ele convidou o padre José Carlos, que gostava muito de comunicação, para organizar a parte de comunicação da diocesana. Existiam os programas de rádio, mas cada um fazia o programa de sua maneira, não existia uma integração das paróquias, das pessoas que estavam nas paróquias com um projeto de comunicação. Então o Pe. José Carlos convidou Moisés Almeida [radialista] para participar do projeto e eles, inspirados na ALER (Associação Latino-Americana de Educação Radiofônica), pegaram a proposta para trazer uma comunicação popular para o meio do povo. Naquela época, era difícil entrevistar um presidente do sindicato dos pescadores, do sindicato de trabalhadores rurais, não tinha espaço para essa classe nos meios de comunicação tradicionais. Então, Dom José queria que essas pessoas falassem por si próprias, dos seus problemas, de suas lutas e de suas vitórias e que outros grupos ouvissem que eles estavam conseguindo vitórias com as suas organizações e a partir dessa comunicação outros grupos pudessem se organizar. (DGC1).

Ainda sobre planejamento uma das testemunhas históricas esclarece como funcionava todo esse processo que se dava em várias instâncias:

Quem está de fora costuma achar que o bispo manda e a gente faz, não era assim. Tinha um projeto predeterminado das atividades que a gente ia fazer, não era o coordenador do SEDICA, que decidia sozinho. Quando o planejamento precisava de uma mudança, a gente precisava do conselho da Diocese. As pastorais que estavam envolvidas nesse projeto eram: Pastoral da Terra, Pastoral da Mulher, Pastoral dos Pescadores, eles faziam parte desse conselho. As mudanças eram levadas para o conselho, se não fosse possível, levaria para uma assembleia de diocese e, às vezes, até para o regional das dioceses com as dioceses de Bonfim e Rui Barbosa (DJC1).

No planejamento e momentos de formação, fica mais uma vez evidenciado como era o trabalho feito por jovens das comunidades, de forma contínua e intencional.

Olha, o projeto de comunicação da Diocese tinha como fundamento principal formar jovens de todas as paróquias, tanto na questão da prática da comunicação como do senso crítico, ter um olhar diferenciado dos meios de comunicação convencional, que pudesse estar no meio do povo fazendo um trabalho de comunicação voltado para a análise da conjuntura da sociedade e que pudesse, também, incluir dentro desse olhar crítico o trabalho das pastorais. A evangelização, ela precisa ser vista não só no sentido de educar, de rezar, mas também no sentido de voltar o seu olhar crítico para as coisas. E assim, existiam as etapas de cursos de formação, me parece que 4 ou 5 etapas por ano, em que se juntavam esses jovens e iam estudar, iam escrever para que pudessem ter uma prática de redação e também no sentido de elaboração das matérias; essa era uma das práticas da comunicação (DJC3).

Um planejamento democrático e rico para pensar os próximos momentos de formação e avaliar o que já tinha sido realizado e precisava avançar. Era assim definido esse momento por um dos jovens comunicadores, quando diz:

Eu lembro que a gente escolhia os temas a partir da necessidade, por exemplo: você tem que trabalhar locução com essas pessoas; então, tinha um encontro sobre locução; tinha outro para trabalhar como fazer entrevista, então tinha lá. Durante o ano eram escolhidos três encontros, sendo que, no final do ano, era feito um encontro onde a gente podia avaliar, programar o outro ano. A gente até se confraternizava, era um momento muito importante. Eram momentos muito ricos (DJC5).

À medida que o trabalho de comunicação foi crescendo, era planejada a incorporação de mais um elemento que contribuiria com os objetivos traçados pela pastoral das comunicações. Como relata o jovem que atuou como comunicador:

Eu lembro que Dom José pensou muito bem nisso. Primeiro, ele criou um setor de comunicação, a partir desse setor eram produzidos os jornais, os programas. Com o esforço dele e a ajuda de alguns amigos, ele criou a biblioteca; logo depois, uma videoteca. Então, ao passo que ele ia percebendo que dava para incorporar no setor de comunicação coisas que facilitassem a comunicação chegar para o povo, ele juntava e conseguia recurso e fazia com que a proposta saísse do papel (DJC4).

Todo esse contexto de trabalho de planejamento e ações da Igreja no contexto da comunicação, também, é apresentado no documento 99 da CNBB, que entre outras coisas, diz que:

A partir de uma cultura do planejamento e da avaliação das ações comunicativas. (...) É importante definir metas e estratégias de gestão, estabelecer critérios de decisão e promover encontros que valorizem os acontecimentos nacionais, regionais e diocesanos que possam enriquecer a comunidade (CNBB, 2014, p 106).

O diálogo é um indicador que aparece na Educomunicação e no documento 99 da CNBB e, pela sua importância, não poderia deixar de ter a comunicação dialógica como um dos seus pilares. Por isso diz que: “A comunicação, por ser relação, é sempre dialógica. É escutar, falar; um ir e vir, um deixar ir e deixar vir. Um diálogo é muito mais do que a comunicação de uma verdade.” (CNBB, 2014, p. 6). Ainda no mesmo documento a CNBB (2014, p.169), cita: “A comunicação evangelizadora deve reforçar o diálogo, ao invés de cultivar práticas impositivas, proselitistas, próprias de contextos autoritários”.

Ao falar sobre a comunicação e o diálogo, Jesús Martín-Barbero, lembra-se da estrutura dialógica proposta por Paulo Freire ao dizer que

A porta para comunicação que nos abre Paulo Freire é basicamente para a sua estrutura dialógica. Pois há comunicação quando a linguagem dá forma à conflituosa experiência do conviver, quando se constitui em horizonte de reciprocidade de cada homem com os outros no mundo (MARTÍN-BARBERO, 2014, p.29).

A presença da dialogicidade nas práticas educomunicativas foi evidenciada nas falas das testemunhas históricas, ao expressarem que:

Era um diálogo constante e uma troca de experiências, não era um negócio que vinha de cima para baixo, a gente trocava experiência, passava informação para eles, mas eles também passavam as suas experiências lá da comunidade (DGC1).

O diálogo existia sim, porque as tomadas de decisões não eram de uma pessoa só, a gente era um grupo; até para montar o próprio programa, o grupo decidia sobre a matéria, se era importante falar sobre aquele tema naquele momento. Todo mundo tinha a sua contribuição (DJE1).

Como um trabalho popular, ele era pensado a partir do meio popular. Então, precisava de muito diálogo, conversa, discussão, no sentido de colocar o projeto em prática. Então, à medida que vai nascendo das entidades não governamentais e do pouco recurso que era disponível, exigia muito mais diálogo para que as pessoas pudessem abrir mão de uma certa situação e abraçar a causa, inclusive, com uma doação pessoal. Era dessa forma que eram discutidos os projetos na Diocese de Juazeiro (DJC3).

O diálogo era uma marca do trabalho de Dom José Rodrigues de Souza com todos, mas com posicionamento e defesa do que ele acreditava. Foi o que ressaltou uma das agentes pastorais:

Olha, Dom Rodrigues sempre escutou as pessoas, o povo e suas preocupações, seus gritos. Ele sempre ouvia os agentes, os párocos, os vigários, pessoas mais próximas dele e, também, a sociedade. Agora Dom Rodrigues tinha um posicionamento, ele defendia os pobres; então, nesse diálogo, ele nunca deixou de dialogar com toda a sociedade, mas sempre defendeu os pobres, ele teve lado, como Jesus Cristo teve lado, e o lado dele sempre foi a defesa dos pobres e oprimidos (DGE2).

O diálogo estava presente na relação de Dom José Rodrigues com o povo, com as comunidades que visitava e, isso, incomodava aqueles que estavam acostumados com uma relação unilateral de comunicação. Esclarece o ator social que:

Dom José, quando ia para as comunidades celebrar, chegava antes para conversar com o povo, quando terminava ele ficava lá junto ao povo conversando; era uma

pessoa aberta para com o povo. Chegou um momento, que foi tão forte isso, que incomodou as autoridades da época. Por que como é que o bispo em vez de estar junto das autoridades estava era junto do povo, apoiando a luta do povo? Então, isso foi uma coisa marcante nesse momento de caminhada de Dom José aqui em Juazeiro (DJC4).

A participação, como um elemento indicador da educomunicação, também se fez presente nas práticas educacionais em Juazeiro:

É a palavra-chave da Comunicação. Dom José pegou muito a questão do documento de Puebla, quando a igreja fez a opção pelos pobres e pelos jovens. Lá no documento de Puebla tem um capítulo: Comunhão e Participação, e Dom José querendo trazer isso para a prática até inverteu e aqui na Diocese a gente falava assim: Participação e Comunhão, tinha até um programa: Participação e Comunhão. Por que participação primeiro? Porque sem a participação você não consegue fazer a comunhão, então a questão da educação na linha da participação passou por esse projeto de educação no tempo de Dom José (DGE1).

A participação era um elemento do projeto de comunicação, pois estava na concepção da prática comunicacional que se queria desenvolver na Diocese, sendo os jovens, agentes e pessoas da comunidade incentivadas a estarem concretamente fazendo parte do projeto como atores sociais ativos, tendo vez e voz para expressarem as suas ideias, reivindicações ou vitórias, como relata o depoente a seguir:

E a grande jogada e compreensão de como deve ser a comunicação é que eles nunca falavam em nome das pessoas, as deixavam falarem. Com isso, eles educavam, enalteciam, davam a credibilidade às pessoas, porque elas foram escutadas e não precisavam de um bispo para sua comunicação. Desse trabalho dos comunicadores nas paróquias saiu depois muita gente consciente, que conseguiu estudar e adotou profissões da comunicação mesmo ou em outras profissões. Um exemplo foram os conflitos, quando chegou um agricultor/ lavrador do interior e bateu na casa do bispo e disse: pode falar isso e isso que tá acontecendo; ou ele fazia uma visita pastoral, uma reunião e o pessoal dizia: “olha a CHESF está fazendo isso, o grileiro tá fazendo aquilo, fala isso no rádio para nós”, ele dizia: vocês fazem o seguinte: vocês fazem uma reunião, tudo que está acontecendo bota em um papel e me manda, depois eu vou ler. Com isso, ele criava uma responsabilidade e, também, uma autonomia da pessoa: “veja só minha carta, nossa carta está na rádio Juazeiro ou em Petrolina na emissora Rural”. Então, com isso, ele fazia a pessoa que achava que não tinha voz, reconhecer a situação e, depois, ter a própria voz (DGE3).

Falando ainda sobre a participação presente em toda a proposta que desenvolvia práticas educacionais no âmbito diocesano, uma das testemunhas diz:

Olha, primeiro era um grupo de pessoas que se organizava e olhava a necessidade da região e, a partir disso, elaborava-se o projeto. Um projeto que era financiado por comunidades populares. O próprio esforço da Diocese e das paróquias fez com que as pessoas pudessem participar diretamente desses projetos, assim de forma bem dinâmica e de forma bastante comunitária (DJC3).

Uma testemunha histórica relatou, especificamente, como os jovens tornavam-se agentes de participação ativa no Projeto de Comunicação Popular:

Os jovens eram envolvidos com os movimentos das próprias paróquias. Então, eles eram selecionados pelas paróquias e enviados para treinamentos em Juazeiro e em outras paróquias. A partir desses treinamentos, se estava acontecendo uma assembleia de trabalhadores rurais, eles faziam uma entrevista sobre a assembleia, qual o objetivo, por que estavam realizando; enviavam essa entrevista para Juazeiro e, lá no estúdio, a gente colocava nos programas que a Diocese tinha aqui em Juazeiro e também em Petrolina na Emissora Rural, que tinha um alcance que chegava até Campo Alegre de Lourdes, o município mais distante da Diocese. Além das entrevistas eles, eram treinados para elaborar notícias, ligavam das paróquias para o estúdio no SEDICA, a gente gravava essa notícia que era colocada nos programas. Além disso, eles elaboravam e conduziam programas em suas próprias paróquias com as rádios comunitárias nos autofalantes e faziam uma espécie de jornal mural, que era fixado em uma área que pudesse ser visível para que as pessoas pudessem ter acesso a esse material (DGC1).

Em relação à participação dos leigos, a CNBB (2014, p. 200), lembra que: “O Concílio Ecumênico Vaticano II reforça o importante papel dos leigos no diálogo entre fé e cultura e sua atuação no campo da comunicação” e cita:

Os agentes pastorais são os animadores das práticas comunicacionais e provocam na comunidade as possibilidades de anunciar a Boa-Nova com os meios de comunicação, levando em conta as diretrizes da Igreja e os avanços culturais e técnicos na sociedade (CNBB, 2014, p. 200).

Ao serem questionados sobre em que momentos a democracia estava presente em todo esse Projeto de Comunicação Popular, pronunciaram que:

Nós tínhamos aproximadamente quatro grandes encontros por ano para treinamento. Eram dois no primeiro semestre e, geralmente, dois no segundo semestre. Então, a gente pedia a colaboração deles: “Que temas vocês gostariam de ver no próximo encontro? Vamos estudar o quê? Então a gente convidava geralmente pessoas que tinham um entendimento melhor sobre um determinado assunto. Essa pessoa vinha e trabalhava com os correspondentes, com a equipe coordenadora. Era uma coisa democrática, a gente não impunha o que eles iriam fazer, não era de cima para baixo, a gente discutia, ouvia a opinião deles e, a partir desse diálogo era escolhido o tema para o treinamento (DGC1).

Ela era um dos pilares do trabalho de comunicação da PASCOM, que buscava a partir de práticas democráticas de comunicação a garantia dos direitos e possibilidade de que estas fizessem parte da vida em sociedade. O jovem entrevistado expressa na sua fala a visão de democracia que era vivenciada por aqueles que participavam do projeto de comunicação, quando diz:

Na consciência de que o país e os direitos são para todos. Então o setor de comunicação tinha esse papel de ajudar as pessoas a perceberem que, como brasileiros, tinham direitos e esses eram negados e que para construir um país mais humano e justo, era por meio do caminho democrático, da participação de todos, não só de um grupo que governava, mas também de todas as expressões da sociedade, um país a partir daqueles que sofrem privados do direito (DJC2).

Esse processo de democracia, que passava pela participação ativa e o diálogo, nem sempre existiram dentro da Diocese, na verdade as práticas educomunicativas favoreceram um avanço no sentido de sair de uma participação indireta para uma participação direta nos processos de comunicação diocesanos. Isso fica claro na fala do coordenador do Setor de Comunicação:

Qual era o grande desafio? Democratizar os meios de comunicação. Do mesmo jeito que a gente falava que a rádio era a voz do povo e não tinha o povo, os programas da Diocese, também, não tinham o povo, quem falava era o bispo ou dois ou três agentes pastorais que dominavam os programas. A ideia foi democratizar isso, e como você democratizaria? Passando formação para os municípios, para as paróquias, convidando pessoas que se interessassem para montar uma estrutura, em nível local, para fazer uma formação, para que as pessoas utilizassem, por exemplo, o mural da igreja, da paróquia para que fosse o lugar da informação ou de usar o alto-falante e ter um programa radiofônico. Então nós começamos a montar essa estratégia com as paróquias, e formamos uma rede via fax, a rede de correspondente (DGC2).

O trabalho de Dom José estava permeado pela democracia que acabou por se refletir na Política de Educação Popular e, posteriormente, no Projeto de Comunicação diocesano. Perguntado sobre isso, um dos entrevistados respondeu:

Não resta dúvida. Dom José sempre dizia: “eu sou um cristão democrático”, lutou muito pela democracia. Naquela época, quando Dom José chegou aqui, era ditadura militar, o povo não participava das coisas e até fazia reunião de portas fechadas ou escondida com medo de ser denunciado pelos poderosos que não queriam o povo organizado, e Dom José, com o trabalho que ele fez nessa região conseguiu minar, acabar com esse medo do povo, porque na consciência política, democrática, ele conseguiu até contribuir muito com o fim da ditadura, para um povo democrático e consciente de seus direitos (DGE1).

Esse movimento em torno de um processo democrático de comunicação no qual as pessoas se envolvam e não sejam simples receptores passivos, fazendo com que a comunicação deixe de vista como um canal unilateral de repasse de informação e se torne um local de diálogo e debate, é enfatizada na política de comunicação da Igreja. Sobre isso, diz o Diretório, que “os cidadãos e cidadãs podem e devem integrar os movimentos em torno da democratização das políticas de comunicação do país, relacionando-se criticamente com os meios e suas mensagens” (CNBB, 2014, p. 161).

Quando questionados sobre em que medida pode-se afirmar que as transformações sociais faziam parte do projeto de comunicação diocesano de Juazeiro, de imediato disse uma testemunha histórica:

Transformação social a gente pode observar a partir das organizações sociais de cada paróquia. Cresceu o nível de consciência das organizações e de quem não estava nessas organizações. A partir desse projeto de comunicação as pessoas passaram a ter consciência de que precisavam se organizar ou participar dos movimentos da igreja, ou ir à missa, ou participar de um grupo de oração, ou participar da catequese, ou engajar-se em um movimento de mulheres, engajar-se em um movimento de pescadores. Então, houve esse processo de transformação (DGC1).

Outra testemunha histórica fala com ênfase sobre esse movimento de transformação social, quando diz que:

Quando a gente via o muro da casa do bispo Dom José Rodrigues ser pinchado, chamado de comunista, a gente via que ali estava provocando e essa provocação vinha das transformações sociais e a luta pela terra em Casa Nova - BA foi muito protagonista nisso. Aí você tem a questão sindical, a organização dos trabalhadores, a mudança social na forma de pensar, de se comportar nessa região (...). Tudo isso, foi uma transformação social no âmbito geral de uma sociedade ou em boa parte dela (DJC1).

As possibilidades de transformações pessoais e sociais que eram um dos elementos desenvolvidos no projeto de comunicação popular da Diocese são retomadas no Diretório de Comunicação da Igreja, que assim diz:

Como parte constitutiva da ambiência comunicacional dialógica, as mídias tornaram-se recursos disponíveis para o crescimento pessoal e social. Constituem-se, de fato, no passaporte de ingresso de todo homem e de toda mulher à praça moderna do mercado, onde se expressam publicamente os pensamentos, onde se trocam ideias, as notícias se fazem circular e são transmitidas e recebidas as informações de todo tipo. As mídias se apresentam, assim, como elemento decisivo na definição dos processos de cidadania e no redesenho das formas de mediação na cultura, na sociedade, na vida política e na igreja (CNBB, 2014, p. 22-23).

Uma certeza presente nos testemunhos históricos é o forte indicador de que os trabalhos de educação e comunicação populares, desenvolvidos na Diocese de Juazeiro, de fato geraram transformações pessoais e sociais, de forma que repercutiram e repercutem na vida das pessoas, que reconhecem a importância do trabalho desenvolvido. Um dos jovens que atuaram no projeto de comunicação popular avalia o que vem sendo relatado:

Olha, eu sou testemunha disso, porque eu trabalhei desde de 1992 com a comunicação popular e, hoje, eu sou bacharel em administração, mas eu acho que o que eu aprendi, naquele período, como comunicador popular é insuperável, foi a base de minha carreira, de minha vida, porque a gente aprendia, fazia curso e partia para a prática, e era um trabalho muito dinâmico porque pegava a linguagem culta e transformava em popular para que as pessoas pudessem entender. E a transformação social a gente percebeu no decorrer desse trabalho, que as pessoas passaram a perceber as coisas de forma mais crítica, a mudar de vida, a ter opinião própria, já não eram mais pelo cabresto, tinham uma independência. Então, dentro das comunidades e no meio do povo, criou-se um tipo de resistência, inclusive, para o sistema que existia, que as pessoas começaram a ser vistas com outros olhos, a serem mais respeitadas nos seus direitos. Então, isso tudo se atribui a um trabalho de comunicação em Juazeiro, que foi muito forte (DJC3).

Segundo a CNBB (2014, p.83), o processo de comunicação é uma teia vasta e complexa de relações entre as pessoas e seus ambientes natural e tecnológico, formando um ecossistema no qual se conecta e integra.

O ecossistema comunicativo da Diocese, também, é impactado internamente nas suas atividades mais diretamente ligadas ao bispado de Dom José Rodrigues, a partir do reconhecimento da sociedade do trabalho de comunicação desenvolvido, é o que demonstra a fala a seguir:

Então, tem o impacto local, diocesano e tem o pessoal. Em Juazeiro teve um impacto positivo porque, de repente, a assessoria começava a funcionar, a grande imprensa para falar com o bispo procurava o setor de comunicação e ali a gente já conseguia dar um acompanhamento, fazer uma assessoria nas coisas a serem divulgadas e eu creio que essa, também, é uma experiência exitosa (DGC2).

Esse trabalho de comunicação popular transformou, também, a relação das instituições públicas com a imprensa, que agora passa a ter um papel mais ativo através dos correspondentes populares, vejamos o relato:

Nós tivemos como caso concreto Campo Alegre de Lourdes, que a reportagem popular do SEDICA, em alguns momentos, foi impedida de participar da reunião da câmara, porque, de repente, você tinha alguém em uma Câmara de Vereadores que fazia a cobertura (DGC2).

Ainda falando das transformações, agora pessoais, daqueles que participaram diretamente do Projeto de Comunicação Social desenvolvido na Pastoral das Comunicações, assim fala um dos entrevistados:

E pessoal, falando dos correspondentes que participaram desse processo e até da equipe coordenadora, muitos correspondentes cresceram profissionalmente a partir desses treinamentos pelos quais eles passaram através do SEDICA. Por exemplo, X, que foi correspondente da cidade de Campo Alegre de Lourdes, ele hoje mora em Brasília, fez jornalismo, tem um blog dele, que ele coloca várias notícias a serviço

da comunidade; Temos Y, correspondente da cidade de Pilão Arcado, ela é radialista profissional, já se formou em jornalismo na Alemanha, trabalhou em rádios comerciais em Petrolina. Nós temos Z, correspondente de Campo Alegre, que hoje é advogado, e já me disse que, sem esse treinamento, não seria possível chegar onde chegou. Temos a própria equipe coordenadora: o membro A, que se tornou cinegrafista profissional e trabalhou muito tempo na afiliada da rede Globo, eu que me tornei membro de emissoras comerciais a partir desse treinamento. Esse crescimento se deu tanto nas comunidades, nas organizações, como profissionalmente para cada um que participou (DGC1).

Os relatos levam a enxergarmos como esse processo foi decisivo nas vidas de todos que estiveram envolvidos nas práticas educacionais. Como diz um dos jovens:

Eu me coloco, também, como questão geral e pessoal, eu vim de família humilde, eu parei de estudar aos 13 anos e voltei aos 21 anos de idade. Por que eu falo isso? Porque, quando começou o trabalho de comunicação nas paróquias, os correspondentes e comunicadores populares, na época, tinham no máximo a quinta série, um ou outro tinha o primeiro grau, no meio do trabalho a gente tem os nossos comunicadores populares concluindo o segundo grau, fazendo universidade, sendo professores, comunicadores profissionais ou assumindo outras profissões. Foi o meu caso e de muitos outros, que continuam até hoje na área de comunicação comunitária, na educação (DJC1).

A cada testemunho que ouvíamos ficava perceptível que, de fato, ocorreram as transformações que deixaram marcas pessoais e sociais. A fala a seguir demonstra isso:

Com certeza, contribuiu sim, na questão educativa, social, porque esse tipo de trabalho que valoriza o social, ele deixa marcas, porque a gente cresce com isso, aprende a valorizar o que é nosso, o que a gente conseguiu aqui, leva e consegue disseminar coisas boas e o conhecimento (DJE1).

Ao ser questionado sobre a concepção do projeto que era adotado quando se pensava o trabalho que seria desenvolvido no âmbito diocesano, um dos jovens destacou a importância de buscar uma contextualização a partir da base como ponto de início de qualquer ação a ser desenvolvida:

Uma questão era a formação na fé e política, para Dom José não dá para trabalhar a fé sem a política e nem a política sem a fé. A outra coisa era esse trabalho de base junto do povo; então, a partir do povo é que você tem as transformações que são essenciais para poder mudar todo o sistema. Não dá para fazer uma coisa separada da outra, então, foram dois vieses que garantiram que muita gente tivesse o senso crítico nesse projeto de Dom José. Outra coisa é essa questão da transparência do que estamos fazendo, dizendo, realizando. Eu lembro que trabalhamos muito essa questão do ver, julgar e agir. A base sempre foi o povo no trabalho de Dom José Rodrigues (DJC4).

A construção de conhecimento a partir do desenvolvimento, participação e envolvimento de todos que vivenciaram todo esse Projeto de Comunicação Social que, não

podemos esquecer, é um desdobramento da Política de Educação Popular, fica evidenciada nas falas das testemunhas históricas ao descreverem as suas percepções sobre as transformações sociais e pessoais. E não poderia ser diferente, uma vez que desde o início um dos focos das práticas educacionais criadas e/ou incentivadas por Dom José Rodrigues, na Política de Educação Popular, na constituição do acervo da biblioteca ou no Projeto de Comunicação Popular, estava centrado na construção e assimilação de conhecimento por parte do povo oprimido como uma forma de apropriação de mais um instrumento de libertação.

Uma das testemunhas históricas descreve o impacto gerado pelo trabalho desenvolvido, o que não deixa dúvida sobre o efeito transformador que a construção de conhecimento pode estabelecer na sociedade:

Eu ainda me lembro de que, dentro do projeto de comunicação da Diocese de Juazeiro, chegou certa época que a gente passou a produzir materiais próprios e esses começaram a ser divulgados em jornais e revistas. Editei uma matéria na revista *Sem Fronteira*, que a gente recebia na paróquia; a gente passou a produzir vídeos populares, panfletos populares, programas em rádios e nas torres de igreja e em cima de carro de som. Então, foi uma forma de produzir de maneira muito eficiente, materiais que estavam ao nosso alcance e, também, dentro da capacidade dos comunicadores populares (DJC3).

Para realizar um trabalho de comunicação que pretendia oportunizar que as pessoas tivessem vez e voz, foi necessário organizar um trabalho que teve como um dos seus protagonistas os correspondentes populares, sendo a capacitação constante a maneira de propor a formação de conhecimento necessária para o desenvolvimento do trabalho. Essa era uma forma de assimilar novos conhecimentos, como demonstra o relato a seguir:

O SEDICA foi criado a partir do programa A Voz do Velho Chico, o eixo que fez organizar de forma mais efetiva o setor, que já existia. Para poder funcionar A Voz do Velho Chico, do jeito que o povo fosse a voz, que se representasse naquele programa, precisava de alguém que fizesse esse trabalho lá na ponta, na base. Logo, os correspondentes populares fizeram todo um trabalho. Para ser correspondente, tinha que conhecer não só a temática da comunicação, mas ter conhecimento dos outros conteúdos, principalmente que dissesse respeito ao trabalho que se fazia na Diocese; então, esse espaço dos correspondentes é de formação constante; para ser um comunicador popular, tinha que passar por diversos processos de formação (DGE2).

A gestão dos recursos e processos de comunicação fazia parte do projeto de comunicação, sendo um importante elemento de todo o processo, como relata um dos jovens:

Os projetos eram planejados para dois ou três anos, e aí no decorrer da execução desse planejamento, você percebe que, dentro da nossa área de comunicação, tinha

uma demanda que era preciso recuar em determinada questão, até em gasto de recursos, para você poder investir naquele outro, mas sempre prezando que a comunicação fosse dentro daquela linha de atuação, que a gente pudesse fazer com que a sociedade pudesse ganhar com isso, não era para o benefício do setor de comunicação; nosso pano de fundo era beneficiar a sociedade, as pessoas mais carentes, os sem vez e sem voz, aqueles que precisavam de nossa comunicação, a gente direcionava os nossos recursos para que a comunicação fosse transformadora naquele momento, porque vivíamos períodos em que a conjuntura mudava totalmente, tinha sempre modificações ao longo desse tempo e a gente tinha que direcionar os nossos recursos para que aquela comunicação continuasse transformadora (DJC1).

O cuidado, que teve a Diocese de Juazeiro, em fazer dos processos de comunicação atividades planejadas, sempre com o objetivo de beneficiar a sociedade, principalmente os mais fracos e carentes, nos remete a um projeto de comunicação pensado na linha da comunicação popular, que é conceituada no Diretório como sendo:

A comunicação popular – feita pelo povo, a partir dele e para ele – é uma comunicação transformadora que visa mudar as estruturas. O povo é seu protagonista. Ela continua atual e deve ser incentivada, inclusive lançando mão de novos meios que a tecnologia coloca à disposição (CNBB, 2014, p.116).

A formação contínua das pessoas que se dispunham a participar e a desenvolver um trabalho de comunicação popular diocesano era levada a sério e contava com a contribuição de vários colaboradores, que ajudavam no amadurecimento das ideias e na construção de novos conhecimentos, além de ajudar a despertar muitas lideranças.

As pessoas eram convidadas, tinham os encontros formativos, formavam-se os chamados comunicadores populares e cada um ia desenvolvendo o seu trabalho na sua comunidade, na sua paróquia e, várias vezes, no ano tínhamos formação, tínhamos até Moisés, jornalista que coordenou, nessa época, o próprio Josenaldo e tínhamos também outros jornalistas, outros assessores que vinham da CNBB para formarem, sobretudo, aqueles jovens da época para desempenharem esse trabalho nas comunidades (DJC2).

Os relatos demonstram de que forma era feita a formação de lideranças, que acontecia como mais um desdobramento do Projeto de Comunicação Social, com o objetivo de gerar a descentralização dos processos de comunicação fazendo com que as próprias comunidades pudessem gerir a produção e a divulgação das notícias, desafios, dificuldades e vitórias por elas vivenciadas, ficando a executiva da Pastoral das Comunicações Sociais na retaguarda de todo o processo. Vejamos o que diz um dos gestores:

A formação de lideranças era feita a partir dos treinamentos, com as pessoas que estavam participando dos grupos que nós tínhamos: tanto dos correspondentes populares, como das rádios comunitárias. Então, essas pessoas acabaram muitas

delas a se tornarem líderes em suas comunidades: presidentes de sindicato, coordenadores de colônia de pescadores, de grupo de mulheres, de catequese. A partir desse processo, eles cresceram dentro de suas próprias comunidades e assumiram diversas lideranças (DGC1).

Os jovens comunicadores, também, tinham a concepção de que a experiência de formação propiciada para o desenvolvimento de práticas educomunicativas, favorecia o despertar de novas lideranças:

A gente tem o prazer de dizer que o SEDICA tinha muito essa questão de formar lideranças. A gente via os jovens que chegaram quase sem bagagem, faziam no máximo uma leitura na igreja no domingo, integravam um coral, alguma coisa desse tipo; dois anos depois pela formação que eles tinham, estavam coordenando uma equipe de comunicação, uma pastoral da juventude em nível de Diocese, integrando grupos de jovens regionais e até nacional. Formou lideranças não só na área de comunicação (DJC1).

Na cidade de Pilão Arcado, na Bahia, foi evidenciada, segundo uma das testemunhas históricas, a evolução dos trabalhos a partir do engajamento da juventude, possibilitando o surgimento de novos líderes:

Havia sempre a preocupação de inovar e ter novas pessoas dentro do grupo de comunicadores. Na minha turma, por exemplo, na minha época em 1992, quando a gente começou, eram dois, já quando estava em 2006, 2007, nós tínhamos oito, então multiplicou gradativamente. E esse trabalho foi se multiplicando justamente porque se formavam as novas lideranças dentro da região da diocese (DJC3).

A fala de um agente pastoral, que desenvolvia atividades com o círculo de leitura dentro do trabalho de educação popular, expressa essa relação do trabalho de Dom José com a formação de líderes:

As lideranças, para Dom José eram as meninas dos olhos dele, porque sempre ele trazia assessores, muito renomados, para os encontros de formação de agentes pastorais, animadores de comunidade e na questão cultural da leitura, da comunicação, da vivência com o rádio, com a televisão. Dom José foi muito enfático em colocar nas mãos das pessoas o que elas precisavam para a formação (DGE1).

O Diretório fala sobre a importância da atuação das lideranças, em sua maioria, despertadas do meio dos leigos, que se dispõem a trabalhar no âmbito da comunicação:

O comunicador leigo é convidado a atuar no âmbito da educação. Sua missão é colaborar com as novas gerações para que compreendam a natureza e as linguagens do mundo da comunicação, e se relacionem de forma crítica e autônoma com as produções midiáticas. Cabe também, como tarefa, a formação para o uso adequado desses instrumentos a serviço da cidadania, do bem-estar comum e da evangelização (CNBB, 2014, p. 103 e 104).

As práticas educomunicativas que eram desenvolvidas no bispado de Dom José Rodrigues estavam para além de um projeto que visava exclusivamente à comunicação, possuíam objetivos mais ambiciosos, pois tinham uma utopia, um desejo de mudar a realidade, a partir de uma forma muito clara de pensar o homem e o mundo, sustentados em pilares muito bem alicerçados. Um entrevistado expressa quando aparecem os alicerces desse processo:

Eu acho que, dentro da ideia da libertação do povo, quando você prega, por exemplo, a proposta do povo ter autonomia e de se libertar. Nós, em tese, estávamos focados nisso, acreditávamos em uma proposta de teoria da libertação e dentro dessa proposta da teoria da libertação, o uso desse instrumento, que era a comunicação (DGC2).

Esse viés da proposta de comunicação ligada à teologia da libertação, também é lembrado por outro entrevistado quando ele cita alguns assessores que contribuíram com a formação e as ideias que alicerçavam o trabalho diocesano:

Nós tínhamos, muitas vezes, visitas de Leonardo Boff e Clodovis Boff. Clodovil Boff ia para a região amazônica, vivia vários meses com o povo lá e, a partir da experiência lá, escrevia mais um livro; então, nessas viagens de volta, ele parou, várias vezes, em Juazeiro, para se encontrar com o pessoal da Diocese; a base dele era a teologia da Libertação¹ sim (DGE3).

A percepção de que o projeto desenvolvido estava para além de um projeto que visava exclusivamente uma ação comunicativa, fica mais uma vez evidenciada quando tivemos acesso a um testemunho que diz:

Era um trabalho voltado para a vida do povo, para as comunidades; então, além da comunicação, nós tínhamos as questões do direito, do gênero, da terra, da água, da moradia, dos direitos básicos de educação e saúde. Nós fizemos um trabalho de comunicação na região da Diocese de Juazeiro, que mexeu com a estrutura política da região, quer dizer que tudo isso foi marcado porque os direitos das pessoas começaram a ser respeitados. Então, não era voltado simplesmente para a comunicação em si, era voltado para uma transformação social que, graças a Deus, conseguimos realizar no decorrer de alguns anos (DJC3).

¹A Teologia da Libertação é um movimento sócio eclesial que surgiu dentro da Igreja Católica na década de 1960 e que, por meio de uma análise crítica da realidade social, buscou auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos. . <acessado em https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/253/o/Rodrigo_Augusto_Leao_Camilo.pdf 02/07/2020>

Fica evidenciada essa intencionalidade no documento 99, da CNBB (2014, p. 105), quando diz que “a missão essencial dos meios de comunicação de inspiração católica é o serviço aos pobres, à defesa da vida e dos direitos dos mais vulneráveis e excluídos”.

Para que todo esse trabalho de educação popular e comunicação social fossem desenvolvidos foi montada uma estrutura de apoio que contava com um acervo bibliográfico montado com o incentivo de Paulo Freire. As testemunhas históricas nos ajudaram a entender como ocorreu o suporte oferecido pela biblioteca da Diocese de Juazeiro as práticas educacionais.

6.2 O suporte oferecido pela biblioteca às práticas educacionais da Diocese

A biblioteca da Diocese contribuía com as atividades de formação e apoio nas práticas educacionais e educacionais. Essa é a certeza deixada no depoimento que diz:

Contribuía muito, porque o material que Dom José disponibilizou na biblioteca era muito bom, também, na área de comunicação e educação popular. Então, nós consultávamos bastante esse material para nosso enriquecimento pessoal e para usar nos treinamentos que a gente fazia com os correspondentes populares. Esse acervo que Dom José montou servia não só para a gente, mas também para toda a comunidade, muita gente usava o acervo para pesquisas escolares, pesquisas universitárias (DGC1).

Quando é feito um comentário sobre a biblioteca, sempre ela é associada aos processos de educação e comunicação populares, às práticas educacionais, desenvolvidas na Diocese de Juazeiro, isso porque seu acervo tinha, de fato, a finalidade de ser um instrumento de apoio com vistas à conscientização e a mudanças da realidade. A fala a seguir denota essa concatenação, ao dizer:

Dom José era um visionário e, naquela época, não tinha biblioteca em Juazeiro e essa biblioteca tornou-se a menina dos olhos dele e ele acreditava que, por meios dos estudos, da leitura, as pessoas iam se conscientizando. Sem educação, não há tomada de consciência da realidade. É a leitura que abre a consciência para contemplar a realidade e fazer com que a pessoa tome certa posição. Então a biblioteca, ou o caminho da educação proposto por Dom José Rodrigues, a educação popular, a comunicação popular, com certeza, foram os meios encontrados para ir contra o grande sistema da época a partir dos pobres e dos pequenos nas diversas comunidades (DJC2).

Outro depoimento reforça a importância desse suporte bibliográfico nas áreas da educação e da comunicação. Nele a testemunha histórica diz:

Eu acho que a grande internet de todo mundo era a biblioteca. Tanto o estudante da região, como nós comunicadores, tínhamos acesso aos textos que traziam, de certa forma, embasamento, porque Dom José Rodrigues teve sempre essa sensibilidade com o acervo da biblioteca, tinha muita coisa que a gente não tinha acesso em bibliotecas comuns. A gente não tinha condição na época de comprar livros, então a biblioteca ajudou muito nessa questão. Era o acervo da biblioteca, que favorecia a gente, principalmente nessa questão da comunicação (DJC1).

Os agentes pastorais viam esse acervo como um importante material de apoio para as formações, por ser fonte de vários temas, como também suporte para a formação contínua, de acordo com a necessidade de cada agente.

Todo mundo recorria à biblioteca para os trabalhos de formação da Diocese que eram de formação de formadores. Então ao mesmo tempo em que a gente recebia a formação, a gente contribuía, animava a formação nas comunidades, nos grupos onde a gente atuava; então, a gente sempre recorreu à biblioteca porque era lá que encontrávamos as fontes necessárias para fundamentar a nossa ação e todo o trabalho, porque a gente entende que o trabalho de formação não se dá só entre quatro paredes, no Centro de Treinamento de Líderes, mas a gente tem que continuar a formação, ela tem que ser permanente. Portanto, a gente sempre buscava a biblioteca como fonte dessa formação permanente (DGE2).

A biblioteca inspirou e serviu de modelo para a constituição e montagem de outras bibliotecas similares, como cita a testemunha:

A paróquia de Pilão Arcado [BA], a partir dessa biblioteca montou outra com 15 mil livros, com o incentivo de Dom José Rodrigues. Então, esse acervo foi além da comunicação, ele partiu para uma transformação de vida tanto dos estudantes, como de professores, de pesquisadores, da sociedade como um todo. Ele foi um marco na história da Diocese de Juazeiro. (DJC3).

A biblioteca acabou por atender a um público que estava além do ecossistema comunicativo diocesano, pois além de atender ao clérigo, aos agentes e leigos, acabou rompendo os muros da instituição Igreja e atendendo a toda a comunidade de dentro e de fora da área geográfica da Diocese. Isso é, mais uma vez, demonstrado na fala a seguir:

Dom Rodrigues sempre foi um homem dos livros e dos estudos e resolveu montar essa biblioteca, que, em um determinado momento, se tornou a principal biblioteca da região. Então ele sempre valorizou muito isso; eu encontrei, muitas vezes, pessoas que depois estiveram em cargos públicos, que fizeram mestrado, doutorado pesquisando na biblioteca diocesana. Você chegava lá e a sala estava cheia, naquelas mesas, das pessoas estudando. Então, essa avaliação da importância eu não tenho, eu só sei que, durante muito tempo foi o grande espaço de pesquisa e de leitura não só do pessoal da Diocese, mas também dos estudantes das escolas aqui de Juazeiro, isso eu tenho certeza pela frequência que se tinha naquela biblioteca (DGE4).

Com o acervo da biblioteca Dom José Rodrigues concretiza uma das ações que se tornou uma frente de atuação da Igreja, descrita no Diretório de Comunicação: “Uma das grandes preocupações da Igreja consiste na proteção dos mais frágeis e na garantia do princípio da justiça no acesso à informação, promovendo a inclusão dos que se encontram excluídos dos meios e recursos de informação” (CNBB, 2014, p. 116).

A qualidade do acervo bibliográfico dava um suporte para os projetos da Diocese, não só pela atualidade e organização, mas principalmente pelo que disponibiliza para o uso dos agentes pastorais. Isso fica evidenciado em mais um depoimento que diz:

Era o suporte, porque você tinha lá: jornais, recortes de jornais, alguns programas de rádio e como a gente gostava de colocar dados, o grande suporte era a biblioteca. O bispo teve um zelo muito grande, era uma pessoa cuidadosa, inclusive, na guarda de dados, na guarda não só de dados, mas também de informação da própria imprensa. Então, isso facilitava em muito quando a gente ia fazer uma análise de conjuntura ou quando ia montar um programa que necessitava de um recorte histórico ou de um recorte, digamos, assim, de dados concretos (DGC2).

Ficou perceptível que, de fato, era um instrumento importantíssimo na ação dos agentes pastorais, que podiam encontrar uma diversidade de autores, temas e títulos para atender a demanda da atuação em áreas como a educação e a comunicação. Sobre isso relata o agente:

Certamente, tinha a sessão de filosofia, de teologia, de espiritualidade, provavelmente a questão política, regional e histórica aqui da região, documentos e livros e tudo mais. Eu não sei dizer na área das exatas, mas na área das humanas, tinha muita coisa, que já estava ali, eu lembro bem que eu frequentava muito a área da filosofia, das teologias, da educação com Paulo Freire e a Educação Popular, essas coisas todas. Era muito afinado com o espírito, com os objetivos da Diocese, de você trazer uma linha libertária de educação como um grande instrumento para esse processo (DGE4).

Nas décadas de 1980 e 1990 dispunha de um material diferenciado, que era composto de conteúdos de ordem geral, mas a sua riqueza estava no que é encontrado nele de específico para o atendimento dos trabalhos da diocese, a exemplo das práticas educomunicativas, como relata um jovem comunicador ao dizer:

Na biblioteca que Dom José Rodrigues montou e que hoje está lá na UNEB, temos livros de várias áreas, mas a prioridade era sempre artigos, livros, revistas, que ajudassem as pessoas a fazerem outra leitura da história, não a partir dos grandes, mas a partir dos pequenos, daqueles que sofrem. Então, a biblioteca sempre foi uma referência aqui na cidade. Claro, tínhamos livros de diversas áreas, mas, sobretudo, livros da teologia da libertação, revistas críticas que ajudassem as pessoas a perceberem a realidade e abrir os horizontes (DJC2).

O trabalho de comunicação popular teve uma contribuição substancial da biblioteca montada por Dom José Rodrigues, como relata a entrevistada:

A gente tinha uma parte que tratava de comunicação. Dom José criou, na época, o SEDICA, que era o setor de comunicação e os meninos faziam pesquisas na biblioteca, sobre o tema comunicação, e para a formação do pessoal eles buscavam material lá para montar os cursos que eles iam dar sobre comunicação, para formar a galera que a gente chamava de correspondentes. Então, o acervo, também, tinha esse material que vinha a contribuir com a formação de pessoal nessa área da comunicação (DJE1).

As falas evidenciam o quanto a biblioteca, que havia sido organizada, inicialmente, com o incentivo do professor Paulo Freire, para apoiar a Política de Educação Popular, também, acabou por ser um instrumento de muitos outros projetos da Diocese, a exemplo do Projeto de Comunicação Popular. Como muito bem relata um agente pastoral:

Os nossos programas de rádio eram, muitas vezes, pesquisados nos livros na biblioteca; na questão de formação de nossos agentes pastorais, a biblioteca contribuiu muito, porque sempre esteve aberta. A biblioteca diocesana de Juazeiro era outra vertente do trabalho educacional. Dom José, assim que ele chegou se preocupou em montar essa biblioteca, para dar sustentação aos trabalhos dos agentes pastorais, mas era também aberta às comunidades estudantis e professores da região. Era uma biblioteca realmente bem equipada, naquele momento, a mais atualizada biblioteca da região do vale do São Francisco, porque Dom José se preocupava em atualizar a biblioteca para dar conhecimento, formação, permitindo que a comunidade tivesse mais um veículo de formação e de comunicação (DGE1).

É evidenciado um elo entre a biblioteca e o trabalho de comunicação popular. E quando perguntado se o material de fato contribuía com essa relação, assim declarou uma entrevistada:

Sem dúvida, porque nada funciona se não houver uma boa comunicação e tudo que está lá é material para se poder fazer qualquer outra coisa que a gente queira a partir dessas informações, desses dados e estudos. Então nós podemos trabalhar qualquer projeto a partir do que tem ali nesse campo da comunicação, a partir do enriquecimento que ele pode oferecer e do valor que esse material possui (DJC5).

A riqueza do material que o acervo bibliográfico dispunha para os trabalhos de comunicação, educação e demais formações necessárias para os andamentos das ações pastorais, é descrito por mais uma das testemunhas históricas que assim descreveu o conteúdo da biblioteca:

Na biblioteca, encontravam-se de tudo, desde periódicos, jornais, revistas diversas. A gente encontrava: livros, folhetos, publicações diversas de todas as áreas, religião, história da religião, espiritualidade, na área da economia. Era tudo separado, Dom Rodrigues separava, ele organizou bem a biblioteca com todas as áreas necessárias para a formação das pessoas. Por isso, eu digo que a biblioteca era completa, era um espaço que nós tínhamos, muito bom, que ajudava a todo mundo, não só nós agentes pastorais, mas também a toda a população que recorria a ela para ajudar nas reflexões e no aprofundamento do seu trabalho (DGE2).

A importância social, política e histórica da biblioteca para a população, para os agentes das diversas pastorais e, especialmente, para aqueles que valorizam os registros dos acontecimentos locais é exposta na fala de uma comunicadora, ao dizer:

Isso era uma coisa bem rica que a Diocese tinha, que bom que hoje tem o acervo. Eu vi, por diversas vezes, muita gente se utilizar disso para fazer os seus trabalhos, desde os alunos das escolas até grupos, pastorais e entidades. E muitas pesquisas e estudos foram feitos por pessoas que estavam fazendo trabalhos na região para poder realizar as suas atividades. Era muito rico o material que tinha na biblioteca, produzido na nossa região, fruto de resultado de várias pesquisas. Eu lembro que o pessoal pediu material sobre a questão do movimento Pau de Colher e quando a gente foi trabalhar alguma coisa a gente só tinha esse material na diocese de Juazeiro, não tinha em outro lugar. Assim, como o material que falava da guerra de Pau de Colher, uma série de outros daqui da região eram encontrados lá, principalmente das lutas que ocorreram aqui em nossa região (DJC5).

A biblioteca foi um instrumento de fundamental importância para que fosse possível a concretização das práticas educacionais diocesanas em Juazeiro, além de extrapolar o seu objetivo específico e os limites do ecossistema comunicativo das comunidades eclesiais, servindo de instrumento de construção de cidadania no vale do São Francisco.

6.3 Dom José Rodrigues: um precursor da educação

Toda a trajetória do trabalho de Dom José Rodrigues de Souza o transformou em referência episcopal no que se refere ao mundo da comunicação. Uma referência de práticas educacionais em consonância com o que afirmam as pesquisas sobre o novo campo desenvolvido no Brasil, a partir da sistematização realizada pelo NCE/USP, em 1999.

A Diocese de Juazeiro da Bahia tem uma história ligada aos processos educacionais e da comunicação, pois desde a sua fundação, ainda com o seu primeiro bispo, Dom Tomaz, já buscava desenvolver atividades nas quais a educação e a comunicação se faziam presentes. Ao assumir, em 1975, Dom José procurou não só dar continuidade à essa característica, mas também fortalecer e desenvolver políticas educacionais e projetos na área que hoje

entendemos como sendo educ comunicativa. Isso fica evidenciado na fala de um dos gestores dos 13 círculos de leitura que faziam parte da Política de Educação Popular, quando ele diz:

Quando Dom José Rodrigues chegou a Juazeiro, havia um projeto do primeiro bispo Dom Tomaz, chamado Educação Popular. Esse projeto de educação popular passou muito pela rede de comunicação, porque a CNBB, naquela época, já se preocupava com a questão da comunicação e, aqui na região, o Dom Tomaz desenvolveu um trabalho e Dom José abraçou e ampliou. No tempo de Dom Tomaz esse trabalho era voltado para a questão da educação de adultos, através do rádio, programas radiofônicos que falavam, davam instrução à pessoa, a aprender a ler e escrever e assim por diante, para acabar com o analfabetismo. E Dom José Rodrigues, com uma visão muito ampla, tinha chegado da congregação dele, onde ele foi provincial Redentorista, trazendo na cabeça toda a linha de comunicação, da difusão da Congregação dos Redentoristas, e aqui em Juazeiro, ele desempenhou um papel interessante, tendo seu ápice na implantação do setor de comunicação diocesano com vários programas de rádio, que eram ouvidos em toda a Diocese, em uma linha de educação popular (DGE1).

Ainda sobre a política de alfabetização, as falas demonstram claramente a influência do método de Paulo Freire utilizado nas atividades educacionais que valorizavam o conhecimento e a criticidade próprios das pessoas das comunidades, contribuindo com a construção de novos conhecimentos e com a formação cidadã:

Você tem que considerar que, quando a gente chegou aqui, ia para o interior e grande parte da população era analfabeta. Então, a gente trabalhava com a tradução oral, com a música, com a reflexão, porque as pessoas não tinham leitura, mas tinha tremenda leitura de mundo, de realidade e a gente trabalhou muito com isso. Eu ficava um mês na comunidade, acho que eu fiz alfabetização com as crianças uns vinte dias, usando o método de Paulo Freire das palavras geradoras. Eu lembro que eu usei fome e sede, eram duas palavras simples, mas que diziam respeito àquela realidade (DGE4).

Ao falar sobre alfabetização Martin-Barbero (2014, p. 38), enfatiza o que Paulo Freire diz sobre ser alfabetizado e as suas consequências:

O analfabeto é o homem impedido de dizer a palavra. E a alfabetização será, então, a práxis educativa que devolve aos homens seu direito de dizer o que vivem e sonham, de ser tanto testemunhas como atores de sua vida e de seu mundo. Deixando de ser simples falta de instrução, o analfabetismo revela-se como uma consequência estrutural de um sistema injusto que domina excluindo as maiorias daquele espaço cultural em que se constitui a participação (MARTIN-BARBERO, 2014, p. 38).

Ao ser perguntado sobre os indícios de que o Projeto de Comunicação Popular seja um desdobramento do Projeto de Educação Popular desenvolvido por Dom José, na Diocese na Década de 80, um dos gestores, que chegou a participar do Projeto de Comunicação enquanto Pastoral da Comunicação Social, disse:

Acredito sim. Paulo Freire esteve na Diocese na década de 80, algumas vezes, e se ele trouxe Paulo Freire para cá para montar esse projeto de educação popular para que as pessoas pudessem analisar criticamente o contexto que estava se passando na Diocese de Juazeiro naquele ano, com certeza esse projeto de comunicação popular veio como desdobramento desse projeto de educação popular (DGC1).

Em mais um depoimento, desta vez de um agente pastoral que trabalhava com formação de leigos é confirmada essa ligação nos trabalhos desenvolvidos envolvendo educação e comunicação:

Sim, estava totalmente vinculado, você tinha educação popular na base, a formação das comunidades, a educação política, a educação sindical, e havia um trabalho intenso nas comunidades de debate, de formação bíblica, sindical, de formação na linha das comunidades e o trabalho da comunicação vinha exatamente no sentido de repercutir isso, de replicar, de ampliar esse trabalho, que era feito na base (DGE4).

Essa concepção de que existe uma indissociabilidade entre a política de educação popular e o projeto de comunicação popular, nas práticas educomunicativas de Juazeiro, são evidenciadas na clareza dos depoimentos daqueles que participaram e entenderam a importância do que poderia potencializar os trabalhos dentro dessa interface. Sobre isso, um depoente diz:

A educação é que abre a mente, abre os olhos para ver as diversas realidades e, nesse campo, a comunicação era uma forma de educar as pessoas, porque chegava às comunidades mais distantes que ouvia a Emissora Rural, a rádio Juazeiro, a rádio de São Raimundo Nonato- PI, a rádio Serra da Capivara. Era uma formação crítica e sempre a palavra de Dom José Rodrigues era “organizar-se para libertar-se de tudo aqui que oprime”. Essa era a palavra e nós tínhamos consciência de que esse Deus era um Deus libertador e é claro que, para que as pessoas se libertarem, o caminho era investir na educação, como ele trouxe aqui Paulo Freire, trouxe tantos outros nomes, trouxe na linha teológica Clodovil Boff, Leonardo Boff, todo esse povo que sabia ler a história à luz da palavra de Deus e anunciava ali a vontade de Deus para as pessoas (DJC2).

O bispo, professor e comunicador Dom José Rodrigues, tinha a clareza da necessidade de que implantar a política de educação popular e o projeto de comunicação popular era uma vertente de trabalho necessária para que se pudesse ir de encontro à realidade por ele encontrada. Como relata uma depoente:

Quando Dom Rodrigues chegou, ele já vinha com essas iniciativas, primeiro porque ele é missionário, onde ele trabalhou estava acostumado a lidar com o povo. Então, ao chegar aqui, ele, vendo essa realidade gritante, inicialmente, com a barragem de Sobradinho, todos aqueles problemas de analfabetismo que existiam na época, a falta de visão política das pessoas e, também, as questões relacionadas tanto pela barragem como pelos projetos de irrigação, precisava fazer um trabalho de educação

popular, para que as pessoas compreendessem a sua realidade e, também, reconhecesse que tinham direitos. E, para isso, precisava ter toda uma linguagem adequada para fazer esse trabalho de educação popular, principalmente porque quando Dom José chegou aqui era época da ditadura militar (DGE2).

A educação e a comunicação estiveram fortemente presentes no trabalho desenvolvido por Dom José Rodrigues. As áreas se inter-relacionavam e a interface entre elas se sobressaía, muitas vezes, na forma como era pensada a formação dos seus agentes pastorais e demais leigos das comunidades. É um posicionamento que fica demonstrado na fala a seguir:

Primeiro, para se fazer comunicação, anda junto a educação e uma das preocupações de Dom Rodrigues foi trazer pessoas de diversas expertises, das diversas áreas que compreendem a vida das pessoas, ele tinha uma preocupação com a formação integral de seus agentes. Então ele trouxe essas pessoas e foi interessante no caso concreto da educação popular. Paulo Freire não veio uma vez ou duas vezes, ele fez um acompanhamento aqui aos agentes principalmente na implantação dos ciclos de cultura. Isso também favoreceu a se trabalhar de uma forma melhor a educação ou a comunicação, a gente trabalhava muito essa questão da comunicação popular, e aí inicialmente tinha os programas de rádio, o *Caminhar Juntos*, que era um jornal informativo, os folhetos, os panfletos, os folders, as cartilhas de educação popular, então são vários materiais, os filmes da realidade local e também outros materiais que se utilizavam no retroprojeto para trabalhar a questão da organização popular, comunitária. Vários materiais eram utilizados na área da comunicação para favorecer o trabalho de evangelização (DGE2).

Com uma experiência que já trazia de seus trabalhos anteriores, Dom José Rodrigues buscou investir em um projeto de comunicação, como uma forma de incrementar as linhas de ação. A fala de um dos gestores do Setor de Comunicação, que se tornou Pastoral das Comunicações ilustra isso:

Dom José era um bispo que estava à frente de seu tempo. Quando chegou à Diocese de Juazeiro, ele já tinha uma obsessão pela comunicação como uma maneira de informar as pessoas, para que informadas pudessem se libertar das mãos dos poderosos, caminhar com seus projetos, se organizar melhor e isso fez com que Dom José montasse um setor de comunicação com estrutura para um programa de rádio e para elaborar o *Caminhar Juntos*, que era um jornal impresso, para fazer o acompanhamento das comunidades, das paróquias. Ele queria que cada paróquia tivesse a sua comunicação também, junto com os fiéis, com as entidades sindicais, as organizações das mulheres, a organização dos pescadores. Então, o que o levou a fazer esse projeto de comunicação foi fazer com que a informação, que não chegava pelos grandes meios, chegasse pelo setor de comunicação diocesano (DGC1).

Ao falar da conjuntura do vale do São Francisco, o depoente expõe a importância da implantação do projeto de comunicação popular na região de uma Diocese que não poderia deixar de criar um espaço de informação, formação e cidadania, que acabou por tornar as práticas educacionais uma forma de expressão das comunidades:

Naquele tempo, quando ele chegou em 1975, a gente estava na Ditadura Militar e com a questão do regime militar, os prefeitos eram nomeados pelo presidente da república e você tinha toda uma questão do cerceamento no Brasil, a questão da censura, o debate das ideias não acontecia livremente e nós tínhamos uma região bastante isolada, você não tinha grandes meios de comunicação e vários municípios não tinham nem energia elétrica como era o caso de Campo Alegre de Lourdes - BA. Você não tinha televisão, nem telefonia, nem internet, essas coisas que a gente tem hoje em dia, então os grandes meios de comunicação eram as rádios aqui de Juazeiro – BA e Petrolina – PE; para a Diocese era fundamental a emissora Rural de Petrolina. Então, cresceu uma rede de comunicadores populares nos interiores, que colhiam as informações, mandavam para cá e essas eram veiculadas pelas equipes de comunicação ou pelo próprio Dom José nos programas da emissora Rural. Foi o instrumento que se tinha e que se utilizou intensamente (DGE4).

A clareza da pretensão de Dom José Rodrigues é explicitada todas as vezes que indagamos aqueles que estiveram envolvidos nesse processo, na fala a seguir é reforçado o propósito do trabalho desenvolvido e apoiado por ele, quando diz:

As pessoas pobres não tinham quem lhes desse informação. Formar consciência das pessoas politicamente, ajudar as pessoas a compreenderem a realidade social da época, as situações de miséria, de sofrimento ou porque estavam ali mergulhadas naquela situação. Então o trabalho de Dom José Rodrigues foi ir para as rádios, ele tinha programas nas rádios onde ele mesmo conscientizava as pessoas. Então ele criou o setor de comunicação, o SEDICA, para formar comunicadores populares, pessoas jovens e, também, pessoas adultas que, nas suas comunidades, pudessem trabalhar a sua comunicação a partir da realidade e ajudando-as a se conscientizarem dessa realidade (DJC2).

O trabalho de comunicação dentro da Diocese era feito a partir de ações desenvolvidas pelos agentes pastorais que ajudavam a disseminar materiais que pudessem oferecer ao povo o acesso à informação, que podia ajudar o povo a conhecer a sua realidade. Foi assim desde que chegou e conheceu a realidade da região. Diz uma testemunha, fazendo uma leitura “educomunicativa” da obra do bispo Dom José:

Olha, Dom José chegou aqui em 1975 e já achou uma realidade bastante complicada e uma das prioridades dele foi a questão da educomunicação, da comunicação, né, e ele foi dinamizando esse trabalho através de formações, juntando grupos de agentes pastorais, formando-os para que essas pessoas se tornassem multiplicadores nas comunidades, foi juntando agentes de diversas pastorais para dar formação. Então, isso já é um indício de comunicação. E depois elaborando pequenos panfletos de informação e espalhando nas comunidades. Isso também é um meio de educomunicação nas comunidades, ciclos bíblicos, por exemplo, trabalhos sobre terra, trabalhos sobre água, trabalho sobre família, trabalho sobre saúde, o que era feito tanto de forma verbal como de forma escrita. Então, eram elaborados pequenos panfletos informativos e disseminado as ideias nas comunidades que pouco eram assistidas pelos meios de comunicação da época (DJC3).

A política educacional e o projeto de comunicação desenvolvidos em Juazeiro tinha uma base fundamentada em uma opção política e pastoral, com o auxílio de documentos produzidos pela Igreja, como relata um dos entrevistados:

Fé e vida! Duas palavras que estavam em desuso e que, agora, voltam no pontificado do Papa Francisco. Fé e vida: era isso que Dom José Rodrigues pensava. Então, aquilo que Francisco acena hoje, Dom José Rodrigues já acenava no passado. Não só Dom José, mas também outros bispos da época como Dom José Maria Pires e Dom Paulo Evaristo Arns. Em Petrolina, tinha Dom Gerardo de Andrade Pontes; em Afogado da Ingazeira, Dom Francisco e outros, como Dom Tomaz Bauduíno, que faleceu recentemente. Todos estavam juntos nessa proposta de uma igreja mais popular, de uma igreja que, estando presente na sociedade, tornasse sal e luz do mundo, de uma igreja que assumindo o evangelho ajude as pessoas a entenderem que o reino de Deus se faz aqui também e é claro que tem a sua plenitude na eternidade (DJC2).

Ao buscar entender como se deu esse processo de implantação de um Projeto de Comunicação na diocese de Juazeiro, com fortes indícios da existência de indicadores de educomunicação, vamos encontrando nas falas das testemunhas históricas toda essa construção com uma maior riqueza de detalhes, como afirma outro gestor do Projeto de Comunicação:

Dom José é muito filho de duas Conferências, que é a de Medellín e a de Puebla e, também, é muito filho das orientações do papado de João XXIII. Acho que esses três elementos são importantes pra gente entender por que Dom José tende a ter uma proposta de comunicação, da própria parte dele, por exemplo, para se comunicar com os seus diocesanos. Isso em um programa de rádio que ele tinha na Emissora Rural e depois na Rádio Juazeiro, com o Boletim escrito e depois com uma proposta maior de Pastoral da Comunicação. Eu creio que as propostas de tornar a igreja mais próxima do povo, uma igreja, digamos assim, inculturada, uma igreja morena, uma igreja que tem e teve uma opção preferencial pelos pobres, fez com que ele utilizasse esses meios, primeiro o impresso e depois o meio radiofônico. Esses dois instrumentos ele faz à luz dessas orientações das próprias Conferências de Puebla e de Medellín e depois da própria orientação do bispado brasileiro. No Brasil, o final da década de 50, os cinco últimos anos da década de 50 e os primeiros anos da década de 60, a Igreja no Brasil, especialmente aqui no Nordeste, faz uma opção por ter rádio e nós vamos ter aqui no Maranhão, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e na Paraíba e, também, na Bahia, rádios que vão pertencer às dioceses e arquidioceses, que terão, digamos, assim, uma importância muito grande no processo de alfabetização (...). Então, creio que essas luzes ou essas interferências da própria igreja vão fazer com que ele tenha um projeto particular, enquanto bispo, e depois um projeto mais amplo que é o projeto diocesano (DGC2).

O alinhamento do trabalho de Dom José Rodrigues com que o propunha Puebla e Medellín, no que diz respeito a uma clara opção preferencial pelos pobres aparece constantemente na fala das testemunhas históricas que vivenciaram todo ou uma parte do trabalho desenvolvido por ele. Nessa linha de raciocínio, declarou um entrevistado que:

Dom José Rodrigues foi uma figura de um comunicador nato, ele era apaixonado por rádio, por estar no meio do povo. Isso eu acredito que tenha levado a desenvolver um trabalho de comunicação na diocese de Juazeiro. O desejo de transformar uma realidade que existia na época, que era opressora, numa realidade que viesse a dar vez e voz ao povo das comunidades e, também, na própria diocese de Juazeiro. Dom José chegou com esse desejo de fazer com que a voz da libertação, a palavra de Deus e a própria cobrança dos direitos dos trabalhadores e das comunidades pudessem, também, chegar até essas comunidades, dando vez e voz a esse povo (DJC3).

No documento 99 da CNBB, que trata do Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil, é, mais uma vez, evidenciado o quanto a Igreja já vinha propondo que o caminho seguido por Dom José Rodrigues deveria tornar-se uma prática constante dentro de seus projetos de comunicação. Afirma o Diretório que cabe à Igreja ampliar suas relações com a comunidade humana, na perspectiva de uma cultura do encontro: “um caminho já apontado, há cinco décadas, pelo Concílio Ecumênico Vaticano II, que, através do Decreto Inter Mirifica, publicado em 1963, fez a opção por uma comunicação aberta ao diálogo com o mundo, a sociedade e suas tecnologias” (CNBB, 2014, p.10-11).

O Projeto de Comunicação apareceu como um desdobramento da Política de Educação Popular. Isso fica esclarecido quando os gestores da comunicação relatam inicialmente como tudo começou e depois a dimensão em que tudo se tornou ao ser implantado o Setor de Comunicação com as suas práticas educacionais:

Tinha um programa de rádio, para o qual depois foi construído um estúdio; antes era feito ao vivo, na própria Emissora Rural, mas foi construído um estúdio para isso, também como ele escrevia um impresso, que era o boletim *Caminhar Juntos*, foi montada próximo a casa dele, próximo à região de administração da Diocese uma mecanografia; lá você tinha uma máquina de datilografia, um mimeógrafo e em um processo mecanográfico faziam-se, por exemplo, não só os boletins, porque a comunicação de Dom José, não é feita apenas pelos boletins e o programa de rádio, as cartilhas também devem entrar; não podem sair do espectro, por exemplo, as cartilhas que eram reelaboradas. (DGC2).

O trabalho cresceu e o Setor de Comunicação passou a exercer outro papel, mais relacionado ao que se propunha a ser uma Pastoral das Comunicações Sociais. É o que relata um dos gestores sobre as atividades que eram desenvolvidas:

Várias atividades, desde uma copiadora, uma máquina xerocadora, até programas de rádio, rádios comunitárias, através de autofalantes, murais que eram expostos em postes na rua onde a gente fazia treinamentos com os correspondentes populares. Cada paróquia tinha dois ou três jovens selecionados da comunidade que estavam engajados dentro dos movimentos da igreja ou em entidades populares como: sindicato rural, colônia de pescadores, pastoral da mulher, grupos de jovens, catequistas. Então essas pessoas eram selecionadas para participar de treinamentos

de comunicação para que elas fizessem essa comunicação acontecer em sua paróquia, no seu local em que estavam vivendo (DGC1).

O projeto de comunicação tinha vários níveis que iam do trabalho desenvolvido nas paróquias e comunidades pelos jovens ao trabalho pessoal de comunicação de Dom José Rodrigues, como o pastor comunicador.

O SEDICA surge nessa perspectiva; eu mesmo participei desse grupo de comunicadores e como nas paróquias não havia rádio comunitária, naquela época, esses programas eram feitos nas torres das igrejas, geralmente, uma vez na semana, claro que, sobretudo as pessoas do centro não concordavam muito e quando trazíamos algumas situações na pauta do programa, era uma confusão muito grande na cidade: --“querem acabar com a igreja”, sobretudo os jovens que as pessoas não dão muito crédito na comunidade, mas foi um meio que Dom José Rodrigues encontrou, assessorado por grandes pessoas na época, para ajudar as pessoas pobres a compreenderem a sua realidade e tomarem posicionamento. Então, o SEDICA surge para formar pessoas que pensassem criticamente, que fizessem uma leitura da história a partir da palavra de Deus e anunciassem assim o novo modo de viver. O próprio Dom José Rodrigues foi perseguido por conta de seu programa de rádio, mas aquele programa “Semeando a Verdade” era de uma audiência extraordinária, os que estavam com ele ouviam e os que estavam contra ele ouviam e ficavam perguntando: “Ele vai falar de que no dia de hoje? O que ele vai dizer?” Então era um programa que tinha uma grande audiência porque era uma voz profética do sertão (DJC2).

O que o Diretório de Comunicação da Igreja sugere, anos mais tarde, é justamente o que Dom José Rodrigues já vinha propondo, como parte das ações que pretendiam desenvolver durante todo o seu bispado. Vejamos o que diz o Diretório:

A Pascom não se limita a ações isoladas, como a produção de murais, boletins e jornais impressos, programas de TV e rádio, construção de sites, blogs e outros meios. Tudo isso deve fazer parte de uma política global que gere comunhão e interatividade, alicerçada em quatro eixos: 1) formação 2) articulação, 3) produção e 4) espiritualidade (CNBB, 2014, p.194-195).

Outro fato que torna Dom José Rodrigues uma referência está ligado ao trabalho intencionalmente extencionista, que desenvolveu no sertão do Vale do São Francisco, colaborando com a organização popular dentro e fora dos limites de sua autoridade episcopal. É um ponto que demonstra a força das atividades educacionais desenvolvidas nas pastorais sociais com os reflexos que essas atividades propiciavam.

Ele não colocava a sua teoria, a sua forma de pensar, sem alertar para que as pessoas pudessem pensar, também, ou seja, não daria o texto pronto, não daria a obra pronta. Ele colocava a sua ideia e deixava o espaço para que você pensasse e aí fez com que algumas organizações tivessem êxito, na questão sindical, no social, as associações, as cooperativas, todas elas se você for hoje e perguntar em quem se espelhou, ou tocar no nome de Dom José Rodrigues, você pode ter certeza de que todo mundo vai

refletir que aquela organização tem um pouco a ver com Dom José Rodrigues (DJC1).

A referência de Dom José Rodrigues fica mais uma vez evidenciada na fala de outra testemunha histórica, ao lembrar que tudo se deu a partir de uma trajetória de trabalho que deixou marcas em uma região, com uma população carente de alguém que os guiasse:

Dom José, é essa referência pelo que ele construiu, viveu, apostou; de certa forma, ele continua sendo uma referência positiva, nessa relação com a igreja, a comunidade, na relação da igreja com os meios de comunicação, na relação da igreja com os mais simples, com os mais pobres. Ele continua sendo, ainda, a grande referência (DGC2).

A descrição a seguir demonstra o quanto Dom José era um praticante das recomendações da igreja, tornando-se referência por ter pensado, planejado e colocado em prática uma forma diferente de estar do lado dos pobres, utilizando-se para isso, também, de práticas educomunicativas, que faziam com que ele estivesse em sintonia e cada dia mais próximo do povo, contribuindo para a sua libertação do estado de fome física e intelectual, aos quais muitos eram submetidos:

Dom José se tornou uma referência através da opção dele pelos pobres, pelo excluídos, pelas pessoas marginalizadas da sociedade e ele fez isso não só pela questão da igreja, dos documentos da igreja, era a pessoa dele que tinha a opção; por isso, ele enquadrou na vida dele a defesa pelos pobres. Quando ele chegou aqui no Vale do São Francisco, estava sendo construída a barragem de Sobradinho, e ele encampou a questão da luta em defesa dos desalojados, dos pobres, dos excluídos de Sobradinho, que foram mandados embora sem nada, muitas vezes, e Dom José encampou essa luta dos posseiros da região. Naquele tempo, tinha muita grilagem de terra, como ainda hoje, mas naquele tempo era uma fazenda atrás da outra, grilada pelos fazendeiros, para a implantação dos projetos de irrigação, para vender essas terras, para os projetos de irrigação. Essa opção de Dom José de estar em defesa dos pobres foi tirada do evangelho. Tem até uma frase que marcou a história de Dom José: “Eu nunca traí os pobres” (DGE1).

O bispo Dom José Rodrigues é considerado uma referência, segundo mais um dos entrevistados, pela sua marcante atuação que o fazia ser reconhecido como um pequeno grande homem, que era religioso e político na medida certa, sempre em favor dos mais pobres. Para ele Dom José Rodrigues, deixou claramente a sua marca e sobre isso diz:

Foram 28 anos de episcopado, aqui em Juazeiro, e Dom Rodrigues é respeitado não só em Juazeiro, mas também em vários lugares do país e até fora do país. O seu trabalho alcançou lugares distantes e, hoje, não temos dúvida que Dom José Rodrigues é uma referência para o trabalho evangelizador e pastoral, para as ações políticas, para a defesa da democracia e dos direitos humanos. O próprio lema episcopal de Dom José Rodrigues era claro: “Eu vim para evangelizar os pobres” e a igreja não tem outro caminho se ela quiser ser fiel ao evangelho. Um homem à

frente de seu tempo, de uma pastoral libertadora, de uma ação evangelizadora que chamava as pessoas a se organizarem, não que Deus iria libertar sozinho, mas a partir da organização. Dom José Rodrigues incentivou muito a formação das pequenas comunidades, das pastorais sociais. Ele falava para a igreja e para a sociedade; era um homem que era escutado, mesmo por aqueles que discordavam dele e temiam a sua palavra, a gente sempre falava que ele era um pequeno grande homem, ele era pequeno em estatura, mas, na hora de defender o pobre, ele se agigantava e tomava a frente. (DJC2).

A atuação de Dom Rodrigues como é chamado pela entrevistada, fez com que naturalmente ele se tornasse uma referência para vários setores da sociedade extrapolando os limites diocesanos de Juazeiro. É a ideia que é reforçada pelo depoimento:

Dom Rodrigues é conhecido internacionalmente no meio dos pobres, principalmente das comunidades que sofreram muitos problemas naquela época, nos anos 80, ele é reconhecido pelos jovens, pois sempre apoiou a luta dos jovens, principalmente os jovens pobres; ele também apoiou as mulheres, deu um grande apoio à pastoral da mulher, chamava pastoral da mulher marginalizada, apoiou o pessoal das universidades, os estudantes quando estavam em greve, os professores; apoiou as diversas formas de organização do povo de seu tempo; ele sempre foi uma referência, tanto é que ele era convidado para o meio do pessoal das comunicações, do jornalismo, das organizações ligadas à comunicação, à imprensa, às organizações ligadas às questões da literatura. Dom Rodrigues foi uma referência em todos os níveis, não era à toa que ele era chamado o “pequeno grande homem”, tinha vários nomes dados a Dom Rodrigues, vamos dizer assim, “o defensor dos pobres”, “o pai da convivência com o semiárido”. O legado de Dom Rodrigues nunca vai se acabar na Diocese, no regional da Bahia e Sergipe, no Brasil, no mundo, porque ele era referência, também, internacionalmente. Tenho orgulho de ter feito parte da equipe que atuou na época de Dom Rodrigues. (DGE2).

O Diretório de Comunicação da Igreja ao falar sobre a comunicação a serviço dos pobres, expressa o quanto a Igreja espera dos seus membros, a exemplo de Dom José Rodrigues, uma postura fiel ao lado dos menos favorecidos:

A opção preferencial pelos pobres é uma das peculiaridades que marca a fisionomia da Igreja latino-americana e caribenha. Os pobres desafiam o núcleo do trabalho da igreja, da pastoral e de nossas atitudes cristãs. Isso também diz respeito às práticas comunicacionais da Igreja diante da realidade da pobreza que marca o nosso continente e, especificamente, o nosso país (CNBB, 2014, p. 104).

O documento complementa esse posicionamento da Igreja em CNBB (2014, p. 105), ao dizer que: “O melhor serviço que as ações comunicacionais da Igreja podem prestar ao irmão pobre é aquele que o liberta das injustiças e o promove integralmente”.

Percebe-se assim, um entrelaçamento entre as práticas educacionais desenvolvidas na Diocese de Juazeiro, as teorias que fundamentam o campo da Educomunicação e as recomendações do documento 99 da CNBB, intitulado: *Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil*, publicado em 2014.

Portanto, estamos falando de um trabalho de comunicação popular que teve grande relevância e desdobramentos, não só por colocar em prática o que a própria Igreja já vinha pretendendo, mas também por contribuir para o fortalecimento do Campo da Educomunicação através da precursão de práticas educ comunicativas alicerçadas em indicadores da Educomunicação e, como outras iniciativas da Igreja, pode ser um referencial para o que demanda o Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso estudo partiu do reconhecimento da importância de três fatos que, articulados entre si, apontavam a existência de sinais evidentes de que o que hoje denominamos como prática educ comunicativa encontrava no sertão da Bahia um de seus precursores.

O primeiro destes fatos foi a própria sistematização do conceito da Educomunicação, promovida pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/USP), a partir de uma pesquisa realizada entre os anos de 1997 e 1999, empregando o termo para designar “uma prática mais abrangente no seio da sociedade civil, que tomava a comunicação com um eixo transversal das atividades de transformação social” (Soares, 2011, p.10).

Em segundo lugar, identificamos que, ao publicar, em 2014, o documento de número 99, intitulado “Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil”, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) nele incluiu o conceito da Educomunicação, na perspectiva defendida pelo NCE/USP, como um referencial a ser adotado nas práticas de comunicação no âmbito das diferentes pastorais.

O terceiro fato motivador da produção desta tese circunscreveu-se ao reconhecimento, por parte da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), da importância cultural de histórica de um conjunto de documentos e livros reunidos por um antigo bispo da diocese de Juazeiro, testemunhando o pioneirismo deste religioso, cujas ações poderiam sustentar a hipótese de que as orientações da CNBB, de 2014, e a pesquisa da USP, de 1999, já haviam sido vivenciadas no semiárido baiano a partir da segunda metade do século XX.

A partir destes cenários, os esforços realizados nesse estudo buscaram compreender justamente os vínculos teóricos e metodológicos que poderiam estar aproximando, de um lado, os referenciais de Educomunicação e, de outro, os possíveis indicadores de práticas educ comunicativas encontrados no Acervo Dom José Rodrigues.

Frente ao exposto, a presente pesquisa teve como principal fonte os materiais que compõem o Acervo, na direção de identificar se, efetivamente, já existiam, nos anos de 1980 a 2000, ações de comunicação popular na Igreja Católica, mais especificamente no vale do São Francisco, com características de práticas educ comunicativas.

Ao apresentarmos o contexto territorial de Juazeiro da Bahia, situamos geograficamente a cidade e a diocese como parte constitutiva do semiárido brasileiro, no vale do São Francisco, impactado, nos anos de 1970, pela construção da barragem de Sobradinho,

palco de muitas das manifestações e do próprio trabalho pastoral de Dom José Rodrigues. Assim, constatamos o que o levou a ser instigado a desenvolver ações a partir da interface educação e comunicação como um meio para por em prática os seus projetos a frente da diocese.

Para melhor entender o significado da atuação de Dom José, fizemos uma aproximação ao conceito da Educomunicação no Brasil, descrevendo a sua concepção e identificando como esse novo campo de intervenção social tem sido reconhecido e legitimado, como ocorreu com a sua inserção no Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil.

Apresentamos, na sequência, o Acervo Dom José Rodrigues como nossa principal fonte de consulta, buscando entender sua concepção e sua organização, contando com o incentivo oferecido pelo professor Paulo Freire. Relatamos a etapa de doação do acervo para a UNEB e todo o processo de execução do projeto de instalação. Procuramos demonstrar o uso social e pastoral do material herdado como uma contribuição aos processos de ensino, pesquisa e extensão no vale do São Francisco.

Ao abordarmos a comunicação na Igreja na América Latina, percebemos a relação que envolve a Comunicação e a Igreja a partir do final da década de 50 e identificamos que essa relação já estava presente nos documentos de Puebla e Medellín como passos evolutivos na Comunicação da Igreja. Foi notória a grande contribuição por parte da União Cristã Brasileira de Comunicação Social – UCBC, inclusive para os projetos desenvolvidos por Dom José Rodrigues que evidenciam um dos caminhos de práticas educomunicativas trilhados pela Igreja como resistência e subversão em tempos de repressão, nos anos 1970 e início dos anos de 1980, estando presentes, também, no momento em que a comunicação da Igreja passava por um contexto em que se reestabelecia a democracia no País, nos anos de 1980 e 1990.

O estudo demonstrou que Dom José Rodrigues fazia parte de um grupo de bispos progressistas. Entender esse fato foi importante para se detectar que as atividades da diocese de Juazeiro não representavam ações isoladas, a cargo de um bispo, mas, sim, que se constituíam numa opção político-pastoral apoiada pela Instituição. Nota-se no estudo que esse foi um argumento de defesa utilizado por Dom José sempre que era acusado de subversivo ou comunista, de forma pejorativa.

O relato de como se deu a inserção política de Dom José Rodrigues de Souza, nos proporcionou entender que ele recebeu o título de bispo dos “excluídos”, como eram classificados os moradores no semiárido nordestino, devido a sua atuação no exercício de uma comunicação articulada com as transformações sociais no sertão baiano. Essa inserção teve um dos seus ápices no desenvolvimento uma Política de Educação Popular, com a assessoria

de Paulo Freire e sua equipe no período de 1983 até 1986, na realização de várias formações, acompanhamentos e no fornecimento de materiais.

Ficou constatado que, como desdobramento da Política de Educação Popular, surgiu a realização de um Projeto de Comunicação Popular, com duas linhas de ações: a Rede de Correspondentes Populares e as Equipes Paroquiais de Comunicação, cujas atividades encontravam-se sintonizadas com muitos dos indicadores educomunicativos. Ficou evidenciado que o Acervo Dom José Rodrigues foi um instrumento de articulação e suporte dessas ações educacionais e comunicativas.

O resgate de parte da obra de Dom José Rodrigues foi realizado através dos testemunhos históricos fornecidos por pessoas envolvidas em dois elementos que fizeram parte de nossa fonte de pesquisa, a saber: os que participaram do Projeto de Comunicação Popular, ao tempo de Dom José, e os que vivenciaram a montagem e utilização do Acervo bibliográfico para atividades envolvendo as práticas da Política de Educação Popular (tanto no tempo de Dom José quanto nos anos posteriores à sua morte); As falas demonstraram, em diversos momentos, a existência dos indicadores da Educomunicação nessas práticas comunicacionais e educacionais.

Os depoimentos evidenciaram que o acervo Dom José Rodrigues era um suporte imprescindível para a realização das ações da diocese de Juazeiro e que o mesmo acabou por atender para além do ecossistema comunicativo, servindo à comunidade em geral, o que levou o trabalho de Dom José a ser cada vez mais valorizado e reconhecido.

As práticas educomunicativas desenvolvidas na diocese de Juazeiro, com o incentivo e apoio de Dom José Rodrigues indicam pelo menos três áreas de intervenção a partir das quais foram feitas as reflexões no âmbito da educomunicativo, a saber: *a área da educação para a comunicação*, que segundo Soares (2011, p. 47) “tem como objetivo a compreensão do fenômeno da comunicação, tanto no nível impessoal e grupal, como quanto a nível organizacional e massivo”; *a área da mediação tecnológica na educação*, que para Soares (2011, p. 48) “preocupa-se com os procedimentos e as reflexões sobre a presença das tecnologias da informação e seus múltiplos usos, garantindo além da acessibilidade, as formas democráticas de sua gestão” e, também, *a área da gestão da comunicação*, que Soares (2011, p. 48) diz “voltar-se para o planejamento e a execução de planos, programas e projetos referentes às demais áreas de intervenção”.

Desta forma, a hipótese levantada a partir de uma análise exploratória dos materiais que compõem o Acervo Bibliográfico da Diocese de Juazeiro foi confirmada. O estudo atesta, portanto, que efetivamente, já existiam, no início da segunda metade do século XX, vivências

de comunicação popular na Igreja Católica convergentes com os indicadores de ações educacionais, hoje legitimadas no documento 99 da CNBB, em coerência com o que havia sido proposto, como referencial para o conceito da Educomunicação, pelo NCE/USP, em 1999.

Diante disso, concluímos, ainda, que Dom José transformou-se em uma referência episcopal no que se refere ao mundo da comunicação, a partir do desenvolvimento de práticas educacionais em consonância com o que afirmam as pesquisas sobre o novo campo de estudos, pesquisas e atividades extencionistas existentes no Brasil. Conclui-se que a Educomunicação encontrou em Dom José Rodrigues um verdadeiro e efetivo precursor.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Patrícia Horta. **Educom.rádio - uma política pública em educomunicação**. Tese de Doutorado. São Paulo: ECA/USP, 2007.
- ALVES, Rubem Azevedo. **Estórias de quem gosta de ensinar**. 13ª edição. São Paulo: Cortez, 1989.
- APARICI, Roberto. **Educomunicação para além do 2.0**. São Paulo: Paulinas, 2014.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **O Nordeste: a reforma agrária ainda é necessária**. Recife: Guararapes, 1981.
- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 2ª edição. São Paulo: Moderna, 1996.
- ARAÚJO, Joaquim Ribeiro. Sobre a entrevista de Paulo Freire e seus bastidores. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, vol. 2, nº 3, 2014.
- AZEVEDO, Marcelo. **Comunidade eclesiais de base e inculturação da fé**. São Paulo: Loyola, 1985.
- BABIN, Pierre. **A era da comunicação**. Edições Paulinas: São Paulo, 1989.
- BAHIA. **O bispo dos excluídos**. Salvador: Câmara dos Deputados, 2003.
- BAQUERO, Marcello (org.). **Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital sócia**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- BOFF, Clodovis. **Teologia pé no chão**. Vozes: Petrópolis, 1984.
- BOFF, Leonardo. **Nova evangelização: perspectiva dos oprimidos**. Vozes: Petrópolis, 1990.
- BRAGA, José Luis e CALAZANS, Regina. **Comunicação e Educação, questões delicadas na interface**. Porto Alegre: Hacker Editores, 2001.
- BRAGA, José Luis e CALAZANS, Regina. Comunicação e Educação, questões delicadas na interface. Apud: SOARES, Ismar de Oliveira. **Teorias da comunicação e Filosofias da Educação: fundamentos epistemológicos da educomunicação**. Texto para aula do concurso de titular, ECA-USP, 2009.
- BRASIL. **PCN+ Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEMTEC, 2001.
- BRASIL. **Comissão especial para o desenvolvimento do vale do São Francisco**. Brasília: Senado Federal, 1995.
- BRASIL. **Plano diretor para o desenvolvimento do vale do São Francisco**. Brasília: MINTER, 1986.

BRASIL. **Projeto São Francisco: a integração das águas do semiárido**. Brasília: Senado Federal, 1998.

BRASIL. Resoluções do Conselho Deliberativo da Sudene de nº 107, de 27/07/2017 e de nº 115 de 23/11/2017. Acessado em <<http://www.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>> em 02/07/2020.

CECUP. **Caderno de educação popular**. Salvador: CECUP, 1984 – 1989.

CAMILO, Rodrigo Augusto Leão. A teologia da libertação no Brasil: das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade. II Seminário de Pesquisa em Ciências Sociais da UFG. Acessado em <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/253/o/Rodrigo_Augusto_Leao_Camilo.pdf>. 02/07/2020.

CARVALHO, Luzineide Dourado; SCHISTEK, Harald. A formação histórico-geográfica do semiárido brasileiro. In: **Educação e convivência com o semiárido brasileiro: reflexões por dentro da UNEB**. 2ªed. Juazeiro-BA: UNEB/Departamento de Ciências Humanas-campus III/UNEB/NEPECSAB/MCT/CNPQ/INSA/Selo Editorial RESAB, 2013.

CARVALHO, Luzineide D REIS, Edmerson dos S.; NÓBREGA, Maria Luciana da S. **Educação e convivência com o semiárido**. Juazeiro – BA: UNEB, 2011.

CELAM. **Meios de Comunicação. Documento de Medellín**, 1968. Disponível em <<https://spirandiopadre.wordpress.com/documento-de-medellin-texto-integral>> Acessado em 18/08/2017.

CELAM. **IV Conferência Geral do Episcopado Latino Americano. Documento de Santo Domingo**, 1992. Disponível em <<https://portal.pucminas.br>> Acessado em 18/08/2017.

CELAM. **V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e do Caribe. Documento de Aparecida**, 2007. Disponível em <<https://redelatinomarista.edu.br>> Acessado em 18/08/2017.

CELAM. **Conclusões da Conferência de Puebla**. 6ª edição. São Paulo: Paulinas, 1987.

CELESTINO, Eudes. Um legado a favor dos excluídos, **Gazeta do São Francisco**. Petrolina – PE, ano 16, nº 2325, 15 a 20 de set. 2012.

CHESF. **Relatório anual de responsabilidade socioambiental**. Recife: CHESF, 2019.

CNBB. **Instruções sobre a Teologia da Libertação**. Loyola: São Paulo, 1986.

CNBB. **Diretório de comunicação da Igreja no Brasil**. 1ª edição. São Paulo: Editora Paulinas, 2014.

COUTINHO, Maria Tereza da Cunha. **Os caminhos da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2004, p.103 e 107.

CORAZZA, Helena. **Educomunicação caminhos e perspectivas na formação pastoral: a experiência do Serviço de Pastoral da Comunicação (SEPAC)**. Tese de Doutorado. São Paulo: ECA/USP, 2015.

CORRÊA, Jean. Um legado a favor dos excluídos. **Jornal Gazeta**. Petrolina-PE, p.9, 15 a 20 de setembro. 2012.

COSTA, Elisangela Rodrigues da. **Educomunicação e políticas públicas: estudo comparativo de educação midiática entre as redes municipais de ensino do Rio de Janeiro e de São Paulo**. Tese de Doutorado. São Paulo: ECA/USP, 2018.

CPT. **Dom José Rodrigues, cuida de nós**. Comissão Pastoral da Terra, 11/07/2012. Acessado em < <http://cptnacional.org.br> > em: 20/11/2017.

CRUZ FILHO, Maurício Nascimento. **A Educomunicação no Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil: aprendizagem em perspectiva Católica de comunicação**. Tese de Doutorado. São Paulo: ECA/USP, 2018.

DALE, Romeu. **Igreja e comunicação social**. São Paulo: Paulinas, 1973.

DEMO, Pedro. **Cidadania menor: algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política**. Petrópolis: Vozes, 1992.

DIDONÉ, Iraci Maria. **Cadernos das CEBs: Espaço de participação**. Dissertação de Mestrado. ECA/USP, 1989.

DIOCESE DE LINS. Boletim Informativo. Agosto, 1976, p. 4. IN: SOARES, Ismar de Oliveira. **Do Santo Ofício à Libertação: o discurso e a prática do Vaticano e da Igreja Católica no Brasil sobre a comunicação social**. São Paulo: Paulinas, 1988.p. 314.

DIOCESE DE JUAZEIRO DA BAHIA. **Boletim Informativo: Caminhar Juntos**. 1986; 1990; 1992; 1993; 1995; 1996; 2002.

DIOCESE DE JUAZEIRO. **Biblioteca Dom José Rodrigues (2013)**. Diocese de Juazeiro. Acessado em < <http://diocesedejuazeiro.org.br> > em: 20/11/2019.

DOURADO, Walter de Castro. **Juazeiro da Bahia à luz da história**. Beira Rio: Juazeiro – BA, 1995.

DUARTE, Jorge; Barros, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FAZENDA, Ivani (org.). **Práticas Interdisciplinares na Escola**. 2ª edição. São Pulo: Cortez Editora, 1994.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo: Cortez, 1980.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. Concientization and Liberation. IN: LIMA, Venício Artur de. **Comunicação e Cultura: as ideias de Paulo Freire**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1985.

FEIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia – O Cotidiano do Professor**. Rio de Janeiro – RJ: Paz e Terra, 1986.

GATTÁS, Carmen Lúcia Melges Elias. **Novas mediações na interface comunicação e educação: a educomunicação como proposta para uma educação ambiental transformadora**. Tese de Doutorado. São Paulo: ECA/USP, 2015.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Juazeiro Trajetória Histórica**. Juazeiro: Gráfica Gutenberg, 1992.

GAZETA. **Um legado a favor dos excluídos**. Jornal Gazeta. Petrolina-PE, 15 a 20 de setembro. 2012.

GOMES, Pedro G. Consciência da gente – autoconsciência eclesial do laicato nas CEB's do Brasil. Apud SOARES, Ismar de Oliveira. **Do Santo Ofício à Libertação: o discurso e a prática do Vaticano e da Igreja Católica no Brasil sobre a comunicação social**. São Paulo: Paulinas, 1988.

GOMES, Pedro G. **Tópicos de teoria da comunicação**. São Paulo: UNISINOS, 1997.

GOMES, Pedro G.; PIVA, Marcia Cruz (Org.). **Política de comunicação**. Ed. Paulinas: São Paulo, 1988.

GOMES, Pedro Gilberto. **A comunicação cristã em tempo de repressão**. São Leopoldo: UNISSINOS, 1995.

GUARIDO, Maura Duarte Moreira. **Como usar e aplicar a CDD**. 22. ed. Marília: Fundepe, 2008.

HUERGO, Jorge. Comunicación/Educación: itinerários transversales. Apud: SOARES, Ismar de Oliveira. **Teorias da comunicação e Filosofias da Educação: fundamentos epistemológicos da educomunicação**. Texto para aula do concurso de titular, ECA-USP, 2009.

IRPAA. **Viver no semiárido é aprender a conviver (1992)**. Instituto Regional da Pequena agropecuária Apropriada. Acessado em < <http://irpaa.org.br> > em: 20/11/2018.

IBGE. **Geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acessado em <https://www.ibge.gov.br> em 20/11/2019.

JORGE, J. Simões. **Educação crítica e seu método**. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

JUCÁ, Joselice. **CHESF: 35 anos de história**. Recife: CHESF, 1982.

KAPLÚN, Mario. **Uma pedagogia de la Comunicación**. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.

KAPLÚN, Mario. Uma pedagogia de la Comunicación. Apud: SOARES, Ismar de Oliveira. **Teorias da comunicação e Filosofias da Educação: fundamentos epistemológicos da educomunicação**. Texto para aula do concurso de titular, ECA-USP, 2009.

KAPLÚN, Mário. Uma pedagogia da Comunicação. In: APARICI, Roberto (org.). **Educomunicação. Para além do 2.0**. São Paulo: Paulinas, 2014, p. 59-78.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 34ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na área da informática. Apud SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública**. São Paulo: Loyola, 1984.

LIMA, Aurilene Rodrigues. **Memórias dos Lameiros do Velho Chico: História da população transplantada para Quixaba - Sento Sé**. Dissertação de Mestrado. UFPR: Petrolina, 2004.

LIMA, Gracia Lopes. **Educação pelos meios de comunicação: produção coletiva de comunicação na perspectiva da educomunicação**. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Educação - USP, 2009.

LIMA, José Américo de. **Canudos: a maldição dos excluídos**. FUNDARPE: Recife, 1997.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCK, Heloísa. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2007.

MACHADO, Eliany Salvatierra. **Pelos caminhos de Alice: vivências na educomunicação e a dialogicidade no Educom.TV**. Tese de Doutorado. São Paulo: ECA/USP, 2009.

MAGALHÃES, Ermi Ferrari. **Navegação no rio São Francisco**. Editora P&A: Salvador, 2009.

MATTELART, Armand y Michéle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2011.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Lá Educación desde la Comunicación**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2002.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios as mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000. IN: SACRAMENTO, Igor. **A biografia do ponto de vista comunicacional**. Revista Matrizes. São Paulo: ECA-USP, v.8, - Nº 2, jul./dez. 2014.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A Comunicação na Educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Editora Cultrix: São Paulo, 1979.

MELLO, Lucí Ferraz de. **Educomunicação e as práticas pedagógico-comunicacionais da avaliação formativa no ensino básico**. Tese de Doutorado. São Paulo: ECA/USP, 2016.

MELO, José Marques de. **Comunicação e Libertação**. Vozes: Petrópolis, 1981.

MELO, José Marques de. Comunicação e Libertação. Apud SOARES, Ismar de Oliveira. **Do Santo Ofício à Libertação: o discurso e a prática do Vaticano e da Igreja Católica no Brasil sobre a comunicação social**. São Paulo: Paulinas, 1988.

MENEZES, Germana Alves de. **Percepções dos trabalhadores rurais acerca da escola pública: entre as lembranças do passado e a precariedade do presente – o caso de Campo Alegre de Lourdes – BA**. Dissertação de Mestrado. UFPE, Petrolina, 1997.

MESSIAS, Claudio. **A epistemologia da educomunicação em aferição: por uma configuração do habitus do paradigma educacional**. Tese de Doutorado. São Paulo: ECA/USP, 2017.

MOGADOURO, Claudia de Almeida. **Educomunicação e escola: o cinema como mediação possível (desafios, práticas e proposta)**. Tese de Doutorado. São Paulo: ECA/USP, 2011.

MONTEIRO, Eduardo Bastos. **Interface comunicação-aprendizagem: condições para a gestão da educomunicação**. Tese de Doutorado. São Paulo: ECA/USP, 2012.

MOURA, Odilão. **As ideias católicas no Brasil: direções do pensamento católico do Brasil no século XX**. São Paulo: Convívio, 1978.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1978.

NASCIMENTO, Pedro Brito de; CAGNIN, João Ubaldo. A integração do rio São Francisco no Nordeste. IN: QUINTIERE, Marcell de M. Ribeiro. **Transposição do São Francisco**. Curitiba: Juruá, 2010.

NEOTTI, Clarêncio. **Comunicação e Ideologia**. São Paulo: Loyola, 1980. Apud SOARES, Ismar de Oliveira. **Do Santo Ofício à Libertação: o discurso e a prática do Vaticano e da Igreja Católica no Brasil sobre a comunicação social**. São Paulo: Paulinas, 1988. p. 352.

NEOTTI, Clarêncio. **Comunicação e consciência crítica**. Edições Loyola; São Paulo, 1979.

NEOTTI, Clarêncio (ORG). **Puebla Brasil: Comunicação um Estudo Crítico**. São Paulo: Loyola, 1981.

NOVA. **Cadernos de educação popular**. Rio de Janeiro: Editoras Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Lúcia Marisy S. R, de. **Dois anos em um: a realidade do cotidiano feminino**. Salvador: Secretaria do Trabalho e Ação Social, 1998.

OLIVEIRA, Roberto Joaquim. **Comunicação e cidadania as margens do São Francisco: a rede de correspondentes da Diocese de Juazeiro da Bahia**. Tese de Doutorado. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2008.

PASQUALI, Antonio. **Sociologia e Comunicação**. Vozes. Petrópolis, 1973.

PATER, Siegfried. **O Bispo dos Excluídos**. Paulo Afonso – BA: Fonte Viva, 1996.

PIERSON, Donald. **O homem no vale do São Francisco**. MINTER: Rio de Janeiro, 1972.

PINHEIRO, Rose Mara. **A educomunicação nos centros de pesquisa do país: um mapeamento da produção acadêmica com ênfase à contribuição da ECA/USP na construção do campo**. Tese de Doutorado. São Paulo: ECA/USP, 2013.

PRADO JÚNIOR. Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990. Apud: AZEVEDO, Sérgio Luiz Malta de. **Paulo Afonso e o desenvolvimento regional**. Campina Grande: EDUEFCG, 2011.

PUNTEL, Joana T. **The Catholic Church searching for democratization of communication in Latin America**. Tese de Doutorado. Faculdade Cásper Libero, 1992.

PUNTEL, Joana T. **Comunicação: diálogo dos saberes na cultura midiática**. São Paulo: Paulinas, 2010.

PUNTEL, Joana T. **Igreja e sociedade: método de trabalho na comunicação**. São Paulo: Paulinas, 2015.

RIBEIRO, Edson. **Juazeiro na Esteira do Tempo**. Editora Mensageiro: Salvador-BA, 1968.

RIBEIRO, Vera Massagão. **Educação de Jovens e Adultos: Proposta para o Primeiro Segmento do Ensino Fundamental**. São Paulo: Ação Educativa, 1997.

ROCHA, Marina. **Revista comemorativa especial em homenagem ao Jubileu de 50 anos da Diocese de Juazeiro da Bahia**. Feira de Santana-BA, v. 1, p. 21, set. 2012.

SALEM, Maria Helena (org). **A Igreja dos Oprimidos**. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

SANT'ANNA, Ilza M. **Por que avaliar? Como avaliar?** Petrópolis: Vozes, 1995.

SANTOS, G. C. (Compilador). **Roteiro para elaboração de memorial**. Campinas, SP: Graf. FE, 2005. Disponível em www.ufrb.br/component/option,com_docman/task,doc_download/, acessado em 11 de abril de 2017.

SANTOS, Edízia; ROSA, Celane. **Nunca traí os pobres**. Juazeiro: UNEB, 2012. Documentário em CD ROOM.

SENA, José Alves de. **Revista comemorativa especial em homenagem ao Jubileu de 50 anos da Diocese de Juazeiro da Bahia**. Feira de Santana-BA, v. 1, p. 20, set. 2012.

SIERRA, Francisco. **Introducción a la Teoría de la Comunicación Educativa**. Sevilla: Editorial MAD, 2000.

SIERRA, Francisco. *Introducción a la Teoría de la Comunicación Educativa*. Apud SOARES, Ismar de Oliveira. **Teorias da comunicação e Filosofias da Educação: fundamentos epistemológicos da educomunicação**. Texto para aula do concurso de titular, ECA-USP, 2009.

SILVERSTONE, Roger. *Porque Estudar a mídia?* São Paulo: Loyola, 2003. IN: OLIVEIRA, Maria Olívia de Matos. **Educação e Cultura Midiática**. Salvador: Editora EDUNEB, 2002.

STEINBERG, Charles (org.). **Meios de Comunicação de Massa**. Editora: Cultrix: São Paulo, 1972.

SOARES, Ismar de Oliveira. O VII Congresso. **Boletim Mensal UCBC**. Bragança Paulista – SP, nº9, p.1, 1978.

_____, Ismar de Oliveira. **Morfologia e conteúdo dos Boletins Diocesanos Católicos**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: ECA/USP, 1980.

SOARES, Ismar de O.; PUNTEL, Joana (Org.). **Segurança do povo: desafio à comunicação**. Ed. Paulinas: São Paulo, 1984.

SOARES, Ismar de O.; MOTTA, João M (Org.). **A comunicação na construção da paz**. Ed. Paulinas: São Paulo, 1987.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Do Santo Ofício à Libertação: o discurso e a prática do Vaticano e da Igreja Católica no Brasil sobre a comunicação social**. São Paulo: Paulinas, 1988.

_____. *A campanha da Fraternidade da CNBB/1989: projeto de educação para a comunicação*. IN: **Simpósios de Comunicação e Artes 1**. A campanha da Igreja sobre Comunicação: A controvérsida busca de um novo discurso. v.1, p. 33-58, agosto, 1989.

_____. **A Comunicação de Resistência no Movimento Popular ligado a Igreja Católica**. Relatório de Pesquisa. ECA/CBELA/USP, 1994.

_____. Política de Comunicação da Igreja: rumo ao ano 2000. **Revista LOGOS Comunicação & Universidade**. Rio de Janeiro, v.3, p. 29-33, 1995.

_____. **Caminhos da Educomunicação**. São Paulo: Salesianas, 2003.

_____. **Teorias da comunicação e Filosofias da Educação: fundamentos epistemológicos da educomunicação**. Texto para aula do concurso de titular, ECA-USP, 2009.

_____. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. A educomunicação na América Latina: apontamentos para uma história em construção. IN: APARICI, Roberto. **Educomunicação para além do 2.0**. São Paulo: Paulinas, 2014.

_____. Caminhos da gestão comunicativa como prática da Educomunicação. IN: BACCEGA, Maria Aparecida e COSTA, Maria Cristina. **Gestão da Comunicação: Epistemologia e Pesquisa Teórica** São Paulo: Paulinas, 2019, p. 161-188.

SOUZA, Mauro Wilton de. Igreja e Sociedade: um posicionamento controvertido quanto aos meios de comunicação. IN: **Simpósios de Comunicação e Artes 1**. A campanha da Igreja sobre Comunicação: A controvertida busca de um novo discurso. v.1, p. 33-58, agosto, 1989.

SUASSUNA, João. **Transposição do rio São Francisco na perspectiva do Brasil**. São Paulo: Porto de Ideias, 2010.

USP. **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses**. São Paulo, 2016.
<<https://uspdigital.usp.br/wsusuario/>>. Acesso: 01 de agosto de 2019.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Planejamento participativo na escola: um desafio ao educador**. São Paulo: EPU, 1986.

Documentos da Cúria da Diocese de Juazeiro da Bahia no Acervo Dom José Rodrigues

FREIRE, Paulo. [**Ofício**] 04 jun. 1987, São Paulo [para] RODRIGUES, José. Juazeiro-BA. 1f. Solicita doação de livros e revistas, colaborando com a constituição de biblioteca pelo Instituto Cajamar.

GOMES, P. [**Carta**] 27 jun. 2009, São Paulo [para] SANTOS, M., Curitiba. 3f. Solicita informação sobre o andamento do processo na Faculdade de Direito da UFPR.

MILAN, Francisco. [**Carta**] 27/02/1984, Duque de Caxias – RJ [para] Diocese de Juazeiro – BA. Interesse em conhecer a experiências na alfabetização de adultos com o método Paulo Freire, em andamento na Diocese de Juazeiro – BA.

RODRIGUES, José. [**Carta**] 12/12/1982, Juazeiro –BA [para] FREIRE, Paulo e DOWBOR, Ladislau. São Paulo – SP. 1f. Convite para assessoria à Diocese de Juazeiro para um programa de “Educação Popular”, em nível diocesano.

RODRIGUES, José. [**Declaração**] 23/04/1983, Juazeiro – BA [para] FREIRE, Paulo e FREIRE, Elza. Sobre realização de treinamento de 25 monitores para a Campanha de “Educação Popular”, em nível de diocesano.

RODRIGUES, José. [**Anotações**] 25/05/1984, Juazeiro – BA [para] Programa de Rádio e Homilias. Sobre palestra de Paulo Freire aos agentes pastorais.

RODRIGUES, José. [**Carta**] 10/03/1984, Juazeiro – BA [para] MILAN, Francisco. Duque de Caxias – RJ. Resposta à carta sobre experiência em educação popular.

RODRIGUES, José. [**Discurso**] 25/04/1984, Itaici - SP [para] Assembleia dos Bispos do Brasil, realizada de 24/04/1984 a 04/05/1984, em Itaici – SP.

RODRIGUES, José. [**Carta**] 04/08/1986, Juazeiro – BA [para] COSTA, Beatriz. Comunicado a Equipe da Editora Nova sobre recebimento de Cadernos de Educação Popular.

RODRIGUES, José. [**Carta**] 01/01/1993, Juazeiro – BA [para] Comité Nobel da Noruega. Parecer sobre Prêmio Nobel da Paz para o prof. Paulo Freire.

RODRIGUES, José. [**Entrevista**] 22/02/2002, Juazeiro-BA [para] Boletim Caminhar Juntos. Sobre a presença de Paulo Freire em Juazeiro.

ANEXO A - AUTORIZAÇÃO PARA USO DO ACERVO DOM JOSÉ RODRIGUES **TERMO DE COMPROMISSO PARA AUTORIZAÇÃO DE USO DE ESPAÇOS FÍSICOS DA BIBLIOTECA DO CAMPUS III**

CLÁUSULA PRIMEIRA: O AUTORIZADO, identificado no Termo de Responsabilidade para Uso de Espaço Físico do Acervo Dom José Rodrigues, anexo da Biblioteca Rômulo Galvão como também seus prepostos ficam autorizados a utilizar o espaço físico acima descrito, da UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB, situada à Rua Edgard Chastinet, 171, Bairro São Geraldo, Município de Juazeiro, nas datas e horários estabelecidos, responsabilizando-se neste período por:

- I - Atos de conduta dos seus convidados, conservação geral do patrimônio e instalações físicas;
- II - Conservação dos bens móveis, instalações elétricas e equipamentos de segurança;
- III - Devolução do material emprestado pertencente ao Acervo Dom José Rodrigues após o seu uso nas condições em que foi cedido.

CLÁUSULA SEGUNDA: O Acervo Dom José Rodrigues designará um funcionário de seu quadro para efetuar a abertura e o fechamento das instalações, vistoriar o patrimônio e ligar e desligar os equipamentos utilizados.

§ 1º: Havendo o uso do espaço para apresentação de evento que envolva apresentação pública musical (mecânica ou ao vivo) de repertório sujeito a Lei nº. 9.610/98 (Lei do Direito Autoral), o AUTORIZADO deverá apresentar previamente à AUTORIZANTE, antes da realização do evento, fotocópia da guia de recolhimento da retribuição de direito autoral paga ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição-ECAD.

§ 2º: A não apresentação prévia pelo AUTORIZADO da comprovação do recolhimento da guia de retribuição de direito autoral ao ECAD autorizará a UNEB/CAMPUS III a cancelar imediatamente a utilização do espaço físico, isentando-a desde já de qualquer responsabilidade, ainda que solidariamente.

CLÁUSULA TERCEIRA: As instalações deverão ser entregues ao Acervo Dom José Rodrigues da mesma forma em que foram encontradas quando recebidas.

CLÁUSULA QUARTA: O AUTORIZADO, ao término de suas atividades ou de seu período de locação, deverá providenciar a retirada de seus materiais, utensílios e demais objetos, o mais breve possível, das dependências da instituição, para que a AUTORIZANTE possa novamente utilizá-las em atividades de seu interesse.

CLÁUSULA QUINTA: É expressamente proibido qualquer tipo de alimento, tais como: pipocas, salgadinhos, refrigerantes, dentre outros assemelhados e fumar nos espaços físicos internos, como sala de leitura, acervo, atendimento e recepção.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CAMPUS III - JUAZEIRO

UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

Parágrafo único. Caso ocorra por parte do AUTORIZADO desrespeito ao disposto nesta cláusula, o mesmo ficará impedido de solicitar o(s) espaço(s) físico(s) para seus próximos eventos, além de arcar com eventuais danos ao patrimônio da AUTORIZANTE.

CLÁUSULA SEXTA: O AUTORIZADO deverá comunicar ao Acervo Dom José Rodrigues qualquer dano ou sinistro que venha a ocorrer antes ou durante o uso efetivo do(s) espaço(s) físico(s).

§1º: A responsabilidade do AUTORIZADO será apurada de acordo com o disposto no artigo 186 do Código Civil (Lei nº. 10.406/2002).

§2º: A AUTORIZANTE não se responsabiliza por danos materiais ou pessoais causados a terceiros no período da locação.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Acervo Dom José Rodrigues poderá suspender e/ou cancelar a locação a qualquer momento se não forem atendidas as normas administrativas e/ou de segurança pertinentes ao uso do(s) espaço(s) físico(s).

CLÁUSULA OITAVA: Os casos omissos neste instrumento serão resolvidos administrativamente pelo Coordenador da Biblioteca Rômulo Galvão.

CLÁUSULA NONA: Fica eleito o Foro da Comarca de Juazeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas na execução do presente Termo.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante nomeadas.

Juazeiro/BA, 25 de setembro de 2019.

Edonilce da Rocha Barros
Diretora do Departamento de Ciências Humanas – III
Edonilce da Rocha Barros
Diretora do DCH III/UNEB
CAD 74.003.293-9
PORT. 2.564/2018

ANEXO B – PARECER DO CONSELHO DE ÉTICA – PLATAFORMA BRASIL

USP - ESCOLA DE ARTES,
CIÊNCIAS E HUMANIDADES
DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO - EACH/USP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Práticas de Educomunicação no Sertão do São Francisco:
O papel do Acervo Dom José Rodrigues de Souza, em Juazeiro da Bahia.

Pesquisador: FRANCISCO DE ASSIS SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 22187019.6.0000.5390

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.701.314

Apresentação do Projeto:

Pesquisa de Doutorado da ECA-USP. Segundo o pesquisador, a pesquisa será realizada com base nos estudos culturais, mais especificamente sobre como se deu algumas práticas educomunicativas no sertão do São Francisco, tendo o papel do Acervo bibliográfico Dom José Rodrigues de Souza como elemento comunicacional indispensável na Política de Educação popular e no Projeto de Comunicação Popular, vivenciados na diocese de Juazeiro da Bahia.

Para viabilizar a realização da pesquisa foi definida uma “amostragem”. Para isso, o pesquisador dividiu os elementos em duas categorias: Documentos e Testemunhas históricas. Documentos – Nessa categoria encontram-se o Diretório de Comunicação da Igreja Católica, publicado em 2014, os livros que serão selecionados do Acervo por títulos e autores relacionados ao tema em estudo e o Boletim Caminhar Juntos, dos anos 1970 a 2003, da Diocese de Juazeiro da Bahia. Identificará, também, cartaz, ofícios, jornais, anotações, atas e outros documentos, parte do Acervo Bibliográfico, que trazem dados que comprovam o desenvolvimento de práticas e vivências ocorridas no bispado de Dom José Rodrigues, evidenciando os planejamentos, as execuções, as avaliações e os seus desdobramentos, além dos sentimentos, visões de mundo e de possibilidades, trazidos pelas ações de educação, comunicação e demais cunhos sociais, como material complementar de análise e alicerce para as conclusões. Levantarão com esses materiais os indicadores de educomunicação, dados históricos, técnicos, legais e de fundamentação, além

Endereço: Av. Artindo Bétio, nº 1000

Bairro: Ermelino Matarazzo

UF: SP

Telefone: (11)3091-1046

Município: SAO PAULO

CEP: 03.828-000

E-mail: cep-each@usp.br

USP - ESCOLA DE ARTES,
CIÊNCIAS E HUMANIDADES
DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO - EACH/USP

Continuação do Parecer: 3.701.314

da sistematização das práticas e vivências através de políticas e projetos desenvolvidos no bispado de Dom José Rodrigues.

Testemunhas históricas – Nesta categoria serão entrevistadas as pessoas que vivenciaram a montagem e utilização do Acervo bibliográfico para atividades diversas e estiveram envolvidas nas práticas da Política de Educação Popular e no Projeto de Comunicação Social desenvolvidas na Diocese de Juazeiro. Serão entrevistadas 12 pessoas, sendo agentes pastorais, leigos, padres, jovens e adultos, que receberão um termo de livre esclarecimento para o aceite e a participação na pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender como ocorrem as ligações entre os indicadores de educomunicação presentes no Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil com os possíveis indicadores encontrados no Acervo Dom José Rodrigues e nos relatos das práticas e vivências da Diocese de Juazeiro da Bahia.

Objetivo Secundário:

Conhecer os indicadores de educomunicação presentes no Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil; Levantar, dentro do Acervo Bibliográfico Dom José Rodrigues, registros que apresentem os possíveis indicadores de educomunicação; Analisar a prática e vivência da Política de Educação Popular e do Projeto de Comunicação Social da Diocese de Juazeiro da Bahia; Identificar a correlação entre os indicadores de educomunicação presentes no Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil, no Acervo Bibliográfico Dom José Rodrigues e nas práticas e vivências da Diocese de Juazeiro da Bahia.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos de participar deste trabalho são: Invasão de privacidade; Tomar o tempo do sujeito ao responder a entrevista.

Riscos:

Segundo o pesquisador, entre os riscos indica: 1. Risco da quebra de sigilo; 2. Risco de retaliações políticas diante das ideias apresentadas;

Benefícios: O desvelamento de detalhes de como se deu a realização de práticas educacionais no Sertão do São Francisco, gerando construção de conhecimento sobre esse fato histórico na diocese de Juazeiro da Bahia.

Endereço: Av. Arlindo Bétio, nº 1000

Bairro: Ermelino Matarazzo

UF: SP

Município: SÃO PAULO

Telefone: (11)3091-1046

CEP: 03.828-000

E-mail: cep-each@usp.br

**USP - ESCOLA DE ARTES,
CIÊNCIAS E HUMANIDADES
DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO - EACH/USP**

Continuação do Parecer: 3.701.314

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estudo relevante para a área da educocomunicação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1422189.pdf	14/10/2019 22:14:31		Aceito
Outros	EsclarecimentoaoConselhodeEtica.docx	14/10/2019 22:11:16	FRANCISCO DE ASSIS SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMODECONSENTIMENTOLIVREESCLARECIDO.docx	14/10/2019 21:58:39	FRANCISCO DE ASSIS SILVA	Aceito
Outros	Termoautorizacaocoletadados.pdf	25/09/2019 17:32:36	FRANCISCO DE ASSIS SILVA	Aceito
Outros	cartaprotocolo.docx	25/09/2019 17:27:50	FRANCISCO DE ASSIS SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodoutorado.docx	12/09/2019 11:55:18	FRANCISCO DE ASSIS SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	12/09/2019 11:46:01	FRANCISCO DE ASSIS SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Arlindo Bettio, nº 1000

Bairro: Ermelino Matarazzo

UF: SP

Município: SÃO PAULO

CEP: 03.828-000

Telefone: (11)3091-1046

E-mail: cep-each@usp.br

USP - ESCOLA DE ARTES,
CIÊNCIAS E HUMANIDADES
DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO - EACH/USP

Continuação do Parecer: 3.701.314

SAO PAULO, 12 de Novembro de 2019

Assinado por:
Rosa Yuka Sato Chubaci
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Arlindo Bétio, nº 1000

Bairro: Ermelino Matarazzo

UF: SP

Município: SAO PAULO

CEP: 03.828-000

Telefone: (11)3091-1046

E-mail: cep-each@usp.br

ANEXO C – TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado para participar da pesquisa: **Educomunicação no Sertão do São Francisco: o papel do Acervo Dom José Rodrigues de Souza, em Juazeiro da Bahia**, sob a responsabilidade do pesquisador **Francisco de Assis Silva**, aluno do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM/ECA/USP), da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, orientado pelo **Prof. Dr. Ismar de Oliveira Soares**, professor/pesquisador da área de concentração: Interfaces Sociais da Comunicação e da linha de pesquisa: Comunicação e Educação.

1. Justificativa do estudo: Trata-se de uma análise dos indicadores de educomunicação presentes no Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil e identificação desses indicadores anteriormente presentes na Política de Educação Popular, no Projeto de Comunicação Social e no Acervo Bibliográfico Dom José Rodrigues de Souza, montados pelo Bispo Dom José Rodrigues de Souza, da Diocese de Juazeiro na Bahia.
2. O objetivo do estudo: Compreender como ocorrem as inferências dos indicadores de educomunicação presentes no Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil com os indicadores encontrados no Acervo e nas práticas e vivências do bispado de Dom José Rodrigues e a repercussão para a educomunicação a ser desenvolvida no sertão do São Francisco.
3. Procedimentos utilizados durante o estudo: Para garantir o bom êxito da investigação de campo, será utilizada a pesquisa qualitativa muito utilizada nas disciplinas das Ciências Humanas e Sociais e, também, a realização de observações diretas, conversas informais, entrevistas abertas e semi-estruturadas apresentando perguntas previamente idealizadas pelo pesquisador, sendo flexíveis e interativas, permitindo o aprofundamento em determinados aspectos, de acordo com o andamento da entrevista. Os dados serão analisados de forma ética apresentando as respostas dos entrevistados, optando-se pela não identificação dos atores do processo, simbolizando o respondente apenas por letras do alfabeto.
4. Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a minha participação na referida pesquisa.
5. Estou livre para interromper, a qualquer momento, minha participação na pesquisa sem sofrer qualquer forma de retaliação. Tenho direito ao acesso a pesquisa durante todo o processo.

6. Meus dados pessoais e outras informações que possam me identificar serão mantidos em sigilo, caso seja do meu desejo.
7. Todos os custos serão de responsabilidade do pesquisador, sem nenhum custo para o participante da pesquisa e caso aconteçam serão devidamente restituídos, inclusive para seus acompanhantes.
8. Os riscos de participar deste trabalho são: Invasão de privacidade; Tomar o tempo do sujeito ao responder a entrevista. Caso ocorram os participantes de pesquisa receberão assistência e poderão, inclusive, serem indenizadas.
9. Os benefícios em participar deste trabalho são: o desvelamento de detalhes de como se deu a realização de práticas educacionais no Sertão do São Francisco, gerando construção de conhecimento sobre esse fato histórico na diocese de Juazeiro da Bahia.
10. Os resultados gerais obtidos nesta pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos propostos, incluída sua publicação em congresso ou em revista científica especializada.
11. Esse documento será emitido em duas vias e uma delas ficará com o participante.
12. Os participantes serão todos maiores de 18 anos.
13. Poderei contatar o Comitê de Ética em Pesquisa através do telefone (11) 3091-1046, no endereço Rua Arlindo Bettio, 1000, Vila Guaraciaba, São Paulo –SP, CEP 03028-000 ou pelo e-mail: cep-each@usp.br.
14. Poderei contatar a pesquisador responsável pela pesquisa através do telefone (74) 99191-3580, no endereço: Rua 02, nº 32, Bairro: Maringá, Juazeiro – BA, ou pelo e-mail: assis-francisco@bol.com.br.

Juazeiro-BA, _____ de _____ de 2019

Assinatura do participante de pesquisa

ANEXO D - TÓPICOS DO ENCONTRO COM PAULO FREIRE EM JUAZEIRO

ENCONTRO COM PAULO FREIRE (25/05/1984)

- 1 - O caso do Salitre, em que foram assassinados 2 fazendeiros por conflito de água. O Bispo foi acusado de ser o mandante do crime.
- 2 - Pior coisa : sentimento de culpa.
- 3 - Com calma, continuar o trabalho. Usar a tática.
- 4 - Descompasso : discurso e prática.
- 5 - Outros assuntos :
 - 1) A Direita, após a Revolução, começa a contar os fracassos da Revolução, como a fila de carne. Contradições internas e externas.
 - 2) Processo revolucionário gera tensões, atrapalha o ritmo da produção, pois os ricos fogem, levando as riquezas. Na Suíça, as contas não estão em "no mes", mas em "números".
 - 3) A Guiné Bissau teve de fabricar seu "dinheiro", que é abstrato, o Gover é que declara.
 - 4) Revolução não faz milagres, faz-se na História, com os sujeitos e objetos, que são os homens e as mulheres.
Os burgueses tentam cooptar a Revolução!
 - 5) Não é só com eleições que existe "Democracia". No Brasil, há eleições e tanto autoritarismo!
- 6 - Socialismo Democrático e não Social Democracia!
- 7 - Liderança se decreta e se afasta do povo : não é o que queremos!
- 8 - A produção de alimentos do mundo é suficiente para que ninguém passe fome. O que falta é a distribuição de alimentos.
- 9 - O Povo Brasileiro, há 484 anos, leva cacetada!
- 0 - Provar ao povo, por palavras e mais por pequenas experiências, que é possível mudar a Sociedade!
- 1 - Oprimido tem de entender que o opressor tb é vulnerável (caso do assassinato de 2 fazendeiros no Vale do Salitre).
- 2 - Na Argentina, o que lá acontece é importante!
- 3 - Defasagem : entre as necessidades exigidas e limites dos agentes pastorais : não há tempo! Tensão entre subjetividade e objetividade.
Limites : de tempo, de sabedoria, físicos e psíquicos.
- 4 - Os líderes militantes : precisam viver, comer e dormir.
Conversar sobre coisas à toa.
- 5 - "Terreiro" : modo que os oprimidos inventam para sobreviver.
- 6 - Medo : faz parte da vida! Dor e medo : necessários à vida.
É preciso disciplinar o medo. Sociologizar o medo.
- Uma comunidade solidária, fraterna, diminui o medo.
- 7 - O que neste país, não é sério é a classe dominante!
Ela é incompetente, gananciosa e não é séria!
- 8 - O PT é a 1ª coisa, na História Política do Brasil, que nasceu de baixo para cima!

ANEXO E - TÓPICOS DE PALESTRA COM PAULO FREIRE EM JUAZEIRO

ANOTAÇÕES DA PALESTRA DE PAULO FREIRE AOS AGENTES PASTORAIS (25/05/1984)

- 1 - Apresentação por grupos e dizer quais as preocupações.
- 2 - Proposta de Paulo Freire : 2 ou 3 problemas, partindo do universal para os problemas específicos.
- 3 - Problema geral : a prática termina em impasse.
- 4 - Cooperativa de consumo em Paulo Afonso.
- 5 - Boletins para sociolizar as pequenas vitórias do povo.
- Dramatizar. Fazer teatro.
- 6 - Amílcar Cabral : Se é tempo de andar, não posso correr.
Se é tempo de correr, não posso andar.
- 7 - * Tática : caminhos diferentes que vão possibilitar o sonho, a opção.
Não prática autoritária, para conseguir a libertação.
O limite do povo.
- 8 - * Estratégia : clarear o objetivo : o que eu quero ?
Estratégia de dominação : meios de dominação : polícia, armas, delegado, inspetor de quartelão.
- 9 - História se faz com vontade, não com voluntarismo.
Ética e não "moralismo".
- 10 - * Revolução : com gente viva e alguns mortos, que se tornam heróis.
Lenin : A corrente se quebra no elo mais fraco.
- 11 - Religião : quase sempre foi obstáculo à Revolução.
CNBB : 20 anos atrás deu documento a favor do Golpe Militar,
agora o limite mudou!
- 12 - Profeta louco : dá a cabeça para salvar a ação.
"Anunciar" dentro das regras da luta.
"Denunciar" dentro das regras da luta.
- 13 - A Igreja é Mãe, mas também é filha do povo.
- 14 - Possessivismo : julgar-se possuidor do povo.
- 15 - Brasileiros : inventados de cima para baixo.
- 16 - Criar em nós a virtude da "tolerância".
Discordar das "táticas" e concordar com a "estratégia".
Isso se resolve na "práxis" política.
- 17 - Capitalismo : o lucro é que vale! A natureza mesma é má.
Alternativa : Socialismo Democrático.
- 18 - Socialização dos meios de produção, com participação do povo.
- 19 - A História não se explica sem a luta de classes, mas a luta de classes não explica toda a História. O Movimento Ecologista, permeado de luta de classes, ganha terreno.
- 20 - * "Tática" : toda manobra, caminhos para realizar o sonho.
Estratégia : o que queremos.
- 21 - O povo é proibido de saber como é oprimido e como criar coisa nova.
- 22 - Desnudar a realidade e aprender a ler a palavra e a escrever a palavra e ler a palavra. Leitura do mundo = desnudamento da realidade.
- 23 - * Revolução do mundo se faz pela leitura reta da palavra. O povo faz a revolução, toma a História nas mãos.
- Quando se lavam as mãos diante do opressor, fica-se do lado do opressor.

ANEXO F - ENTREVISTA SOBRE A PRESENÇA DE PAULO FREIRE EM JUAZEIRO

ENTREVISTA AO LUIZINHO SOBRE A PRESENÇA DE PAULO FREIRE EM JUAZEIRO

10. José Rodrigues C.L.R.: 22/02/2002

- 1 - Como surgiu a idéia de trazer Paulo Freire à Diocese de Juazeiro ?
Resp.: Tomei posse como Bispo de Juazeiro em 16/02/1975. Estava em plena construção a Barragem de Sobradinho, que expulsou 72 mil pessoas da região. A Diocese não estava preparada para enfrentar essa problemática. Coloquei-me ao lado dos que iam ser desalojados. Contratei advogado. Vieram jovens voluntários do Sul. Aos poucos conseguimos ir organizando o povo para reivindicar seus direitos.
- 2 - Em 1976, tive de enfrentar 2 acontecimentos que me marcaram : a 1ª seca que viveria de perto, depois ^{para} para Prefeitos, Vereadores e Deputados. Tomei, então, conhecimento dos "currais eleitorais", com os famosos "coronéis do sertão", que sabem misturar violência e prepotência com paternalismo e sagacidade.
- 3 - Em 1980, em Assembléia Diocesana, assumimos a "Educação Política", permanente e não-partidária, como uma de nossas prioridades pastorais. Em 1981, publicamos a cartilha "Política : A Luta de um Povo", que teve repercussão por todo o Brasil.
- 4 - Tendo Paulo Freire voltado do exílio em 1979, surgiu a idéia de trazê-lo à Diocese de Juazeiro para treinar "Monitores" para a Educação Popular. Paulo Freire, que já ouvira falar da pastoral da Diocese, aceitou vir em 1983, passando uma semana conosco. Voltou, depois, em maio de 1984 e em abril de 1986.
- 5 - Problemas que havia, para cuja solução queríamos orientação de Paulo Freire : a) Já terminara a construção da Hidrelétrica de Sobradinho, mas, em consequência, surgiram os problemas da relocação dos desalojados em precárias condições;
 b) com a valorização das terras às bordas do grande Lago, nossa região se tornou o paraíso dos grileiros. Coloquei-me ao lado dos posseiros. - Em 1988, o fazendeiro Nielson Braga matou, barbaramente, o lavrador Antônio Guilhermino. Lancei a excomunhão sobre o grileiro, fato raro na Igreja do Brasil.
 c) A política dos coronéis continuava dominando a região, com reações terríveis : invasão da casa do Bispo em 1980, pichação da cidade contra o Bispo, acusando-o de comunista, panfletos e falsificação de documentos da Diocese.
- 6 - Pois bem, em tudo isso muito nos ajudou Paulo Freire nas 3 vindas à Diocese, capacitando-nos para enfrentar esses problemas. :
convicções que ficaram : 1) Educação é diálogo entre educador e educando; 2) Educação é ato comunitário; 3) Educação não é uma etapa da vida, mas é um processo permanente; 4) Educação é ato de liberdade e para a liberdade; 5) Educação se faz na ação e na reflexão.
- 7 - Que ficou da doutrina de Paulo Freire : modo democrático de dirigir a Diocese. Mais de uma vez tenho ouvido de Agentes Pastorais : " O Sr. nos dá muita liberdade para trabalhar". Viva, pois, Paulo Freire!
 - com o estímulo de Paulo Freire, fui montando a Biblioteca Diocesana, hoje com 45 mil volumes, onde está a obra completa de Paulo Freire e de seus discípulos : Carlos Rodrigues Brandão e Moacir Gadotti.

ANEXO G - DECLARAÇÃO DA PRESENÇA DE LADISLAU DOWBOR EM JUAZEIRO - PROJETO DE EDUCAÇÃO POPULAR

Bispo de Juazeiro

Av. Dr Adolfo Viana, 08

Tel. 2244 — Caixa Postal 192
48.900 — Juazeiro — BA. — Brasil

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro, para os devidos fins, que o Prof. LADISLAU DOWBOR esteve na Diocese de Juazeiro-BA, de 26 a 28 de maio de 1983, falando sobre ECONOMIA aos Padres, Religiosas e Agentes Pastorais Leigos da Diocese, quando fez também palestra para pessoas interessadas de Juazeiro e Petrolina-PE. Esta série de palestras está dentro da "EDUCAÇÃO POPULAR", que a Diocese está promovendo, sob a orientação da Equipe de PAULO FREIRE.

A Diocese de Juazeiro fica no Nordeste do Brasil, no famigerado "POLÍGONO DAS SECAS", numa das regiões mais secas, mais quentes e mais pobres do Brasil:

- 1 - Estamos atravessando o 5º ano consecutivo de seca, em toda a região.
- 2 - A situação do povo é de pobreza absoluta, de miséria, que se manifesta na F O M E. Da FOME provêm todas as doenças do povo, principalmente a grande mortalidade infantil. De mil crianças que nascem, cento e cinquenta morrem nos primeiros meses de vida.
- 3 - A pobreza absoluta se manifesta no alto índice de analfabetismo, que chega a 80 ou 90% de analfabetos adultos.
- 4 - A pobreza absoluta se manifesta no alto índice de prostituição. Na cidade de Juazeiro, sede da Diocese, com 70 mil habitantes, existem mais de duas mil prostitutas na periferia da cidade. É o único modo de sobreviverem, pois na cidade existem uns 20 mil desempregados.
- 5 - Essa situação é mantida pela dominação política, que dela vive e a explora.
- 6 - A Diocese tem procurado enfrentar essa situação por uma "opção decidida pelos pobres", procurando suscitar "Comunidades Eclesiais de Base", onde o povo se reúne para viver e celebrar sua Fé e ter força de reivindicar seus direitos. Nesse sentido fez uma "Cartilha de Educação Política" e produz materiais escritos como : "NATAL EM COMUNIDADE", "CAMPANHA DA FRATERNIDADE" e "MÊS DA BÍBLIA", bem como slides e 2 filmes sobre nossa região.
- 7 - Dentro desta caminhada, chegamos a duas conclusões : a) Necessidade da alfabetização para que o povo possa aproveitar os materiais escritos, preparados pela Diocese; b) Necessidade de melhorar a situação econômica do povo. Enquanto não se mudarem as relações de trabalho e produção, será muito difícil e lenta a libertação de nosso povo. Basta lembrar o resultado das eleições de novembro de 1982, em todo o Nordeste!
- 8 - Diante de tudo isso é que convidamos o Prof. LADISLAU DOWBOR para falar sobre ECONOMIA para os Padres, Religiosas e Agentes Pastorais Leigos, dentro da EDUCAÇÃO POPULAR, que a Diocese está promovendo. Somos muito gratos ao Prof. LADISLAU DOWBOR por ter passado estes dias conosco.

Juazeiro, 29 de maio de 1.983.

D. José Rodrigues de Souza C. SS. R.
Bispo de Juazeiro - BA

ANEXO H - REGISTRO DAS VISITAS DE PAULO FREIRE À DIOCESE DE JUAZEIRO

PARA PE. SILVAN E JUVENAL - SEDICA : Paulo Freire :

Para a página da INTERNET da UFPB e UFPE, por intermédio de Prof. Luiz Gonzaga Gonçalves, que foi Agente Pastoral da Diocese de Juazeiro, na década de 80, por obséquio procurem localizar gravações de programas da Rádio Juazeiro e Emissora Rural :

1 - Primeira visita de Paulo Freire à Diocese de Juazeiro em abril de 1983 :

a) Entrevista à jornalista MARTA LUZ da Rádio Juazeiro, em 24 de abril de 1983,

2 - Da 2ª visita de Paulo Freire à Diocese de Juazeiro em 25/05/1984, tenho apenas algumas anotações.

3 - Da 3ª visita à Diocese de Juazeiro em abril de 1986 tenho o seguinte :

a) Cópia da palestra para o povo de Juazeiro sobre as VIRTUDES DO EDUCADOR,

b) Cópia do Programa do "SEMEANDO A VERDADE" na Emissora Rural.

- Prof. Luiz Gonzaga (Luizinho) deve vir a Juazeiro na 2ª metade de ^{fevereiro} ~~Juazeiro~~ /2002.
Localizando essas matérias, deixem-nas em separado!

MATÉRIAS DE E SOBRE AS 3 VINDAS DE PAULO FREIRE A JUAZEIRO

D. José
08/02/2002

1 - Na 1ª visita, abril de 1983, cfr. "CAMINHAR JUNTOS" de maio de 1983, da página 01 a 20.

2 - Da 2ª visita, maio de 1984, existem só anotações.

3 - Da 3ª visita, abril de 1986, cfr. "CAMINHAR JUNTOS", mês de maio de 1986 :

a) AS VIRTUDES DO EDUCADOR(A) : "CAMINHAR JUNTOS" : pág. 01 a 10,

b) Na Emissora Rural "NÉVOAS QUE ENCOBREM A REALIDADE", pág. 11 a 13.

ANEXO I - CARTA DE PEDIDO DE INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO DE EDUCAÇÃO POPULAR

Paróquia Nossa Sra. do Pilar

Pilar - C. Eliseos - J. Primavera - Saracuruna

Bom Retiro - Figueira — Diocese de Petrópolis-RJ Duque de Caxias - RJ

Rua dos Tamarindos s/n - 25.200 - Campos Eliseos

Duque de Caxias, 27 de fevereiro de 1984

AO Secretariado de Pastoral

Diocese de Juazeiro - BA

Caros amigos:

Somos a Paróquia de Nossa Senhora do Pilar, localizada na periferia do município de Duque de Caxias na região da Baixada Fluminense-imensa região que cerca pelos quatro cantos a cidade do Rio de Janeiro.

Tomamos conhecimento através do Boletim diocesano "Caminhar Juntos", da Revista SEDOC e da Editora "Todos Irmãos" (SP), da experiência em andamento em sua diocese, de alfabetização de adultos de acordo com o Método Paulo Freire de Alfabetização de Adultos.

Temos interesse de, neste ano de 1984, iniciar em âmbito paroquial uma caminhada neste sentido. Estamos numa das regiões mais pobres de nosso país e que conta com um índice de analfabetismo muito grande. Isso reforça nosso interesse no Método Paulo Freire: além de ser alfabetizador, é desvelador das contradições sociais, leva a uma participação dos educandos como sujeitos do processo-educacional e social.

Sabemos o quanto é "valioso" essa vivência: de uma educação-conscientizadora que procura valorizar a experiência de vida das pessoas que dela participam, que procura eliminar a barreira educador-educando, e que leva os educandos a, uma vez alfabetizados, serem aqueles que serão os alfabetizadores dos companheiros.

Visto isso, gostaríamos de saber:

- Se há em sua diocese um grupo de trabalho encarregado de avaliar a caminhada, coordená-la, etc. ou um grupo que tenha a função específica de formadores dos educadores populares;

Paróquia Nossa Sra. do Pilar

Pilar - C. Eliseos - J. Primavera - Saracuruna

Bom Retiro - Figueira — Diocese de ~~Petrópolis-RJ~~ Duque de Caxias - RJ

Rua dos Tamarindos s/n - 25.200 - Campos Eliseos

- Como está organizado o "programa" de alfabetização a nível de região;

- Como o "programa" se articula com as CEBS da região onde está sendo desenvolvida;

- Se haveria possibilidade de um contato mais estreito nosso com essa equipe, tendo em vista uma troca de experiências visando a implantação desse projeto em nossa região.

É de nosso desejo que nós estreitemos os laços, os contatos e que cheguemos a trabalhar juntos nessa caminhada.

Esperamos também que sua disponibilidade nesse sentido seja generosa.

Esperamos também que sua resposta seja breve, tendo em vista o início de nosso projeto.

Sem mais pelo momento.

Pe Francisco Uliari

ANEXO J - RESPOSTA SOBRE O PROJETO DE EDUCAÇÃO POPULAR

Juazeiro, 10/03/84.

Caro Pe. Francisco Milan :

"Para que todos tenham vida"(Jo 10,10 = CF/84).

Como só no fim do mês vamos nos reunir, respondo logo à sua carta sobre a "EDUCAÇÃO POPULAR" na Diocese :

1 - Já tínhamos algumas experiências sobre a Educação Popular. Em 83, em abril, PAULO FREIRE passou uma semana conosco; devia voltar em set., mas adoeceu.

2 - Na Diocese, temos 11 "Círculos de Cultura" : 3 na periferia de Juazeiro e 8 no interior da Diocese. Os 6 anos de seca que flagelam toda a Diocese, têm absorvido nossa atenção para coisas mais urgentes : fome, frentes de serviço, perfuração de poços etc. Embora para nós isso seja "educação política", não sobra tempo e condições para outras coisas.

3 - A Assembléia Geral Diocesana pediu, para este ano, a liberação de um Agente Pastoral para ser o animador e coordenador da "Educação Popular" na Diocese, o que será decidido em nosso Encontro de 26 a 31 de março próximo, que terá assessoria de Frei Clodovis Boff. Certamente será liberado : Luiz Gonzaga Gonçalves

Casa Paroquial

47.200 - REMANSO - BA

a quem o Sr.poderá dirigir-se para outras informações.

4 - É quase certo que teremos a presença de PAULO FREIRE, entre nós, nos dias 25 e 26 de maio próximo. Neste sentido, mando-lhe o "CAMINHAR JUNTOS" de maio/83 que fala disso. - Por hoje, vão essas informações, ficando nós a seu inteiro dispor, com grande abraço,

19. José Rodrigues de Souza

Remetente Pe. Francisco Milan

Endereço Casa paroquial - R. dos Tamarindos s/nº - Campos Elíseos
Duque de Caxias - RJ

2 5 2 0 0

ANEXO L - CARTA AO COMITÊ NORUEGO - PRÊMIO NOBEL DA PAZ

D. José Rodrigues de Souza C. SS. R.
Bispo de Juazeiro

Av. Dr. Adolfo Viana, 08

Tel. (075) 811-2244 - Caixa Postal 192

Juazeiro, 01 de janeiro de 1993.

48.900 — Juazeiro — Bahia — Brasil

COMITÊ NOBEL NORUEGO

Drammensveien 19

N-0255 OSLO-2, NORUEGA

Assunto : PRÊMIO NOBEL DA PAZ/1993 para o PROF. PAULO FREIRE.

Exmos. Srs.,

Com muita alegria, a Diocese de Juazeiro, na Bahia, no Nordeste do Brasil, aos que indicam o nome do Prof. PAULO FREIRE, ela se associa, reforçando a indicação.

A nosso convite, PAULO FREIRE esteve 3 vezes na Diocese de Juazeiro, para treinar "Monitores" para a Alfabetização de Adultos. Em nossa região, o número de analfabetos adultos chega a 80% !!! Hoje, temos na Diocese 30 "Círculos de Cultura" no "MÉTODO PAULO FREIRE". Ao visitar o interior da Diocese, fiquei comovido ao ver adultos, chefes de família, à noite, à luz de um lampião, aprendendo a ler e escrever!

Da longa série de obras literárias de PAULO FREIRE, apontamos : "PEDAGOGIA DO OPRIMIDO" e a recente "PEDAGOGIA DA ESPERANÇA".

A concessão do PRÊMIO NOBEL DA PAZ, em 1993, irá pôr em destaque, na sociedade neoliberal e postmoderna, a "PEDAGOGIA FREIRIANA", centrada na Educação Libertadora, na luta pela Justiça e Equidade inerentes aos processos democráticos.

Todos sabemos que PAULO FREIRE representa um dos fenômenos educativos mais importantes do Século XX que, com justa razão, tem sido chamado "o maior pedagogo de nosso tempo".

A clareza, vigência e importância da "PEDAGOGIA FREIRIANA" significa uma referência obrigatória para todos que lutamos por uma EDUCAÇÃO PARA A PAZ e por uma SOCIEDADE MAIS JUSTA.

Por tudo isso, a Diocese de Juazeiro, por seu Bispo, Padres, Religiosas e Agentes Pastorais Leigos(as) se associa às Entidades do Mundo inteiro na indicação do nome do PROFESSOR PAULO FREIRE para o PRÊMIO NOBEL DA PAZ/1993.

Na expectativa de que essa indicação se concretizará, envio-lhes minhas saudações cordiais, com votos de feliz ANO NOVO/1993,

D. José Rodrigues de Souza C.S.S.R.
Dom José Rodrigues de Souza C.S.S.R.
Bispo de Juazeiro-Bahia-Brasil

ANEXO M - REGISTRO DE ASSESSORIA DA UCBC EM JUAZEIRO

RELATÓRIO DO III ENCONTRO DAS EQUIPES PAROQUIAIS DE COMUNICAÇÃO

CARNAÍBA DO SERTÃO: 05 A 10 DE JULHO DE 1994.

ASSESSORIA: PROFESSOR FRANCISCO ASSIS FERNANDES

SECRETÁRIO GERAL DA UCBC - UNIÃO CRISTÃ BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

TEMA GERAL: ANÁLISE DE CONJUNTURA E DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA ATRAVÉS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

QUARTA FEIRA: 06/07/1991

- ABERTURA COM PALAVRAS INICIAIS DO COORDENADOR DO SEDICA - MOISÉS ALMEIDA
- ORAÇÃO: CADA PARTICIPANTE LEMBRAR DE ALGUM TRECHO DO EVANGELHO E COLOCAR EM COMUM ALGUNS TRECHOS LEMBRADOS DO EVANGELHO
 - . IDE E COMUNICAI O EVANGELHO A TODA CRIATURA
 - . COMUNICAÇÃO COM A SAMARITANA
 - . O SAL E A LUZ DO MUNDO
 - . EU VIM ANUNCIAR A LIBERTAÇÃO AOS CATIVOS E PRISONEIROS, EU VIM ANUNCIAR O ANO DE GRAÇA DO SENHOR
 - . PESCADORES DE HOMENS
 - . ANUNCIAR A RESSUREIÇÃO DE JESUS
 - . TE BENDIGO Ó PAI PORQUE REVELASTES AOS PEQUENOS
 - . CURA DOS CEGOS

CANTO SOBRE COMUNICAÇÃO: TODA BÍBLIA É COMUNICAÇÃO

- PALAVRAS DO ASSESSOR FRANCISCO ASSIS FERNANDES.
- APRESENTAÇÃO EM RITMO DE FORRÓ COM ALTERNÂNCIA.

**A ÚNICA DERROTA NA VIDA É FUGIR DIANTE DAS DIFICULDADES* - O assessor fez sua introdução ao encontro, baseando-se nela.*

A PREOCUPAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÕES

PARTINDO DO CONCEITO AUTOR FRANCÊS PIERRE ^{Barbin} BARBAN: POR QUE NOS COMUNICAMOS?

- 1) PARA TRANSMITIR UMA MENSAGEM: MAS NÃO É SÓ TRANSMITIR, É COMPARTILHAR FATOS, IDÉIAS, SENTIMENTOS, PREOCUPAÇÕES, ANGÚSTIAS....
- 2) INFLUENCIAR: NAS ATITUDES, COMPORTAMENTOS, NA POLÍTICA, EDUCAÇÃO E CULTURA.
- 3) ORIENTAR: PARA SOLUCIONAR PROBLEMAS DA VIDA

^{Barbin} PIERRE BARBAN, DEFINE QUE COMUNICAÇÃO É *SER E VIVER!*

COMUNICAÇÃO INTERPESSOAL: É AQUELA QUE ACONTECE ENTRE DUAS PESSOAS
EX.: ATRAVÉS DE TELEFONE

COMUNICAÇÃO INTRAPESSOAL: É AQUELA QUE ACONTECE DENTRO DE VOCÊ
EX.: QUANDO VOCÊ CONVERSA CONSIGO MESMO

COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA: É A COMUNICAÇÃO QUE ACONTECE NA COMUNIDADE
EX.: EXISTEM LÍDERES, COORDENADORES, ATRAVÉS DA FALA.

FORMAS DE COMUNICAÇÃO:**VERTICAL:** QUANDO O LÍDER FALA E CONTINUA PALANDO**HORIZONTAL:** QUANDO A COMUNIDADE ACEITA A PROPOSTA DO OUTRO**COMUNICAÇÃO GRUPAL:** ACONTECE DENTRO DE UM CERTO GRUPO, COM OBJETIVOS DEFINIDOS.**COMUNICAÇÃO DE MASSA:** AQUELA QUE É FEITA PARA MILHARES DE PESSOAS.**GRANDE:** PARA UM GRANDE NÚMERO DE PESSOAS**HETEROGÊNEA:** É FEITA PARA TODO TIPO DE CLASSE**ORGANIZADA:** ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, TÉCNICA**OS CAMINHOS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

- 01) FALA(LOGOS) = SOM, TEATRO
- 02) DESENHO (ESCRITA: FENÍCIOS, GREGOS, ROMANOS)
- 03) 1447 (GUTENBERG) TIPOGRAFIA - SURGE A PALAVRA IMPRESSA
- 04) TELÉGRAFO = (QUE DIZER: TELE: LONGE, GRAFO: ESCRITA=ESCREVER A DISTÂNCIA) CÓDIGO MORSE
O PRIMEIRO LIVRO A SER ESCRITO FOI "JUIZO FINAL", MAIS TARDE, EM 1450 APARECEU A BÍBLIA.
- 05) TELEFONE (ALEXANDRE BELL) = TELE: LONGE, FONE: SOM (SOM A DISTÂNCIA)
- 06) RÁDIO (MARCONI) 1902 = HERTZ ENGENHEIRO ALEMÃO FOI QUEM DESCOBRIU AS ONDAS ELETRO-
-MAGNÉTICAS. O RÁDIO FIO A VERDADEIRA REVOLUÇÃO!
TEMOS RÁDIO: FM, AM, TROPICAIS, ONDAS CURTAS.
- 07) TELEVISÃO: QUE JUNTOU OUTRAS FORMAS DE COMUNICAÇÃO (TEATRO, RÁDIO, CINEMA, GRÁFICO)
- 08) CINEMA
- 09) MULTIMÍDIA (MUITOS MEIOS) TEM A POSSIBILIDADE DE MANIPULAR A REALIDADE
JUNTOU A COMUNICAÇÃO ESCRITA COM A COMUNICAÇÃO DE IMAGENS
MÍDIA = PALAVRA LATINA, MAIS CONSUMIDA NOS E.U.A.
MEDIUM = PLURAL DE MEIOS, EM LATIM MÉDIA QUE DIZER CONJUNTO DOS VEÍCULOS DE COMU-
-CAÇÃO.
- 10) MÍDIA ALTERNATIVA = MÍDIA A SERVIÇO DA COMUNIDADE
 - BOLETIM: VÁRIAS PÁGINAS (08)
 - FOLHETO = UMA PÁGINA
 - PANFLETO = UMA MENSAGEM
 - VÍDEO (AUDIOVISUAL) = FORÇA DE DOCUMENTO
 - FITA K7 GRAVADA = CARÁTER DOCUMENTAL
 - FAX

O ALCANCE DA COMUNICAÇÃO: KHZ(KILOHERTZ), MHZ(MEGAHERTZ), GHZ(GIGAHERTZ).**KHZ = 1.000****MHZ = 1.000.000****GHZ = 1.000.000.000****O PROCESSO DA COMUNICAÇÃO SONORA:** EXISTEM AS ONDAS E FREQUÊNCIA**ONDA:** MOVIMENTO VIBRATÓRIO DO AR (ONDA ELETRO-MAGNÉTICA)**FREQUÊNCIA:** NÚMERO DE VEZES QUE A HONDA SE REPETE**EXEMPLO DE AMPLITUDE MODULADA - RÁDIOS AM**

1. TEORIA CRÍTICA (ESCOLA DE FRANKURT)

- FALA DA COMUNICAÇÃO COMO *PRODUTO CULTURAL* (CINEMA, REVISTAS, TV E RÁDIO) TRANSFORMA O ÚNICO, LOCAL, EM UM PRODUTO CULTURAL (MASSIFICA)
- PARA ESTA TEORIA, TUDO QUE É ARTE, FOI ADULTERADO.

2. TEORIA DA DEPENDÊNCIA

- TEORIA QUE CLASSIFICA OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO COMO DEPENDENTES DOS E.U.A
- TEORIA NASCIDA PRINCIPALMENTE NA AMÉRICA LATINA

EM TERMOS DE COMUNICAÇÃO, ASSIM SE ENCONTRAM OS PAÍSES:

E.U.A

BRASIL

MÉXICO

NOS ESTADOS UNIDOS EXISTEM AS SEGUINTE GRANDES REDES DE TV:

RCA, NBC, ABC E CNN. SÃO TELEVISÕES QUE UTILIZAM OS SEGUINTE SISTEMAS:

TVA, TVC, UHF E VHF.

AS PRINCIPAIS REDES DE TV NO BRASIL SÃO: **GLOBO, SBT, BANDEIRANTE, MANCHETE.**

3. TEORIA DA LIBERTAÇÃO

- TEORIA NASCIDA A PARTIR DAS EXPERIÊNCIA DO EDUCADOR PAULO FREIRE.
- EDUCAÇÃO PARA RECEPÇÃO! QUE PODE SER ATIVA OU PASSIVA.

DIA 07/07/1994 - QUINTA FEIRA

O DIA COMEÇOU COM UM CANTO (QUANDO O ESPÍRITO DE DEUS SOPROU) REZAMOS UM PAI NOSSO E UMA AVE-MARIA

TEMPO RESERVADO PARA INFORMAÇÃO SOBRE O INBRAC.

INBRAC: INSTITUTO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO - **REDE VIDA DE TELEVISÃO.** É UMA ASSOCIAÇÃO DE BISPOS E EMPRESÁRIOS CRISTÃOS. QUEM CONSEGUIU O CONCESSÃO PARA O CANAL FOI UM EMPRESÁRIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP, "SR. MONTEIRO". O INBRAC VAI SER O RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO DA REDE VIDA DE TELEVISÃO. EM FEVEREIRO DE 1995, A TELEVISÃO DEVERÁ ESTAR NO AR, E TEM POSSIBILIDADE DE EXPANDIR DIVERSAS AFILIADAS E REPETIDORAS POR TODO PAÍS.

FORMAÇÃO DO SENSO CRÍTICO NA RECEPÇÃO DA COMUNICAÇÃO RÁDIO E TV.

TEMAS BÁSICOS PARA ESTUDO: POLÍTICA NA TV, PRÍNCIPE¹⁰ COLETIVO E ELEIÇÕES E IMPRENSA (RAZÕES DAS ELITES).

PARA QUE UM PROGRAMA, UMA NOTÍCIA, UMA COMUNICAÇÃO TENHA REALMENTE AUDIÊNCIA, É NECESSÁRIO:

- 1 - **ATENÇÃO:** O PROGRAMA TEM QUE CHAMAR ATENÇÃO, ESTA É A SUA PRINCIPAL CARACTERÍSTICA;
- 2 - DEVE CRIAR NAS PESSOAS O QUE CHAMAMOS DE **INTERESSE.**

- 3 - DEPOIS DE CHAMAR ATENÇÃO E CRIAR INTERESSE, O PROGRAMA DEVE PROVOCAR O **DESEJO** (UMA CARGA VIOLENTA DE NOSSA EMOÇÃO. QUANDO VOCÊ TEM UM DESEJO, DIFÍCILMENTE VOCÊ ^{SE} SEGURA).
- 4 - APÓS O DESEJO VEM A **AÇÃO** (QUER QUE DIZER ACEITAÇÃO). COM ACEITAÇÃO PODE-SE VENDER A IDÉIA QUE SE QUER PASSAR UM COMERCIAL, POR EXEMPLO, PASSA POR ESTES QUATRO ESTÁGIOS (ATENÇÃO, INTERESSE, DESEJO E AÇÃO).

FUNÇÃO DA COMUNICAÇÃO

COMO A IGREJA VÊ A COMUNICAÇÃO?

- POR CAUSA DA DIVISÃO DA IGREJA, A COMUNICAÇÃO QUE PODERIA SER MUITO MAIS FORTE, SE TORNA FRÁGIL.

1. A IGREJA COMEÇOU A VÊ ^R A COMUNICAÇÃO COMO UM PAPEL **FUNCIONALISTA**: QUE DIZER: QUER OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SIMPLEMENTE PARA DIVULGAR OS SEUS DOCUMENTOS EM 1931 FOI CRIADA A RÁDIO VATICANO (COM PAPEL DE EDUCAR E FORMAR E NÃO DE INFORMAR E FORMAR A CONSCIÊNCIA CRÍTICA). A RÁDIO VATICANO EMITE SINAIS EM 16 IDIOMAS

2. PONTO DE ^{Vida} ~~VIDA~~ **MORALISTA** (VER NOS MEIOS SÓ O BEM E O MAL, SEM UMA ADEQUAÇÃO À REALIDADE). PROIBIA SE DIVULGAR OS LIVROS PROIBIDOS PELOS DOCUMENTOS PAPAIS, A LEITURA, FALAR DA VIDA DAS MULHERES, ETC

3. **MODERNA**: PREOCUPAÇÃO EM TER OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO (TANTO RÁDIO, TV E CINEMA) ISTO ACONTECEU A PARTIR DO CONCÍLIO VATICANO II, A IGREJA CONSEGUIU, A PARTIR DAÍ, VÁRIAS CONCESSÕES DE EMISSORAS DE RÁDIO.

4. PROPOSTA DA **UCBC**, DE INSERIR-SE NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

POLÍTICA NA TV.

^{io}
PRÍNCIPE COLETIVO: O POLÍTICO APROVEITA-SE DAS OPORTUNIDADES DA TV, COMO AS NOVELAS, SERIADOS, E OUTROS PARA LEVAR A MENSAGEM CENTRALIZADAS AO POVO.

PALAVRA CHAVE: **TELEMATIZAÇÃO E TELEREALIDADE.**

ELEIÇÕES E IMPRENSA: A MÍDIA IMPRESSA TEM UM PODER MUITO GRANDE ENTRE ELES: A OPINIÃO QUE MUITAS ~~DA~~ ^{VEZES} INFLUENCIA. MAIS QUEM MANDA NESSES JORNAIS? OS GRANDES GRUPOS EMPRESARIAIS E POLÍTICOS

EX. NA ÉPOCA DAS DIRETAS JÁ, FORAM OS JORNAIS QUE DERAM MAIS ÊNFASE AO MOVIMENTO. DEPOIS A TELEVISÃO APOIOU.

ENQUANTO A TELEVISÃO É VISTA POR UMA MULTIDÃO DE PESSOAS, O JORNAL IMPRESSO É VISTO POR UMA QUANTIDADE PEQUENA. OS POLÍTICOS TÊM MAIS ACESSO AOS JORNAIS E POR ISSO CONSEGUEM MUITAS VEZES MUDAR A OPINIÃO

PRODUÇÃO EM TELEVISÃO

ANEXO N - PROJETO DE EXTENSÃO ACERVO DOM JOSÉ RODRIGUES

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (DCH)
CAMPUS III – JUAZEIRO
GABINETE DA DIRETORIA

Declaração de Aquiescência do Diretor

Autorizo a execução financeira da proposta intitulada *Acervo Dom José Rodrigues: Universidade e Comunidade Juntas* coordenada por Francisco de Assis Silva, matrícula 744162184, no âmbito deste Departamento ou Unidade em caso de execução através de descentralização, assim como a desenvolver nesta instituição o projeto de Extensão o qual será executado nas dependências do Departamento de Ciências Humanas – Campus III/UNEB em consonância com as normas do Edital 046/2018 – Produção Extensionista.

Juazeiro-BA, 03 de maio de 2018.

Marcia Guena dos Santos

Diretora do DCH – Campus III
Cad. 74.515.134-8
Port. 2.876/2016

ANEXO O - ENTREVISTA COM AS TESTEMUNHAS HISTÓRICAS DO CAMPO DE PESQUISA

O nosso trabalho de levantamento de dados foi desenvolvido dentro de um formato qualitativo e valeu-se, também, de entrevistas, que envolveu quatro categorias de atores sociais ou testemunhas históricas, como preferimos qualificar: Gestores/Educadores (GE); Gestores/Comunicadores (GC) e Jovens/Comunicadores (JC) e Jovens/Educadores (JE), seguido do número ordinal de cada categoria e, ainda, acrescentamos antes de cada uma a letra (D) para identificar que se trata de um depoimento.

Quadro de Identificação dos Entrevistados

NOME	CÓDIGO IDENTIFICAÇÃO
Josenaldo da Silva Rodrigues	DGC1
Moisés Diniz de Almeida	DGC2
José Alves de Sena (Zelinho)	DGE1
Marina da Rocha Braga	DGE2
Gestor Educacional (codinome)	DGE3
Margarete de Brito N. Rodrigues	DJE1
Jovenal Araújo Lemos	DJC1
Josemar Mota da Silva	DJC2
Edmundo da Luz de Carvalho	DJC3
Marcos dos Santos Santana	DJC4
Maria Gorete da Silva Oliveira	DJC5
Roberto Malvezzi (Gogó)	DGE4

Fonte: autor

Como Testemunhas históricas foram entrevistadas pessoalmente, em 2019, as pessoas envolvidas em dois elementos, que fazem parte de nossa fonte de pesquisa, a saber: os que vivenciaram a montagem e utilização do Acervo bibliográfico Dom José Rodrigues para atividades envolvendo as práticas da Política de Educação Popular; os que participaram do Projeto de Comunicação Popular desenvolvido na Diocese de Juazeiro. Com o total de 12 pessoas entrevistadas, dos quais ressaltamos que um entrevistado pediu que mantivesse a sua identidade resguardada, para o qual usamos o codinome “Gestor Educacional”.

Nas entrevistas foi utilizado um questionário com 21 perguntas abertas para livres respostas. Algumas perguntas não foram feitas aos entrevistados pelo fato dos mesmos terem respondido a questão em uma pergunta feita anteriormente, evitando assim respostas repetidas.

As falas dos atores sociais foram cruzadas com o referencial teórico e, mais especificamente, com os dados bibliográficos levantados do Diretório de Comunicação da Igreja Católica no Brasil. Nota-se uma proximidade nas respostas, mas elas acabam por se complementarem tornando as respostas mais esclarecedoras. Assim, conseguimos entender como as práticas educacionais foram desenvolvidas; o papel da biblioteca da diocese de Juazeiro, renomeada como Acervo Dom José Rodrigues, nas atividades educacionais e comunicacionais e, por fim, as evidências de que se trata de uma ação precursora do campo da Educomunicação por parte do bispo Dom José Rodrigues de Souza.

Pergunta 1:

Francisco - O que levou Dom José Rodrigues a investir em um projeto de comunicação na Diocese de Juazeiro?

Josenaldo (DGC1) – Dom José era um bispo que estava à frente de seu tempo. Quando chegou à Diocese de Juazeiro, ele já tinha uma obsessão pela comunicação como uma maneira de informar as pessoas, para que informadas pudessem se libertar das mãos dos poderosos, caminhar com seus projetos, se organizar melhor e isso fez com que Dom José montasse um setor de comunicação com estrutura para um programa de rádio e para elaborar o *Caminhar Juntos*, que era um jornal impresso, para fazer o acompanhamento das comunidades, das paróquias. Ele queria que cada paróquia tivesse a sua comunicação também, junto com os fiéis, com as entidades sindicais, as organizações das mulheres, a organização dos pescadores. Então, o que o levou a fazer esse projeto de comunicação foi fazer com que a informação, que não chegava pelos grandes meios, chegasse pelo setor de comunicação diocesano.

Moisés (DGC2) – Dom José é muito filho de duas Conferências, que é a de Medellín e a de Puebla e, também, é muito filho das orientações do papado de João XXIII. Acho que esses três elementos são importantes pra gente entender por que Dom José tende a ter uma proposta de comunicação, da própria parte dele, por exemplo, para se comunicar com os seus diocesanos. Isso em um programa de rádio que ele tinha na Emissora Rural e depois na Rádio Juazeiro, com o Boletim escrito e depois com uma proposta maior de Pastoral da Comunicação. Eu creio que as propostas de tornar a igreja mais próxima do povo, uma igreja, digamos assim, inculturada, uma igreja morena, uma igreja que tem e teve uma opção preferencial pelos pobres, fez com que ele utilizasse esses meios, primeiro o impresso e depois o meio radiofônico. Esses dois instrumentos ele faz à luz dessas orientações das próprias Conferências de Puebla e de Medellín e depois da própria orientação do bispado brasileiro. No Brasil, o final da década de 50, os cinco últimos anos da década de 50 e os primeiros anos da década de 60, a Igreja no Brasil, especialmente aqui no Nordeste, faz uma opção por ter rádio e nós vamos ter aqui no Maranhão, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e na Paraíba e, também, na Bahia, rádios que vão pertencer às dioceses e arquidioceses, que terão, digamos, assim, uma importância muito grande no processo de alfabetização (...). Então, creio que essas luzes ou essas interferências da própria igreja vão fazer com que ele tenha um projeto particular, enquanto bispo, e depois um projeto mais amplo que é o projeto diocesano.

José (DGE1) – Quando Dom José Rodrigues chegou a Juazeiro, havia um projeto do primeiro bispo Dom Tomaz, chamado Educação Popular. Esse projeto de educação popular passou muito pela rede de comunicação, porque a CNBB, naquela época, já se preocupava com a questão da comunicação e, aqui na região, o Dom Tomaz desenvolveu um trabalho e Dom José abraçou e ampliou. No tempo de Dom Tomaz esse trabalho era voltado para a questão da educação de adultos, através do rádio, programas radiofônicos que falavam, davam instrução à pessoa, a aprender a ler e escrever e assim por diante, para acabar com o analfabetismo. E Dom José Rodrigues, com uma visão muito ampla, tinha chegado da congregação dele, onde ele foi provincial Redentorista, trazendo na cabeça toda a linha de comunicação, da difusão da Congregação dos Redentoristas, e aqui em Juazeiro, ele desempenhou um papel interessante, tendo seu ápices na implantação do setor de comunicação diocesano com vários programas de rádio, que eram ouvidos em toda a Diocese, em uma linha de educação popular.

Margarete (DJE1) - Em primeiro lugar, Dom José era uma pessoa antenada, ele era antenado com todos os temas e, assim, aqui em Juazeiro, nós tínhamos as Faculdades de Filosofia Ciências e Letras - FFCLJ, e em Petrolina a Faculdade de Formação de Professores de Petrolina - FFPP e a Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina - FACAPE, e assim, os estudantes não tinham acesso a informação, a gente não tinha o acesso, que a gente tem hoje, à internet, aos meios de comunicação, e então Dom José, percebendo isso, ele começou a montar uma biblioteca e essa biblioteca atendia desde os alunos que estavam nas séries iniciais até os que estavam na universidade. Eu lembro que muitos alunos estudavam em outros Estados, na Paraíba, que faziam faculdade lá, e quando eles estavam de férias, eles sempre iam à biblioteca, eles sempre tinham alguma coisa para pesquisar lá na biblioteca, porque o acervo era atualizado, e dispunham de todos os assuntos. Dom José tinha uma preocupação de estar atualizando e de ter uma variedade de temas, de títulos, de assuntos; a gente tinha desde enciclopédias a revistas, ele fazia questão de ter revistas mensais, semanais, ele comprava e colocava lá no acervo. Então, os estudantes procuravam muito a biblioteca, por conta disso mesmo, da questão da atualidade, o que eles buscavam encontravam lá.

Edmundo (DJC3) – Dom José Rodrigues foi uma figura de um comunicador nato, ele era apaixonado por rádio, por estar no meio do povo. Isso eu acredito que tenha levado a desenvolver um trabalho de comunicação na diocese de Juazeiro. O desejo de transformar uma realidade que existia na época, que era opressora, numa realidade que viesse a dar vez e voz ao povo das comunidades e, também, na própria diocese de Juazeiro. Dom José chegou com esse desejo de fazer com que a voz da libertação, a palavra de Deus e a própria cobrança dos direitos dos trabalhadores e das comunidades pudessem, também, chegar até essas comunidades, dar vez e voz a esse povo.

Marina (DGE2) – Quando Dom Rodrigues chegou, ele já vinha com essas iniciativas, primeiro porque ele é missionário, onde ele trabalhou estava acostumado a lidar com o povo. Então, ao chegar aqui, ele, vendo essa realidade gritante, inicialmente, com a barragem de Sobradinho, todos aqueles problemas de analfabetismo que existiam na época, a falta de visão política das pessoas e, também, as questões relacionadas tanto pela barragem como pelos projetos de irrigação, precisava fazer um trabalho de educação popular, para que as pessoas compreendessem a sua realidade e, também, reconhecesse que tinham direitos. E, para isso,

precisava ter toda uma linguagem adequada para fazer esse trabalho de educação popular, principalmente porque quando Dom José chegou aqui era época da ditadura militar.

Marcos (DJC4) - A comunicação é o elo entre a população e a diocese de Juazeiro. Logo no começo, com dom José Rodrigues pela questão da distância que são as paróquias e, também, as comunidades da diocese de Juazeiro ele investiu para justamente chegar à proposta do trabalho da diocese de Juazeiro para todas as pessoas da comunidade justamente por essa questão da distância. Ele passou a perceber que, se tivesse uma comunicação na diocese ajustada, todo mundo iria receber a proposta e ia começar a trabalhar no sentido de fazer uma diocese mais harmonizada.

Josemar (DJC2) – Olhe, naquela época, nós sabemos que os meios de comunicação estavam nas mãos de poucos, das grandes famílias, inclusive no Estado da Bahia, nas mãos do próprio Antonio Carlos Magalhães, com quem Dom José Rodrigues teve várias dificuldades de relacionamento por conta de seu posicionamento, sempre foi tachado pelo então governador da Bahia.

As pessoas pobres não tinham quem lhes desse informação. Formar consciência das pessoas politicamente, ajudar as pessoas a compreenderem a realidade social da época, as situações de miséria, de sofrimento ou porque estavam ali mergulhadas naquela situação. Então o trabalho de Dom José Rodrigues foi ir para as rádios, ele tinha programas nas rádios onde ele mesmo conscientizava as pessoas. Então ele criou o setor de comunicação, o SEDICA, para formar comunicadores populares, pessoas jovens e, também, pessoas adultas que, nas suas comunidades, pudessem trabalhar a sua comunicação a partir da realidade e ajudando-as a se conscientizarem dessa realidade.

O SEDICA surge nessa perspectiva; eu mesmo participei desse grupo de comunicadores e como nas paróquias não havia rádio comunitária, naquela época, esses programas eram feitos nas torres das igrejas, geralmente, uma vez na semana, claro que, sobretudo as pessoas do centro não concordavam muito e quando trazíamos algumas situações na pauta do programa, era uma confusão muito grande na cidade: --“querem acabar com a igreja”, sobretudo os jovens que as pessoas não dão muito crédito na comunidade, mas foi um meio que Dom José Rodrigues encontrou, assessorado por grandes pessoas na época, para ajudar as pessoas pobres a compreenderem a sua realidade e tomarem posicionamento. Então, o SEDICA surge para formar pessoas que pensassem criticamente, que fizessem uma leitura da história a partir da palavra de Deus e anunciassem assim o novo modo de viver. O próprio Dom José Rodrigues foi perseguido por conta de seu programa de rádio, mas aquele programa “Semeando a Verdade” era de uma audiência extraordinária, os que estavam com ele ouviam e os que estavam contra ele ouviam e ficavam perguntando: “Ele vai falar de que no dia de hoje? O que ele vai dizer?” Então era um programa que tinha uma grande audiência porque era uma voz profética do sertão.

Gorete (DJC5) - Eu fio pensando que deve ter sido uma grande necessidade, tendo em vista aquilo que vivia a região desde quando ele chegou para fazer o trabalho como bispo de Juazeiro no final dos anos 70 e início dos anos 80. Era um momento de muitas dificuldades, em que essa região passava com a chegada de grandes projetos como a barragem de Sobradinho e eu estou pensando que fazer um trabalho como esse poderia ter um alcance muito maior para o povo dessa região aqui de Juazeiro. Então, esse trabalho que ele

desenvolveu, sobretudo, através do rádio, eu entendo que tenha contribuído bastante, e eu já criança eu já percebia isso; na verdade, foi um dos meus professores, Dom José Rodrigues, no campo da comunicação.

Gestor Educacional (DGE3) - Acho que foi o desafio que ele encontrou aqui. Veja só, na minha prática de visitar projetos pela entidade alemã MISEREOR, eu viajava há uns dez anos pelo Brasil norte, sul, leste, oeste, em toda parte, e uma vez em um santuário de Nossa Senhora, eu estava hospedado lá, na casa, e na mesinha da cama, eu puxei a gaveta e um livrinho enaltecendo Nossa Senhora e feito por Dom José Rodrigues, quer dizer padre José Rodrigues de Souza, redentorista. Tem que ver a história um pouco, uma nova diocese o Papa ou o Nuncio aqui, ele procura escolher um bispo de um país rico, idealmente de uma congregação que tenha mais recursos porque um primeiro bispo tem que construir: fazer uma igreja, uma catedral, casa dos bispos, casa dos padres, tem muita coisa para construir, então, precisa de verba, nomeando um bispo de um país rico tem condições de criar bastante fundos financeiros para a diocese criar a estrutura; foi escolhido Dom Tomaz, um redentorista. Aliás, Juazeiro tem uma tradição de redentorista, porque tinha um convento de redentorista, a casa paroquial que tem hoje é na estrutura de um convento, um quarto do lado do outro e tinha muitos redentoristas aqui. Escolheu um redentorista e, quando Dom Tomaz teve problema de coração, ele teve que renunciar e foi nomeado um bispo auxiliar em Salvador e ele tinha um comportamento muito manso, quando começou a barragem de Sobradinho lá, as pesquisas, as visitas do pessoal da CHESF o visitaram também e explicaram como vai ser feito, e uma vez perguntado em público o que acha, se vai haver alguma injustiça com o povo: desapropriações, indenizações, etc., disse que não tinha nenhuma dúvida de que vai ser de maneira mais justa, acho que João Paulo foi o gerente de Sobradinho, ele andou em minha casa e disse que tudo vai ser feito da maneira mais justa possível. Então, nessas circunstâncias, Dom José Rodrigues chegou aqui, e ele foi escolhido pelo Nuncio como sucessor de Dom Tomaz, pelo perfil dele, perfil aparente dele: um devoto de Nossa Senhora, pelo livrinho, bem suave, bem doce sabe, (risos), e também, era professor de português, um intelectual, não ensinava uma matéria de teologia, português mesmo, tinha um português mesmo excelente. Então, a esperança do Nuncio era que esse novo bispo, brasileiro agora, depois que dom Tomaz tinha feito a estrutura da diocese, continuasse nesses moldes e não criasse muita confusão e Dom Rodrigues chegou aqui e visitou o que estava acontecendo na região da barragem e viu lá as injustiças que aconteceram. Acho que, nesse momento, ele teve assim um momento de São Paulo, uma conversão, ele teve as estruturas dele antes de trabalhar, acho que mudou, vendo o que estava acontecendo aqui na região da barragem de Sobradinho, então pode ser o que ele era antes, não era mais o mesmo quando ele se tornou bispo.

Roberto (DGE4) – Naquele tempo, quando ele chegou em 1975, a gente estava na Ditadura Militar e com a questão do regime militar, os prefeitos eram nomeados pelo presidente da república e você tinha toda uma questão do cerceamento no Brasil, a questão da censura, o debate das ideias não acontecia livremente e nós tínhamos uma região bastante isolada, você não tinha grandes meios de comunicação e vários municípios não tinham nem energia elétrica como era o caso de Campo Alegre de Lourdes - BA. Você não tinha televisão, nem telefonia, nem internet, essas coisas que a gente tem hoje em dia, então os grandes meios de comunicação eram as rádios aqui de Juazeiro – BA e Petrolina – PE; para a Diocese era fundamental a emissora Rural de Petrolina. Então, cresceu uma rede de comunicadores populares nos interiores, que colhiam as informações, mandavam para cá e essas eram

veiculadas pelas equipes de comunicação ou pelo próprio Dom José nos programas da emissora Rural. Foi o instrumento que se tinha e que se utilizou intensamente.

Pergunta 2:

Francisco - Existem indícios de que o Projeto de Comunicação Popular da Diocese de Juazeiro seja um desdobramento do Projeto de Educação Popular desenvolvido por Dom José na Diocese na década de 80?

Josenaldo (DGC1) – Acredito sim. Paulo Freire esteve na Diocese na década de 80, algumas vezes, e se ele trouxe Paulo Freire para cá para montar esse projeto de educação popular para que as pessoas pudessem analisar criticamente o contexto que estava se passando na Diocese de Juazeiro naquele ano, com certeza esse projeto de comunicação popular veio como desdobramento desse projeto de educação popular.

Edmundo (DJC3) – Olha, Dom José chegou aqui em 1975 e já achou uma realidade bastante complicada e uma das prioridades dele foi a questão da educomunicação, da comunicação, né, e ele foi dinamizando esse trabalho através de formações, juntando grupos de agentes pastorais, formando-os para que essas pessoas se tornassem multiplicadores nas comunidades, foi juntando agentes de diversas pastorais para dar formação. Então, isso já é um indício de comunicação. E depois elaborando pequenos panfletos de informação e espalhando nas comunidades. Isso também é um meio de educomunicação nas comunidades, ciclos bíblicos, por exemplo, trabalhos sobre terra, trabalhos sobre água, trabalho sobre família, trabalho sobre saúde, o que era feito tanto de forma verbal como de forma escrita. Então, eram elaborados pequenos panfletos informativos e disseminado as ideias nas comunidades que pouco eram assistidas pelos meios de comunicação da época

Marina (DGE2) – Claro. Logo que dom Rodrigues chegou aqui, eu conheci um dia depois. 1975, ele foi lá para minha comunidade em Casa Nova [BA], aí a gente conheceu. Então, com toda essa vivência de dom Rodrigues com o povo nas comunidades, ele tinha essa percepção de entender a realidade, sempre com o cuidado de conhecer a realidade das pessoas e aí a partir desse conhecimento, foi visto que a realidade era gritante, que precisava de uma ação também na evangelização que levasse em consideração aquela realidade das pessoas. Então, para isso, ele convidou pessoas de diversas profissões, por exemplo: o pessoal da educação popular, que mexia com a educação popular, os missionários, o pessoal que vinha de fora, mesmo da congregação dele para fazer esse trabalho. Então, ele investiu em pessoas de diversas disciplinas né, que entendiam do processo político que estava vivendo aqui a diocese. Então, esse processo, eu acompanhei desde o início. Uma das formas de falar com o povo foi o rádio; uma das preocupações de dom Rodrigues era falar com o povo de uma forma que o povo compreendesse. Então, o programa de rádio e os subsídios populares, que, desde o início da chegada de dom Rodrigues, já foram utilizados vários subsídios, audiovisual, impressos, desde o início, para favorecer a evangelização naquela época, naquele período, naquela realidade.

Marcos (DJC4) - Eu acredito que sim, porque o projeto de educação popular é um projeto que depende da comunicação. Você não tem como levar um projeto para o povo, principalmente o povão se não tiver a comunicação junto, porque o povão não está no centro; ele está, principalmente na diocese de Juazeiro, no interior; que é grande, precisa da

comunicação porque não tem como fazer isso no boca a boca junto um com o outro. Então, tem que ter um veículo que consiga levar essa comunicação para junto do povo, porque isso é importante.

Josemar (DJC2) – Olhe, as pessoas não tinham acesso a fazer uma leitura da realidade, então nós sabemos que, para se fazer uma leitura crítica da realidade, se investe em educação, por isso, até hoje os nossos governantes não querem investir muito em educação e termina o nosso povo ficando à mercê da sorte, porque, infelizmente, não tem como ler a realidade.

A educação é que abre mente, abre os olhos para ver as diversas realidades e, nesse campo, a comunicação era uma forma de educar as pessoas, porque chegava às comunidades mais distantes que ouvia a Emissora Rural, a rádio Juazeiro, a rádio de São Raimundo Nonato- PI, a rádio Serra da Capivara. Era uma formação crítica e sempre a palavra de Dom José Rodrigues era “organizar-se para libertar-se de tudo aqui que oprime”. Essa era a palavra e nós tínhamos consciência de que esse Deus era um Deus libertador e é claro que, para que as pessoas se libertarem, o caminho era investir na educação, como ele trouxe aqui Paulo Freire, trouxe tantos outros nomes, trouxe na linha teológica Clodovil Boff, Leonardo Boff, todo esse povo que sabia ler a história à luz da palavra de Deus e anunciava ali a vontade de Deus para as pessoas.

Gorete (DJC5)- Sim, porque, sobretudo, quando Dom José fazia os programas em cada local que ele estava, através do programa de rádio, ele dava uma contribuição diariamente; uma das coisas que ele sempre invocava era a questão de dar vez e voz ao povo, naqueles momentos muito difíceis de ditadura e tudo mais; então, existia um certo medo e ele encarou isso. Então dar vez e voz ao povo não é coisa muito simples e eu entendo que o trabalho da comunicação que foi desenvolvido logo após, foi na prática para estar contribuindo com isso de uma maneira mais abrangente nos municípios de nossa região.

Roberto (DGE4) – Sim, estava totalmente vinculado, você tinha educação popular na base, a formação das comunidades, a educação política, a educação sindical, e havia um trabalho intenso nas comunidades de debate, de formação bíblica, sindical, de formação na linha das comunidades e o trabalho da comunicação vinha exatamente no sentido de repercutir isso, de replicar, de ampliar esse trabalho, que era feito na base.

Pergunta 3

Francisco - Quais as atividades que faziam parte do Projeto de Comunicação da Diocese?

Josenaldo (DGC1) – Várias atividades, desde uma copiadora, de uma máquina xerocadora, até programas de rádio, rádios comunitárias, através de autôfalantes, murais que eram expostos em postes na rua onde a gente fazia treinamentos com os correspondentes populares. Cada paróquia tinha dois ou três jovens selecionados da comunidade que estavam engajados dentro dos movimentos da igreja ou em entidades populares como: sindicato rural, colônia de pescadores, pastoral da mulher, grupos de jovens, catequistas. Então essas pessoas eram selecionadas para participar de treinamentos de comunicação para que elas fizessem essa comunicação acontecer em sua paróquia, no seu local em que estavam vivendo.

Então, nós tínhamos lá o empréstimo de vídeo educativos, isso em uma locadora que montamos, ofertamos também livros, além dos livros que as pessoas podiam consultar na biblioteca da diocese, que virou hoje o Acervo Dom José Rodrigues na UNEB. Então, o programa de rádio, o *Caminhar Juntos*, que era um jornal impresso, também passou a ser uma responsabilidade do setor de comunicação, os livros que eram ofertados na livraria, os vídeos que também eram disponibilizados na livraria. Tudo isso fazia parte e as rádios comunitárias, que nós começamos as primeiras rádios comunitárias que hoje estão em FM; nós começamos nas torres das igrejas de cada paróquia com autofalantes, montava-se um estúdiozinho na sacristia da própria igreja e lá os jovens que eram treinados faziam programas em dias específicos nos autofalantes nas torres da igreja.

Juvenal (DJC1) - Quando eu cheguei, a gente ainda tinha todas as atividades do plano inicial do setor: a biblioteca, a videoteca, o jornal impresso *Caminhar Juntos*, tinha as gravações dos programas de rádio: um programa jornalístico que reunia os correspondentes populares e comunicadores populares, as formações desses comunicadores e correspondentes populares. E nesse trabalho todo você dá formação e você recebe em troca, o setor de comunicação recebia em troca a qualidade do trabalho de jovens simples, jovens estudantes, na sua maioria, vindos do interior dos municípios, para integrar esse grupo e ter essa formação. Então, aí entrava o trabalho de incentivo de continuar os estudos, do incentivo a leitura, porque se ele ia mandar uma reportagem, ele ia escrever e gravar, depois ia gravar via telefone, então tudo isso a formação não era só a parte teórica quando tinha o encontro de formação com profissionais da área, mas sim o editar de uma matéria de uma reportagem, o ler essa reportagem por telefone, tudo isso fazia parte da formação.

Moisés (DGC2) – Tinha um programa de rádio, para o qual depois foi construído um estúdio; antes era feito ao vivo, na própria Emissora Rural, mas foi construído um estúdio para isso, também como ele escrevia um impresso, que era o boletim *Caminhar Juntos*, foi montada próximo a casa dele, próximo à região de administração da Diocese uma mecanografia; lá você tinha uma máquina de datilografia, um mimeógrafo e em um processo mecanográfico. Faziam-se, por exemplo, não só os boletins, porque a comunicação de Dom José, não é feita apenas pelos boletins e o programa de rádio, as cartilhas também devem entrar; não podem sair do espectro, por exemplo, as cartilhas que eram reelaboradas.

Então, a mecanografia, que era o setor mecanográfico da diocese que depois se transforma no setor de comunicação, no setor diocesano de comunicação e audiovisual, que é o SEDICA, que, também, era responsável pela elaboração dessas cartilhas, dentre elas, duas cartilhas principais: a cartilha da campanha da fraternidade e a cartilha do advento do natal. Eram duas cartilhas que a CNBB produzia um material geral; a diocese poderia optar por esse material geral, mas D. José fazia uma opção de reelaborar a luz, digamos, assim, da realidade local.

Edmundo (DJC3) – Olha, o projeto de comunicação da Diocese tinha como fundamento principal formar jovens de todas as paróquias, tanto na questão da prática da comunicação como do senso crítico, ter um olhar diferenciado dos meios de comunicação convencional, que pudesse estar no meio do povo fazendo um trabalho de comunicação voltado para a análise da conjuntura da sociedade e que pudesse, também, incluir dentro desse olhar crítico o trabalho das pastorais. A evangelização, ela precisa ser vista não só no sentido de educar, de rezar, mas também no sentido de voltar o seu olhar crítico para as coisas. E assim, existiam as

etapas de cursos de formação, me parece que 4 ou 5 etapas por ano, em que se juntavam esses jovens e iam estudar, iam escrever para que pudessem ter uma prática de redação e também no sentido de elaboração das matérias; essa era uma das práticas da comunicação (DJC3).

Marina (DGE2) – Primeiro, para se fazer comunicação, anda junto a educação e uma das preocupações de Dom Rodrigues foi trazer pessoas de diversas expertises, das diversas áreas que compreendem a vida das pessoas, ele tinha uma preocupação com a formação integral de seus agentes. Então ele trouxe essas pessoas e foi interessante no caso concreto da educação popular. Paulo Freire não veio uma vez ou duas vezes, ele fez um acompanhamento aqui aos agentes principalmente na implantação dos ciclos de cultura. Isso também favoreceu a se trabalhar de uma forma melhor a educação ou a comunicação, a gente trabalhava muito essa questão da comunicação popular, e aí inicialmente tinha os programas de rádio, o *Caminhar Juntos*, que era um jornal informativo, os folhetos, os panfletos, os folders, as cartilhas de educação popular, então são vários materiais, os filmes da realidade local e também outros materiais que se utilizavam no retroprojeto para trabalhar a questão da organização popular, comunitária. Vários materiais eram utilizados na área da comunicação para favorecer o trabalho de evangelização.

Marcos (DJC4) – Olhe, eu lembro que, na época, eu estava ainda na pastoral da juventude e aí uma das coisas que dom José fazia muito, tinha um informativo que ele fazia, que era um jornal para poder distribuir na diocese, havia os programas de rádio “A Voz do Velho Chico” e “Semeando a Verdade”, que eram programas que dom José fazia na Emissora Rural, e também havia os agentes nas comunidades. Eu lembro quando eu era criança, que lá no [bairro] Tabuleiro, tinham duas pessoas uma religiosa e outra pessoa foram contratadas pela diocese para fazer as reuniões com o povo, juntar o povo, para trazer esse projeto e fazer as propostas criada por dom José Rodrigues, que era de levar a informação para o povo.

Gorete (DJC5) - No primeiro momento, a gente precisava fazer a formação, então escolher pessoas que se identificavam com o projeto e poder está fazendo a formação para ver de que forma na prática a gente poderia estar viabilizando isso. Então várias formações foram feitas, as capacitações e, depois disso, a gente ia para a prática, que era ir para as comunidades buscar as informações, ia vivenciar isso nos grupos, nas pastorais, nas comunidades, onde tivesse a fonte a gente ia fazer esse trabalho e transmitir via rádio, para que isso fosse devolvido para as comunidades para que as comunidades se vissem dentro daquele trabalho a partir do que elas estavam vivendo e estar sendo mostrado para outras comunidades as suas experiências.

Pergunta 4

Francisco - Planejamento: Como foi pensado e desenvolvido o Projeto de Comunicação da Diocese?

Josenaldo (DGC1) – Esse trabalho surgiu a partir dessa ideia de Dom José Rodrigues, de Educação e Comunicação Populares. Ele convidou o padre José Carlos, que gostava muito de comunicação, para organizar a parte de comunicação da diocesana. Existiam os programas de rádio, mas cada um fazia o programa de sua maneira, não existia uma integração das

paróquias, das pessoas que estavam nas paróquias com um projeto de comunicação. Então o Pe. José Carlos convidou Moisés Almeida [radialista], para participar do projeto e eles, inspirados na ALER (Associação Latino-Americana de Educação Radiofônica), pegaram a proposta para trazer uma comunicação popular para o meio do povo. Naquela época, era difícil entrevistar um presidente do sindicato dos pescadores, do sindicato de trabalhadores rurais, não tinha espaço para essa classe nos meios de comunicação tradicionais. Então, dom José queria que essas pessoas falassem por si próprias, dos seus problemas, de suas lutas e de suas vitórias e que outros grupos ouvissem que eles estavam conseguindo vitórias com as suas organizações e a partir dessa comunicação outros grupos pudessem se organizar. Foi a partir dessa ideia de levar uma comunicação a quem não tinha o direito aos meios tradicionais que essas pessoas puderam se organizar e vencer os seus problemas de forma organizada.

Juvenal (DJC1) - A gente tinha muito essa questão da base, o que a gente fazia vinha da conjuntura do povo, a questão do trabalho do sindicato popular, a questão do trabalho da luta pela terra, isso gerava as nossas pautas, mas aí vinha o embasamento teórico e prático de algumas formas de trabalhos a que Dom José Rodrigues já tinha acesso, de estudos inclusive. Com Dom José Rodrigues era sempre um aprendizado, não eram só os textos dele, mas a sua comunicação em si, a forma de ele passar isso para as pessoas simples, tanto o acadêmico entendia como a pessoa simples do interior entendia e isso servia de base para o nosso trabalho. Nunca foi desprezado o trabalho acadêmico, muito pelo contrário, a gente tinha muita assessoria das universidades, inclusive a nível de Brasil, como a gente tinha assessoria de pessoas muito ligadas à questão regional. Posso citar o pessoal da pastoral da terra, que tinha o embasamento do trabalho e um certo envolvimento, também, das universidades. Tinha alguns cursos da região que a gente não tinha, como por exemplo a Comunicação Social; então, a gente dependia de alguém da Universidade Católica de Salvador, a gente dependia das cidades do Sul e Sudeste, para que a gente tivesse um pouco essa questão acadêmica. Mas, quando se trata da nossa forma de trabalhar, a gente observa muito a questão popular: O que está em pauta? O que está prejudicando as pessoas mais simples? Nunca desprezando a questão mais formal, que a gente sempre buscou prezar por isso, porque os nossos espaços, os nossos meios de divulgação do trabalho não eram para dentro, como rádio, jornalzinho, então a gente tinha essa preocupação de estar vendo os dois lados, e sempre com isenção que não apontava os defeitos sem apontar soluções.

Moisés (DGC2) - Eu cheguei à diocese em 91, eu já encontrei um planejamento montado. A proposta da minha ida para a diocese em 91 foi ampliar esse planejamento, pensando em uma Pastoral da Comunicação, porque a diocese não tinha uma pastoral da comunicação da diocese. Foi uma diocese que fortaleceu bastante o crescimento das pastorais sociais e havia uma necessidade de implantar a pastoral da comunicação; o setor existia, o jornal existia, os programas existiam e a produção das cartilhas, quando eu fui pra lá, entrando neste projeto, foi para dar mais profissionalismo a essa proposta que Dom José tinha. Quem me levou pra lá foi o Padre José Carlos, porque ele passou a assumir o setor de comunicação também com outras pessoas. Como eu já conhecia padre José Carlos em uma proposta entre a diocese de Juazeiro e a diocese de Petrolina e no meio estava a Emissora Rural, era um tempo em que os projetos de irrigação estavam chegando aqui. Estes projetos de irrigação estavam mudando a face do vale, e aí as duas dioceses, a Pastoral da Terra de Juazeiro e a Pastoral Rural de Petrolina se reuniram e acharam por bem montar uma proposta de esclarecer a população do que acontecia no vale; da parte da diocese de Petrolina eu fiquei responsável pela comunicação e da parte da Diocese de Juazeiro, tinha o pessoal da CPT, que nunca assumiu,

assim de pronto, eles faziam os programas, tinham um dia de programa que o Gogó ou Salete faziam, mas o padre José Carlos começou a assumir; então, nós nos encontramos nessa proposta dessas duas dioceses. Por nos encontrarmos nessa proposta das duas dioceses e um dos objetivos, na prática, foi montar um programa de rádio, que era o programa “A Voz do Velho Chico”; aí, nesse contato, padre José Carlos resolve me convidar para ir assumir essa proposta maior que era a montagem da Pastoral da Comunicação na Diocese de Juazeiro. Mas, já havia ali uma proposta que era assumir esta parte da comunicação, que era assumida por Bento Salviano, inclusive que é aluno lá da UNEB, do Curso de Pedagogia, mas ele já tinha esse planejamento, que era de não ficar só nas costas do bispo o empreendimento, que era proativo no sentido de que toda a escrita do jornal era ele que fazia.

Marcos (DJC4) – Eu lembro que Dom José pensou muito bem nisso. Primeiro, ele criou um setor de comunicação, a partir desse setor eram produzidos os jornais, os programas. Com o esforço dele e a ajuda de alguns amigos, ele criou a biblioteca; logo depois, uma videoteca. Então, ao passo que ele ia percebendo que dava para incorporar no setor de comunicação coisas que facilitassem a comunicação chegar para o povo, ele juntava e conseguia recurso e fazia com que a proposta saísse do papel.

Gorete (DJC5) – Eu lembro que a gente escolhia os temas a partir da necessidade, por exemplo: você tem que trabalhar locução com essas pessoas; então, tinha um encontro sobre locução; tinha outro para trabalhar como fazer entrevista, então tinha lá. Durante o ano eram escolhidos três encontros, sendo que, no final do ano, era feito um encontro onde a gente podia avaliar, programar o outro ano. A gente até se confraternizava, era um momento muito importante. Eram momentos muito ricos.

Roberto (DGE4) - Passou muito pela formação das comunidades eclesiais de base, paróquia por paróquia, e lá na paróquia comunidade por comunidade, e depois nós tínhamos os momentos de todo mundo junto, as grandes assembleias da trabalhadores, as grandes assembleias de comunidades, com cem, duzentas pessoas, se faziam no interior, se faziam na sede dos municípios, e depois com representantes do município todo. Então, essa era a grande riqueza, as pessoas se encontravam, se encontravam nesses momentos reflexivos, mas também se encontravam nas lutas; havia muita solidariedade de uma paróquia com a outra quando tinha grilagem, quando tinha problemas de terra, quando tinha ameaça. Então, nesse sentido, as comunidades se deslocavam de um município para o outro para ir apoiar aquelas comunidades que estavam necessitadas. Então, foi todo um trabalho articulado não só de comunicação, mas também de presença real.

Pergunta 5

Francisco - Dialogicidade: Quais os indicadores da presença do diálogo em todo esse processo?

Josenaldo (DGC1) – Era um diálogo constante e uma troca de experiências, não era um negócio que vinha de cima para baixo, a gente trocava experiência, passava informação para eles, mas eles também passavam as suas experiências lá da comunidade.

Juvenal (DJC1) - A gente tinha uma característica muito regional quando se tratava da questão pastoral; a gente precisava que existisse o equilíbrio na questão central do que a gente queria comunicar, mas as comunicações locais. Em uma diocese com nove municípios, dentro desse território, a gente tem regionalismos, culturas diferentes de pensar, de se comunicar e até forma de falar, de se fazer entender, a gente tinha muito essa questão de estar em sintonia com o modo como as pessoas entendem o que a gente fala aqui em Petrolina e Juazeiro.

Moisés (DGC2) - Primeiro a gente passou a ter a inserção dentro da diocese, então passou a ser visto, a ser enxergado, ou seja, nós passamos a participar das assembleias diocesanas como um grupo de comunicação. Isso não existia antes.

O planejamento existia de forma coletiva. Geralmente, nas reuniões, a gente fazia o planejamento do ano. Isso era divulgado, também; o bispo sabia disso, em alguns momentos, nosso o bispo participava ou abria ou fechava os nossos trabalhos de formação ou, até mesmo, de planejamento. Geralmente, a gente tinha uma avaliação e um planejamento anual. E claro colocando isso dentro da proposta diocesana; o bispo fazia sempre as suas formações e as suas propostas diocesanas. A proposta foi tão bem aceita, que, de repente, quando alguém montava uma festa de padroeiro, dedicava um dia da comunicação, a gente terminava indo para poder fazer, inclusive, a pregação, ou seja, a homilia; era o grupo da comunicação. Passou, digamos assim, a ter visibilidade e ser parte do espaço da própria Diocese.

José (DGE1)- Dom José era um homem muito preocupado com as bases de sua diocese e aproveitou essa comunicação para dialogar com seus diocesanos, com as pessoas da região, não só da diocese de Juazeiro, mas também onde alcançavam as ondas sonoras do rádio, por exemplo, a emissora Rural nas sextas-feiras, às 18:05h. tinha o programa chamado: “Semeando a Verdade”, e nesse “Semeando a Verdade” o Dom José conseguia fazer um diálogo muito grande com o povo através de sua mensagem semanal e a correspondência dos ouvintes; os ouvintes mandavam correspondências dizendo, falando das vidas das comunidades, falando da vida das paróquias, de seus movimentos, da vida política da região. Então esse diálogo era aberto, não só na questão igreja, mas também na questão da sociedade. Foi assim, o diálogo de Dom José era muito franco com toda a região da diocese de Juazeiro e com as dioceses que abraçavam aqui o sertão do São Francisco.

Margarete (DJE1) - O diálogo existia sim, porque as tomadas de decisões não eram de uma pessoa só, a gente era um grupo; até para montar o próprio programa, o grupo decidia sobre a matéria, se era importante falar sobre aquele tema naquele momento. Todo mundo tinha a sua contribuição.

Edmundo (DJC3) - Olha, primeiro que o ser humano não existe sem dialogar, é uma necessidade milenar, e a outra é fazer com que o dialogo seja, digamos assim, mais popular. Então, que a linguagem escrita, a linguagem complicada, a linguagem mais culta, ela pudesse ser transformada em uma linguagem popular; esse foi um meio pelo qual a comunicação da diocese de Juazeiro ganhou espaço dentro das comunidades, dentro do meio popular, porque as pessoas entendiam o que os comunicadores falavam. Então, essa foi uma forma simples, mas uma forma também muito eficiente de fazer com que a comunicação popular chegasse no meio do povo.

Marina (DGE2) – Olha, uma das orientações que nós tínhamos, todos os agentes da CPT, era passar pelo processo formativo, inclusive dom Rodrigues priorizava isso. Nós todos os agentes, tínhamos que passar pela formação, tinha formação contínua na diocese, a outra coisa era que ele se preocupava com a leituras de seus agentes. Então, todas as manhãs, ou toda semana, ou toda vez que dom Rodrigues ia nas livrarias, tinha livrarias aqui, comprava livros para ele, para a biblioteca e para nós, ele passava em nossos escritórios e entregava um livro para favorecesse a leitura. Todos os encontros a que ele ia da CNBB trazia material para que a gente lesse, favorecer a leitura dos agentes, a compreensão, a formação. E uma das coisas importante com a chegada dos projetos de irrigação aqui na região, inclusive, quando surgiu aquele debate do Planvasf, então se resolveu criar um programa específicos, além do que dom Rodrigues já fazia que era um programa, um dia era ele, na sexta-feira, no outro dia eram os agentes da diocese, a gente discutindo junto com a diocese; antigamente, todos os agentes da diocese participavam dos debates, das pastorais, a gente resolveu fazer a discussão da construção do programa A Voz do Velho Chico, que seria a Diocese de Juazeiro e a Diocese de Petrolina, a CPT, que puxava esse debate aqui na diocese e a pastoral rural de Petrolina [PE]. Então, esse programa foi um dos programas inovadores com as diversas formas de comunicar, tinha notícia, entrevista, utilizando as entrevistas feitas pelos correspondentes populares. Então, foi um programa assim bem inovador, tanto é que ele foi e é importante que até hoje ele existe.

Marcos (DJC4) – Olha, Dom José era muito interessante, porque ele investiu muito nas pastorais sociais. O que eram as pastorais sociais? Justamente, a junção do povo com os agentes da diocese. Então, a discussão era feita sempre em conjunto, a partir da necessidade do povo ela fazia essa discussão e ia incorporando isso no trabalho da diocese; então, era uma junção de tudo, tanto é que, logo depois, diante de toda essa demanda que foi se criando com o diálogo junto o povo, foi criado também um grupo de comunicadores populares, que era quem estava lá junto do povo, era quem vivia com o povo no momento nas comunidades, o dia a dia com o povo e que conhecia as necessidades e as conquistas do povo.

Josemar (DJC2) - Dom José Rodrigues sabia, como todos nós sabemos, que sem o diálogo não tem como o trabalho avançar. O diálogo de Dom José Rodrigues era justamente com os sindicatos, os setores mais pobres, aqueles setores da sociedade que caminhavam na contramão, até mesmo as universidades, as expressões populares. Ele tinha essa abertura de dialogar com esses, inclusive de ouvi-los, ele não agia impulsionado apenas pela sua cabeça, ele era um homem que se abria às discussões, ouvia os movimentos populares, as expressões populares, os partidos populares e, a partir daí, construía um projeto de evangelização.

Gorete (DJC5) - Eu entendo que cada vez que você tenha condição de dizer o que você pensa, de expor aquilo que está sendo experimentado pela comunidade, você está fazendo um diálogo, sobretudo, consigo mesmo e com outros. Então, poder expor, poder contar o que você está vivendo, o que você está sentindo, quais são as dificuldades, você está conseguindo fazer parte disso, você não está guardando; este diálogo se dá da forma que você está fazendo algo, e você está transmitindo a outros para que possam estar se espelhando naquela experiência vivida.

Gestor Educacional (DGE3) - Ele sofria viu (risos), me lembro das assembleias da diocese, ele ficava sempre no fundo, naquele salão grande que tinha em Carnaíba do Sertão, ele ficava sempre na última fileira. Ele deixava o pessoal fazer a assembleia da diocese: padres, o pessoal da CPT, etc. E quando foi apresentada alguma proposta para discussão, para a aprovação, então ele não interferia, ele acompanhava, às vezes, ele pedia a palavra, mas ficava quieto lá atrás, mas depois feita uma decisão, quem estava perto dele podia ver ele resmungando: “não, assim não, assim não”. Ele era sempre mais avançado, mais corajoso, do que, no final, a assembleia decidia. Então, o bispo sofria com essa liberdade, que os padres e leigos da diocese tinham, ele os escutava e conforme a caminhada e a precisão deles, acatava a decisão que eles tomavam. Isso foi muito bonito sempre.

Roberto (DGE4) - Havia um diálogo permanente, nós tínhamos as reuniões setoriais e já nas paróquias com as comunidades; depois, então, em nível de diocese. E nós tínhamos algumas equipes que eram diocesanas, tinha uma equipe diocesana de CPT, que circulava a diocese toda. Mesmo você tendo as equipes locais, havia uma boa articulação apesar das dificuldades de comunicação e inclusive de acesso a esses lugares. Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado, Sento – Sé eram municípios tremendamente isolados e os interiores desses municípios muito mais isolados do que são hoje em dia.

Pergunta 6

Francisco - Como se dava a participação das pessoas que faziam parte do projeto?

Josenaldo (DGC1) – Os jovens eram envolvidos com os movimentos das próprias paróquias. Então, eles eram selecionados pelas paróquias e enviados para treinamentos em Juazeiro e em outras paróquias. A partir desses treinamentos, se estava acontecendo uma assembleia de trabalhadores rurais, eles faziam uma entrevista sobre a assembleia, qual o objetivo, por que estavam realizando; enviavam essa entrevista para Juazeiro e, lá no estúdio, a gente colocava nos programas que a Diocese tinha aqui em Juazeiro e também em Petrolina na Emissora Rural, que tinha um alcance que chegava até Campo Alegre de Lourdes, o município mais distante da Diocese. Além das entrevistas eles, eram treinados para elaborar notícias, ligavam das paróquias para o estúdio no SEDICA, a gente gravava essa notícia que era colocada nos programas. Além disso, eles elaboravam e conduziam programas em suas próprias paróquias com as rádios comunitárias nos autofalantes e faziam uma espécie de jornal mural, que era fixado em uma área que pudesse ser visível para que as pessoas pudessem ter acesso a esse material.

Moisés (DGC2) - Como havia a proposta da pastoral da comunicação, eu saindo do rádio, tendo registro profissional, o primeiro desafio foi abrir a diocese aos espaços de comunicação formal. Havia uma queixa, muito grande, primeiro da concentração da comunicação no bispo e da dificuldade de acesso ao bispo. Então eu passei, também, a prestar uma assessoria de comunicação, assessoria de imprensa para o bispo.

A gente estava montando o projeto em 1991. Em 1992, o padre José Carlos faleceu de acidente, e ficou a cargo de minha pessoa montar a estratégia. A estratégia, veja, ela foi montada a partir de uma formação que eu tive na Emissora Rural, com o padre Pedro Paulo Tormena, que conheceu um grupo que formava radialistas da igreja católica. Esse grupo fazia

parte da ALER - Associação Latino Americana de Educação Radiofônica, que tentava montar uma estrutura popular para as rádios, ou seja, a rádio era a voz do povo, mas, de repente, na voz da rádio era a voz do radialista e não do povo. Então, nós fomos capacitados; fiz um curso em 1987 e outro em 1988, um curso em Mossoró e outro em Natal, e nós começamos a montar uma proposta de capacitação para o Nordeste. Então, você teria a ALER junto com a UNDA, a UNDA dentro da UNDA Brasil a ALER e esse grupo de capacitadores no Brasil. Então um grupo do Equador e do Peru veio ao Brasil deu essa formação a um pequeno grupo que iria formar outros formadores e estar presente dentro das rádios. Nós começamos esse trabalho dentro da Emissora Rural de Petrolina, mas ele foi interrompido porque houve uma mudança de orientação na rádio pelo bispo. O bispo mudou a orientação e, de repente, ao mudar a orientação da rádio quebrou a proposta. Terminou o padre, que era meu companheiro de formação, indo montar uma rádio em outra diocese e montar essa proposta lá. E aí eu levei essa proposta da ALER para a Diocese de Juazeiro.

Qual era o grande desafio? Democratizar os meios de comunicação. Do mesmo jeito que a gente falava que a rádio era a voz do povo e não tinha o povo, os programas da Diocese, também, não tinham o povo, quem falava era o bispo ou dois ou três agentes pastorais que dominavam os programas. A ideia foi democratizar isso, e como você democratizaria? Passando formação para os municípios, para as paróquias, convidando pessoas que se interessassem para montar uma estrutura, em nível local, para fazer uma formação, para que as pessoas utilizassem, por exemplo, o mural da igreja, da paróquia para que fosse o lugar da informação ou de usar o alto-falante e ter um programa radiofônico. Então nós começamos a montar essa estratégia com as paróquias, e formamos uma rede via fax, a rede de correspondente.

Na época, mostrei a proposta ao bispo e ele aprovou. Falei, mas precisa de financiamento, aí ele procurou os parceiros de financiamento, basicamente, eu escrevi o projeto, nós fomos conseguindo os recursos, a gente já tinha o recurso da MISERIOR. Depois a gente teve um recurso da Ação Quaresmal da Suíça. Aí a gente foi montando a rede fax, por exemplo, para ter fax, tinha que ter o aparelho, a gente comprou um aparelho para cada paróquia, cada paróquia mandava a informação via fax, depois foram formando os correspondentes populares, então os correspondentes iam agora participar do programa a Voz do Velho Chico; depois, a gente montou um programa, um noticiário; teve a condição de comprar um programa na outra rádio, a gente tinha um espaço na Emissora Rural e tinha um espaço na Rádio Juazeiro, mas não tinha na rádio Grande Rio AM. Então, essa coisa foi se ampliando até a gente montar uma locadora de vídeo, uma produtora de vídeo, montar algo, assim, mais robusto com a participação dos correspondentes populares. E eu estive na Colômbia, em 1996, onde eu fui fazer um curso de comunicação para a pastoral, e nesse curso, eu fiz uma monografia para, inclusive, utilizá-la na prática. Era uma monografia que tinha como tema: Comunicação para a liturgia; e aí depois que eu voltei, também, eu passei nas paróquias dando um curso para os padres, os ministros da palavra, para melhorar a comunicação desse pessoal na liturgia.

José (DGE1) – É a palavra-chave da Comunicação. Dom José pegou muito a questão do documento de Puebla, quando a igreja fez a opção pelos pobres e pelos jovens. Lá no documento de Puebla tem um capítulo: Comunhão e Participação, e Dom José querendo trazer isso para a prática até inverteu e aqui na Diocese a gente falava assim: Participação e Comunhão, tinha até um programa: Participação e Comunhão. Por que participação primeiro?

Porque sem a participação você não consegue fazer a comunhão, então a questão da educação na linha da participação passou por esse projeto de educação no tempo de Dom José.

Edmundo (DJC3) – Olha, primeiro era um grupo de pessoas que se organizava e olhava a necessidade da região e, a partir disso, elaborava-se o projeto. Um projeto que era financiado por comunidades populares. O próprio esforço da Diocese e das paróquias fez com que as pessoas pudessem participar diretamente desses projetos, assim de forma bem dinâmica e de forma bastante comunitária.

Gorete (DJC5) - As pessoas que desenvolviam o trabalho eram pessoas das próprias comunidades, dos próprios grupos, das pastorais, tudo mais. Então, à medida que o trabalho ia sendo desenvolvido e contando a história dos acontecimentos outras pessoas iam se vendo dentro daquilo; então, eles se tornavam atores e os autores, porque à medida que algo vai acontecendo que serve de uma boa experiência a gente vai divulgando e você vai se vendo lá como contribuinte disso; nisso também você se espelha, outras pessoas também se espelham e se encorajam, a gente percebia muito isso, de outras pessoas estarem podendo dizer: “olha a outra comunidade tal saiu no rádio”, “a gente viu isso, que o pessoal está fazendo isso”. Então isso serve para a gente também, essas experiências sendo difundidas e à medida que isso acontece as pessoas vão se encorajando e se vendo através disso e ganhando mais força. Eu acho que foi uma boa experiência.

Pergunta 7

Francisco - Democracia: Em que momentos a Democracia estava mais presente em todo esse projeto de comunicação?

Josenaldo (DGC1) – Nós tínhamos aproximadamente quatro grandes encontros por ano para treinamento. Eram dois no primeiro semestre e, geralmente, dois no segundo semestre. Então, a gente pedia a colaboração deles: “Que temas vocês gostariam de ver no próximo encontro?” Vamos estudar o quê? Então a gente convidava geralmente pessoas que tinham um entendimento melhor sobre um determinado assunto. Essa pessoa vinha e trabalhava com os correspondentes, com a equipe coordenadora. Era uma coisa democrática, a gente não impunha o que eles queriam fazer, não era de cima para baixo, a gente discutia, ouvia a opinião deles e, a partir desse diálogo era escolhido o tema para o treinamento.

José (DGE1) – Não resta dúvida. Dom José sempre dizia: “eu sou um cristão democrático”, lutou muito pela democracia. Naquela época, quando Dom José chegou aqui, era ditadura militar, o povo não participava das coisas e até fazia reunião de portas fechadas ou escondido com medo de ser denunciado pelos poderosos que não queriam o povo organizado, e Dom José, com o trabalho que ele fez nessa região conseguiu minar, acabar com esse medo do povo, porque na consciência política, democrática, ele conseguiu até contribuir muito com o fim da ditadura, para um povo democrático e consciente de seus direitos.

Edmundo (DJC3) – Como um trabalho popular, ele era pensado a partir do meio popular. Então, precisava de muito diálogo, conversa, discussão, no sentido de colocar o projeto em

prática. Então, à medida que vai nascendo das entidades não governamentais e do pouco recurso que era disponível, exigia muito mais diálogo para que as pessoas pudessem abrir mão de uma certa situação e abraçar a causa, inclusive, com uma doação pessoal. Era dessa forma que eram discutidos os projetos na Diocese de Juazeiro.

Marina (DGE2) – Olha, Dom Rodrigues sempre escutou as pessoas, o povo e suas preocupações, seus gritos. Ele sempre ouvia os agentes, os párocos, os vigários, pessoas mais próximas dele e, também, a sociedade. Agora Dom Rodrigues tinha um posicionamento, ele defendia os pobres; então, nesse diálogo, ele nunca deixou de dialogar com toda a sociedade, mas sempre defendeu os pobres, ele teve lado, como Jesus Cristo teve lado, e o lado dele sempre foi a defesa dos pobres e oprimido.

Marcos (DJC4) – Olha, uma das coisas que eu percebia muito era a abertura que Dom José tinha para conversar com as pessoas, a paciência de ouvir o povo e aí, quando ele pensou nisso, ele criou os agentes que eram a ponte do povo com ele. Então os agentes iam para as comunidades viviam com o povo lá e traziam as preocupações, as conquistas do povo para ele e aí quando ele criou essa rede de comunicadores populares, facilitou ainda mais, o diálogo ficou bem mais aberto, porque era quem estava lá junto do povo.

Dom José, quando ia para as comunidades celebrar, chegava antes para conversar com o povo, quando terminava ele ficava lá junto ao povo conversando; era uma pessoa aberta para com o povo. Chegou um momento, que foi tão forte isso, que incomodou as autoridades da época. Por que como é que o bispo em vez de estar junto das autoridades estava era junto do povo, apoiando a luta do povo? Então, isso foi uma coisa marcante nesse momento de caminhada de Dom José aqui em Juazeiro.

Josemar (DJC2) – Na consciência de que o país e os direitos são para todos. Então o setor de comunicação tinha esse papel de ajudar as pessoas a perceberem que, como brasileiros, tinham direitos e esses eram negados e que para construir um país mais humano e justo, era por meio do caminho democrático, da participação de todos não só de um grupo que governava, mas também de todas as expressões da sociedade, um país a partir daqueles que sofrem privados do direito.

O que nós vemos hoje é o contrário, um governo que governa pelas elites e o grande sonho de Dom José Rodrigues era de um governo que governasse a partir dos pobres e é também a nossa esperança.

Pergunta 8

Francisco - Transformação: Em que medida pode-se afirmar que as transformações sociais e/ou pessoais faziam parte do projeto de comunicação da diocese de Juazeiro?

Josenaldo (DGC1) – Transformação social a gente pode observar a partir das organizações sociais de cada paróquia. Cresceu o nível de consciência das organizações e de quem não estava nessas organizações. A partir desse projeto de comunicação as pessoas passaram a ter consciência de que precisavam se organizar ou participar dos movimentos da igreja, ou ir à missa, ou participar de um grupo de oração, ou participar da catequese, ou engajar-se em um

movimento de mulheres, engajar-se em um movimento de pescadores. Então, houve esse processo de transformação.

E pessoal, falando dos correspondentes que participaram desse processo e até da equipe coordenadora, muitos correspondentes cresceram profissionalmente a partir desses treinamentos pelos quais eles passaram através do SEDICA. Por exemplo, X, que foi correspondente da cidade de Campo Alegre de Lourdes, ele hoje mora em Brasília, fez jornalismo, tem um blog dele, que ele coloca várias notícias a serviço da comunidade; Temos Y, correspondente da cidade de Pilão Arcado, ela é radialista profissional, já se formou em jornalismo na Alemanha, trabalhou em rádios comerciais em Petrolina. Nós temos Z, correspondente de Campo Alegre, que hoje é advogado, e já me disse que, sem esse treinamento, não seria possível chegar onde chegou. Temos a própria equipe coordenadora: o membro A, que se tornou cinegrafista profissional e trabalhou muito tempo na afiliada da rede Globo, eu que me tornei membro de emissoras comerciais a partir desse treinamento. Esse crescimento se deu tanto nas comunidades, nas organizações, como profissionalmente para cada um que participou.

Juvenal (DJC1) – Quando a gente via o muro da casa do bispo Dom José Rodrigues ser pinchado, chamado de comunista, a gente via que ali estava provocando e essa provocação vinha das transformações sociais e a luta pela terra em Casa Nova - BA foi muito protagonista nisso. Aí você tem a questão sindical, a organização dos trabalhadores, a mudança social na forma de pensar, de se comportar nessa região.

Eu me coloco, também, como questão geral e pessoal, eu vim de família humilde, eu parei de estudar aos 13 anos e voltei aos 21 anos de idade. Por que eu falo isso? Porque, quando começou o trabalho de comunicação nas paróquias, os correspondentes e comunicadores populares, na época, tinham no máximo a quinta série, um ou outro tinha o primeiro grau, no meio do trabalho a gente tem os nossos comunicadores populares concluindo o segundo grau, fazendo universidade, sendo professores, comunicadores profissionais ou assumindo outras profissões. Foi o meu caso e de muitos outros, que continuam até hoje na área de comunicação comunitária, na educomunicação.

Tudo isso, foi uma transformação social no âmbito geral de uma sociedade ou em boa parte dela e, também, nas questões pessoais que muitos conseguiram. Hoje, serem educadores, educadores e transformadores de opinião, inclusive.

Moisés (DGC2) - A gente tem algumas experiências interessantes, experiências exitosas. Experiência, por exemplo, de Campo Alegre de Lourdes – BA, que é muito exitoso, ou seja, ali você tem um impacto muito grande ao ponto de se construir um estúdio em Campo Alegre de Lourdes e a turma de Campo Alegre de Lourdes montar um programa para ser divulgado na rádio Serra da Capivara. Então, digamos assim, um impacto amplo. O caso, por exemplo de Pilão Arcado-BA, um pouco Remanso-BA, um pouco aqui na periferia de Juazeiro-BA; então, tem caso assim, digamos com um impacto positivo e um impacto amplo. E, também, os impactos pessoais de determinadas pessoas que passaram a conviver conosco sendo correspondentes, sendo uma pessoa que se dedicou a comunicação e que depois se

profissionalizou, arrumou uma profissão, ou que se tornou radialista ou jornalista a partir dessa experiência.

Então, tem o impacto local, diocesano e tem o pessoal. Em Juazeiro teve um impacto positivo porque, de repente, a assessoria começava a funcionar, a grande imprensa para falar com o bispo procurava o setor de comunicação e ali a gente já conseguia dar um acompanhamento, fazer uma assessoria nas coisas a serem divulgadas e eu creio que essa, também, é uma experiência exitosa.

Nós tivemos como caso concreto Campo Alegre de Lourdes, que a reportagem popular do SEDICA, em alguns momentos, foi impedida de participar da reunião da câmara, porque, de repente, você tinha alguém em uma Câmara de Vereadores que fazia a cobertura

Margarete (DJE1) - A questão do pessoal e do profissional, porque, de certa forma, a gente fazendo este trabalho, a gente estava estudando, estava conhecendo, estava construindo conhecimento e isso, claro, a gente levou para a vida. A gente vê correspondentes que saíram da sua cidade, foram para outra cidade, mas não abandonaram o que eles conseguiram adquirir de conhecimento levaram e até hoje a gente tem esse contato com esse pessoal. Eles mandam mensagens, dizem o que estão fazendo e sempre lembrando desses tempos.

Com certeza, contribuiu sim, na questão educativa, social, porque esse tipo de trabalho que valoriza o social, ele deixa marcas, porque a gente cresce com isso, aprende a valorizar o que é nosso, o que a gente conseguiu aqui, leva e consegue disseminar coisas boas e o conhecimento.

A gente não consegue esconder o que vem do interior e a gente passa a mostrar que tem a minha importância, tenho o meu conhecimento e consigo disseminar isso aí.

Edmundo (DJC3) – Olha, eu sou testemunha disso, porque eu trabalhei desde de 1992 com a comunicação popular e, hoje, eu sou bacharel em administração, mas eu acho que o que eu aprendi, naquele período, como comunicador popular é insuperável, foi a base de minha carreira, de minha vida, porque a gente aprendia, fazia curso e partia para a prática, e era um trabalho muito dinâmico porque pegava a linguagem culta e transformava em popular para que as pessoas pudessem entender. E a transformação social a gente percebeu no decorrer desse trabalho, que as pessoas passaram a perceber as coisas de forma mais crítica, a mudar de vida, a ter opinião própria, já não eram mais pelo cabresto, tinham uma independência. Então, dentro das comunidades e no meio do povo, criou-se um tipo de resistência, inclusive, para o sistema que existia, que as pessoas começaram a ser vistas com outros olhos, a serem mais respeitadas nos seus direitos. Então, isso tudo se atribui a um trabalho de comunicação em Juazeiro, que foi muito forte.

Marina (DGE2) – Olha, todas as pessoas que passaram por esse processo de trabalho na diocese de Juazeiro, principalmente quem se integrou mais efetivamente nas pastorais, todo mundo saiu de lá ganhando, pode se dizer, saiu ganhando as comunidades que encontrou um bispo que fazia a defesa de seus direitos, de seus interesses. Inicialmente, dizia assim, primeiro momento que “a igreja tinha que ser a voz daqueles que não tinham voz”, estava na época da ditadura militar; então, as pessoas não podiam falar ainda, as pessoas estavam

naquela época do coronelismo forte, despolitizadas, e precisavam de alguém que naquele primeiro momento, fosse a voz das pessoas, sempre marginalizadas, criminalizadas, injustiçadas. Mas, no segundo momento, o trabalho da diocese foi preparar as pessoas para que elas fossem as protagonistas de suas lutas, de suas ações, de sua mudança. Então, é aí que aparecem as comunidades eclesiais de bases, os trabalhos das pastorais e o apoio à criação de outras organizações, o movimento dos trabalhadores, para que esses fossem a voz da luta deles. Isso foi muito forte, então muita gente, muitos sindicatos naquela época estavam na mão de fazendeiros, dos políticos locais, e os trabalhadores passaram a ser donos de suas organizações, sindicatos, colônias, associações, as comunidades eclesiais de base. Assim, as pessoas passaram a ser protagonistas de suas lutas, de suas vidas, porque, anteriormente, havia os donos das vidas das pessoas, os donos das cidades, os donos dos municípios. Então, a partir daí o povo passou a ser dono de suas vidas, donos de suas lutas, de suas organizações. Então, isso foi muito forte. E, também, pessoalmente, eu acho que as pessoas que passaram por esse processo, eu reconheço que a gente cresceu muito nesse processo de trabalhar na diocese de Juazeiro, de ter oportunidade de participar desses momentos de reflexão, de apoio de dom Rodrigues, de orientação de dom Rodrigues, pois ele teve sempre esse cuidado de ouvir as pessoas e de aconselhá-las e de, também, reclamar quando ele percebia que as coisas não estavam certas, ele nunca passou a mão pela cabeça de ninguém, ele deu as orientações e, também, soube refletir de forma que as pessoas entendessem os seus processo. Agora, ele sempre foi paciente no sentido de entender que as pessoas, também eram capazes de mudar pessoalmente, coletivamente; então, nós tivemos essa oportunidade, muita gente teve essa oportunidade e, até hoje, a gente sente a falta de dom Rodrigues, ele ajudou no crescimento da gente.

Marcos (DJC4) - Olha, transformar, transformou, porque Dom José chegou em um momento que não foi tão fácil, porque a diocese de Juazeiro estava passando por grandes problemas, um era a barragem de Sobradinho, a situação como estava chegando. Então, ele conseguiu junto do povo dar esperança ao povo, de buscar ajuda para o povo. Desse diálogo com povo conseguiu fazer com que povo pensasse o que fazer para melhorar a vida. Ah! outra coisa, em Juazeiro, estava esse boom dos projetos de irrigação. Então, Dom José começou a fazer um trabalho junto aos assalariados e isso deu resultados, porque trouxe condições melhores para os assalariados, que estavam nas roças de irrigação, que viviam em cima de pau de arara. Então todo o trabalho que Dom José fez de denúncia e, também, de conversa junto com povo, de orientação, fez com que o povo conseguisse conquistas. Então foram essas conquistas que marcaram. Ah! outra coisa, foi o trabalho que Dom José fez e se empenhou em fazer com a juventude, foi uma coisa essencial, porque temos muitas lideranças na cidade, fora da cidade, no país, que passaram pela pastoral da juventude do meio popular nas formações que Dom José fazia na igreja. Então, essa transformação aconteceu, se pegar pessoas que passaram na pastoral da juventude que estão na política, no social, em grandes empresas que têm uma visão mais crítica da vida, da sociedade, que aprenderam nas formações que Dom José realizou na diocese de Juazeiro.

Josemar (DJC2) - É como eu já disse, a consciência política que as pessoas têm hoje também devem a Dom José Rodrigues. Nós temos várias pessoas que estão engajadas hoje nos trabalhos sociais; graças a essa consciência, essa formação, temos várias instituições que surgiram na época, sindicatos que se reanimaram na época e colocaram-se ao lado do povo. Então, essa consciência social nos foi sendo formada, gestada graças a Dom José Rodrigues. Até a própria pastoral da juventude do meio popular dava consciência aos jovens, de que ser

pobre não era a vontade de Deus, o que era a vontade de Deus era que todos tivessem uma vida digna. Então é essa consciência política que nós temos. Estamos aí presentes hoje e várias pessoas que foram formadas nessa linha de Dom José Rodrigues.

Gorete (DJC5) - Eu entendo que, quando a gente vê o resultado de outras pessoas dando certo, a gente vai repetir também esse exemplo. Então, por diversas vezes, aquilo que era mostrado em um município, digamos que um município tinha uma experiência e o outro município, agora passando pela mesma situação, tenha aquilo como espelho, experiência. Então, eu acho que os atores, na sociedade, a partir disso e de várias lutas, de várias coisas que foram mostradas, apresentadas, divulgadas através deste trabalho que foi feito, eu creio que houve um engrandecimento muito grande. A gente percebia isso quando a gente chegava a outras comunidades, a partir de um programa que a gente apresentava em um final de semana e outras comunidades e outros grupos comentavam: “olha tal lugar está comentando sobre isso, o pessoal fez isso, a dificuldade deles era essa e eles passaram por isso e isso pode ser feito por a gente”. Então, o pessoal acompanhava muito isso, é tanto que muita gente comenta até hoje do tempo do programa de rádio: “que a gente ouvia falar nisso, a gente ouvia falar naquilo”. Era a oportunidade que as comunidades tinham de dizer o que estavam sentindo, o que estavam vivenciando, o que muitos outros grupos de comunicação nunca fizeram na verdade.

Eu penso que sim, e eu estou pensando que, se ele em mim conseguiu fazer isso, eu creio que, em muita gente, fez também, porque a gente vê até hoje quando a gente chega a diversas comunidades, sobretudo no fundo, nos mais distantes lugares desses municípios da nossa região, o pessoal sempre fala nos programas de rádio, inclusive nos programas feitos por Dom José Rodrigues, a forma como ele trazia os problemas de outro município, a gente ficava sabendo o que estava acontecendo em outros municípios através daquilo ali que estava sendo colocado nos programas de rádio. Então, à medida que uma pessoa da própria comunidade sai divulgando isso, uma pessoa que todo mundo conhece, o pessoal se sente mais à vontade para dizer assim: “olha, a gente também tem condição”, “Não só outros, mas nós também temos condição de dizer isso, é a nossa vez e a gente pode”. Então eu acho que isso gerou uma transformação e uma maneira de pensar, bem interessante, para muita gente aqui do vale do São Francisco, sobretudo nessa forma de pensar que era trazida através do testemunho de Dom José Rodrigues.

Gestor Educacional (DGE3) – Interessante, foram esses correspondentes que ele instalou. Agora, também tem que dizer que a ação dele, é bom anotar isso, era possível pela repercussão que ele tinha internacionalmente e com isso verbas que ele conseguia. Então, cada vez que ele ia fazer visita a Roma, também dava uma volta pela Alemanha, uma pessoa muito importante foi o Sigfried Pater que escreveu o livro dele, que depois a gente traduziu aqui. Então, apresentou a inúmeros grupos da Alemanha explicando aqui a situação e com isso ele conseguia, também informações que, aqui no Brasil, ele não conseguia, porque era Ditadura Militar e era tudo controlado. A CHESF por exemplo tinha informações na Alemanha e que aqui não estavam disponíveis. Então, ele conseguia com facilidade verbas, doações para montar um trabalho aqui, inclusive das grandes entidades como a MISEREOR, da Alemanha, conseguia sempre verbas. O SEDICA era possível por causa dessa facilidade de doadores de fora que ajudava ele no trabalho.

O incrível desse trabalho do SEDICA foi que foram escolhidos os jovens dos municípios e eles conseguiram entender os problemas dos municípios: conflitos, projetos aprovados na câmara de vereadores que eram contra o interesse do povo, e conseguiam, esses jovens, investigar, recolher depoimentos e depois gravar uma fita cassete e mandar para Juazeiro.

E a grande jogada e compreensão de como deve ser a comunicação é que eles nunca falavam em nome das pessoas, as deixavam falarem. Com isso, eles educavam, enalteciam, davam a credibilidade às pessoas, porque elas foram escutadas e não precisavam de um bispo para sua comunicação. Desse trabalho dos comunicadores nas paróquias saiu depois muita gente consciente, que conseguiu estudar e adotou profissões da comunicação mesmo ou em outras profissões. Um exemplo foram os conflitos, quando chegou um agricultor/ lavrador do interior e bateu na casa do bispo e disse: pode falar isso e isso que tá acontecendo; ou ele fazia uma visita pastoral, uma reunião e o pessoal dizia: “olha a CHESF está fazendo isso, o grileiro tá fazendo aquilo, fala isso no rádio para nós”, ele dizia: vocês fazem o seguinte: vocês fazem uma reunião, tudo que está acontecendo bota em um papel e me manda, depois eu vou ler. Com isso, ele criava uma responsabilidade e, também, uma autonomia da pessoa: “veja só minha carta, nossa carta está na rádio Juazeiro ou em Petrolina na emissora Rural”. Então, com isso, ele fazia a pessoa que achava que não tinha voz, reconhecer a situação e, depois, ter a própria voz.

Roberto (DGE4) - As transformações das pessoas foram claras, a gente tem todo um conjunto de pessoas que passaram por esses trabalhos e grande parte deles continuam até hoje, mantém uma linha de igreja, mantém um compromisso com o povo. Isso tudo é fruto de um processo que vem da década de setenta e oitenta. E a mudança, na realidade, você pode pegar por vários indícios. Eu hoje uso o índice do IDH, que é o índice de desenvolvimento humano e cito especificamente o índice do município de Campo Alegre de Lourdes. Em 1990, foi o primeiro censo do IDH no Brasil, o IDH de Campo Alegre de Lourdes era 0,27 que era um índice de desenvolvimento humano no mesmo nível da África subsaariana, porque o índice vai de zero a um, quanto mais próximo do um, melhor a qualidade de vida, quanto mais próximo do zero, pior a qualidade de vida, então Campo Alegre de Lourdes estava lá no pé. Em 2000, foi feito de novo, aí você já tinha como medir o impacto do trabalho diocesano e Campo Alegre de Lourdes já estava em 0,36 e 0,37 e depois em 2010, quando teve a última medição Campo Alegre já estava em zero vírgula cinquenta e tantos, quando você passa de 0,5, você já entra no nível de vida digna, já não é abaixo de 0,5 que o nível de pobreza e de miséria é absoluta, mas é claro é todo o desdobramento do que veio depois na sequência, com agroecologia, a captação da água de chuva, o programa da cisterna, mas tudo isso só foi possível, inclusive as políticas de Estado na região, porque você tem uma base organizativa, muitas ong's vão vir para fazer o trabalho delas como o IRPAA, a SASOP, mas trabalhando a partir de uma organização, que está na base feita pela diocese de Juazeiro.

Pergunta 9

Francisco - Gestão de Recursos e Processos: Como era pensada no projeto de comunicação a gestão dos recursos e processos de comunicação?

Josenaldo (DGC1) - Os recursos não eram tantos assim, quem disponibilizava os recursos, geralmente, eram entidades da Suíça. Eles financiavam projetos de comunicação popular pelo mundo e, aqui no Brasil, eles tinham uma filial que destinavam esses recursos, que vinham

para cada ano, era feita a apresentação de contas trimestralmente ou era semestralmente e, após o final do projeto, fazia-se um outro projeto, pedindo recursos para determinadas situações: para os treinamentos, manutenção e até aquisição de veículos e até aquisição de materiais para trabalho. Outra fonte de recursos que nós tínhamos era fazer cópias de documentos para terceiros, tinha uma máquina copiadora lá, e a gente fazia cópias para manter o trabalho em andamento. Depois, mais tarde, nós montamos uma livraria e locadora de vídeo, passamos a locar vídeos para terceiros, para a comunidade em geral e, também, a vender livros nas áreas educativa e religiosa. E assim a gente ia se mantendo, mas não era fácil, nem sempre o recurso era suficiente para manter o projeto que a gente tinha.

Juvenal (DJC1) - A gente trabalhou sempre com cooperação internacional; existia de certa forma uma liberdade de trabalhar com recursos, de movimentar recursos de um lugar para outro de acordo com a demanda, de acordo com o momento.

Os projetos eram planejados para dois ou três anos, e aí no decorrer da execução desse planejamento, você percebe que, dentro da nossa área de comunicação, tinha uma demanda que era preciso recuar em determinada questão, até em gasto de recursos, para você poder investir naquele outro, mas sempre prezando que a comunicação fosse dentro daquela linha de atuação, que a gente pudesse fazer com que a sociedade pudesse ganhar com isso, não era para o benefício do setor de comunicação; nosso pano de fundo era beneficiar a sociedade, as pessoas mais carentes, os sem vez e sem voz, aqueles que precisavam de nossa comunicação, a gente direcionava os nossos recursos para que a comunicação fosse transformadora naquele momento, porque vivíamos períodos em que a conjuntura mudava totalmente, tinha sempre modificações ao longo desse tempo e a gente tinha que direcionar os nossos recursos para que aquela comunicação continuasse transformadora.

Quem está de fora costuma achar que o bispo manda e a gente faz, não era assim. Tinha um projeto predeterminado das atividades que a gente ia fazer, não era o coordenador do SEDICA, que decidia sozinho. Quando o planejamento precisava de uma mudança, a gente precisava do conselho da Diocese. As pastorais que estavam envolvidas nesse projeto eram: Pastoral da Terra, Pastoral da Mulher, Pastoral dos Pescadores, eles faziam parte desse conselho. As mudanças eram levadas para o conselho, se não fosse possível, levaria para uma assembleia de diocese e, às vezes, até para o regional das dioceses com as dioceses de Bonfim e Rui Barbosa.

As atividades nossas de comunicação girava em torno das paróquias, gira em torno das pastorais sociais e em torno daquele povo que as pastorais defendem, o pessoal que estava lutando pela terra, lutando pela organização sindical, os apicultores, os pescadores. Então, o nosso direcionamento de recursos dependia desses Conselhos.

Pergunta 10

Francisco - Pedagogia de Projetos: Qual concepção de projeto era adotada pelo trabalho?

Juvenal (DJC1) - De início, eram as cornetas, bocas de autofalantes nas torres da igreja. Inicialmente, foi dessa forma que o pessoal passou a divulgar. O gravadorzinho que ia lá e fazia uma entrevista, acompanhava os movimentos das paróquias, municípios, romarias,

eventos sociais e aí fazia inicialmente dessa forma e depois os espaços nas rádios, rádios AM na época. Eram esses os meios de comunicação que os comunicadores tinham para comunicar para suas paróquias e municípios e a nível de diocese eram as rádios regionais: Juazeiro e Petrolina, as rádios que tinham parcerias com a diocese de Juazeiro, com o setor de comunicação.

Marcos (DJC4) – Uma questão era a formação na fé e política, para Dom José não dá para trabalhar a fé sem a política e nem a política sem a fé. A outra coisa era esse trabalho de base junto do povo; então, a partir do povo é que você tem as transformações que são essenciais para poder mudar todo o sistema. Não dá para fazer uma coisa separada da outra, então, foram dois vieses que garantiram que muita gente tivesse o senso crítico nesse projeto de Dom José. Outra coisa é essa questão da transparência do que estamos fazendo, dizendo, realizando. Eu lembro que trabalhamos muito essa questão do ver, julgar e agir. A base sempre foi o povo no trabalho de Dom José Rodrigues.

Pergunta 11

Francisco - Tecnologia: De que forma a tecnologia estava presente e era pensada no projeto do SEDICA?

Juvenal (DJC1) - O setor de comunicação era mais tecnológico do que na época a TV Norte [afiliada da rede globo], em questão de trabalhos de vídeo, documentários sempre voltados para as questões sociais. A tecnologia que o setor de comunicação tinha era de ponta na época. Estamos falando da internet de escada, que a gente usava interrompendo a linha telefônica. Mas, era avançado porque tínhamos equipamentos usados nos grandes centros: Sul e Sudeste. Já no finalzinho, a gente não conseguiu, infelizmente, alcançar as mídias digitais com o setor de comunicação. A gente dispunha de uma tecnologia que, para hoje, já é obsoleta, mas que dava para fazer uma comunicação muito bacana. Não existia o celular na época, depois foi que passou a existir. A comunicação via telefone a gente colocava no rádio.

Pergunta 12

Francisco - Construção de conhecimento: Como podia ser identificada a construção de conhecimento pelos participantes do projeto de comunicação?

Margarete (DJE1) - Tinha. Moisés sempre preparava os encontros de formação e eu não conseguia participar de todos, porque eu trabalhava na biblioteca, mas eu sempre ia, quando eu podia, eu também participava das formações. Os meninos preparavam as formações e a gente ia estudar, estudar sobre comunicação, estudar sobre comunicação popular, estudar sobre como montar uma entrevista, produzir um texto. Isso fez uma grande diferença na diocese de Juazeiro, porque manteve as cidades que fazem parte da diocese interligadas. As informações eram distribuídas através dos programas de rádio, dos correspondentes. Eles mandavam informações das cidades deles, então a gente acabava sabendo o que estava acontecendo em todas as cidades da diocese.

Edmundo (DJC3) – Eu ainda me lembro de que, dentro do projeto de comunicação da Diocese de Juazeiro, chegou certa época que a gente passou a produzir materiais próprios e esses começaram a ser divulgados em jornais e revistas. Editei uma matéria na revista *Sem Fronteira*, que a gente recebia na paróquia; a gente passou a produzir vídeos populares, panfletos populares, programas em rádios e nas torres de igreja e em cima de carro de som. Então, foi uma forma de produzir de maneira muito eficiente, materiais que estavam ao nosso alcance e, também, dentro da capacidade dos comunicadores populares.

Gorete (DJC5) - Um pouco disso, um conhecimento adquirido e as pessoas vão tendo a ideia do que é na verdade. Acho que, em tempos difíceis, você tem que entender o que é que outras pessoas passam; eu acho que a região viveu muito isso e foi um momento, sobretudo no final dos anos 70 e 80, o pessoal se uniu bastante, acho que houve uma luta, que foi a questão da barragem de Sobradinho, a retirada de milhares de famílias de suas casas de maneira muito violenta, e eu acho que isso enriqueceu e fez com que muita gente pudesse se encorajar. O trabalho depois feito pelos comunicadores populares, como eu já havia dito antes, fez com que outros grupos pudessem se ver dentro disso. Acho que isso é uma transformação bem interessante na vida de cada um.

Roberto (DGE4) – Você tem que considerar que, quando a gente chegou aqui, ia para o interior e grande parte da população era analfabeta. Então, a gente trabalhava com a tradução oral, com a música, com a reflexão, porque as pessoas não tinham leitura, mas tinha tremenda leitura de mundo, de realidade e a gente trabalhou muito com isso. Eu ficava um mês na comunidade, acho que eu fiz alfabetização com as crianças uns vinte dias, usando o método de Paulo Freire das palavras geradoras. Eu lembro que eu usei fome e sede, eram duas palavras simples, mas que diziam respeito àquela realidade.

Pergunta 13

Francisco - Formação de Lideranças: De que forma era pensada a formação de lideranças a partir do projeto de comunicação?

Josenaldo (DGC1) – A formação de lideranças era feita a partir dos treinamentos, com as pessoas que estavam participando dos grupos que nós tínhamos: tanto dos correspondentes populares, como das rádios comunitárias. Então, essas pessoas acabaram muitas delas a se tornarem líderes em suas comunidades: presidentes de sindicato, coordenadores de colônia de pescadores, de grupo de mulheres, de catequese. A partir desse processo, eles cresceram dentro de suas próprias comunidades e assumiram diversas lideranças.

Juvenal (DJC1) – A gente tem o prazer de dizer que o SEDICA tinha muito essa questão de formar lideranças. A gente via os jovens que chegaram quase sem bagagem, faziam no máximo uma leitura na igreja no domingo, integravam um coral, alguma coisa desse tipo; dois anos depois pela formação que eles tinham, estavam coordenando uma equipe de comunicação, uma pastoral da juventude em nível de Diocese, integrando grupos de jovens regionais e até nacional. Formou lideranças não só na área de comunicação.

O trabalho inicialmente a que eu tive oportunidade e outros tiveram também fez com que a gente partisse para a questão sindical com a leitura social do que era ser uma liderança sindical, do que era trabalhar na questão sindical, de lutar pelos seus direitos. A gente costuma

dizer que muitos foram ensinados, ou, de certa forma, foram incentivados a lutar pelos seus direitos, mas primeiro ele foi ensinado a lutar pelos direitos dos outros. Alguns companheiros que perdiam os empregos na região, e ficavam visados e não podiam mais trabalhar em lutar nenhum, porque como sindicalista, como fomentador dessa categoria para que se organizasse, ele não tinha mais vez no mercado da fruticultura como trabalhador. Então, o SEDICA tinha essa formação da comunicação; muitos hoje saíram desses grupos de formação dos comunicadores, dos correspondentes. Hoje nós temos advogados, professores, profissionais na área de logística em grandes empresas; atualmente se você perguntar, ele fala que deve a essa formação do setor.

José (DGE1) – As lideranças, para Dom José eram as meninas dos olhos dele, porque sempre ele trazia assessores, muito renomados, para os encontros de formação de agentes pastorais, animadores de comunidade e na questão cultural da leitura, da comunicação, da vivência com o rádio, com a televisão. Dom José foi muito enfático em colocar nas mãos das pessoas o que elas precisavam para a formação.

Ele assinava para os grupos de jovens de Juazeiro, a *Mundo Jovem*, aquela revista dos universitários do Rio Grande do Sul, que é muito útil e que Dom José assinava; financeiramente, ele pagava do bolso dele, para que os jovens tivessem um instrumento para as suas reuniões, para a suas formações; então, os grupos de jovens de Juazeiro, que existiam na época, todos eles recebiam a revista Mundo Jovem.

Edmundo (DJC3) – Havia sempre a preocupação de inovar e ter novas pessoas dentro do grupo de comunicadores. Na minha turma, por exemplo, na minha época em 1992, quando a gente começou, eram dois, já quando estava em 2006, 2007, nós tínhamos oito, então multiplicou gradativamente. E esse trabalho foi se multiplicando justamente porque se formavam as novas lideranças dentro da região da diocese.

Marina (DGE2) – Olha, na diocese, foi criada uma equipe, havia os agentes sobretudo leigos e os padres que organizavam, tinha aquele grupo que seria o conselho diocesano ampliado, que eram as assembleias; então, tinha o conselho diocesano, tinha o conselho diocesano ampliado, que são reuniões frequentes, onde se pensava a partir das demandas, dos gritos dos povos, quais eram as demandas de formação que deveriam existir, tanto para os agentes quanto para as comunidades; existia na diocese um grupo de pessoas que articulava, organizava melhor essa formação e, a partir daí, ia se buscar quem poderia contribuir nessa capacitação, nessa formação e aí dom Rodrigues como ele tinha muito conhecimento em todos esses âmbitos, procurava não só sugerir os temas, ou apoiar os temas sugeridos pelas pessoas, pelos agentes; como ele buscava assessoria, ele trazia assessores para diocese para assessorar nas diversas temáticas, diversos conteúdos, mas também em outros momentos específicos, até os retiros eram espaços de formação, que eram retiros juntos: padres, leigos, religiosas, todo mundo junto, era um momento importante, até a espiritualidade era trabalhada de forma conjunta, mas tinha sempre um grupo articulador dessa formação que respeitava os processos; com os aprendizados de Paulo Freire foi até melhorando cada vez mais, sempre na metodologia de Paulo Freire da educação popular.

O SEDICA foi criado a partir do programa A Voz do Velho Chico, o eixo que fez organizar de forma mais efetiva o setor, que já existia. Para poder funcionar A Voz do Velho Chico, do jeito que o povo fosse a voz, que se representasse naquele programa, precisava de alguém que

fizesse esse trabalho lá na ponta, na base. Logo, os correspondentes populares fizeram todo um trabalho. Para ser correspondente, tinha que conhecer não só a temática da comunicação, mas ter conhecimento dos outros conteúdos, principalmente que dissesse respeito ao trabalho que se fazia na Diocese; então, esse espaço dos correspondentes é de formação constante; para ser um comunicador popular, tinha que passar por diversos processos de formação.

Marcos (DJC4) – Olha, uma das coisas que Dom José fazia muito era essa questão da formação de lideranças e, hoje, a gente encontra pessoas que estão como lideranças nas pastorais sociais, nas empresas, na política; em várias esferas, há pessoas que passaram por formação de lideranças nas formações de Dom José. E outra coisa, a disponibilidade de um acervo na biblioteca; na hora em que a gente precisava de informação a gente tinha essa informação e esse conhecimento. Isso contribuiu muito para que muita gente hoje esteja na situação que está em caso de liderança. Algumas pessoas que eu conheço e que estiveram comigo na pastoral da juventude e que, hoje, estão na liderança de grandes instituições, então essa é a prova de que o trabalho que ele fez de formação de liderança, de fazer com que as pessoas enxergassem que o protagonismo da história não é de quem está fazendo a história, mas de quem está dentro da história. Isso foi uma coisa importante e que isso fortalece muito. A minha caminhada hoje como profissional, tem uma base boa que eu recebi nessas formações com Dom José Rodrigues.

Josemar (DJC2) – As pessoas eram convidadas, tinham os encontros formativos, formavam-se os chamados comunicadores populares e cada um ia desenvolvendo o seu trabalho na sua comunidade, na sua paróquia e, várias vezes, no ano tínhamos formação, tínhamos até Moisés, jornalista que coordenou, nessa época, o próprio Josenaldo e tínhamos também outras jornalistas, outros assessores que vinham da CNBB para formarem, sobretudo, aqueles jovens da época para desempenharem esse trabalho nas comunidades.

Gorete (DJC5) - No início, as pessoas que foram fazendo parte, eram pessoas que já tinham uma história na caminhada, já faziam parte de diversos outros grupos e à medida que isso aí acontecendo, foram surgindo e aparecendo pessoas novas. Nesse trabalho, também, foram criados grupos nas comunidades, paróquias, que a gente chamava de equipes paroquiais de comunicação e nesse grupo, contando com a participação da juventude, sempre despertava o interesse de outros jovens e a gente chegou a fazer um trabalho muito interessante em cada município da região da diocese de Juazeiro. Era um momento em que a juventude se empenhava, inclusive ela participava de momentos diversos de grupos e de pastorais nas paróquias, eu mesmo pude ter o conhecimento de vários grupos, de como acontecia em paróquias, em pastorais diferentes através desse trabalho que eu fiz na comunicação e aí ter uma visão diferente, inclusive, de algumas coisas que a gente tinha, quando passou a acompanhar e a fazer esse trabalho, a gente teve uma visão de conhecer mais a fundo o que era vivido por cada grupo, por cada pastoral, em cada movimento, como era que isso acontecia.

Gestor Educacional (DGE3) - Ele foi muito engajado na formação da pastoral da juventude do meio popular. Há dois ou três anos atrás, estava fazendo uma descoberta de pessoas hoje de destaque: advogados, líderes sindicais, agrônomos, etc., todos eram daquele momento. Impressionante é que quem não foi necessariamente a favor da igreja católica, a igreja católica é bastante contraditória, mas em termos de consciência e crescimento pessoal e, também de atitude em relação à sociedade. Então, infelizmente, morreu depois, mas esses momentos ele

acompanhava de perto, me lembro, tantas vezes, ele pegava uma D-10 escondia atrás um tanto de jovens, na carroceria era proibido, e levava para os encontros em Salvador, ele mesmo dentro para não cair no posto da polícia rodoviária de Bonfim, dava uma volta por trás, para levar os jovens para lá. Então, ele viu que o único investimento que valia a pena mesmo era a formação da juventude.

Roberto (DGE4) - A gente tinha uma preocupação de formar comunidades em primeiro lugar. Agora, de vez em quando, você tinha a formação de pessoas, mas não tinha assim a indicação, a comunidade era que indicava. Então você tinha formação bíblica, a formação política, a formação sindical, a formação da questão da terra, a questão da água, para isso as comunidades indicavam as pessoas. Então, você tinha momentos formativos intensos nas paróquias, nas comunidades e também em nível diocesano. Eu lembro bem que nossa equipe tinha o curso de evangelização no interior, e vinha gente de monte, cem, duzentas pessoas, então a gente não ficou só na formação de lideranças, a gente foi também para as comunidades e as comunidades indicavam as pessoas para participarem desses momentos formativos.

Pergunta 14

Francisco - Fundamentação: Cite alguns teóricos que fundamentavam o trabalho desenvolvido pelo projeto de comunicação?

Moisés (DGC2) - Eu acho que, dentro da ideia da libertação do povo, quando você prega, por exemplo, a proposta do povo ter autonomia e de se libertar. Nós, em tese, estávamos focados nisso, acreditávamos em uma proposta de teoria da libertação e dentro dessa proposta da teoria da libertação, o uso desse instrumento, que era a comunicação.

Gestor Educacional (DGE3) – Nós tínhamos, muitas vezes, visitas de Leonardo Boff e Clodovil Boff. Clodovil Boff ia para a região amazônica, vivia vários meses com o povo lá e, a partir da experiência lá, escrevia mais um livro; então, nessas viagens de volta, ele parou, várias vezes, em Juazeiro, para se encontrar com o pessoal da Diocese; a base dele era a teoria da Libertação sim

Pergunta 15

Francisco - Em que medida o projeto estava para além de um projeto que visava exclusivamente à comunicação?

Moisés (DGC2) – Eu acho que, dentro da ideia da libertação do povo, quando você prega, por exemplo, a proposta do povo ter autonomia e de se libertar. Nós, em tese, estávamos focados nisso, acreditávamos em uma proposta de teoria da libertação e dentro dessa proposta da teoria da libertação, o uso desse instrumento, que era a comunicação. Claro que isso é difícil medir um impacto, mas é dentro dessa proposta de democratizar, inclusive, os processos, que era muito, mesmo você tendo a teologia muito centralizada, às vezes, em uma assembleia, eu cheguei a ouvir um agente de pastoral dizer: “eu vou aqui falar pelo povo”. Na verdade, não se falava pelo povo, falava por ele, ou seja, nossa proposta é que o povo, ele tem que falar. É interessante que essa proposta, não posso esquecer desse detalhe, foi para o IRPAA – Instituto de Pequena Agropecuária Apropriada, essa coisa da comunicação. É importante colocar que

o IRPAA percebeu isso, percebeu que, por exemplo, dentro do curso de formação que ele dava para formadores, era necessário ter alguém da comunicação que ensinasse ou que desse algumas dicas sobre como eu posso, por exemplo, dizer que não se deve queimar a terra, que não é só o discurso “não queime a terra, que a terra fica ruim”, mas como estratégia de comunicação em algumas formações do IRPAA, eu participei, e depois ele montou a sua própria equipe de comunicação e ele trabalhou muito bem com os cartazes, com programas de rádio. Acho que isso é um impacto, também, na vida do povo do sertão, porque o IRPAA consegue, inclusive, ser esse lugar da prática social, do impacto social, que a proposta da diocese na teoria da libertação quis.

Edmundo (DJC3) – Era um trabalho voltado para a vida do povo, para as comunidades; então, além da comunicação, nós tínhamos as questões do direito, do gênero, da terra, da água, da moradia, dos direitos básicos de educação e saúde. Nós fizemos um trabalho de comunicação na região da Diocese de Juazeiro, que mexeu com a estrutura política da região, quer dizer que tudo isso foi marcado porque os direitos das pessoas começaram a ser respeitados. Então, não era voltado simplesmente para a comunicação em si, era voltado para uma transformação social que, graças a Deus, conseguimos realizar no decorrer de alguns anos.

Gestor Educacional (DGE3) - Era tudo nessa linha catequese, a escola de padres e freiras que vinha para cá, ele não aceitava qualquer um, tinha que ter um histórico de compromisso com o povo e todas as assembleias, as formações eram nessa direção de libertação, de conscientização do povo. No trabalho com as prostitutas, ele nunca dizia: “você têm que sair desse meio, você são pecadoras”, ele dava possibilidade para as mulheres aprenderem uma coisa, para cantar, para se encontrar com ele em Carnaíba, sempre teve um domingo lá de missa com as prostitutas. Então, ele fazia para elas se libertarem. Tantas mulheres daquela época conseguiram sair da prostituição.

Pergunta 16

Francisco - De que forma o Acervo Dom José Rodrigues, antiga biblioteca da Diocese, contribuía com as atividades de comunicação desenvolvidas na Diocese?

Josenaldo (DGC1) – Contribuía muito, porque o material que Dom José disponibilizou na biblioteca era muito bom, também, na área de comunicação e educação popular. Então, nós consultávamos bastante esse material para nosso enriquecimento pessoal e para usar nos treinamentos que a gente fazia com os correspondentes populares. Esse acervo que Dom José montou servia não só para a gente, mas também para toda a comunidade, muita gente usava o acervo para pesquisas escolares, pesquisas universitárias. Então, esse processo de montar uma biblioteca do porte que ela tinha, que hoje é o acervo, só enriqueceu.

Juvenal (DJC1) – Eu acho que a grande internet de todo mundo era a biblioteca. Tanto os estudantes da região como nós comunicadores tínhamos acesso aos textos que traziam, de certa forma, embasamento, porque Dom José Rodrigues teve sempre essa sensibilidade com o acervo da biblioteca, tinha muita coisa que a gente não tinha acesso em bibliotecas comuns. A gente não tinha condição na época de comprar livros, então a biblioteca ajudou muito nessa questão. Era o acervo da biblioteca, que favorecia a gente, principalmente nessa questão da comunicação.

Moisés (DGC2) – Era o suporte, porque você tinha lá: jornais, recortes de jornais, alguns programas de rádio e como a gente gostava de colocar dados, o grande suporte era a biblioteca. O bispo teve um zelo muito grande, era uma pessoa cuidadosa, inclusive, na guarda de dados, na guarda não só de dados, mas também de informação da própria imprensa. Então, isso facilitava em muito quando a gente ia fazer uma análise de conjuntura ou quando ia montar um programa que necessitava de um recorte histórico ou de um recorte, digamos, assim, de dados concretos.

José (DGE1) – Os nossos programas de rádio eram, muitas vezes, pesquisados nos livros na biblioteca; na questão de formação de nossos agentes pastorais, a biblioteca contribuiu muito, porque sempre esteve aberta. A biblioteca diocesana de Juazeiro era outra vertente do trabalho educacional. Dom José, assim que ele chegou se preocupou em montar essa biblioteca, para dar sustentação aos trabalhos dos agentes pastorais, mas era também aberta às comunidades estudantis e professores da região. Era uma biblioteca realmente bem equipada, naquele momento, a mais atualizada biblioteca da região do vale do São Francisco, porque Dom José se preocupava em atualizar a biblioteca para dar conhecimento, formação, permitindo que a comunidade tivesse mais um veículo de formação e de comunicação.

Edmundo (DJC3) – Olha, as pesquisas elas foram muitos fundamentais nesse acervo que Dom José montou, a gente lembra que uma vez fizemos um curso em Juazeiro e os cursistas eles tinham por obrigação pesquisar o máximo possível de livros que falassem sobre a luta do povo e sobre a questão da comunicação e, a partir daí, produzir algum material que pudesse revelar para a sociedade que aquele acervo estava disponível para a sociedade.

A paróquia de Pilão Arcado [BA], a partir dessa biblioteca montou outra com 15 mil livros, com o incentivo de Dom José Rodrigues. Então, esse acervo foi além da comunicação, ele partiu para uma transformação de vida tanto dos estudantes, como de professores, de pesquisadores, da sociedade como um todo. Ele foi um marco na história da Diocese de Juazeiro.

Marina (DGE2) - A biblioteca da diocese era considerada a biblioteca de Juazeiro e da região, muita gente saía de outros municípios, de Petrolina [PE], de Casa Nova [BA] e de outros lugares para vir fazer pesquisa na biblioteca da diocese porque era uma biblioteca completa. Então essa biblioteca teve um momento que também era parte do SEDICA, do setor de comunicação que envolvia também a biblioteca, não só lá para ler, para entender, mais era um espaço de venda de livros, era um espaço que o pessoal podia locar vídeos. Uma coisa interessante; todo o trabalho da diocese sempre foi de forma muito bem articulada e o SEDICA, na época, não foi diferente, era articulado, não era um trabalho à parte. Eu acho que um trabalho para ir para a frente ele precisa ser feito de forma integrada, com os aspectos religiosos. Dom Rodrigues gostava de falar, o trabalho pastoral tem que levar em consideração a questão eclesial para dentro da igreja, mas também para fora; então, todo trabalho era levado em consideração, como a gente trabalhar internamente na igreja, o que precisava reforçar para gente ser um verdadeiro cristão, mas um verdadeiro cristão cidadão, como a gente se posicionar, qual é o nosso testemunho como cristão na sociedade; por isso, havia essa preocupação de trabalhar para dentro e para fora, o que a gente refletia e as experiências de fé que a gente vivenciava que ela fosse testemunho para sociedade. E onde a gente estivesse, porque você hoje, estava sendo um agente pastoral, um animador comunitário, mas, amanhã, você poderia estar em outro espaço da sociedade, em uma escola

como professor que você assumisse a sua missão, o que você aprendeu lá, o que você vivenciou dentro da igreja você pudesse vivenciar em outros espaços na sociedade. Então é por isso que dom Rodrigues achava que a religião, a nossa forma de professar a fé não tinha que ser voltada só para dentro, mas dentro e fora, tinha que se preocupar com esses dois aspectos.

Marcos (DJC4) - Era bem interessante, porque, quando dom José pensou, parece que ele sabia quais eram as necessidades, por exemplo: a gente ia realizar um encontro com os jovens, então a gente tinha na biblioteca livros e documentos que garantiam que a gente tivesse o material para realizar esse encontro. Na videoteca que ele criou, a gente tinha, também, o material para o trabalho, que era uma garantia. Então essas ferramentas que Dom José criou, parece que ele sabia, qual era a necessidade que as pastorais e as pessoas que estavam dentro do processo de formação, na Diocese de Juazeiro, tinham. Então a gente encontrava tudo lá, até porque, naquele tempo, não tinha internet, ou tinha uma biblioteca que desse suporte a isso ou a gente não ia ter como realizar o trabalho, e ele conseguiu fazer isso com todos os materiais dentro desse sistema com o qual ele trabalhava que era do ver, julgar e agir.

Josemar (DJC2) – Dom José era um visionário e, naquela época, não tinha biblioteca em Juazeiro e essa biblioteca tornou-se a menina dos olhos dele e ele acreditava que, por meios dos estudos, da leitura, as pessoas iam se conscientizando. Sem educação, não há tomada de consciência da realidade. É a leitura que abre a consciência para contemplar a realidade e fazer com que a pessoa tome certa posição. Então a biblioteca, ou o caminho da educação proposto por Dom José Rodrigues, a educação popular, a comunicação popular, com certeza, foram os meios encontrados para ir contra o grande sistema da época a partir dos pobres e dos pequenos nas diversas comunidades.

A própria formação bíblica que tínhamos aqui na época pela CEBI, toda essa formação popular, casava sempre a vida e a fé, uma fé que esteja presente no dia a dia vida e uma vida que seja expressão da fé.

Fé e vida! Duas palavras que estavam em desuso e que, agora, voltam no pontificado do Papa Francisco. Fé e vida: era isso que Dom José Rodrigues pensava. Então, aquilo que Francisco acena hoje, Dom José Rodrigues já acenava no passado. Não só Dom José, mas também outros bispos da época como Dom José Maria Pires e Dom Paulo Evaristo Arns. Em Petrolina, tinha Dom Gerardo de Andrade Pontes; em Afogado da Ingazeira, Dom Francisco e outros, como Dom Tomaz Bauduíno, que faleceu recentemente. Todos estavam juntos nessa proposta de uma igreja mais popular, de uma igreja que, estando presente na sociedade, tornasse sal e luz do mundo, de uma igreja que assumindo o evangelho ajude as pessoas a entenderem que o reino de Deus se faz aqui também e é claro que tem a sua plenitude na eternidade.

Gorete (DJC5)- Isso era uma coisa bem rica que a Diocese tinha, que bom que hoje tem o acervo. Eu vi, por diversas vezes, muita gente se utilizar disso para fazer os seus trabalhos, desde os alunos das escolas até grupos, pastorais e entidades. E muitas pesquisas e estudos foram feitos por pessoas que estavam fazendo trabalhos na região para poder realizar as suas atividades. Era muito rico o material que tinha na biblioteca, produzido na nossa região, fruto de resultado de várias pesquisas. Eu lembro que o pessoal pediu material sobre a questão do movimento Pau de Colher e quando a gente foi trabalhar alguma coisa a gente só tinha esse

material na diocese de Juazeiro, não tinha em outro lugar. Assim, como o material que falava da guerra de Pau de Colher, uma série de outros daqui da região eram encontrados lá, principalmente das lutas que ocorreram aqui em nossa região.

Gestor Educacional (DGE3) - Era impressionante. Com certeza, era o único lugar que era possível pesquisar; então todos os dias a sala estava cheia de jovens consultando os livros. Hoje em dia, até a nossa biblioteca do IRPAA está abandonada porque todo mundo acha tudo na internet e você não precisa ler o livro inteiro para achar um parágrafo. Então hoje em dia a parte física da informação é muito relegada; naquela época, era muito importante, uma fonte de referência.

Pergunta 17

Francisco - Até que ponto o Acervo Dom José Rodrigues contribuía com a reflexão sobre os meios e os processos de comunicação?

Juvenal (DJC1) – Contribuía; a gente tinha muitas obras que faziam isso, a gente não tinha muito embasamento na questão da educomunicação. E aí começa com Dom José Rodrigues na questão oral, o que ele falava para a gente, o que ele publicava em suas homilias, nas suas intervenções nos momentos de assembleias, nos momentos de cursos. Isso dava uma luz para a gente do pesquisar, do que a gente deveria pesquisar com base naquilo que Dom José Rodrigues trazia para gente em suas falas. No momento em que a gente estava trabalhando essa questão da comunicação, era que estava surgindo muita coisa interessante nessa área da comunicação. O acervo sempre ajudou muito nessa área nossa.

Margarete (DJE1) – A gente tinha uma parte que tratava de comunicação. Dom José criou, na época, o SEDICA, que era o setor de comunicação e os meninos faziam pesquisas na biblioteca, sobre o tema comunicação, e para a formação do pessoal eles buscavam material lá para montar os cursos que eles iam dar sobre comunicação, para formar a galera que a gente chamava de correspondentes. Então, o acervo, também, tinha esse material que vinha a contribuir com a formação de pessoal nessa área da comunicação.

Marina (DGE2) – Todo mundo recorria à biblioteca para os trabalhos de formação da Diocese que eram de formação de formadores. Então ao mesmo tempo em que a gente recebia a formação, a gente contribuía, animava a formação nas comunidades, nos grupos onde a gente atuava; então, a gente sempre recorreu à biblioteca porque era lá que encontrávamos as fontes necessárias para fundamentar a nossa ação e todo o trabalho, porque a gente entende que o trabalho de formação não se dá só entre quatro paredes, no Centro de Treinamento de Líderes, mas a gente tem que continuar a formação, ela tem que ser permanente. Portanto, a gente sempre buscava a biblioteca como fonte dessa formação permanente.

Gorete (DJC5) - Contribuía, até porque parte disso já era feito, mesmo que de outra forma, talvez não com as mesmas palavras, mas cada coisa que era dita, que era escrita, fazia parte desse trabalho que já vinha sendo desenvolvido por Dom José Rodrigues ao longo dos anos. Ele sempre foi esse bom comunicador e por que não dizer um educador, que foi o trabalho dele durante tantos anos, que ele viveu aqui em nossa região. Então eu acho bem

positivo isso, bem interessante, e que bom que isso ainda existe e que a gente pode ter a possibilidade de dar continuidade a isso, porque foi um grande salto e um ponto muito positivo que a gente teve aqui na região e na diocese de Juazeiro.

Pergunta 18

Francisco - Quais tipos de materiais eram pesquisados no Acervo Dom José Rodrigues?

Josenaldo (DGC1) - Os livros em relação à comunicação e à educação popular; na locadora, havia vídeos que eram relacionados à organização popular, sindicatos, associação, a parte histórica, análise conjuntura. Então, a gente usava mais os livros e os vídeos.

Marina (DGE2) – Na biblioteca, encontravam-se de tudo, desde periódicos, jornais, revistas diversas. A gente encontrava: livros, folhetos, publicações diversas de todas as áreas, religião, história da religião, espiritualidade, na área da economia. Era tudo separado, Dom Rodrigues separava, ele organizou bem a biblioteca com todas as áreas necessárias para a formação das pessoas. Por isso, eu digo que a biblioteca era completa, era um espaço que nós tínhamos, muito bom, que ajudava a todo mundo, não só nós agentes pastorais, mas também a toda a população que recorria a ela para ajudar nas reflexões e no aprofundamento do seu trabalho.

Josemar (DJC2) – Na biblioteca que Dom José Rodrigues montou, que hoje está lá na UNEB, temos livros de várias áreas, mas a prioridade era sempre artigos, livros, revistas, que ajudassem as pessoas a fazerem outra leitura da história, não a partir dos grandes, mas a partir dos pequenos, daqueles que sofrem. Então, a biblioteca sempre foi uma referência aqui na cidade, claro tínhamos livros de diversas áreas, mas, sobretudo, livros da teologia da libertação, revistas críticas que ajudassem as pessoas a perceberem a realidade e abrir os horizontes.

Gorete (DJC5) - Além de livros e revistas, tinha um outro material, eu não sei dizer exatamente se esse material era feito bimestral, mensal, agora assim, eu lembro que tinha um boletim que era chamado “*Caminhar Juntos*, e esse *Caminhar Juntos* era um boletim que trazia uma rica experiência. Eu acho que do trabalho de comunicação escrita ele foi um dos mais importantes, porque era aquilo a que tinha acesso. O *Caminhar Juntos* conseguia chegar lá no fundo do município, na comunidade da gente. Além do programa de rádio, a gente recebia o boletim *Caminhar Juntos*; era uma das fontes principais, além de outros livros, de outros escritos, de outros achados, pesquisas e tudo, que tinha lá dentro da biblioteca da diocese de Juazeiro, de Dom José Rodrigues.

Gestor Educacional (DGE3) - Eram informações sobre a região de Juazeiro, sobre o semiárido, coisas sobre política, educação, questões sociais, formação de sociedade, nesse sentido.

Roberto (DGE4) – Certamente, tinha a sessão de filosofia, de teologia, de espiritualidade, provavelmente a questão política, regional e histórica aqui da região, documentos e livros e tudo mais. Eu não sei dizer na área das exatas, mas na área das humanas, tinha muita coisa,

que já estava ali, eu lembro bem que eu frequentava muito a área da filosofia, das teologias, da educação com Paulo Freire e a Educação Popular, essas coisas todas. Era muito afinado com o espírito, com os objetivos da Diocese, de você trazer uma linha libertária de educação como um grande instrumento para esse processo.

Pergunta 19

Francisco - O que tornava o Acervo um diferencial que contribuía com o projeto de comunicação da Diocese de Juazeiro?

Josenaldo (DGC1) - Em Juazeiro da Bahia, as duas bibliotecas que existiam eram: a biblioteca municipal e a biblioteca da diocese. Na biblioteca municipal, não se encontrava o material de comunicação e educação popular que havia no acervo da diocese. Esse era o grande diferencial, ela tem volumes que não existe em outras bibliotecas por aqui e nem na municipal e nem nas bibliotecas escolares. Se procurar o que tem no acervo dom José Rodrigues não vai encontrar em outro lugar. Esse era o grande diferencial, a qualidade do material relativo a nossa proposta.

Gorete (DJC5) – Sem dúvida, porque nada funciona se não houver uma boa comunicação e tudo que está lá é material para se poder fazer qualquer outra coisa que a gente queira a partir dessas informações, desses dados e estudos. Então nós podemos trabalhar qualquer projeto a partir do que tem ali nesse campo da comunicação, a partir do enriquecimento que ele pode oferecer e do valor que esse material possui.

Gestor Educacional (DGE3) - Ela tinha um diferencial, era a paixão dele, ele era aposentado como professor, então o dinheiro que ele recebia, revertia em livros. Então, pela manhã, ele ia ao escritório assinar alguma coisa, depois subia na biblioteca com um livro embaixo do braço para incorporar na biblioteca, era como se fosse um filho dele, cuidava com muito carinho e com muito amor. Ficavam duas pessoas lá, uma para receber as pessoas que queriam ler e outra para organizar as prateleiras.

Roberto (DGE4) - O que eu me lembro bem é que você não tinha grandes bibliotecas em Juazeiro. Só que Dom Rodrigues, a vida inteira, ele foi professor e, outra, era membro da elaboração da grande gramática que as gerações estudaram.

Dom Rodrigues sempre foi um homem dos livros e dos estudos e resolveu montar essa biblioteca, que, em um determinado momento, se tornou a principal biblioteca da região. Então ele sempre valorizou muito isso; eu encontrei, muitas vezes, pessoas que depois estiveram em cargos públicos, que fizeram mestrado, doutorado pesquisando na biblioteca diocesana. Você chegava lá e a sala estava cheia, naquelas mesas, das pessoas estudando. Então, essa avaliação da importância eu não tenho, eu só sei que, durante muito tempo foi o grande espaço de pesquisa e de leitura não só do pessoal da Diocese, mas também dos estudantes das escolas aqui de Juazeiro, isso eu tenho certeza pela frequência que se tinha naquela biblioteca.

Pergunta 20

Francisco - O que nos levaria a acreditar que o trabalho do SEDICA poderia ser reorganizado e aplicado na atualidade sem perder de vistas os seus pilares de sustentação ideológicos?

Josenaldo (DGC1) - Foi uma perda irreparável, o desmonte do setor de comunicação da diocese da maneira como ele funcionava, foi uma perda imensa para a comunidade e para a própria diocese. Hoje, nós temos um bispo que tem a linha que Dom José levava na diocese, eu acho que se ele pudesse reorganizar o setor para que esse pudesse trabalhar como era na época, na década de 90 nos anos 2000; seria um outro trabalho grandioso que seria feito na diocese. E agora com a faculdade de comunicação que tem na UNEB, isso aí agregaria valor tanto para os estudantes de comunicação, como para a comunidade. A comunidade hoje é carente de programas voltados à educação popular, para a organização das comunidades, para a organização dos mais pobres. E aí seria uma oportunidade para que essa matéria fosse colocada em rádios, em blogs, na própria TV São Francisco. Isso aí se fosse possível organizar, seria um grande diferencial para Juazeiro.

Juvenal (DJC1) – Olhe, eu acho que a gente tem ainda, o que me leva a crescer, que são aquelas lutas que tinha, que o SEDICA dava vez e voz aquelas camadas mais carentes, as camadas carentes continuam existindo, as lutas continuam existindo e elas hoje mesmo com toda essa tecnologia que a gente tem, ela não está tendo a visibilidade que tinha naquela época. Então, eu creio que com as novas tecnologias, se a gente pensa em fazer um trabalho de intervenção ou de orientação, de formação como era feito, hoje a facilidade é muito maior para se fazer isso. Um grupo de uma rede social, por exemplo, você vê a democratização que tem na comunicação, tem as questões que são de certa forma questionadas por alguns, porque todo mundo diz o que quer a hora que quer, mas isso é bom porque a democracia é boa para gente filtrar isso também. Então se você tem esses meios e tem uma formação, levando em consideração que com as novas tecnologias você tem que modificar também algumas formas de formação para esse grupo que a gente tem hoje, porque, naquela época, o acesso era limitado às notícias, às informações; hoje, não, você tem buscas que faz e, em segundos, você pega algo que achava que nem existia, só que você acaba fazendo uma interpretação pessoal, e para mim uma formação nos dias de hoje seria essencial para que a gente começasse a repensar, dentro das novas tecnologias, uma formação para que ela perdurasse por muito tempo, como aqueles grupos que vivenciaram isso, até hoje eles sabem filtrar essas informações de internet, sabem passar para a frente e acho que seria muito interessante reviver isso com as novas tecnologia.

Moisés (DGC2) - Essa é uma pergunta difícil de responder, porque isso depende muito da vontade do pastor, do dirigente. Então, por exemplo, o bispo anterior não quis, foi claro que o bispo anterior desmontou toda uma proposta que poderia ter continuado até hoje. Porque, se a gente não tem rádio, tem rede social. Então, a gente pode está dando uma formação para a inserção da comunidade no uso das redes sociais e essas redes sociais a gente pode fazer uma rede social mais popular, ou mais de inserção popular. Então, isso tem capilaridade para continuar? Tem, mas depende da vontade do pastor; se o pastor atual acredita no poder que tem a comunicação de anúncio, de libertação, de solidariedade, de ocupação de um espaço na sociedade, a proposta pode continuar, porque, hoje, você tem rádios comunitárias, você tem redes sociais, você tem mídias interativas que a proposta ela pode, digamos assim, ser reinventada com esses novos aspectos da comunicação, ou seja, se naquela época a gente usou

o fax, hoje, pode usar o Instagram, o facebook, pode usar outras coisas da própria comunidade.

Margarete (DJE1) - É uma proposta pertinente, uma proposta interessante e necessária, porque esse trabalho de comunicação é necessário, porque a gente sabe que a diocese é imensa, tem cidades que a distância é imensa e a gente precisa fazer com que a informação circule, circule mais rápido. E agora a gente tem outros meios, que podem facilitar esse trabalho. Então é necessária, agora, tem que dar o pontapé inicial.

Edmundo (DJC3) - A comunicação ela sempre foi um meio pelo qual se transforma a vida do cidadão. Então, daria pra gente apostar em uma reformulação do trabalho hoje do SEDICA, o trabalho de comunicação na diocese de Juazeiro, inclusive com os meios tecnológicos bastante avançados para, digamos assim, ser um pilar dentro da diocese de Juazeiro, não mais como forma de transformação, mas de dar vez e voz as pessoas que hoje se utilizam de muitos instrumentos tecnológicos, porém estão fora do contexto histórico da sociedade, porque, na verdade se recebe tudo elaborado e essa elaboração ela vem de longe, ela vem de fora e ela, às vezes, nem faz parte da cultura da diocese de Juazeiro. Então, um trabalho de comunicação na diocese de Juazeiro nos dias atuais, ele faria a diferença, porque, além de manter a cultura local, incluiríamos hoje as comunidades, que estão bastante avançadas no modo de pensar e de agir e teríamos um instrumento de comunicação favorável às lutas das comunidades nos dias atuais.

Marina (DGE2) – Olha, na diocese, ainda, existem algumas experiências parecidas com as da época de dom Rodrigues, nós temos aqui na diocese a Pascom, que agora está se preocupando, há as equipes de pastoral de comunicação em cada paróquia, se preocupando com isso, as pastorais têm os seus setores de comunicação e no caso nosso concreto, a gente sabe falar mais de onde a gente vive, a gente tem um trabalho de educomunicação sobretudo com jovens, a gente vem trabalhando na perspectiva de que cada comunidade, cada região, principalmente nas áreas de atuação da CPT, que são as áreas de conflito, os jovens possam dar visibilidade da sua realidade, das suas lutas, das suas conquistas e denunciando o que está lá acontecendo naquela comunidade e, também, denunciando o que está acontecendo ao redor, no mundo para as comunidades, porque as comunidades também precisam ser conhecedoras do que está acontecendo no mundo, no Brasil, fora da comunidade e, ao mesmo tempo, ela precisa estar, também, divulgando que está acontecendo na sua comunidade para sensibilizar outras pessoas a se preocuparem com as causas defendidas pela comunidades rurais, porque, muitas vezes, pensa-se que os problemas das comunidades são problemas apenas delas, por exemplo: quando chega uma mineração, toma o território da comunidade; quando chega um parque eólico, toma o território, quando chega uma barragem, chega um especulador imobiliário, um especulador de terra, que quer tomar a terra do trabalhador. Muitas vezes, as pessoas não entendem que o trabalhador, saindo da terra, ele vai ter problemas e vai acontecer problemas, também, para aquelas pessoas da cidade, vai faltar o alimento, vai inchar as cidades. Então a gente precisa sensibilizar toda a sociedade para se preocupar com os problemas relacionados à questão agrária, à questão ambiental, pois esses problemas agrários estão relacionados, também, porque junto com a expulsão do camponês, do pescador da beira do rio, do ribeirinho, vem junto, também, a questão do desmatamento, a questão da destruição ambiental e esses são problemas de toda a sociedade e toda sociedade tem que se preocupar. Então, esse trabalho de comunicação, de educomunicação, que está sendo feito, e outras

organizações estão fazendo aqui na região, pode ser melhor integrado e quem sabe reforçado, quem sabe atualizando o setor de comunicação de forma mais forte.

Marcos (DJC4) - Olha, o trabalho junto do povo e o povo mesmo hoje com essas redes sociais, tendo a necessidade de ter uma informação mais verdadeira. Isso foi uma das coisas que Dom José Rodrigues fez muito bem quando ele criou o setor de comunicação, foi trazer essa verdade lá de junto do povo, porque as redes sociais mostram muito o que os grandes lá estão fazendo, o que eles querem mostrar, mas a essência do trabalho do setor de comunicação da diocese de Juazeiro foi sempre mostrar a verdade, a verdade que estava junto do povo. O que era a verdade? A verdade era o que o povo fazia, não era o que o diretor da televisão quer mostrar, não é o que o cabra quer postar lá no whats zap, no facebook, é o que, realmente, está acontecendo de verdade. Então eu acho que, se esse trabalho tivesse condição de ser reestruturado, a gente teria um ganho maior na diocese até porque a diocese de Juazeiro hoje passa por uma situação de conflitos de terras, de conflitos com os grandes empreendimentos, muito grande e é uma forma de a igreja sair de dentro dela para fora, é uma forma de buscar o povo, de ir junto ao povo, porque Jesus Cristo fazia muito isso. Essa é a proposta de Jesus Cristo, de saída, de ir junto ao povo, de falar para o povo, de comunicar para o povo, Jesus fazia isso, de mostrar a beleza que o povo realiza nas comunidades. Essa era uma coisa que o setor de comunicação fazia muito bem. Então eu acredito que, se conseguisse de novo reestruturar, a gente teria de novo essa beleza como foi o trabalho, porque eu acredito que o trabalho que Dom José realizou aqui com o setor de comunicação foi uma coisa belíssima.

Josemar (DJC2) – Hoje, a CNBB organiza a pastoral da comunicação, temos na diocese, mas eu penso que se retornássemos a partir daquilo que Dom José inspirava e inspira até hoje, uma pastoral da comunicação, não só para estar tirando fotos e postando no facebook, mas também uma pastoral que, realmente, comunique às pessoas as boas notícias do evangelho, a grande palavra de Jesus: “eu vim para que todos tenham vida e tenham em abundância”. Então, é missão da igreja e, hoje, nós temos vários meios para fazer isso e graças a Deus a gente tem pessoas engajadas que fazem. A maioria das cidades tem rádios comunitárias, inclusive essas rádios foram conquistadas a partir dessa luta do setor de comunicação, me lembro que, em Remanso –BA, a minha cidade natal, que tínhamos a pastoral da comunicação, depois o pessoal conseguiu montar uma rádio comunitária, até a polícia federal esteve lá, confiscou todos os aparelhos e chegou até a deter o padre e o advogado da rádio que passaram quase 24 horas presos na delegacia de Remanso. Foi uma luta naquela época. Então, as rádios comunitárias estão presentes. Infelizmente, tornou-se um pouco uma rádio comercial, às vezes, não exerce a função que deveria exercer, mas eu penso que a igreja teria que resgatar um pouco isso, a presença da igreja no meio de comunicação, tendo programas que ajudem as pessoas a refletirem e hoje mais do que nunca nessa situação política que estamos enfrentando e nós não sabemos direito para onde vai ou sabemos e estamos sem saber como agir talvez, mas, como dizia Dom José Rodrigues: sempre a partir dos pobres, dos pequenos, ajudar as pessoas a se libertarem das situações que as oprimem.

Gorete (DJC5) - Eu acho que uma experiência que foi feita e que ela foi positiva, ela tem como ser reimplantada. Eu acho que à medida que já existe a experiência e existem pessoas com interesse e tudo mais. Eu acho que nós podemos viver novos tempos com a mesma experiência; claro que nós estamos vivendo outros tempos, nesse campo da comunicação, a

mídia tem coisas muito avançadas, que podem ser feitas de outro jeito, mas com os mesmos princípios, com o mesmo compromisso que se teve antes. Eu acho que essa coisa de a gente poder dar vez, dar voz ao povo, em uma situação hoje que o Brasil vive, de um desafio muito grande diante do que nós estamos vivendo, sobretudo a partir do início deste ano quando a gente é quase ameaçado de ser calado. Então, é um desafio muito grande, mas creio que a gente não pode parar por aí. Revivendo isso tudo, eu creio que a gente pode pegar as experiências melhores e a gente ver de que forma que a gente pode caminhar daqui para a frente, porque os tempos não estão fáceis e a gente não pode se calar.

Gestor Educacional (DGE3) - Nós estamos numa situação diferente no mundo. Há trinta anos atrás, existia uma configuração totalmente diferente de hoje. O mundo tinha esperança para melhorar, tudo vai melhorar, todos vão ganhar mais, os filhos vão ter mais educação, a geração daquela época, que estudou naquela época. Hoje, em dia, ela diz o seguinte: o que eu consegui naquela época os meus filhos não vão conseguir, são alemães que dizem isso. Com a queda do muro de Berlin e o fracasso geral do socialismo real, que mostrou que dessa forma que eles pesavam não é opção para o mundo, mas que para muitos era a esperança, um norte, uma sociedade justa, igualitária, estava no horizonte e, então, tudo isso que o socialismo prometia, o capitalismo prometia; agora, que o comunismo caiu tudo vai ser melhor, todos vão passar melhor, mas foi baseado em bens, não em cabeça. E, agora, é a grande ressaca, vivemos agora há quase trinta anos da queda do muro de Berlin, e o que aparece agora é que o mundo está muito pior, a desigualdade está muito maior, e esse momento para a direita, para o fascismo é consequência disso. As pessoas tinham um sonho e não conseguiram, a quantidade de aposentados que vivem no mínimo da existência na Europa, em países ricos como Alemanha, Áustria, é assustador. Agora, trinta por cento dos alemães não têm o bastante dinheiro para viajar nas férias, passam as férias na cidade mesmo, vão para uma piscina pública, mas não têm dinheiro para viajar, naquela época era o contrário, naqueles anos de 70 e 80, todo mundo tinha o sonho de conhecer a Itália, etc, todo mundo conseguia, carro, moto, então todo mundo tem certeza de que isso não vai acontecer, do outro lado a gente ver o grande acúmulo de riquezas do capital.

Hoje em dia, nós temos que descobrir uma proposta de sociedade e não temos, estamos em um buraco negro, aquela proposta que parecia correta, certa, uma meta para alcançar fracassou, e você vê o partido socialista na Alemanha, está perto de desaparecer e era fortíssimo e crescendo os partidos de direita e como bons fascistas acham os culpados, que, antes, eram os judeus e agora, são os imigrantes, aqui no Brasil o PT, nos Estados Unidos os imigrantes que vêm do sul, então são coisas irracionais, para uma pessoa que não entende os porquês, para onde vai, e também um pregador com uma mensagem interessante, que promete uma solução, aderem e elege um Bolsonaro como aqui.

Então, as pré-condições que nós tivemos na época de Dom José Rodrigues são bem diferentes e, além disso, tivemos os apoios, quando se falava de injustiça, de falta de igualdade social, nos tínhamos uma resposta forte da Europa e cadê a Europa hoje. Vejo a dificuldade, não é tão fácil como na época foi, além disso, a discriminação, de quem se engaja, como na época da ditadura militar, quem se engaja por justiça é comunista; então, era subversivo, agora, é o comunismo cultural. Então, quem se quer afirmar hoje, não sabe qual é o rumo mesmo e vai encontrar uma grande resistência. Naquela época, os que apoiavam a Ditadura Militar estavam amedrontados, com o fracasso que sofria com a inflação, com a crítica mundial, estavam no guarda-roupas e, hoje, não, estão afirmando; hoje, eles estão aqui como solução, Bolsonaro é herói. Então, hoje o jovem para se afirmar nisso é muito mais difícil que naquela

época, mas porque eu vejo nas nossas formações, temos formações para jovens, na escola de formação de jovens para a convivência como semiárido, a gente vê que tem muita gente conscientizada e a ideia é que temos que procurar o que nós queremos, mas tem que ser diferente, e tem que ser enfrentado, não podemos esperar mudança pelo judiciário, pelo congresso ou pelo governo, quem pode mudar alguma coisa é a rua e o engajamento da juventude.

Roberto (DGE4) - Eu acho que tudo isso depende daquela opção fundamental. Se a opção fundamental for continuar optando pelos grupos de nossa região, que são mais vulnerabilizados, mais excluídos, em uma linha mais libertária como a gente diz, ou então manter de pé a questão da educação popular, da filosofia, da teologia, da espiritualidade, da questão política, a questão histórica do vale do São Francisco, que é um vazio histórico que é reconhecido, você tem pouco sobre a história do São Francisco, porque ela foi queimada junto com o próprio processo histórico. E é claro precisaria então essa reconexão com esse espaço, com essa biblioteca, porque, durante um tempo, ela ficou parada, ficou travada e teve esse processo de transferência lá para a UNEB, então nesse ínterim tem toda uma geração que não conheceu a biblioteca, onde ela estava e talvez nem saiba que ela é um espaço lá na UNEB. Eu acho que depende também de uma boa divulgação para as pessoas saberem que esse espaço existe e para poder facilitar o acesso novamente.

Pergunta 21

Francisco - O que pode nos levar a perceber que o trabalho de Dom José era uma referência?

Josenaldo (DGC1) - O mundo todo tinha conhecimento do trabalho de Dom José porque ele defendia os mais pobres. Ele defendia com bases legais, baseados em documentos da CNBB e do Vaticano. Ele se organizava e as pessoas tentavam tirá-lo de Juazeiro, mas ele sabia se defender, porque ele tinha as bases legais do que ele estava fazendo. E o mundo todo ficou sabendo desse processo. Dom José Rodrigues tem até uma biografia descrita por um alemão, o Peter, que soube desse trabalho dele pela libertação dos oprimidos e veio escrever a biografia de Dom José aqui. Então, o trabalho que ele fazia não era só para salvar a alma depois que morrer, era para salvar a vida de quem estava aqui vivo, para que as pessoas pudessem viver melhor, para que a renda fosse melhor repartida com quem não tinha, para as pessoas se organizassem e tivessem, também, um pedacinho do bolo, que os mais ricos sempre levam. Então, essa luta dele em favor dos menos favorecidos foi o que fez o diferencial para outras dioceses do Brasil e para outras dioceses do mundo.

Juvenal (DJC1) - Quando a gente vê que muitas coisas positivas na sociedade acontecem a partir do que Dom José Rodrigues pregava, nos alertava, porque tinha muito isso, ele era muito de alertar.

Ele não colocava a sua teoria, a sua forma de pensar, sem alertar para que as pessoas pudessem pensar, também, ou seja, não daria o texto pronto, não daria a obra pronta. Ele colocava a sua ideia e deixava o espaço para que você pensasse e aí fez com que algumas organizações tivessem êxito, na questão sindical, no social, as associações, as cooperativas, todas elas se você for hoje e perguntar em quem se espelhou, ou tocar no nome de Dom José

Rodrigues, você pode ter certeza de que todo mundo vai refletir que aquela organização tem um pouco a ver com Dom José Rodrigues.

Então isso deixou um legado muito importante e para se avivar isso não é difícil, é só a gente ter uma forma de contatar coletivamente essas organizações, as pessoas que viveram isso e passar para os novos.

Moisés (DGC2) - Ele continua sendo a referência, porque não tem como você pensar, digamos assim, um trabalho como esse, sem pensar no apoio que Dom José deu; então, Dom José acreditou. Ele acreditou, por exemplo, em uma pessoa que ele nem conhecia, o padre morreu e eu cheguei a aprovar um projeto de cento e vinte e quatro mil dólares, que foi uma conta que eu assinava o cheque. Então, é de uma extrema confiança na pessoa e na proposta. Não só na pessoa, mas também na proposta.

Dom José, é essa referência pelo que ele construiu, viveu, apostou; de certa forma, ele continua sendo uma referência positiva, nessa relação com a igreja, a comunidade, na relação da igreja com os meios de comunicação, na relação da igreja com os mais simples, com os mais pobres. Ele continua sendo, ainda, a grande referência.

José (DGE1) - Dom José se tornou uma referência através da opção dele pelos pobres, pelo excluídos, pelas pessoas marginalizadas da sociedade e ele fez isso não foi só pela questão da igreja, dos documentos da igreja, era a pessoa dele que tinha a opção; por isso, ele enquadrou na vida dele a defesa pelos pobres. Quando ele chegou aqui no Vale do São Francisco, estava sendo construída a barragem de Sobradinho, e ele encampou a questão da luta em defesa dos desalojados, dos pobres, dos excluídos de Sobradinho, que foram mandados embora sem nada, muitas vezes, e Dom José encampou essa luta dos posseiros da região. Naquele tempo, tinha muita grilagem de terra, como ainda hoje, mas naquele tempo era uma fazenda atrás da outra, grilada pelos fazendeiros, para a implantação dos projetos de irrigação, para vender essas terras, para os projetos de irrigação. Essa opção de Dom José de estar em defesa dos pobres foi tirada do evangelho. Tem até uma frase que marcou a história de Dom José: “Eu nunca traí os pobres”.

Margarete (DJE1) - Eu posso dizer a você que foi um referencial e eu encontro pessoas que param assim e olham: --Você é a mulher da biblioteca? Aí eu digo: --Você me conhece? Conheço da biblioteca. Então, a gente vê profissionais que saíram daqui, foram estudar em outro lugar, e profissionais que estudaram aqui mesmo, que fizeram uso daquele acervo e que, hoje, são profissionais que estão colaborando com a nossa cidade ou estão trabalhando em outra cidade, mas que aquele acervo contribuiu com para sua formação. Contribuiu para a minha formação, porque, quando eu entrei na universidade, eu trabalhava lá. Para mim foi, de certa forma, mais fácil porque eu tinha acesso aos livros, então o livro estava mais perto de mim para fazer os trabalhos, para fazer as leituras que o meu curso exigia. Então, a contribuição é imensurável. Eu acho que a contribuição ele vai continuar dando, ele é fonte de pesquisa, lá a gente tem títulos raros, tem pesquisas de mestrado, de doutorado e que vai, com certeza, continuar colaborando com a construção do conhecimento das pessoas que vão lá fazer uso dele.

Edmundo (DJC3) - Dom José Rodrigues foi um ícone na diocese de Juazeiro e o que diferenciou esse personagem, nessa região, foi a sua dedicação aos pobres. Se hoje você procura quem se dedica aos pobres, você vai encontrar poucas pessoas com essas características, porque hoje é tudo voltado para o capitalismo, é tudo voltado para a produção, é tudo voltado para o lucro. E Dom José Rodrigues, além de ter chegado em uma época em que exigia uma voz profética na região, que foi a construção da barragem de Sobradinho, que mudou completamente a vida, a forma das pessoas viverem aqui, ele abraçou a causa, a causa daqueles que estavam à margem da sociedade. Então, podemos afirmar com todas as letras que ele foi uma referência e esse grito favorável à luta das comunidades ele se expandiu no Brasil e no mundo inteiro. Dom José Rodrigues foi reconhecido como o “Bispo dos Excluídos” porque abraçou essa causa. E lembro que, certa vez, ao despedir-se da diocese de Juazeiro, ele disse: “Eu nunca trai os pobres”, uma frase bastante forte que está escrita nos registros da diocese de Juazeiro e que hoje pra você encontrar uma voz profética dessa, talvez, não é tão fácil, principalmente no contexto que a sociedade hoje apresenta, que é de homofobia, que é de violência, que é de retirada de direitos. Precisamos de muitos Dom José Rodrigues hoje na atualidade. E mais, assim, além de ser um grande profeta, ele foi na diocese de Juazeiro aquele que soube aparar a palavra de Deus dentro da realidade do povo juazeirense. Logo, continua sendo referência em Juazeiro.

Marina (DGE2) – Dom Rodrigues é conhecido internacionalmente no meio dos pobres, principalmente das comunidades que sofreram muitos problemas naquela época, nos anos 80, ele é reconhecido pelos jovens, pois sempre apoiou a luta dos jovens, principalmente os jovens pobres; ele também apoiou as mulheres, deu um grande apoio à pastoral da mulher, chamava pastoral da mulher marginalizada, apoiou o pessoal das universidades, os estudantes quando estavam em greve, os professores; apoiou as diversas formas de organização do povo de seu tempo; ele sempre foi uma referência, tanto é que ele era convidado para o meio do pessoal das comunicações, do jornalismo, das organizações ligadas à comunicação, à imprensa, às organizações ligadas às questões da literatura. Dom Rodrigues foi uma referência em todos os níveis, não era à toa que ele era chamado o “pequeno grande homem”, tinha vários nomes dados a Dom Rodrigues, vamos dizer assim, “o defensor dos pobres”, “o pai da convivência com o semiárido”. O legado de Dom Rodrigues nunca vai se acabar na Diocese, no regional da Bahia e Sergipe, no Brasil, no mundo, porque ele era referência, também, internacionalmente. Tenho orgulho de ter feito parte da equipe que atuou na época de Dom Rodrigues.

Marcos (DJC4) – Olha, é impressionante essa coisa do trabalho de Dom José, porque Dom José Rodrigues até hoje na diocese, mesmo depois de ele ter deixado a diocese, depois de ele ter falecido, o povo ainda fala dele e sempre fala do trabalho que ele fez. Ninguém fala que Dom José Rodrigues fez alguma coisa que não foi boa, todo mundo fala do belíssimo trabalho que ele fez. E aí uma coisa bem interessante foi quando Dom Beto [atual bispo] chegou à diocese ele disse que no mesmo dia saiu para dar uma volta na orla de Juazeiro e encontrou algumas pessoas e, conversando, as pessoas começaram a falar do trabalho que Dom José Rodrigues realizava na diocese de Juazeiro e disse que achou uma coisa bela, maravilhosa, porque a forma como as pessoas falavam do trabalho que Dom José Rodrigues fazia junto ao povo, porque o povo ele carece, necessita de muita atenção e era uma das coisas que Dom José dava atenção e voz, porque o povo necessita da voz e alguém precisa dar voz ao povo e Dom José Rodrigues fazia isso muito bem, dar voz ao povo. Ele ouvia o povo nas comunidades; depois, ele levava isso para o rádio, então o povo se via na voz dele falando, ele dava voz ao povo. Isso ainda se percebe na cidade, todo mundo fala do trabalho de dom José

Rodrigues. Quem não fala do trabalho que Dom José Rodrigues fazia aqui na diocese? A não ser as pessoas para quem ele realmente teve que falar a verdade, porque havia pessoas que massacravam o povo e ele teve que falar para essas autoridades, então essas autoridades, hoje, dão graças a Deus de Dom José não estar aqui, mas o povo não, o povo o reconhece nas comunidades, em todo lugar que vai, no mais longe interior das cidades da diocese de Juazeiro, o povo fala muito bem de Dom José Rodrigues, como Dom José Rodrigues levava as informações para eles, como Dom José Rodrigues dava vez e voz ao povo. Então, isso é uma coisa, assim, que não tem como não ver, não tem como não ouvir, está na cara das pessoas, qualquer um que fala com as pessoas, se fala em Dom José Rodrigues o povo tem muitas coisas para falar, porque ele fez isso, porque ele garantiu isso ao povo.

O trabalho de Dom José Rodrigues não pode ser esquecido, até porque o povo não esquece; o povo, quando fala de Dom José, é como se tivesse falando de Jesus Cristo, porque Dom José fez esse trabalho, o mesmo trabalho que Jesus Cristo fez aqui na Terra. Uma coisa belíssima foi o setor de comunicação, uma referência no trabalho dele.

Josemar (DJC2) – Foram 28 anos de episcopado, aqui em Juazeiro, e Dom Rodrigues é respeitado não só em Juazeiro, mas também em vários lugares do país e até fora do país. O seu trabalho alcançou lugares distantes e, hoje, não temos dúvida que Dom José Rodrigues é uma referência para o trabalho evangelizador e pastoral, para as ações políticas, para a defesa da democracia e dos direitos humanos. O próprio lema episcopal de Dom José Rodrigues era claro: “Eu vim para evangelizar os pobres” e a igreja não tem outro caminho se ela quiser ser fiel ao evangelho. Um homem à frente de seu tempo, de uma pastoral libertadora, de uma ação evangelizadora que chamava as pessoas a se organizarem, não que Deus iria libertar sozinho, mas a partir da organização. Dom José Rodrigues incentivou muito a formação das pequenas comunidades, das pastorais sociais. Ele falava para a igreja e para a sociedade; era um homem que era escutado, mesmo por aqueles que discordavam dele e temiam a sua palavra, a gente sempre falava que ele era um pequeno grande homem, ele era pequeno em estatura, mas, na hora de defender o pobre, ele se agigantava e tomava a frente.

Naquele tempo em que não se falava em pastoral da mulher marginalizada, ele já tinha um trabalho voltado para está realidade, que era gritante em Juazeiro. Em 1979, ainda, não havia fundada a pastoral carcerária; ele já convidava pessoas para trabalharem no presídio aqui hoje onde é o terminal de ônibus de Juazeiro, e tantas outras: pastoral da criança, pastoral da juventude do meio popular. Quer dizer, era um homem que convidava as pessoas, de fato, a se organizarem, em grupos, em comunidades, e, hoje, resgatar a memória de Dom José Rodrigues é buscar uma igreja mais popular, uma igreja em saída como o papa Francisco está acenando.

Por isso é que eu já disse anteriormente, que o que o Papa Francisco está fazendo, Dom José Rodrigues já acenava naquela época, uma igreja em saída, uma igreja pobre, uma igreja samaritana, uma igreja comprometida com as questões sociais, com as questões presentes no mundo não só com as questões doutrinárias da igreja, mas também uma igreja presente no mundo e Dom José Rodrigues tinha essa facilidade.

Então, para nós, ele sempre será uma referência de fé, uma referência de pastor. Em outra entrevista que eu fiz certa vez, perguntaram assim: Ele era mais religioso ou mais político? Eu penso que não dá para diferenciar, até porque ser religioso e ser político não se separa. Ele era

um religioso, um homem profundamente movido pela fé, de oração do santo terço, de oração eucarística, de missas, um homem que era movido pela fé, mas essa sua fé o levava às ações políticas, não eram ações partidárias ou politicagem, como a gente diz, mas ações políticas, em vista de uma política voltada para as pessoas. O que nós chamamos hoje de promovermos políticas públicas para o bem das pessoas, era isso que Dom José fazia. Ele não era nem mais religioso, nem mais político, foi um homem que compreendeu que a sua presença neste mundo era para ser como Cristo, estar presente na vida do povo e ajudar o povo a se organizar na certeza de que o Deus dos pobres estava com eles.

Gorete (DJC5) - A gente pode e a gente deve, até porque eu o vejo como o grande professor, foi o grande profeta, foi o grande jornalista da nossa região. Desde a minha infância, o que eu lembro é dos programas de rádio, é aquele momento em que a gente tinha que ficar sentado e ouvir os programas de Dom José. Essas coisas ficam na cabeça da gente, essas histórias ficam e a gente poderia perceber ali o tanto de coragem que ele tinha ao dizer aquilo tudo, ele tinha muita firmeza e a forma de como ele nos incentivava, ele encorajava e ele dava o testemunho dele. A vida dele foi um grande testemunho, que foi durante esses 28 anos que ele passou aqui. Então, nada mais justo do que poder dizer isso de toda uma vida que ele teve aqui na região; eu acho que ele é uma das figuras principais que nós não devemos esquecer aqui nessa região, sobretudo pelo grande trabalho que ele fez e por toda a missão profética que ele teve aqui, o pequeno grande homem como era dito. Então, a gente não só pode como a gente deve dizer para o mundo inteiro o que foi esse trabalho de Dom José Rodrigues.

Gestor Educacional (DGE3) – Infelizmente, ele não tinha esse dom de estar em público como um Dom Helder Câmara, era muito popular. O chefe de comunicação da MISEREOR andou aqui então ele me falou: rapaz, impressionante, quando eu chego a uma diocese na Alemanha, eu tenho que me congratular e ser feliz se o secretário do bispo abre a porta, e chegamos aqui, batemos na porta e quem abriu foi o próprio bispo. Era muito simples, mas não tinha essa postura de ser uma referência nacional pública, é claro que o próprio regime militar e a globo não deixava, mas não tinha isso, o próprio dom Helder Câmara era um viciado por comunicação, onde tinha meio de falar na rádio, na televisão, ele ia para lá. Então, ele era uma voz forte na própria CNBB, tinha um público forte na Alemanha e ele influenciou bastante o público lá, mas não tinha essa voz de outros da igreja da libertação para ser uma referência nacional, assim abertamente, era, com certeza, no pensamento era, mas a publicidade ele não tinha.

Roberto (DGE4) - Dom José tinha uns princípios radicais mesmo no sentido de ir na raiz das coisas. Depois que ele saiu daqui eu mesmo tentei dizer para ele: “Dom José, a gente precisa fazer uma entrevista para guardar a memória desse período todo”. Ele nunca aceitou, ele dizia que memória só existe uma, quando ele falava que memória só existe uma, ele estava querendo se referir à questão da memória de Jesus na eucaristia e ele achava que ele não era uma memória a ser preservada, mas à medida que o tempo passa, fica mais clara a importância que esse homem teve para a diocese de Juazeiro e para todo o semiárido brasileiro. Dom José bancou toda a questão da convivência com o semiárido, toda a questão da convivência da educação popular, toda essa questão da educomunicação. Então, tudo que fosse no sentido de favorecer o povo, os mais pobres como era no linguajar dele, ele apoiava e ele encampava. Claro que ele tinha equipes junto com ele; ele não trabalhou sozinho, mas ele era o símbolo disso tudo e é. Então, eu acho que a convivência com o semiárido, a grande

superação da fome intensa que a gente teve como fenômeno social no semiárido brasileiro e da superação da sede como fenômeno social no Nordeste, sobretudo no semiárido e da educação, eu acho que Dom José se não é o único, mas sempre foi e sempre será uma referência nesse processo.

Perguntas Diversas 22 (Perguntas complementares)

Francisco - Que avaliação você faria desse trabalho que foi desenvolvido?

Josenaldo (DGC1) - Foi uma época muito positiva para a diocese. Nós tivemos muitos entraves, é normal; em todo processo existem entraves, mas a diocese naquela época era vista como uma forma de apoiar quem não tinha onde se apoiar, porque o trabalho de comunicação que Dom José fez durante essas duas décadas no SEDICA, fora antes do SEDICA que ele já vinha trabalhando isso de outra forma. Durante o processo do SEDICA, quando a gente estava perto da comunidade dando vez e voz àquelas pessoas que nunca tiveram oportunidade de falar no rádio, de falar de suas lutas, de sua organização, as pessoas enxergavam na gente uma oportunidade de dizer assim: o que eu vou fazer agora, não tenho a quem recorrer, elas recorriam a diocese de Juazeiro. Isso pra mim foi o maior legado que nós deixamos foi deixar as pessoas com a certeza de que elas tinham ali uma referência na hora de procurar uma organização, na hora de procurar uma saída para seus problemas e, também, para celebrar as suas vitórias, a gente expunha ali uma vitória que determinada associação de moradores teve na luta pela construção de sua sede, por exemplo, na luta contra um grileiro de terras, que estava grilando a terra, e a gente dava espaço a essas pessoas para comunicar que estavam sendo lesadas e, a partir disso, ir atrás da justiça, dos órgãos competentes para que isso fosse impedido.

Francisco - De que maneira você se integrou a esse trabalho da Diocese de Juazeiro?

Juvenal (DJC1) - Ao vir trabalhar em Juazeiro, eu me engajei na comunidade e tive a oportunidade de encontrar com Dom José Rodrigues e como admirador dele, dos textos dele, porque tudo que ele fazia ele tinha os seus textos escritos. Esse contato com Dom José Rodrigues reforçou aquela ideia de que a gente estava diante de alguém diferenciado, e principalmente no trato com as pessoas simples, a compreensão de como ele pensava a questão da educação para os pobres, como ele pensava o engajamento dos pobres nas lutas sociais. Isso fez com que a gente pensasse em estar próximo de certa forma. A gente chegou a formar um sindicato de trabalhadores da fruticultura com o apoio de Dom José Rodrigues; é bom colocar isso, que a gente sempre teve o apoio dele e, na sequência, foi entendido que a gente podia colaborar, também, com a comunicação na diocese. Antes a gente tinha criado uma rádio comunitária, foi a pioneira aqui no vale do São Francisco, na comunidade de João Paulo II, no bairro João Paulo II. Então a partir daí, teve-se a compreensão mútua que a gente podia contribuir e, também, de certa forma está trabalhando essa comunicação mais ampla não só no bairro, mas também na rádio comunitária. Então, eu foi integrar o SEDICA. Então a gente começou esse trabalho aí, sim, diretamente com Dom José Rodrigues, acompanhando todos os dias o seu trabalho. Como a gente era estúdio de gravação para diversas rádios, a gente estava sempre gravando com ele a sua homilia dominical, que era o programa de várias rádios: Rádio Grande Rio de Petrolina-PE, Emissora Rural de Petrolina, Rádio Serra da Capivara em São Raimundo Nonato-PI, Rádio Juazeiro, Rádio Cidade em Juazeiro. E a gente

acompanhando, também, o jornal impresso, que tinha muita audiência com as comunidades mais simples, que as pessoas liam e reliam, para poder acompanhar o trabalho de Dom José Rodrigues. Tive a oportunidade de visitar comunidades do interior em que, em determinados horários do programa de Dom José Rodrigues, as pessoas paravam o que estavam fazendo para ouvir o programa. Isso trazia uma responsabilidade muito grande para o momento que a gente passou a integrar o setor de comunicação, para que a gente fizesse um trabalho não só de divulgação do trabalho de Dom José Rodrigues, do seu pensamento, mas também de postura nossa como comunicadores, como seres envolvidos com a formação popular, vinda do embasamento de Dom José Rodrigues.

Francisco - Que temas eram encontrados na Biblioteca da Diocese?

José (DGE1) - Era uma biblioteca completa, que não era direcionada para um determinado setor da sociedade, mas uma biblioteca ampla, diversificada em todos os assuntos, tanto é que pessoas de outras cidades vinham a Juazeiro fazer pesquisa na biblioteca, porque sabiam que Juazeiro tinha essa biblioteca que tinha um acervo cultural muito grande, muito rico de conhecimento.

Francisco - A biblioteca era utilizada para o trabalho pastoral?

José (DGE1) - Quando começou a biblioteca foi nesse sentido, mas sempre foi aberta à comunidade, mas teve esse sentido, esse patamar de dar conhecimento aos agentes pastorais, animadores de comunidades, jovens na formação religiosa, na formação social.

Francisco - O trabalho de educação popular e de comunicação popular são possíveis de serem resgatados?

José (DGE1) - É possível sim, basta ter boa vontade de resgatar, até porque, hoje, as coisas são mais abertas, temos as redes sociais, naquele tempo não as tínhamos, era um trabalho que era suado; hoje, o resgate destes trabalhos com as redes sociais, com os meios de comunicação é possível sim. É só querer, é só uma questão de priorizar.

Francisco - O Acervo tinha um diferencial aqui na região?

Margarete (DJE1) - Tinha um diferencial, muito grande, que era a atualidade, a gente tinha as enciclopédias, mas tinha a atualização do acervo. A gente trabalhava na biblioteca e, às vezes, era obrigado a fazer a fila, a biblioteca não cabia todo mundo; então, tinha que está controlando. Eles chegavam: “a gente não acha isso aqui em outro lugar, só é aqui que tem”. Então a questão da atualização, a preocupação dele de manter o acervo atualizado com revistas, com periódicos, causava um grande diferencial sim, porque ela era muito procurada por conta disso, porque o pessoal sabia que o que não achasse em outra biblioteca, lá eles achavam a informação que queriam.

Francisco - Como foi o Projeto de comunicação do SEDICA? E como era a sua participação?

Margarete (DJE1) - Eu fui convidada para fazer parte da gravação do programa da Diocese, “A voz do Velho Chico” e aí eu ajudava um pouco, eu gravava o programa e ia ao ar com informações sobre o Vale do São Francisco, sobre tudo que acontecia aqui. Foi um tempo bom, eu me sentia útil e, também, eu me sentia uma pessoa que estava atualizada, porque, para fazer o programa, a gente tinha que pesquisar, dependendo do assunto a gente tinha que

pesquisar, correr atrás e era uma coisa gostosa de se fazer, levar a informação através do rádio. Foi um período muito importante de minha vida e eu gostei de ter passado por ele.

Francisco - O que deixou saudade do trabalho do SEDICA?

Gorete (DJC5) - Acho que a gente conseguiu construir uma rede muito grande de pessoas que pensavam de mesma forma e que tinham um objetivo único, não sei dizer se único, mas a gente tinha como base dar vez e voz a quem não tinha, puder fazer com que o nosso povo sofrido lá nas comunidades, naqueles grupos, suas dificuldades, suas vitórias, suas conquistas sejam ditas ao mundo e a gente conseguia dizer isso, e aí nós tínhamos uma rede na região todinha que falava a mesma língua, que tinha esse mesmo interesse. Então, para mim uma das coisas importantes, além de a gente conseguir de fato fazer aquilo que a gente pensou, foi a gente ter conseguido formar pessoas que tivesse bastante interessadas com um único objetivo, com o mesmo propósito, que se propunha o programa desenvolvido pelo setor de comunicação da diocese de Juazeiro.

Francisco - O que a gente poderia dizer do grupo de comunicadores/ Como era a relação desse grupo?

Gorete (DJC5) - Eu fui das primeiras, eu entrei logo. A primeira pessoa era Moisés Almeida, que era aquela pessoa bem entusiasmada que pensava bastante, que tinha as ideias e aí ia juntando com outros e aí a gente pode somar com outras pessoas que foram chegando ao caminho, a gente teve Josenaldo que deu a sua contribuição, muito grande, e aí nós tivemos outros colegas que fizeram parte, Ailton. Foram todos muito importantes e juntando com todos aqueles que a gente pode contar com eles nas paróquias. Mas eu estou falando dessas pessoas como comunicadores, mas eu estou falando das equipes, sobretudo das pessoas que estavam à frente das paróquias que sempre deram uma grande contribuição. Então, a gente precisa contar que, quando um padre, quando uma freira abria as portas para fazer esse trabalho, a gente precisa dizer que esses também foram atores na realização desse trabalho. Então, assim, a gente podia contar, senão com todas, com quase todas as paróquias, com as equipes que existiam nos municípios, claro volte e meia você tinha uma outra dificuldade, mas nada que impedisse e fizesse com que a gente não desenvolvesse esse trabalho. Cada um comunicador de sua forma bem especial, mas muito importante para a condução e desenvolvimento desse projeto que foi muito importante aqui nessa região. Eu acho que Moisés Almeida é o pioneiro nessa discussão junto com o pessoal que fazia a diocese, as pastorais. Eu tenho uma grande alegria por ter participado disso e ter contado com esse povo dentro de um projeto, que foi muito bonito aqui para a gente.

Francisco - Qual a relação entre Dom José Rodrigues e o IRPAA?

Gestor Educacional (DGE3) - Interessante é que ele não entendia nada disso, mas conseguiu entender que ele não é agrônomo, não é o campo dele, mas ele viu que as propostas do governo de combate à seca não eram essas. Então a gente começou com formações em Pilão Arcado – BA, na roça da paróquia com padre Guilherme e chamou a atenção e nós fomos chamados por outras dioceses para fazer a formação e semelhante em outros espaços fora das dioceses. Aí, eu estava viajando na Europa, quando voltei, disseram: andou aqui o Siegfried Pater, era o diretor interino da recém fundada fundação do Partido Verde da Alemanha, que estão começando com projetos, você não quer apresentar um projeto dessas formações que vocês estão fazendo para a fundação na Alemanha? Respondi: sim, bora. Então ele entendeu que tinha que ser uma coisa diferente e se engajou e conseguiu os primeiros recursos, eu não

estava em Juazeiro – BA, foi ele que cativou o Siegfried Pater com essa ideia. E depois a gente sabia que a ideia era tão louca, a construção da convivência foi uma coisa sem projeto, só sabia que tinha que ser diferente. Naquela época, a igreja católica era a mais autêntica, mais reconhecida, em todas as pesquisas estava lá na frente em credibilidade e, então, ele aceitou ser o primeiro presidente e colocar a diocese na estrutura para receber um primeiro financiamento e também o advogado me ajudou a escrever o estatuto, no SEDICA, a Adélma digitava o estatuto. Então sem ele, porque ele indicou a figura financeira e depois com a figura dele sendo presidente; foi presidente durante seis anos, e depois indicou como presidente Dom Mário de Paulo Afonso-BA. Então, as primeiras formações fizemos sempre a nível de diocese, onde tinha bispo ou padre que estava interessado na ideia, fizemos em nível de diocese, CPT, sindicatos, etc. Então, ele foi essencial para o estabelecimento da ideia da convivência com o semiárido; temos um projeto aprovado em Brasília, temos um projeto aprovado pelo Congresso, só que engavetou.

Francisco - O que se pode destacar do trabalho de dom José?

Gestor Educacional (DGE3) - Um coisa pequena que talvez ninguém saiba; na esquina do cais havia uma escola construída por Dom Tomaz para crianças pobres, que no fundo, no Juazeiro velho, eram as casas de taipa, maior pobreza; então, a escola era feita para essas crianças pobres que não tinham escola, não tinham prédio, não tinham professor. Durante anos, as coisas foram melhorando, as casas de taipa passaram a ser de tijolos e a escola passou a ser uma escola de referência para a classe média. Logo, a primeira ideia de Dom Tomaz já não valia mais, era a diocese a serviço da classe média ou dos ricos; então, de um dia para o outro, resolveu fechar a escola e abrir uma outra no bairro alagadiço, na frente, a casa das prostitutas e atrás a escola. Então, fez uma escola para as crianças pobres daquele bairro e fechou aqui, imaginem o protesto da classe média no centro que perdia a escola de referência sob o cuidado da diocese. Ele tinha coisas corajosas assim.

Outra coisa era a missa das prostitutas, ele tinha um cuidado especial com as prostitutas, financiava pessoas para darem cursos de costura, datilografia, alfabetização, tudo que podia imaginar. E também uma missa na catedral. Imagine essas mulheres que se sentiam pecadoras, ele exigia que sentasse na frente, no primeiro banco, e a pregação dele era nesse sentido. Ele citava a Bíblia onde diz que essas prostitutas vão proceder os fariseus no reino dos céus. Então, imagine a classe média atrás das prostitutas de cabeça baixa, escutando a pregação do bispo nesse sentido.